

RAFAELA LEUCHTENBERGER

“O Lábaro protetor da classe operária”

*As Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em
Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932).*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha.

Campinas, agosto de 2009.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Bibliotecária: Maria Silvia Holloway – CRB 2289**

L571L **Leuchtenberger, Rafaela**
O lábaro protetor da classe operária: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis / Rafaela Leuchtenberger. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mutualismo – Florianópolis (SC) – 1886-1932. 2. Classe operária - Brasil. I. Batalha, Cláudio Henrique de Moraes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Protection flag of the working class: voluntary mutual help associations organized by workers in Florianopolis – Santa Catarina (1886-1932).

Palavras chaves em inglês (keywords) :

**Mutualism – Florianopolis (SC) - 1886-1932
Working class - Brazil**

Área de Concentração: História social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Cláudio Henrique de Moraes Batalha, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, Michael M. Hall.

Data da defesa: 21-08-2009

Programa de Pós-Graduação: História

RAFAELA LEUCHTENBERGER

O Lábaro protetor da classe operária. As Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 21 / 08 / 2009

BANCA



Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (orientador)



Prof. Dra. Claudia Maria Ribeiro Riscardi



Prof. Dr. Michael McDonald Hall

Prof. Dr. Luigi Biondi (suplente)

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (suplente)

Prof. Dr. Luigi Biondi (suplente)

AGOSTO/2009

Agradecimentos:

“Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo”
Carlos Drummond de Andrade

Ao iniciar tais agradecimentos, uma grande quantidade de rostos e gestos se fizeram presentes – ter tanto e a tantos para agradecer me permite perceber o quanto sou sortuda, pois nos anos de desenvolvimento dessa pesquisa me relacionei e pude contar com estranhos e conhecidos que muito me ensinaram e aos quais sinto prazer em poder agradecer.

A primeira dessas pessoas é minha mãe, que mudou mais de casa durante o tempo de desenvolvimento dessa dissertação do que eu mesma. Uma mulher forte e suave que sabe a importância de estar sempre crescendo e se transformando e que se adapta às novas situações como ninguém. Dona de uma energia gigante e do colo mais acolhedor do mundo.

Ao meu pai, que, em seus gestos, me ensina que a maturidade nos trás sensibilidade e, principalmente, que não é preciso estar nem tão perto nem tão presente pra se fazer especial, pois a distância só trás saudades, nunca estranhamento. Com ele aprendi a amar a história e a encontrar descanso e diversão nos livros. Com certeza sua biblioteca, o barulhinho da sua máquina de escrever e as inúmeras conversas foram grandes motivadoras dessa trajetória.

Às minhas irmãs, Ramoci e Raquel, que, cada uma à sua maneira, provaram mais do que nunca nesses anos, que podemos ser e fazer aquilo que quisermos, que o importante é ser feliz, não importa como, não importa o lugar e que os limites e a distância são marcos mutáveis. Com vocês aprendi que às vezes é preciso ficar longe para ficar bem perto e o significado real da palavra saudades.

Ao Gabriel, grande companheiro com quem cresci de maneira inacreditável nesse período, homem que me deixa cheia de uma alegria estonteante. Responsável por grande parte dos atrasos na produção desse texto e também por sua leitura, correção, críticas e elogios e, principalmente, dono da paciência (e impaciência) que me confortaram em diversas situações de crise na escrita. Agradeço a ele por tornar meus dias mais leves e, especialmente, por me potencializar naquilo que mais gosto em mim mesma.

À Rosa Maria, tão acolhedora, tão compreensível, com uma sensibilidade fora do comum, um coração gigante e a capacidade de encarar de forma tão resolvida as coisas da vida. Agradeço por assumir o posto de “mãe Rosa”, me dando colo, conversas sinceras e conselhos, além de um

clima especial de domingo em família nessa Campinas que acabei adotando como “casa”. Aproveito para agradecer às famílias Lima e Nucci em toda sua extensão – (principalmente os ainda não citados Mario pai e Mario filho) porque foram todos sempre muito gostosos, carinhosos e acolhedores, me fazendo sentir completamente “em casa”.

Ao Mario pai, agradeço também pelo acolhimento e pelo grande exemplo de como encarar a vida de frente, com alegria. Uma admiração e um carinho enorme por você.

Agradeço à Adriana, pessoa mais intensa que já conheci – nas atitudes, nas relações, nos sentimentos. Com ela aprendo sempre que a vida deve ser vivida, sem medos e preconceitos e, é claro, com paixão, muita paixão!! Agradecimento especial por ter me emprestado sua casa e sua mãe que me acolheram durante 7 meses de uma vida nova, numa cidade insana, no período mais difícil do processo de escrita. Agradeço por poder contar com sua amizade que se mostrou tão importante. Na seqüência, claro, agradeço à Zezé, mais uma mãezona no meu caminho, que me abriu a casa e o coração, sendo sempre tão carinhosa e prestativa. Não me esqueço de seu arroz com feijão!!

Dentre os amigos mais que especiais, agradeço ao meu irmão lindo, Giou, que, de um jeito sincero, amo e torço muito e que, mesmo estando fisicamente longe, foi presente demais em todo esse processo, dando apoio, opiniões e certo aconchego só por saber que ele existe!!

À Joana, por sua amizade verdadeira, de conversas tão internas e tão intensas e gargalhadas tão soltas, pela presença nos momentos mais importantes, pelas broncas e puxadas de orelha (de ambas as partes).

Ao Jiló, pessoa que entende de maneira completa o que é *amizade* (como poucas pessoas), que entende o que é um domingo “longe de casa” e que sabe dar colo mesmo de longe e sem a gente pedir.

Agradeço aos colegas e amigos da turma de pós-graduação – Priscila, Beatriz, Rogério, Thiago, Alonso, Guilherme e Vinicius. Entre eles, especial agradecimento à Larissa Corrêa, que me deu apoio em diferentes fases e que até me arrumou um emprego (!) e à Paula Nomelini, espécie de “fada madrinha” no meu ingresso na Unicamp.

Aos demais amigos, que são tantos e em hipótese alguma menos importantes, com os quais dividi diversos momentos dessa caminhada: os de Campinas, de muita ou pouca convivência, parceiros de casa, de festa, de viagem, de conversas e de colo: João Francisco Simões, Rafael Moraes (Rafinha), Pedro Assunção, Maria Teresa Manfredo, Narjara

Zimmermann, Sara Cordeiro, Rafael Marinho e Marcão Garcia – primeira turma de amigos; Poft (Paulo), Barata (Luca) se Uísque (o cão) – com quem dividi a casa mais fofa de Barão Geraldo; Neto, que me socorreu diversas vezes cuidando dos vírus do meu computador, tratamento sempre acompanhado de boas conversas e algumas cervejas; Julio, que me amparou no momento de maior crise da dissertação; Laura, que me acolheu na última morada da dissertação, sem nem sequer me conhecer; e à tantos outros que, se o espaço não fosse pequeno, eu teria o maior prazer de listar demoradamente: Tessy, Zollner, Rafael Pessoa, Fanta, Juliano, Aline, Rodrigo, Tata (...); e os amigos de Floripa e do mundo, que mesmo longe se fazem presentes sempre que possível – Simone Rengel, Fabio Dummel, Rodrigo Santiago, Milano e Déborah Calvacante. (turma da Cozinha!) e Luciana Merini (irmã de alma!).

Aos novos colegas e amigos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, principalmente aos do acervo DEOPS, agradeço por terem sido tão receptivos e companheiros nas aventuras do dia a dia – Fabiana, por sua didática, gargalhadas e por seus ensinamentos de Excel, que foram muito úteis na elaboração dos anexos; Eneida, tão espirituosa e carinhosa – sem ela o abstract não seria o mesmo; e Simone, por uma amizade sincera que está acima das relações de chefia.

Agradeço muitíssimo ao meu conselho de corretores amigos (Fabiana Choy, Joana Medrado, Giovanni Nocetti, Maria Teresa Manfredo, Simone Rengel e Gabriel Lima Nucci) que provaram da lógica de que amigos são mesmo pra “dar trabalho” e que demonstraram que amizades verdadeiras são aquelas com as quais podemos contar nos momentos de necessidade.

Ao professor e amigo Adriano Duarte, agradecimento especial, pois foi ele o grande incentivador de minha vinda à Unicamp e que continua incitando projetos futuros.

Agradeço a outros pesquisadores que colaboraram com essa pesquisa: Henrique Espada, João Klug e Beatriz Mamigonian, do Departamento de História da UFSC; e Adhemar Lourenço da Silva Junior, por ter sido sempre muito solícito e aberto ao diálogo.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Prof. Claudio Batalha, pela autonomia que me proporcionou, me levando a assumir uma postura mais independente e segura. E aos demais professores da Área de História Social da Pós-Graduação da Unicamp, entre eles principalmente Fernando Teixeira, Michael Hall, Sidney Chalhoub e Bob Slenes, pelas ótimas discussões.

Agradeço à FAPESP, pelo financiamento dessa pesquisa sem a qual tudo teria sido diferente e muito mais complicado. E a todos os funcionários e servidores que cruzei pelos arquivos, os quais facilitaram essa pesquisa.

Anexos:

Anexo 1: Listagem das associações de socorros mútuos de caráter voluntário organizadas por trabalhadores em Florianópolis (1886-1932);

Anexo 2: Símbolos utilizados pelas associações;

Anexo 3: Mapa da localização dos bairros centrais de Florianópolis no ano de 1900;

Anexo 4: Endereço das sedes das associações;

Anexo 5: Jóia de Entrada cobrada por cada instituição para se associar;

Anexo 6: Mensalidades cobradas dos sócios contribuintes nas diferentes associações em diferentes anos;

Anexo 7: Relação das profissões dos filiados presentes no Livro de Matrículas da Liga Operária de 1891 a 1960 e o respectivo número de pessoas filiadas sob tal profissão;

Anexo 8: Tabela de cruzando nominativo entre os membros de diferentes associações - diretores e associados;

Anexo 9: Declaração da União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis em relação à serviços e preços;

Anexo 10: Tabela de preços e serviços estabelecida pela União dos Trabalhadores para a Companhia de Navegação Costeira - 1920

Siglas das Associações

AEC	Associação dos Empregados no Comércio
LIGA	Liga Operária Beneficente de Santa Catarina
SBCEC	Sociedade Beneficente Caixa dos Empregados no Comércio
UBTF	União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis
ABGASC	Associação Beneficente dos Guardas das Alfândegas de Santa Catarina
ABUL	Associação Beneficente União dos Laboradores
CBEDTSC	Caixa Beneficente dos Empregados do Distrito Telegráfico de Santa Catarina
UBP	União Beneficente dos Padeiros
CBEMF	Caixa beneficente dos Empregados do Ministério da Fazenda
CMPS	Congregação dos Marítimos e Pescadores de Santa Catarina
LMC	Liga do Magistério Catarinense
UBCSC	União Beneficente dos <i>Chauffeurs</i> de Santa Catarina
SBEPSC	Sociedade Beneficente Empregados Postais de Santa Catarina
CBEIO	Caixa Beneficente da Imprensa Oficial
UBRO	União Beneficente Recreativa Operária
UBCF	União dos Carroceiros de Florianópolis
SPFFPC	Sociedade Protetora das Famílias dos Funcionários Públicos Civis

Resumo:

Essa dissertação busca mapear e analisar o funcionamento das associações de socorro-mútuo com caráter voluntário organizadas pelos trabalhadores de Florianópolis, entre os anos de 1886 e 1932, focando-se na análise dos sujeitos sociais envolvidos com tais instituições e em seus interesses e necessidades motivadoras.

Trata-se de um estudo sobre os trabalhadores catarinense que possibilita a compreensão de um universo de relações, o qual vai muito além dos benefícios previdenciários a que tais instituições se propunham, possibilitando a verificação de evidências que atestam sobre as condições sociais dos trabalhadores na cidade, a existência de uma forte cultura associativa e o desenvolvimento de relações de identidade de classe.

Abstract:

The aim of this piece of work is to delineate and analyze the operation of voluntary mutual help associations organized by workers in Florianópolis from 1886 to 1932, by focusing on the analysis of the social subjects involved in such institutions and their interests and motivational needs. This study on the Santa Catarina's workers allows the understanding of a whole universe of relationships which go beyond the social security benefits promoted by those institutions, making possible the verification of evidences which attest the workers social conditions in the city, the existence of a strong associative culture and the development of social class identities.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 - “Nosso meio associativo, a expressão da nossa força coletiva”	15
1.1. Formação econômica e social de Florianópolis.....	15
1.2. O mundo associativo em Florianópolis	24
1.3. As associações voluntárias de trabalhadores.....	30
1.3.1. A administração política e econômica das associações.....	33
1.4. A Prestação de Socorros	50
Capítulo 2 - “Pela nossa honra e nossa fé prometemos solenemente cumprir nossos deveres de sócios e cidadãos”. O processo de configuração e formação do corpo social das associações	69
2.1. Critérios de admissão dos sócios	69
2.2. Importância dos benefícios na formação e configuração do quadro social	80
2.2.1. O Caso dos <i>Chauffeurs</i>	98
Capítulo 3 - “Somos neutros, não compreendemos as manobras maquiavélicas da política. Atuação política no seio das associações	107
Capítulo 4 - “Trabalhar pelo bem da classe”. Para além da instituição: As associações na sociedade e a formação de identidades	141
4.1. No Mundo do Trabalho; campanhas, lutas e conquistas	141
4.2. Disciplinando o trabalhador	165
4.3. Festas: Espaço de política, identidade e sociabilidade	183
Conclusão	193
Bibliografia	199
Fontes e Arquivos	206
Anexos	213

Introdução

Alvorada de fogos de artifícios; missa campal; hasteamento das bandeiras; cântico do Hino Nacional; desfile de bandas de fanfarras de escolas municipais e estaduais; campeonatos de futebol, futsal, bocha, bilhar (...) concurso de beleza que escolheu a rainha e as princesas do 1º de Maio¹.

A citação acima se refere à parte da programação da 48ª festa do Trabalho realizada em 1º de maio de 2009, organizada pela Sociedade Amigos de Ermelino Matarazzo, um bairro de trabalhadores da capital paulista, de aproximadamente 110.735 habitantes². Trata-se de uma comemoração de grande porte, que durante os dias que a antecedem e em que ocorre, movimenta e modifica as atividades do bairro, mobilizando e envolvendo seus moradores das mais diferentes maneiras.

O testemunho de uma comemoração de tal porte e com tais características, tornou impossível não relacionar os eventos contemporâneos com os analisados pela presente pesquisa³. Primeiramente, por se tratar de uma comemoração popular que ainda compartilha características muito comuns à cultura associativa aqui analisada e, em segundo lugar, pela magnitude da comemoração que abriu possibilidades para que se pensasse o quanto as festividades organizadas pelas associações no primeiro de maio, em fins do século XIX e início do XX, interferiam e mobilizavam a pequena cidade que era Florianópolis, com aproximadamente 30 mil habitantes, uma vez que nesse dia os trabalhadores paralisavam suas atividades de trabalho e saíam às ruas, ganhando diferentes espaços públicos e aparecendo na mídia, ficando em pauta por muitos dias, num movimento de afirmação de sua presença e importância social.

Esta pesquisa procura desenvolver uma análise acerca do cotidiano de organização e prática das associações de socorros-mútuos com caráter voluntário organizadas por trabalhadores

¹ In: http://www.gazetapenhense.com.br/materia.php?materia_id=804. Pesquisado em 18 jun. 2009, às 21:54.

² In: <http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/regioes.php?distrito=28&tema=12&indicador=97>. Pesquisado em 18 jun. 2009, às 22:09.

³ Estava em desenvolvimento justamente o texto do 4º capítulo, o qual apresenta e discute a interferência que o 1º de maio acarretava na sociedade florianopolitana no começo do século XX, quando testemunhei a agitação e as amplas modificações que tal comemoração desencadeia no bairro operário Ermelino Matarazzo de São Paulo, no qual residia em tal momento. As ruas tiveram suas vias modificadas e o trânsito, com isso, sofreu forte impacto, gerando grandes congestionamentos, que se deram também devido ao aumento de fluxo de circulação de pessoas na região. Os moradores do bairro durante as semanas que antecederam o dia 1º já se apresentavam visivelmente excitados com o evento e no dia em questão não se falava em outra coisa pelas ruas.

de Florianópolis – Santa Catarina –, em fins do século XIX e início do XX, contribuindo com o preenchimento de uma lacuna na historiografia catarinense, que raras vezes abordou o tema aqui proposto. Sendo assim, busca-se identificar e compreender a formação e atuação dessas entidades na capital catarinense por entendê-las como de extrema importância no cotidiano e constituição social da cidade e, principalmente, no processo de formação da classe trabalhadora.

Optou-se por recortar o objeto em “associações de socorros-mútuos com caráter voluntário organizadas por trabalhadores”, devido à percepção da complexidade do mundo associativo existente no período, que englobava uma grande quantidade de entidades civis, as quais se estruturavam com características próximas, porém com objetivos e princípios muito diferentes das entidades aqui abordadas. Excluíram-se, assim, as irmandades, as associações filantrópicas, as seguradoras organizadas com caráter mutual e os sindicatos, que em muitos casos surgiram com uma roupagem muito semelhante a das sociedades mutuals beneficentes⁴.

Da mesma maneira, optou-se por avaliar apenas as entidades organizadas por e para trabalhadores, excluindo-se associações patronais e de socorro-mútuo definidas sem nenhum tipo de fechamento ou com fechamentos que se voltassem a qualquer outra característica que não de classe – como as étnicas. O termo “voluntário” foi utilizado devido à constatação da existência de um grupo razoável de entidades organizadas de maneira compulsória, principalmente entre os trabalhadores de setores públicos. Essa pesquisa, portanto, centrou-se na análise das entidades organizadas por trabalhadores num movimento autônomo, nas quais o principal critério de reunião se pautava em princípios classistas, tendo na profissão exercida a principal identidade estabelecida entre os membros do grupo fundador e, posteriormente, de seus associados.

Para além de buscar compreender relações administrativas e institucionais desenvolvidas a partir das associações, este estudo se propõe a perceber diferentes expressões dos sujeitos que com tais entidades se envolveram e que a elas deram vida. Dessa maneira, procura-se apontar para os elementos participantes do cotidiano e das necessidades dos trabalhadores florianopolitanos, percebendo, nos indícios encontrados através de suas organizações, um terreno fértil para elucidar e elaborar questionamentos a respeito da vivência da classe no período.

⁴ Cláudia Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus atentam para os perigos de se confundir, na análise, sociedades de socorros mútuos com esses variados tipos de entidades civis organizadas sob um mesmo formato. VISCARDI, Cláudia; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência Mutualista e a formação da classe operária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil. A formação das Tradições, 1889-1945*. v. 01. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007. p. 25.

O exercício de uma leitura comparativa com outras realidades empíricas foi extremamente valioso, a fim de se verificar tanto universalidades quanto particulares do objeto de estudo. Principalmente por se entender que, de certa maneira, essa pesquisa se propõe a alvitrar questionamentos – direcionados por outros autores a outras localidades – à Florianópolis, mapeando e identificando problemáticas comuns em uma realidade ainda pouco explorada, o que significa instrumentalizar a compreensão do fenômeno associativo dos trabalhadores por todo o Brasil.

Dessa forma, as leituras desempenhadas a respeito da formação, organização e estruturação do mesmo tipo de entidades em diversas outras realidades, foram fundamentais, possibilitando inúmeras trocas e a percepção de vários elementos comuns⁵. Apenas a critério de exemplo, a discussão com textos como o de Michael L. Conniff⁶, que disserta a respeito do Rio de Janeiro; o de Reynaldo Cedeño⁷, sobre as sociedades no México; de Ronaldo Munck⁸, sobre a Argentina; e os artigos do “Cadernos AEL” de número 6, publicado sob o título de “Sociedades Operárias e Mutualismo”⁹ – que propõe a análise de diferentes universos empíricos em todo o Brasil – mostraram-se produtivas ao suscitar questionamentos e facilitar processos analíticos.

Vale destacar dentre esse conjunto de bibliografias, o pioneiro estudo de Tânia de Lucca, no qual a autora se volta para o estado de São Paulo numa ampla abordagem quantitativa, que identifica vários padrões na organização das mutuais, os quais refletem para necessidades e interesses da classe operária. De Lucca apresenta um estudo minucioso através de questionamentos que em muito servem para a recomposição de uma realidade da qual pouco se conhece, pois realiza um mapeamento e identificação do espaço. No mesmo sentido, a tese de Adhemar Lourenço da Silva Junior teve fundamental importância, uma vez que o autor se propõe a mapear e identificar a magnitude do fenômeno por todo o estado do Rio Grande do Sul, em um recorte cronológico bastante amplo (1854-1940). A tese de Silva Junior, por utilizar-se de

⁵ Adhemar Lourenço da Silva Junior realiza, no primeiro capítulo de sua tese, uma apresentação muito completa dialogando com inúmeras bibliografias a respeito do tema do mutualismo dos trabalhadores. Cf. SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940.* 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

⁶ CONNIFF, Michael L. *Voluntary Associations in Rio, 1870-1945: A New approach to Urban Social Dynamics.* Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Center for Latin American Studies at the University of Miami, vol. 17, n. 01, feb. 1975. pp. 64-81. Disponível em: www.Jstor.org/satble/174788. Acesso em: 17 nov. 2006.

⁷ CEDEÑO, Reynaldo Sordo. Lãs sociedades de socorros mútuos. 1867-1880. *Historia Mexicana*, v.1, n. 33, 1983.

⁸ MUNCK, Ronaldo. Mutual Benefit Societies in Argentina: workers, nationality, social security and trade unionism. *Journal of Latin American Studies*. Vol. 30, part 3, october 1998.

⁹ _____; Cadernos AEL. Campinas: UNICAMP/IFCH, v.6, n.10/11, 1999.

diversificado conjunto documental, foi uma ótima interlocutora no processo de desenvolvimento dessa pesquisa.

O texto de dissertação de Paula Christina Bin Nomelini, “Associações Operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906 – 1930)”¹⁰, também deve ser destacado, uma vez que a autora se propõe a realizar um estudo de objetivos muito parecidos aos aqui propostos, identificando quais as sociedades que se organizavam na cidade de Campinas, de que maneira se estruturavam e seu envolvimento na sociedade em que estavam estabelecidas. A discussão com esse texto apresentou inúmeras semelhanças entre as tão diferentes cidades de Campinas e Florianópolis de início do século XX, demonstrando o quanto se expandia e se aplicava uma cultura associativa, mesmo por realidades tão diferenciadas.

Nesse sentido o artigo de Cláudia Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus, “A experiência Mutualista e a formação da classe operária no Brasil”¹¹, é bastante elucidativo, uma vez que os autores conseguem sintetizar um padrão do que compunha o movimento associativo mutual dos trabalhadores, demonstrando elementos comuns já identificados para o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, os quais, em muito, se equiparam aos localizados por essa pesquisa para Florianópolis. Da mesma forma, a pesquisa de Vitor Manoel Marques da Fonseca, apresenta-se de maneira extremamente interessante, uma vez que, ao tratar das associações mutuais beneficentes do Rio de Janeiro, o autor localiza um cenário associativo muito próximo do verificado para Florianópolis, realizando interpretações válidas para a leitura dos mesmos fenômenos¹².

Dessa maneira, consegue-se visualizar, cada vez mais, o que Claudio Henrique de Moraes Batalha denominou por “cultura associativa”¹³, no que diz respeito ao hábito de se associar e aos signos culturais comuns desenvolvidos pelos trabalhadores em suas instituições, tanto em relação às configurações administrativas – na composição das diretorias, no sistema democrático interno, nas reuniões periódicas dos diretores e na organização financeira e burocrática (através de estatutos, regulamentos internos e livros atas e caixa) – quanto ao que se relacionava às práticas simbólicas – das quais faziam parte os festejos, os símbolos iconográficos, os estandartes e

¹⁰ NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado em História Social). IFCH, UNICAMP, Campinas, 2007. p.39.

¹¹ VISCARDI, Cláudia; JESUS, Ronaldo Pereira de. *Op. cit.*

¹² FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: Associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008.

¹³ BATALHA, Cláudio. *Cultura Associativa no Rio de Janeiro na Primeira República*. BATALHA, Cláudio; TEIXEIRA, Fernando; FORTES, Alexandre. (org.) *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004.

bandeiras, distintivos, diplomas, entre outras representações e formas de construção e consolidação de uma identidade dentre os trabalhadores¹⁴.

Em relação à bibliografia local, voltada propriamente ao mutualismo em Santa Catarina, destaca-se a pesquisa de Vera Martins Collaço, “O Teatro da União Operária. Um palco em sintonia com a modernização brasileira”¹⁵, que apesar de ter seu enfoque nas peças interpretadas no teatro da União Operária – a partir de sua construção na década de 1930 – e no discurso construído por esses agentes embutidos de noções de modernidade, reconstrói de maneira muito eficiente o ambiente produzido pela associação em sua forma de organização, seu quadro de associados e diferentes relações desenvolvidas em seu seio. E na breve e sintética pesquisa de Lilian Schmeill, “Memórias da UBRO”¹⁶, no qual a autora rapidamente apresenta características dessa associação.

Para adentrar no mundo do trabalho florianopolitano, algumas leituras foram essenciais, a começar pelas pesquisas que buscam apresentar a formação política dos trabalhadores. Dentre estas, o livro de memórias do operário Manoel Alves Ribeiro¹⁷, que trabalhou na construção da ponte Hercílio Luz, atuou na União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis e participou ativamente da constituição do Partido Comunista no município. Mimo, como ficou conhecido, desenvolve em seu livro um cenário de heroísmo e consciência de classe para os trabalhadores envolvidos com a política no estado, desenvolvendo uma narrativa engajada na reconstrução de suas memórias. Poder-se-ia encaixar esse tipo de produção historiográfica no que Claudio Batalha denomina como “bibliografia de caráter militante”¹⁸, desenvolvida com o objetivo de servir de forma prática ao movimento social, criando uma memória coletiva que atuasse dando exemplos e impulsionando a mobilização dos trabalhadores¹⁹. Um tipo de análise na qual a ação direta era valorizada, menosprezando as atividades desenvolvidas no seio de entidades que assumissem uma postura que não fosse considerada “de luta”. Nesse sentido, ficaram sem registro, ou com raras referências historiográficas, as práticas das associações de socorro mútuo

¹⁴ Cf. HOBBSBAMW, Eric. As transformações dos rituais dos operários. In: *Mundos do Trabalho*. Novos Estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Cap. 05.

¹⁵ COLLAÇO, Vera. *O Teatro da União Operária: Um Palco em Sintonia com a Modernização*. 2003. 335f. Tese (Doutorado em História Cultural). CFH, UFSC, Florianópolis, 2003.

¹⁶ SCHMEILL, LÍLIAN. *Memórias da UBRO*. Franklin Cascaes. Florianópolis, 1995.

¹⁷ RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. [s.l.]: [s.n.], [1990?] (Florianópolis: EDEME).

¹⁸ BATALHA, Cláudio. A Historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Ed. Contexto, 1998. p. 146.

¹⁹ Idem.

dos trabalhadores, assim como dos seus clubes recreativos de música, poesia e artes, e mesmo das diferentes formas de socialização e expressão dos trabalhadores.

De maneira próxima a essa perspectiva, atuam a dissertação de mestrado de Jaci Guilherme Vieira, *História do PCB em Santa Catarina*²⁰, que apresenta a constituição do Partido Comunista no Estado e sua atuação, assim como o envolvimento dos trabalhadores com movimentos anarquistas e comunistas, e o livro *Os Comunas*, de Celso Martins²¹, que discute a atuação dos comunistas catarinenses, principalmente de Álvaro Ventura, pois ambas imputam aos trabalhadores um forte engajamento político e ampla consciência de classe. Apesar das ressalvas necessárias no desempenho dessas leituras, todas se fizeram imprescindíveis no andamento da pesquisa, no intuito de visualizar e reconhecer alguns sujeitos envolvidos politicamente com as associações, assim como o quadro político local que se formava

Da mesma forma, a leitura de alguns, considerados “clássicos”, se mostrou extremamente rica, exigindo, por sua vez, diversos cuidados. Dentre esses, principalmente o livro *Nossa senhora do Desterro*, de Oswaldo Cabral²², que, apesar de apresentar em diversas passagens e formas de interpretação, preconceitos do autor, se mostra recheado de inúmeros detalhes e informações que facilitam a visualização da vida cotidiana na cidade, de seus bairros, e a divisão de classes existente, com seus espaços delineados.

Imprescindível, nesse sentido, foram os trabalhos de Eliane Veiga e Hermetes Reis de Araújo. A primeira por apresentar em sua tese, “Processo Histórico de Mutação da Paisagem Urbana da Área Central de Florianópolis (1850– 1930)”²³, características da composição urbana da cidade de forma extremamente detalhada, assim como discutir no livro “Transporte Coletivo em Florianópolis”²⁴, o sistema viário local com as mudanças ocorridas nos meios de transporte e na organização da estrutura urbana. O segundo por se propor a discutir as mudanças ocorridas na cidade com todas as reformas e construções desencadeadas pelos projetos de modernização. Embora não seja o foco de nenhum dos pesquisadores, tornaram possível visualizar os espaços

²⁰ VIEIRA, Jaci Guilherme. *História do PCB em Santa Catarina: Da sua gênese até a Operação Barriga Verde – 1922 a 1975*. 1994. 104f. Dissertação (Mestrado em História) – CFH, UFSC, Florianópolis, 1994.

²¹ MARTINS, Celso. *Os comunas : Álvaro Ventura e o PCB catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27: Fundação Franklin Cascaes, 1995.

²² CABRAL, Oswaldo. R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

²³ VEIGA, Eliane Veras da. *Processo Histórico de Mutação da Paisagem Urbana da Área Central de Florianópolis. 1850– 1930*. 1990. 513 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

²⁴ VEIGA, Eliane. *Transporte Coletivo em Florianópolis. Origens e Destinos de uma cidade à beira-mar*. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis; Ed. Insular. 2004.

ocupados pelos trabalhadores em Florianópolis e o ambiente social em que as associações analisadas estavam inseridas.

No mesmo sentido, atuam as pesquisas “A Fábrica de Pontas ‘Rita Maria’” de Maria de Fátima Fontes Piazza, Maria Theresinha Sobierajski Barreto e Sara Regina Silveira de Souza²⁵, o livro de Sara Regina Poyares dos Reis e Sandra Regina Ramalho Oliveira, “Carl Hoepcke. A Marca de um pioneiro”²⁶, e o livro de Ondina Bossle, “História da Industrialização Catarinense”²⁷, pois, embora, sejam textos de objetivos completamente diferenciados ao desta pesquisa e estejam embutidos de inúmeros problemas, tornaram-se base para diferentes percepções.

O primeiro se propõe um estudo arqueológico industrial, no qual o número e a função das máquinas utilizadas no processo produtivo são detalhadas, limitando sua análise ao levantamento da organização interna da fábrica. O segundo, por sua vez, apesar de se desenvolver a partir de ampla pesquisa historiográfica realizada pelo historiador João Klug, realiza uma narrativa baseada na perspectiva dos “grandes homens”, sem compreender seu objeto de estudo dentro das relações que o cercavam, tentando heroicizar o passado de Carl Hoepcke através de uma tentativa de se desenvolver uma boa imagem para o comerciante e industrial alemão, que emerge do texto como um empreendedor inato. Essa pesquisa atua numa perspectiva em que possíveis diálogos realizados entre os personagens são desenvolvidos, apresentando-se como um romance histórico, embora se proponha uma produção historiográfica. A terceira obra, de Ondina Bossle, se trata de um estudo econômico da ilha de Santa Catarina, abrangendo o período abordado por esta pesquisa, cumprindo os objetivos a que se propõe.

As três obras, portanto, desenvolveram-se a partir de objetivos e linhas metodológicas diversas das propostas por esta dissertação, mas foram importantes no sentido de expressar detalhes que pudessem atuar numa recomposição da vida dos trabalhadores e do mundo do trabalho local, as quais puderam ser aproveitadas ao longo dessa pesquisa.

²⁵ PIAZZA, Maria de Fátima Fontes, BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski, SOUZA, Sara Regina Silveira de. *A Fábrica de Pontas “Rita Maria”*. Um estudo de arqueologia industrial. Florianópolis: EDEME, sem data.

²⁶ REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho; KLUG, João (pesq). *Carl Hoepcke. A Marca de um pioneiro*. Florianópolis: Insular, 1999.

²⁷ BOSSLE, Ondina. *História da Industrialização Catarinense*. (Das origens à integração no desenvolvimento brasileiro) 2. ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

Diferentemente, encontram-se a tese de Jaqueline Aparecida Martins Zarbato Schmidt²⁸ e o livro de Bernadete W. Aued²⁹, uma vez que têm objetivos próximos aos aqui procurados, porém não possibilitaram grandes diálogos, uma vez que se baseiam em perspectiva mais demonstrativa que analítica. Tem, porém, sua importância na percepção das mudanças ocorridas em torno da produção acadêmica, pois compõe uma nova tentativa e preocupação de correntes historiográficas catarinenses que se desenvolveram desde 1994, partindo de problemáticas mais amplas e engajadas.

Esse processo tem relação direta com o movimento historiográfico do pós anos 1980 que atingiu o Brasil, no qual, sob influência de um debate internacional e dentro de um contexto de transformações político-nacionais, passou-se a valorizar a ação dos sujeitos e compreendê-los como capazes de reagir e pensar sobre as questões que os cercam.

Segundo Ângela de Castro Gomes, essa nova perspectiva historiográfica internacional alcançou o Brasil em uma época em que os programas de pós-graduação de várias instituições universitárias brasileiras se expandiam, estimuladas pelas políticas do governo do general Geisel (1974-1979). O que, logo se somou, a uma abertura política no país a qual se ampliou na década de 1980, com a anistia, o desenvolvimento de movimentos sociais e campanhas pelo fim da ditadura militar – com a redemocratização e as “Diretas Já”³⁰.

Não surpreende assim que, no âmbito dos programas de pós-graduação de história e ciências sociais, os objetos recortados pelos alunos privilegiassem o tema dos movimentos sociais urbanos e rurais, bem como uma história social do trabalho, na qual os protagonistas eram escravos, libertos, homens livres, camponeses, artesãos, operários e assalariados em geral³¹

A agência dos sujeitos e as maneiras como os mesmos compreendiam seu mundo ganha, então, espaço, assim como as estratégias que construam para sobreviver nele. Coloca-se na ordem das pesquisas e análises, a partir de E. P. Thompson, um novo conceito para a compreensão da atuação desses sujeitos, a *experiência*, a qual segundo o autor:

²⁸ SCHMITT, Jaqueline Aparecida Martins Zarbato. *Trabalhando em Florianópolis...* (As práticas de trabalho e as memórias de trabalhadores e trabalhadoras. 1900 - 1920). 157 f. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, 2001.

²⁹ AUED, Bernadete Wrublewski. *Histórias de profissões em Santa Catarina: ondas largas "civilizadoras"*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999.

³⁰ GOMES, Ângela M. Castro. “Questão social e historiografia no Brasil do pós 1980: nota para um debate” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, 2004. p.159.

³¹ Idem.

Entra sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes tem novas formas de pensar sobre o mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença³².

E é desta forma que a compreensão acerca da realidade do mundo do trabalho catarinense passa a ser questionada, tanto em relação à crença da formação européia branca e a inexpressiva presença de escravos negros quanto ao papel empreendedor das elites e a inexistência de uma tradição de organização dos trabalhadores livres³³. Nesse movimento, novas perspectivas de abordagem, assim como a utilização de diversificados tipos de fontes e diferentes problemáticas, ganharam espaço, resultando em estímulo para maior produção de pesquisas. Assim, pouco a pouco, os “subalternos” da história tornaram-se objeto de pesquisas, entre eles principalmente as mulheres, em estudos de gênero, e os imigrantes europeus e seus descendentes estabelecidos nas colônias catarinenses. Sob a influência da história social, esse movimento se ampliou nos últimos anos, tomando como objeto de análise as relações desenvolvidas pelos trabalhadores livres e escravos, o que pode ser percebido nas inúmeras pesquisas que vêm se desenvolvendo a respeito de Santa Catarina, as quais estão em fase de elaboração, conclusão ou recém concluídas³⁴.

³² THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*, ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 18.

³³ Cf.: Leuchtenberger, Rafaela. “Novas Perspectivas na Historiografia do Trabalho em Santa Catarina. *Revista Esboços*, Florianópolis. Vol. 14, n. 18. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/587/0>.

³⁴ Cf.: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis, 1860-1888* São Paulo: Pontifícia Católica de São Paulo. Tese, Programa de Estudos Pós graduados em História, São Paulo. 2004; SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina: Dissertação, programa de pós-graduação em História, 2006; FARIAS, Joice. *A Lagoa da Conceição também é dos pretos! Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de Santa Catarina (1870-1880)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em história, Niterói, 2003; REBELATTO, Martha. *Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação, programa de pós-graduação em história, 2006; GEREMIAS, Patrícia R. *Ser “ingênuo” em Desterro/SC: A lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, 2005; SILVA, Denize Aparecida. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville - 1845/1888*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, 2004; ZANELATTO, João Henrique. *Homens de barro*. Experiências de trabalhadores na cerâmica vermelha (olarias) em Morro da Fumaça. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em História, 1998; PEREIRA, Karen Parmigiani. *Mulheres em terra de homens do mar: cotidiano e sobrevivência em uma colônia pesqueira. Barra da Lagoa (1940 - 1980)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em História, 2000; MINOTTO, Daniela da Silva Lúcio. *Memórias do cotidiano de*

Esta pesquisa se insere nesse contexto de produção historiográfica, buscando identificar o trabalhador como sujeito de sua história numa perspectiva baseada na concepção de classe e experiência desenvolvida por E.P.Thompson, em que o conceito de classe assume novamente a mobilidade e o movimento histórico atribuído por Marx, deixando de ser visto como uma “categoria” ou “coisa” e ganhando novamente dinamicidade³⁵.

Dessa maneira, procura-se realizar uma análise que parte dos sujeitos, entendendo que acima de tudo o que precisa ser compreendido é que as associações mutualistas de trabalhadores eram feitas por pessoas, que em suas ações, crenças, gostos e interesses imprimiam características à instituição a qual davam origem e se associavam.

O primeiro passo dessa dissertação, desenvolvido no capítulo 1, leva o leitor ao cenário em que as associações se localizavam, realizando uma apresentação da cidade de Florianópolis em sua organização demográfica, social e principalmente econômica, a fim de oferecer subsídios para que se compreenda a configuração do mundo do trabalho local. Além disso, apresenta sinteticamente o conjunto de associações excluídas da análise com o objetivo de ilustrar a existência de uma importante rede de organizações mutuais na cidade e a manutenção de uma tradição associativa que perpassava todas elas, tornando-as minimamente parecidas.

Procurou-se desenvolver uma análise geral desse quadro associativo dos trabalhadores em Florianópolis, na segunda parte do mesmo capítulo, denominado “Nosso meio associativo, a expressão da nossa força coletiva”, no qual se apresenta uma análise minuciosa a respeito das associações de socorro-mútuo dos trabalhadores, instituídas no recorte cronológico escolhido, enfatizando suas formas de organização e suas práticas administrativas.

Uma ampla compreensão do mundo associativo de Florianópolis dar-se-ia apenas após uma análise dos sujeitos envolvidos com essas entidades, o que procura-se fazer nos capítulos 2 e 3. Naquele, denominado “Pela nossa honra e nossa fé prometemos solenemente cumprir nossos deveres de sócios e cidadãos”, busca-se debater os interesses que motivavam os trabalhadores a se associarem a uma entidade e, da mesma maneira, as estratégias assumidas pelas associações a

mulheres agricultoras : Criciúma (1930-1950). Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, Monografia de Especialização em História Social e História Cultural, 2005; LEMOS, Gustavo Perez. *Mineiros e sindicalistas na cidade do carvão* : Criciúma (1952-1964). 137.f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008; RENGEL, Simone Aparecida. *“Proletários de todos os países uni-vos em Cristo”*. Trabalhadores Católicos e os Círculos Operários de Florianópolis (1937-1945): Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

³⁵ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. A árvore da Liberdade. 3ª Edição. Paz e Terra; Rio de Janeiro, 1997. p. 10.

fim de atrair a filiação de novos membros. Nesse capítulo, procura-se demonstrar como a configuração do corpo social influenciava na atuação que a entidade assumia com o passar dos anos e que essa configuração, de algumas maneiras, era definida no processo de formação da entidade, através da escolha de critérios pelos quais alguém viria a ser admitido, do conjunto de socorros que seriam prestados e dos custos que a entidade representaria ao seu futuro membro. Apresentam-se, também, os socorros como forma de compreender quem eram os associados através de seus interesses, buscando nesse processo averiguar detalhes a respeito do cotidiano de suas profissões.

Nessa discussão, a leitura de Silva Junior foi extremamente importante, pois, em sua análise, o autor procura afirmar a importância de estímulos de ordem “material” no processo de organização e estruturação dessas entidades. A maneira como Silva Junior apresenta a valoração desses critérios, porém, pode ser questionada, pois o autor contrapõe-se à noção de identidade, apresentando princípios do que chama de “ordem material” e “ordem espiritual” em contraste hierárquico de importância. O conceito de identidade de Silva Junior não fica muito claro em sua pesquisa, pois da mesma maneira que o nega, invariavelmente o utiliza. Aqui, buscou-se compreender identidade de maneira histórica, e, portanto, em constante transformação, mudando-se e ampliando-se de acordo com as relações desenvolvidas e as experiências vivenciadas pelos sujeitos, de forma que, como aponta Paula Nomelini “um agente histórico pode identificar-se de diferentes maneiras simultaneamente, sem que uma exclua a outra”³⁶. Assim, as questões de ordem material apontadas por Silva Junior, foram compreendidas no desenvolvimento do texto como participantes do processo de formação de identidades, uma vez que os sujeitos desenvolvem suas identidades a partir de suas condições de classe e de todas as relações que estas desencadeiam. Experiências, portanto, que o indivíduo vivencia, numa relação dialética, em uma lógica em que interesses materiais compõem elementos de identificação entre pares, pois sentir insegurança nas relações de trabalho e sociais significa participar de uma mesma condição social e, dessa maneira, dividir inúmeros espaços comuns – dentre eles as associações mutualistas.

A despeito de se discordar do posicionamento assumido por Silva Junior em relação a essas questões, incluindo no bojo das identidades aquilo que ele separa como consequência de interesses materiais e espirituais, considera-se sua pesquisa de grande relevância por atentar para a importância da análise e percepção dos fatores financeiros no processo de organização e

³⁶ NOMELINI, Paula Christina Bin. op. cit. p. 15.

escolha de uma associação e, assim, perceber que essas entidades atuavam num mercado previdenciário em disputa e que precisavam elaborar estratégias de ação a fim de manter um corpo associativo, o qual as mantivesse existindo. Essas discussões foram todas realizadas ao longo do citado capítulo dois.

O processo de compreensão dos sujeitos atuantes nas associações passa pela análise dos espaços e das relações políticas desenvolvidas no meio associativo, assim o terceiro capítulo, denominado “Somos neutros, não compreendemos as manobras maquiavélicas da política”, procura discutir a participação e o envolvimento político dos membros com suas associações, analisando os sujeitos que compunham as diversas diretorias. Para isso, realiza-se um cruzamento nominativo, buscando verificar a relação que tais entidades possuíam, tanto com as demais organizações civis da cidade quanto com os poderes públicos estabelecidos e com figuras públicas locais. Nessa tentativa, verifica-se uma série de dificuldades, de ordem prática e interpretativa, isso porque cruzar nomes de trabalhadores do início do século XX é se deparar com um inúmero conjunto de homônimos, devido à quantidade de nomes e sobrenomes comuns – como os bem conhecidos José da Silva e João Lima. Porém, essa prática se apresenta como extremamente válida alcançando inúmeras possibilidades de avaliação e conclusões, o que se percebe no capítulo três.

Elaborou-se o capítulo quatro, por sua vez, com a preocupação de se identificar e se analisar a densa participação das associações mútuas dos trabalhadores na sociedade em que se organizavam, percebendo como seu envolvimento rompia com as estruturas institucionais e chegava às ruas, atingindo a população em geral e influenciando nos mais diferentes momentos da vida do trabalhador. Para isso, discute-se a organização de atividades externas – como festas, campanhas políticas e até mesmo, intervenções nas relações de trabalho – e deliberações internas, mas que diziam respeito à classe como um todo. Através desses diferentes graus de intervenção social, nota-se a formação de identidades e a existência dessas associações na vida dos trabalhadores.

Essa análise corrobora com a percepção que permeia toda a dissertação acerca de uma tradição e cultura associativa e de classe. Em relação a essa discussão a coletânea *Culturas de Classe*³⁷, organizada por Claudio Batalha, Alexandre Fortes, Fernando Teixeira e Paulo Fontes,

³⁷ BATALHA, Cláudio H.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe*. Campinas: UNICAMP, 2004.

foi extremamente valiosa, uma vez que a temática abordada trata justamente da classe operária em suas diversas formas de expressão cultural. Nessa obra, destaca-se o artigo de Claudio Batalha³⁸, que trata diretamente da cultura associativa e seus elementos constitutivos, e que acrescido da análise proposta por Eric Hobsbawm³⁹, demonstra-se fundamental para a compreensão de diferentes signos culturais expressos no meio associativo e principalmente nas festividades operárias.

O recorte cronológico adotado por essa pesquisa tem suas datas limites em 1886 e 1932. Inicia com a fundação da Sociedade Beneficente Caixa dos Empregados no Comércio – a mais antiga das associações encontradas em Florianópolis – e termina em 1932, com a fundação do Club dos Funcionários Públicos Civis, devido ao fato de que as associações organizadas posteriormente a essa data assumiram uma característica muito mais sindical do que mutualista beneficente, embora possuíssem nomes como União dos Eletricistas de Florianópolis⁴⁰. Esse fenômeno, segundo Claudia Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus, se deve a um refluxo sofrido pelas associações devido à instituição de políticas públicas previdenciárias a partir de 1930⁴¹.

Decidiu-se recortar espacialmente a pesquisa em Florianópolis por ser esta a capital do estado e, devido a isso, seu centro político e administrativo, sendo também uma região portuária e, que assim, possuía importância econômica, além de grande circulação de trabalhadores.

O conjunto de fontes utilizadas foi vasto, porém a quantidade de informações obtidas a respeito das diferentes associações foi bastante desigual, o que dificultou em grande parte que se traçasse análises comparativas entre as diferentes entidades. Algumas associações, devido ao número de informações alcançadas, acabaram tendo papel destacado na análise, nesse sentido acredita-se que a falta de fontes e, em alguns casos, a grande quantidade delas, muito pode dizer a respeito da entidade em questão, tanto sobre seu envolvimento social, quanto sobre sua durabilidade, o seu número de sócios e a sua capacidade representativa, além, é claro, de bons contatos que lhe proporcionassem maiores aparições.

Procurou-se utilizar de um conjunto bastante variado de tipologias documentais, dentre as quais as produzidas pelas próprias associações, quando disponíveis – como estatutos, livros-atas, livros-caixa, livro de matrícula e regulamentos internos; e produzidas por terceiros, como

³⁸ BATALHA, Cláudio. op. cit 2004.

³⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁴⁰ Entidade fundada em 1932.

⁴¹ VISCARDI, Cláudia; JESUS, Ronaldo Pereira de. op. cit. p. 36.

jornais, ofícios enviados ao governador, anuários, dados censitários, dados eleitorais, códigos de posturas, leis, decretos e resoluções do estado e do município, processos-crime, entre outros.

A respeito das transcrições realizadas no texto, preferiu-se adotar a ortografia atual, respeitando, porém, a forma estrutural original dos textos. Os nomes, por sua vez, foram mantidos da forma como foram localizados nas fontes, sem padronizar os inúmeros detalhes que diferenciavam o nome pertencente a um mesmo sujeito.

Para designar as associações, poucas vezes se adotou siglas devido ao número de entidades mencionadas e a possibilidade de confusão por parte dos leitores, preferindo-se utilizar da nomenclatura por extenso ou abreviada.

Desta forma, e através destes princípios, é que se desenvolveu a seguinte pesquisa, e espera-se que o leitor tenha gosto ao encontrá-la.

1. “Nosso meio associativo, a expressão da nossa força coletiva”¹

1.1. Formação econômica e social de Florianópolis.

Na entrada do século XX, o estado de Santa Catarina contava com uma ocupação rarefeita, majoritariamente no meio rural, de 320 mil habitantes, concentrada no litoral e nos vales dos rios². Economicamente, baseava-se numa produção agrícola, embora seus tradicionais produtos de exportação, como a farinha de mandioca, estivessem declinando em sua importância³. O processo de industrialização no estado vinha sendo acelerado com uma política de modernização imposta pela república, buscando superar antigas estruturas fabris, implementadas com o interesse de contemplar as necessidades das colônias de imigrantes europeus – principalmente italianos e alemães – que se estabeleceram no sul do Brasil, através de uma política governamental, a partir de 1850⁴.

¹ Frase retirada de discurso proferido por Eugenio Cardoso em assembléia geral. In: UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n.56, assembléia geral de 13 ago. 1930. Livro de Atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 45. (Arquivo da Associação).

² 30% da atual região oeste do Estado de Santa Catarina neste período se encontravam em situação de litígio com o Paraná, o que criou diversas crises e só foi completamente resolvido em agosto de 1917, após a guerra do Contestado, quando foi homologado o acordo de limites entre os dois estados. Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. A formação e a atuação das chefias caboclas. 1912-1916. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

³ CUNHA, Idaulo José. A Indústria Catarinense no século XX. In: PEREIRA, Nereu do Vale. *A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente*. 2 v. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. p. 279.

⁴ A chegada desses imigrantes gerou alterações significativas nas relações econômicas catarinenses, tanto em termos agrícolas quanto industriais e comerciais. Santa Catarina passou a contar com novo contingente populacional que, em longo prazo, acabou gerando uma ampliação de mercados locais e um aumento na demanda de mão-de-obra. A chegada dos imigrantes em grandes quantidades significou também fortes mudanças culturais na região, tanto na utilização de novas técnicas e conhecimentos trazidos da terra natal, como nas relações sociais e manifestações cotidianas. Os colonos europeus foram levados para regiões pré-determinadas com objetivo de realizar um processo de ampliação dos espaços ocupados na província. Regiões como o Vale do Itajaí e o Nordeste do Estado receberam uma quantia bem mais significativa de imigrantes que o litoral. Foram para o Desterro 3,32% do total de imigrantes que chegaram ao Estado em 1872, enquanto para Joinville foram 17,57% e para a região de Itajaí (Penha, Camboriú, São Pedro dos Apóstolos, Blumenau e Brusque) foram 61,26%. Estas regiões – em função da forma como foram estruturadas e organizadas suas respectivas ocupações e também por apresentarem ótimas condições naturais – despontaram na economia catarinense, desenvolvendo-se em torno de atividades agrícola e industrial. A imigração européia para Santa Catarina intensificou-se entre 1873 e 1880. Nesta segunda leva de imigrantes, ao contrário da primeira, não vieram somente camponeses empobrecidos, mas também trabalhadores especializados, que atuavam em seu país de origem como comerciantes, artesãos ou operários. Vieram trazendo consigo conhecimentos técnicos, assim como contatos externos e, em alguns casos, capital inicial, que facilitaram uma ascensão social posterior. Estes imigrantes, principalmente os alemães, tiveram papel bastante importante no processo de industrialização catarinense. In: BOSSLE, Ondina. *História da Industrialização Catarinense*. (Das origens à integração no desenvolvimento brasileiro) 2ª ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988. p. 25.

Aos poucos, as atividades industriais foram se diversificando e ampliando seus alcances, sendo que a primeira Guerra Mundial (1914-1918) teve papel importante nesse processo, pois devido à impossibilidade de importar alguns gêneros de mercadorias tornou-se necessário produzi-los internamente, o que intensificou a industrialização por todo o Brasil, ampliou o comércio interno e estimulou as economias regionais. Nesse processo, Santa Catarina se inseriu na economia nacional através da produção têxtil, embora a maioria de suas exportações continuasse se baseando em produtos agropecuários e extrativos⁵.

No Censo industrial de 1920, verifica-se que entre 1890 e 1904 fundaram-se no estado 150 estabelecimentos industriais e que, entre 1905 e 1914, foram 295 estabelecimentos de mesmo tipo⁶. No primeiro inquérito industrial brasileiro, realizado em 1907, Santa Catarina figurava com a participação de 171 estabelecimentos industriais e 2.068 operários, número que em 1920 se elevou em 20%⁷.

A maioria das indústrias catarinenses iniciou suas atividades como estabelecimento artesanal, desenvolvendo-se até atingir uma maior mecanização da produção. Raros foram os casos de implementação de grandes estabelecimentos capitalistas estruturados fora do estado, porém as maiores empresas fundadas em Santa Catarina possuíam como proprietários empresários de origem alemã⁸.

O parque fabril catarinense concentrou-se na região de Blumenau e Joinville, exercendo Florianópolis um papel secundário. Em 1907, enquanto na capital organizavam-se 19 estabelecimentos de atividade industrial, em Blumenau contava-se 38 e Joinville somava 43 organizações do mesmo tipo⁹. Um contraste bastante visível que modificava em muito as relações sociais em cada uma dessas cidades, pois enquanto em Joinville havia 479 operários e em Blumenau 641, Florianópolis empregava apenas 211¹⁰ trabalhadores em estabelecimentos

⁵ A indústria têxtil passou a ter maior rentabilidade e espaço de maior destaque na exportação a partir de 1920. De 1914 a 1918 os índices nas exportações catarinenses foram de 65,35% para os produtos agropecuários, 22,79% para os extrativos e 11,86% para os têxteis. In: BOSSLE, Ondina. op. cit., p. 56.

⁶ CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 279.

⁷ AUED, Bernardete Wrublevski. *Histórias de profissões em Santa Catarina: ondas largas "civilizadoras"*. Florianópolis: Ed. do autor, 1999. p. 47.

⁸ CUNHA, Idaulo José. op. cit., 1982. p. 284.

⁹ *Ibidem*, p. 96.

¹⁰ Dos 211 operários registrados em tal inquérito industrial, 106 trabalhavam em empresas do grupo empresarial Hoepcke e Cia, que assumiu na época o posto de maior empresa comercial e industrial de Santa Catarina. Iniciado pelo alemão Carl Hoepcke, em sociedade com seu tio Fernando Hackradt em 1873, esse conjunto empresarial foi crescendo e diversificando sua abrangência. Em 1895, fundou a *Empresa Nacional de Navegação Hoepcke*, para

industriais¹¹. Essas regiões desenvolveram-se rapidamente e passaram a colocar em risco a hegemonia dos capitais comerciais da ilha. Reagindo a esse processo, no início do século XX, grandes comerciantes da capital ampliaram seus negócios através da implantação de filiais atacadistas em outras regiões do estado e apostaram também na diversificação de seus investimentos, invertendo capital gerado em relações comerciais para a produção industrial¹².

O capital comercial desses empresários foi conquistado, em geral, dentro do sistema de colonato¹³, explorando os colonos de diferentes maneiras. A mais comum delas consistia na atuação dos chamados *vendeiros*, comerciantes atacadistas que operavam como agentes financeiros através da realização de empréstimos a juros, suprindo a grande carência de agências de crédito na região¹⁴. Esses *vendeiros* atuavam também como intermediários entre importação e

atividades de exportação e importação, num comércio de cabotagem e também realizando transporte de passageiros. Em 1896 inaugurou a *Fábrica de Pontas Rita Maria* e logo em seqüência (não se sabe se em 1897, 1903 ou 1904) a *Fábrica de Gelo* no mesmo complexo industrial. Em 1907 era inaugurado seu estaleiro, denominado *Arataca* nas proximidades das fábricas de pontas e gelo, assim como do porto municipal. Esse estaleiro atuou numa atividade intensa de reforma e modificação de estrutura dos navios, sendo de alta tecnologia e referência para a época. Foi montado para servir aos navios *Hoepcke*, mas atendia também outras empresas. Nele trabalhavam 80 funcionários efetivos, sendo que sempre que necessário este corpo era aumentado com trabalhadores contratados. Na mesma região a *Hoepcke* possuía dois trapiches e um grande depósito de mercadorias, que ocupavam 12 empregados fixos. Em 1917, Carl Hoepcke em sociedade com Ricardo Ebel, fundou a *Fábrica de Rendas e Bordados*, numa iniciativa de produção têxtil fora do pólo que se formava no vale do Itajaí. O grupo *Hoepcke* possuía ainda a representação de diversas agências estrangeiras, tanto comerciais quanto bancárias. E possuía grande rede de filiais por todo o estado e também fora dele. O complexo industrial *Hoepcke* se localizava no bairro *Rita Maria*, onde construiu a primeira Vila Operária da cidade para seus empregados. In: BOSSLE. op. cit., passim; REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho e; KLUG, João (pesq). *Carl Hoepcke. A Marca de um pioneiro*. Florianópolis: Insular, 1999, passim.

¹¹ BOSSLE, Ondina Pereira. op. cit., p. 47.

¹² A *Casa Moellmann* estabeleceu filial em Blumenau, objetivando continuar a abastecer esta região que era seu principal mercado, pois estava encontrando fortes dificuldades operacionais para a comercialização a distancia, com o acesso dificultado da época. O grupo Hoepcke instalou-se em Laguna, Tubarão, Blumenau, São Francisco do Sul, Joinville, Lages, no Rio de Janeiro, em Santos, São Paulo e Paranaguá. Atuou também diversificando seus investimentos e transferindo os lucros obtidos no comércio para a atividade industrial – como apontado na nota acima. In: BASTOS, José Messias. *Comércio de Múltiplas Filiais em Florianópolis*. 1996. 186f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. p. 14.

¹³ O *colonato* é uma forma de organização econômica e social rural na qual o trabalhador arrenda uma porção de terra de um proprietário, oferecendo em troca parte de sua produção, ou, um ou mais dias da semana para dedicar-se ao cultivo da terra do proprietário.

¹⁴ A falta de instituições bancárias foi uma das grandes carências da cidade de Florianópolis, o que não se verificava com tanta intensidade em outras cidades do estado, que contavam com mais organizações bancárias que a capital. A instituição bancária mais antiga na capital catarinense foi a agência da Caixa Econômica, denominada na época de “Caixa Econômica e Monte de Socorro”, a qual se dedicava a captação de depósitos e empréstimos. O Banco do Brasil só se instalou em Florianópolis em 1916 e não operava muito com comércio e indústria, realizava mais transações oficiais e serviços de cobranças. Os bancos comerciais ou de depósito existentes tinham forte incapacidade de fornecer capitais em longo prazo, o que era necessário às empresas que iniciavam suas atividades. A maioria das instituições bancárias existentes era de grupos particulares, como a “Casa Bancária Hoepcke Ltda.”. Durante bastante tempo, mesmo com a existência de bancos, grande parte dos colonos continuava preferindo aplicar

exportação na troca de produtos coloniais por manufaturados, uma vez que para realizar o transporte de suas mercadorias os colonos esbarravam em altas taxas e tributações e numa grande falta de estrutura física, que tornava tais iniciativas individuais muito caras e, portanto, não compensáveis, numa relação que privilegiava o comerciante atacadista que trabalhava com altos valores e número elevado de mercadorias¹⁵.

O comércio florianopolitano durante o século XIX teve um papel destacado na economia da Província, embora seu alcance fosse bastante insatisfatório¹⁶. Sua principal atuação se dava pela venda no atacado, uma vez que grande parte da comercialização se baseava na distribuição de produtos importados pelo comércio local, vindos, na maioria das vezes, do Rio de Janeiro. À medida que aumentavam as transações comerciais, o comércio, primeiramente organizado nas proximidades do porto, foi se expandindo e se concentrando na região central da cidade, participando de todo um movimento de reestruturação e modernização de Florianópolis, estabelecido intensamente em fins do século XIX e início do XX.

Obras de melhoramentos na cidade foram se desenvolvendo, uma após a outra, em 1906, principiou-se a instalação do serviço público de abastecimento de água e um processo de instalação de redes de esgoto que levaria muitos anos para alcançar os principais bairros da cidade¹⁷. O problema do lixo, que até então era jogado às ruas ou no mar, foi temporariamente resolvido com a construção de um incinerador de lixo entre 1910 e 1914. Dentro desse mesmo processo de reformas e “limpeza” da cidade constituiu-se um conjunto de obras e ações visando melhorias e modernização do espaço. Realizou-se, assim, a substituição do sistema de iluminação a gás pela iluminação elétrica entre 1906 e 1910, a partir da construção da Usina Hidrelétrica do Garcia, na Colônia Santana, tirando a cidade do estado lúgubre que há muito reclamavam seus moradores e visitantes¹⁸. Nesse mesmo período, a partir de 1906, contou-se com a montagem de linhas de bonde à tração animal, que facilitavam em muito o deslocamento da população.

suas reservas financeiras com os chamados “vendeiros”, com os quais estabeleciam relações pessoais e de confiança. In: SCHMITZ, Sérgio. Santa Catarina: Bancos e Banqueiros. In: PEREIRA, Nereu do Vale. op. cit., p. 323.

¹⁵ Cf. BOSSLE, Ondina Pereira. op. cit., p.35; CUNHA, Idaulo José. op. cit., p. 76; SCHMITZ, Sérgio. op. cit., p. 310.

¹⁶ HÜBNER, Laura Machado. *O comercio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981. p. 67.

¹⁷ Era criada a inspetoria de águas e esgotos no âmbito da Diretoria de Viação, Terras e Obras públicas do Governo do Estado. In: GRISARD, Nelson. A saúde pública e o saneamento em Santa Catarina – 1901 a 2000. In: PEREIRA, Nereu do Vale. op. cit., p. 182.

¹⁸ VEIGA, Eliane Veras da. *Processo Histórico de Mutação da Paisagem Urbana da Área Central de Florianópolis. 1850– 1930*. 1990. 513 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990. p. 170.

O avanço territorial foi possibilitado aos poucos pelo desenvolvimento tecnológico alcançado para ordenar os riachos que cortavam a cidade, assim como elevações e pântanos que, até então, apresentavam-se como empecilhos para o avanço de estradas e lotes. A partir disso, se possibilitou a preparação de amplas avenidas para posterior circulação de veículos, dando uma nova aparência à Florianópolis, levando ao esquecimento a visão colonial que as ruelas lhe traziam¹⁹.

A cidade em seu processo de desenvolvimento passou a precisar de reformas que viabilizassem o incremento econômico local. Desta forma, em 1905 se deu a construção de um novo mercado público visando corresponder às necessidades que o antigo já não mais contemplava. Um processo também importante para a economia da cidade foram os serviços de drenagem que se efetuaram no Canal do Tabuleiro, e na região do porto, pois a profundidade destes espaços não era suficiente para que aportassem grandes embarcações, o que prejudicava o escoamento e recepção de produtos e passageiros²⁰.

O ritmo da construção civil se acelerou e aos poucos o cenário urbano foi se modificando. As intenções modernizadoras passaram também por uma discussão estética e pela primeira vez a beleza da cidade foi pensada, obras foram iniciadas visando melhorar sua aparência visual. Dessa forma, removeu-se, na década de 1920, o cemitério que havia sido construído em 1841 no alto, bem a vista dos que chegavam à cidade pelo mar, para uma região menos urbanizada, dando espaço para o maior dos empreendimentos desempenhados neste período: a construção de uma ponte que ligaria a ilha ao continente, numa representação do desenvolvimento alcançado.

O início da construção da ponte data de novembro de 1922 e sua conclusão se deu em 1926²¹. Foi um empreendimento bastante custoso ao estado²², pois possuía um projeto inovador, sendo construída em estilo pênsil. A construção da obra ocupou grande quantidade de trabalhadores e de mão-de-obra especializada: dezenove técnicos americanos participaram de sua execução e cerca de mil operários foram contratados para desempenhar os serviços, alguns

¹⁹ Idem.

²⁰ HÜBENER, Laura Machado. op. cit., p. 38-39

²¹ No projeto inicial denominava-se “Ponte da Independência”, mas em sua inauguração recebeu o nome de “Ponte Hercílio Luz” em homenagem póstuma ao governador do estado.

²² Calcula-se que o custo da obra, somados os empréstimos internos e externos, chegou a 14 milhões, 478 mil, 107 contos e 479 réis. In: ANDRADE, Djanira Maria Martins de. *Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1981. p. 73.

vindos do interior ou mesmo de países vizinhos e outros habitantes ilhéus²³.

A ponte foi inaugurada em 13 de maio de 1926 e logo após sua inauguração começaram a circular os primeiros ônibus na cidade, que dispensariam gradativamente as carroças, charretes e bondinhos. A facilidade de entrar e sair da cidade possibilitada pela presença da ponte modificaria aos poucos suas relações internas.

Com todo esse processo de reforma urbana, Florianópolis esteve em constante transformação durante toda a primeira metade do século XX. As reformas ocorridas na cidade não modificavam somente suas estruturas físicas, mas também suas características populacionais e hábitos diários. Perante a urbanização e o crescimento do comércio local, cada vez mais os moradores dos bairros populares foram sendo levados a se afastar das áreas centrais. Conjuntos habitacionais populares começaram a crescer, “a camada de trabalhadores urbanos marcou, pela primeira vez, a paisagem com suas habitações. Eram trabalhadores modestos, provenientes das pequenas indústrias (...), do comércio e do funcionalismo público”²⁴.

O mundo do trabalho se modificava e antigas funções como a de recolhedores de águas, motoristas de carroça-pipa, acendedores de lamparinas da iluminação pública, carris urbanos, entre outras, tornavam-se obsoletas²⁵. Ao mesmo tempo abriam-se espaços para a existência de outras profissões que surgiam das novas necessidades, como nas obras da construção civil, no transporte urbano, na coleta de lixo, nas fábricas e no comércio. Verifica-se neste começo de século um êxodo significativo de populações rurais em direção ao centro da cidade, em busca das novas possibilidades de emprego que surgiam²⁶. Mas a sobrevivência dos trabalhadores se constituía ainda muito relacionada à agricultura e ao mar, pois 50% da população masculina, recenseada em 1920, ainda atuava trabalhando nessas áreas, somando 5.285 pessoas no trabalho agrícola e 649 na pesca/caça. A agricultura e a pesca, quando não eram as atividades principais dos trabalhadores, comumente figuravam como funções secundárias dos que se empregavam como assalariados em outras áreas e estabelecimentos, enriquecendo a própria alimentação e a economia doméstica²⁷.

²³ Idem.

²⁴ VEIGA, Eliane Veras da. op. cit., p. 448.

²⁵ Cf. AUED, Bernardete Wrublewski. op. cit.

²⁶ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 1992. 301f. Tese. (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, 1992. p. 186.

²⁷ SCHMITT, Jaqueline Aparecida Martins Zarbato. *Trabalhando em Florianópolis... (As práticas de trabalho e as memórias de trabalhadores e trabalhadoras. 1900 - 1920)*. 2001, 157f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. p.97

O mar também proporcionava trabalho através do transporte marítimo e fluvial. Inúmeras baleeiras e lanchas circulavam conduzindo pessoas e mercadorias do continente para a ilha e vice-versa, permanecendo esse tipo de transporte com força até mesmo depois da construção da ponte, pois para atravessá-la era necessário pagar taxas²⁸. No censo de 1920 em Florianópolis, figuravam 517 pessoas atuando nesta área, contra 258 que trabalhavam com transporte terrestre, o que demonstra como era ainda muito presente a relação com o mar no desenvolvimento da cidade.

A existência do porto também abria muitas possibilidades de emprego, pois, apesar de ser um porto pequeno e com diversos problemas técnicos que dificultavam a chegada de grandes embarcações²⁹, atuava numa atividade intermediária de um comércio exportador. Atraía muitos trabalhadores, primeiro pela própria característica do sistema de contratação utilizada, ocasional e temporário, no qual a força e a resistência serviam como critério de escolha, permitindo a entrada de pessoas avulsas que realizavam o trabalho a fim apenas de complementar renda. Além disso, devido à freqüente chegada de estrangeiros, o porto criava espaço para o surgimento em toda a redondeza, de diversos tipos de serviços, como hotéis, pensões, hospedarias bares e restaurantes, assim como de um comércio ambulante de comida e artigos variados, impulsionando também a formação de diversas casas comerciais³⁰.

O comércio em Florianópolis nesse começo do século XX era bastante variado e volumoso e envolvia grande número de pessoas. Nos dados censitários de 1920 somam-se 1.107 trabalhadores atuando nessa área³¹, destes, 1.047 eram homens e apenas 60 eram mulheres,

²⁸ O pedágio foi efetuado inicialmente por uma empresa privada que havia participado de sua construção, a *Corsini & Irmãos*, a qual por licitação ganhou o direito de efetuar a cobrança e realizar a conservação da ponte durante oito anos. A cobrança era realizada através de bilhetes e guaritas de vigilância. A tabela de cobranças previa as mais variadas situações, desde passagem de pedestres, passes escolares, veículos de carga, carros de praça, aranhas, bicicletas, triciclos, motocicletas, carros de mão, malas ou volumes, cabeça de gado, cavaleiro, etc. Esse pedágio só deixaria de ser cobrado após 1930 por pressão da população. In: COELHO, Mário César. *Moderna Ponte Velha: Memória da Ponte Hercílio Luz*. 1997. 172f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. p. 94-95.

²⁹ O porto, na região denominada Canal do Taboleiro, não possuía grande profundidade, o que acabava fazendo com que as embarcações de maiores calados corressem o risco de ficar atoladas, impedindo, portanto, sua aproximação. A maior profundidade que alcançava era de 30m, por isso as embarcações de maior porte eram obrigadas a aportar em Sambaqui, o que acabava acarretando maiores gastos no transporte das mercadorias, assim como uma maior dificuldade dos órgãos fiscalizadores e arrecadadores em desempenhar controle. Além disso, havia outros problemas estruturais, como a falta de armazéns e a precariedade do cais. In: *Ibidem*, p. 26

³⁰ PEDRO, Joana Maria. op. cit., p. 24.

³¹ O censo de 1920 contabiliza 1.102 pessoas trabalhando no comércio “propriamente dito” e 65 em “outras espécies de comércio”. In: BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil, realizado em 01 de setembro de 1920, Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1930. vol. 4, pt. V, tomo I, População*. p. 168/169. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2007.

geralmente contratadas por empresas menores para realizar o atendimento direto ao freguês³².

O mercado de trabalho também se diversificava para as mulheres, ao mesmo tempo em que novas funções surgiam, as antigas continuavam servindo como forma de incrementar as condições financeiras do lar. No censo de 1920, foram declaradas como domésticas 897 mulheres, o que segundo Joana Maria Pedro pode indicar que estas não possuíam emprego ou profissão fixa, vivendo das mais diferentes atividades, diretamente relacionadas a afazeres domésticos. Os trabalhos manuais e artesanais eram mantidos como forma de adquirir renda, na realização do trabalho do fio no tear e no feitiço da renda-de-bilro, assim como na fabricação de comidas das mais diferentes qualidades, de objetos de adorno e limões de cheiro. A atuação como lavadeiras, quitandeiras e vendedoras ambulantes era ainda bastante presente, assim como a relação direta que possuíam com o meio natural, tanto na extração quanto na lavoura, e através da preparação e secagem dos peixes trazidos pelos homens do mar, no cultivo da farinha de mandioca e na produção de tecidos – que passava pelo processo de plantação, colheita e preparação do algodão. Eram também procuradas para trabalhar como empregadas domésticas nas famílias mais abastadas³³.

Interessante perceber como a atuação profissional feminina marcou forte presença nas fábricas da cidade, alcançando 63,30% da mão-de-obra empregada neste setor. O que facilmente se explica por sua concentração nas indústrias têxteis e de vestuário em números muito superiores aos dos homens – nas indústrias têxteis em 1920, segundo o censo, atingiam 97% da mão-de-obra total e nas de vestuário alcançavam o número de 79%.

A mão-de-obra masculina encontrava-se como maioria em outros setores; além da agricultura, na pesca e no comércio, eram empregados na construção civil e no funcionalismo público. A demanda por trabalhadores de construção aumentou consideravelmente durante o século XX, devido ao processo de reforma urbana desencadeada. As modificações resultantes desse processo tornam-se perceptíveis quando se considera que até 1900 havia construído em Florianópolis 36.630,17 m.², número este que foi praticamente triplicado até 1930, quando a cidade passou a contar com 126.339,18 m.² de área construída³⁴. Em 1920, 575 homens foram recenseados como trabalhadores de edificação, classificação que considerava tanto pedreiros

³² PEDRO, Joana Maria. op. cit., p. 32.

³³ Ibidem, p. 231.

³⁴ NEUMANN, Clóvis. *O processo de intensificação urbana do Centro de Florianópolis*. 1988. 196f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 72.

como vidraceiros, carpinteiros e tintureiros, entre outras funções relacionadas ao setor em questão³⁵. Acredita-se que este número deveria ser ainda maior, pois certamente não eram contabilizados os sujeitos que trabalhavam temporariamente nesse setor, caso comum, por exemplo, no processo de construção da Ponte Hercílio Luz.

Outro setor que sempre marcou o mundo do trabalho florianopolitano foi o funcionalismo público, que empregava quantias bastante significativas desde os tempos coloniais, uma vez que o centro de Florianópolis desenvolveu-se desde sua formação como abrigo da administração pública estadual e conseqüentemente, muitos funcionários públicos se concentraram nessa região. Da mesma forma, grande contingente militar reuniu-se na ilha, participando fortemente de sua constituição demográfica, social e político-administrativa. Para se ter clareza desta participação basta saber que em 1796, quando a população da capital contava com 3.757 habitantes, 1.027 eram militares (correspondendo a 27% da população total)³⁶, assim como que, durante o século XIX, a grande maioria dos administradores da Capitania foi militar.

No censo de 1920, contabiliza-se 1.291 funcionários da administração e força pública (exército, armada e polícia), representando aproximadamente 3% da população da cidade. Como Florianópolis era sede das principais organizações administrativas federais, estaduais e municipais, acredita-se que o número de funcionários envolvidos nas três instâncias fosse superior ao apresentado no censo, pois segundo o Almanak Laemmert havia na capital catarinense 16 repartições relacionadas ao serviço federal, 21 ao estadual e 8 ao municipal, fora os gabinetes de pessoas diretamente eleitas e seus assessores³⁷. O censo de 1920 apresenta 277 trabalhadores atuando em órgãos federais, 304 na esfera estadual, e apenas 91 na municipal.

O interessante é que esse grupo de trabalhadores públicos, com a entrada da República, foi sofrendo grandes modificações de perfil, pois passaram a ser oriundos do comércio e do transporte de mercadorias, rompendo com a antiga lógica em que apenas militares e funcionários civis – enviados de fora da cidade – assumiam cargos de direção. Nomes de grandes empresários passaram a ocupar funções públicas destacadas, num movimento de rotatividade na ocupação das diferentes funções. Mas a grande quantidade de funcionários era de baixo escalão, e se

³⁵ As demais funções que são categorizadas no censo como de indústria de edificações são: aplainador de madeira, aparelhador de madeira, bombeiro, caieiro, canteiro, cortador de mármore, estampador de papel de forração, estocador, gravador, marmorista, pintor de casas, polidor, tintureiro. In: Recenseamento geral do Brasil 1920 – v. 5, pt. 2, p. 412.

³⁶ BASTOS, José Messias. op. cit., p. 09-10.

³⁷ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - Almanak Laemmert, Rio de Janeiro: Laemmert. 1915. (Arquivo Edgar Leuenroth, doravante AEL).

diferenciavam dos demais trabalhadores devido ao conjunto de vantagens que possuíam.

O mundo do trabalho florianopolitano compunha-se, portanto, de forma bastante diversificada na entrada do século XX. Mas devido ao fato de se constituir enquanto uma cidade pequena – reunindo uma população de 32.229 habitantes³⁸, dos quais apenas 38% se concentravam em área urbana – abria forte possibilidade de que seus habitantes se relacionassem e se conhecessem de forma próxima, desempenhando relações de trabalho, de vizinhança, de amizade e de parentesco.

1.2. O mundo associativo em Florianópolis

Na entrada do século XX, diferentes espaços de sociabilidade eram criados ou ampliados, acompanhando o ritmo de crescimento e desenvolvimento da cidade e das demandas surgidas no referido processo. Como observaram Conniff, Batalha e Fonseca para o caso do Rio de Janeiro e Loner para Pelotas e Rio Grande³⁹, na pequena Florianópolis desse período, diversos tipos de organizações com base na estrutura associativa se constituíam, certamente por ser esta a forma mais viável e difundida, dentro da institucionalidade, de se organizar interesses comuns.

Bastante disseminada no período, essa cultura associativa atingia diferentes setores da sociedade, expressando-se nas mais variadas formas de organização – como clubes⁴⁰, sociedades

³⁸ BRASIL, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Diretoria Geral de Estatística. Sinopse do Recenseamento do Brasil de 31 de dezembro de 1900, Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1905. p.91. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2007.

³⁹ CONNIFF, Michael L. *Voluntary Associations in Rio, 1870-1945: A New approach to Urban Social Dynamics*. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Center for Latin American Studies at the University of Miami, vol. 17, n. 01, feb. 1975. pp. 64-81. Disponível em: www.jstor.org/satble/174788. Acesso em: 17 nov. 2006; BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira (org.). *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004. p.96; LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora Universitária, 2001; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: Associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008.

⁴⁰ Club. Guarda da República (ant. 1896), Club. 16 de abril (1824); Club. 12 de agosto (1872); Club. Germânia (1866); Club. Venutöter (ant. 1904); Club. Concórdia (1920), Club. 7 de julho (ant. 1921), Club. 07 de setembro (ant. 1921), Club. 08 de junho (ant. 1921), Club. 12 de outubro (ant. 1921), Club. 15 de outubro (ant. 1921), Club. 21 de abril (ant. 1920), Club. 29 de abril (ant. 1929); Club. Anita Garibaldi (ant. 1921), Club. Recreativo e Beneficente São João (1921), Club. Recreativo Guarany (ant. 1923),

recreativas⁴¹, esportivas⁴², literárias⁴³, musicais⁴⁴; carnavalescas⁴⁵; de teor religioso⁴⁶ ou de caridade⁴⁷; entre outras⁴⁸. Havia ainda, sob esse mesmo formato, organizações privadas oferecendo serviços previdenciários através da realização de sorteios e venda de seguros⁴⁹.

No mesmo movimento, constituíam-se associações com o objetivo de oferecer, principalmente, atendimentos previdenciários aos seus sócios através de uma organização baseada em princípios de ajuda mútua. Prestavam, assim, assistência financeira em situações de morte, doença, invalidez e, em muitos casos, organizavam espaços de lazer e recreação, de educação e formação, ou mesmo de representação política.

Essas entidades se organizavam a partir dos mais diferentes critérios. Algumas não definiam grupo social ao qual pretendiam priorizar e assim reuniam pessoas simplesmente em torno da carta de atendimentos a que se propunham. É o que Loner apresenta como sociedades

Que funcionavam como uma espécie de montepio moderno, por ações ou cautela, em que não importava a origem ou profissão do associado, e nem havia qualquer tentativa de conagração ou reunião entre eles, funcionando com planos diferenciados, tanto no valor de contribuição, quanto nos benefícios percebidos. Ao longo de todo o período houve sociedades desse tipo congregando não só membros da elite como artesãos e trabalhadores, com valores altos, tanto dos prêmios quanto das contribuições⁵⁰.

Esse é o caso da Sociedade de Amparo às Famílias, fundada em 1901, que unicamente oferecia pecúlios em caso de falecimento, cobrando dos sócios valores pré-estabelecidos para financiar os custos de cada morte ocorrida. Também é o caso da Associação Maternidade de Florianópolis, de 1913, que possuía o objetivo de organizar e manter uma maternidade na cidade

⁴¹ Sociedade Recreativa Filhos do Mar (1889), Sociedade Recreativa Filhos do Desterro (1909), Grêmio Juvenil (ant. 1913), Grêmio Literário Recreativo Catarinense (ant. 1921), Clube recreativo Dançante Flor de Maio (1922), Grêmio Violeta (1920), Sociedade recreativa Beneficente (1920)

⁴² Club. Náutico Riachuelo (1921); Club. Náutico Francisco Martinelli (ant. 1923); Liga Náutica de SC (1923); Club. Ciclysta Barriga-verde (ant. 1904); Tiro Nacional Catarinense (ant. 1904); Club. de atiradores de Florianópolis (ant. 1904); Trabalhista Futebol Club.

⁴³ Sociedade Literária e Recreativa Catarinense (ant. 1909); Centro Instrutivo e Literário Catarinense

⁴⁴ Sociedade Musical Amor a Arte (ant. 1902)

⁴⁵ Sociedade Carnavalesca “Pantomineiros” (ant. 1896); Sociedade Carnavalesca “Netos do Diabo” (ant. 1896); Grupo Carnavalesco Guarany (ant. 1896);

⁴⁶ Associação Irmão Joaquim, Associação Helênica São Constantino

⁴⁷ Caixa dos Pobres (ant. 1903), Sociedade Beneficente Damas de Caridade (ant. 1909), Sociedade Beneficente Senhoras de Florianópolis (1912),

⁴⁸ Centro Cívico José Boiteux (1917 aprox.), Beneficência Maçônica (1925), Club Violeta

⁴⁹ Caixa Geral das Famílias (ant. 1907), Mutualidade Vitalícia (ant. 1910), Anônima Mutua Edificadora (1910), A Amparadora (1914), A Igualdade (ant. 1910), União Mutua (ant. 1910), A Equitativa (ant. 1910), Mutualidade Catarinense (ant. 1913), Segurança da Família (ant. 1913), A Universal (ant. 1914), Caixa Mutua de Pensões (ant. 1914), Globo (ant. 1916), Caixa Auxiliar da Ponte Hercílio Luz (1927),

⁵⁰ LONER, Beatriz Ana. op. cit. p. 101.

e prestar serviços obstétricos; e da Associação Beneficente e de Socorros Médicos, de 1914, que pretendia socorrer seus associados com atendimento médico, farmacêutico e auxílio em caso de falecimento. Essas instituições se definiam estatutariamente de forma totalmente aberta, sem apresentar nenhum tipo de fechamento explícito – de sexo, classe, cor, etnia, religião ou qualquer outro. Devido a essa condição, optou-se por não aprofundar aqui o estudo a respeito dessas entidades, uma vez que o objetivo da pesquisa é tratar das associações voluntárias de trabalhadores, e nesse caso não foi possível identificar quem eram as pessoas por trás da instituição.

Por outro lado, a maioria das entidades definia, já no momento de sua formação, o grupo social a que pretendia atender, como é o caso das entidades organizadas por princípios étnicos – nas quais, porém, também não havia apontamento de classe nos princípios admissionais.

Em Florianópolis, apenas duas associações com esse tipo de princípio foram localizadas: a Societá di Mutuo Socorso Fratellanza Italiana fundada em 1891 e a Sociedade Polaca Democrata, de 1901.

Provavelmente, outras associações mutuais de princípios étnicos existiram no período abordado, uma vez que grande quantidade e diversidade de imigrantes habitavam Florianópolis e a cultura associativa era amplamente disseminada, como demonstra a bibliografia acerca do tema⁵¹. É possível atentar para essa possibilidade também devido à existência de outras instituições não mutuais de formação étnica na cidade, como a Associação Helênica “São Constantino” de 1906. Tal associação se estruturava como uma irmandade, tendo o objetivo de congregar os gregos residentes em Florianópolis, mantendo a seu serviço um padre “do rito grego ortodoxo”⁵² e uma capela para realizar suas missas; ou o Clube Germânia, que atuava de forma recreativa propondo bailes e “diversões de salão”, mas aceitando “somente alemães”⁵³ em seu seio; assim como o clube esportivo Sociedade Gymnastica Jahn Desterro, constituída em 1905, com o objetivo de “fazer progredir a ginástica alemã”⁵⁴.

⁵¹ Adhemar L. da Silva Junior realiza um balanço historiográfico sobre o associativismo no Brasil e no mundo de forma muito completa. Cf. SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940.* 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

⁵² ASSOCIAÇÃO HELÊNICA SÃO CONSTANTINO, Florianópolis. Estatutos, 11 dez. 1906. Livro n. 02, fl. 69. Cap. I, art. 02. (Cartório Faria de Registro Civil, doravante CFRC).

⁵³ Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro; Almanak Laemmert, 1901, p. 1.868.

⁵⁴ SOCIEDADE GYMNASICA JAHN DESTERRO, Florianópolis. Estatutos, 05 out. 1905. In: Jornal *O Dia*, Florianópolis, 17 out. 1905, n. 1.414. (Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, doravante BPESC). Cap. I.

A falta de documentação que comprove a existência de maior número de entidades de caráter étnico em Florianópolis pode estar relacionada com a própria configuração da cidade. Devido à presença de rios, praias e elevações, Florianópolis foi ocupada com vários focos populacionais isolados na formação de distritos⁵⁵, os quais eram distantes e de difícil acesso e, justamente por isso, bastante autônomos. De caráter rural, essas regiões se desenvolveram, em boa parte, com a chegada dos imigrantes açorianos no século XIX, numa estrutura de pequenas propriedades de policultura com a produção baseada na subsistência. Foram destino também das levadas de imigrantes.

Há uma grande possibilidade, portanto, de que associações mutualistas étnicas tenham se organizado nessas regiões rurais e afastadas, sem existir, atualmente, os documentos mais comuns a respeito de suas existências. Outra possibilidade é que as mesmas estejam registradas no primeiro livro cartorial com documentação de entidades civis de Florianópolis, que estava extraviado até o final desta pesquisa, o qual se refere justamente ao século XIX, período em que instituições de tal caráter se organizavam com maior frequência⁵⁶.

Optou-se por não trabalhar com a Società di Mutuo Socorso Fratellanza Italiana⁵⁷ e a Sociedade Polaca Democrata⁵⁸, devido ao fato de que elas também não definiam classe entre seus

⁵⁵ A ilha de Florianópolis é composta por cadeias de maciço interpostas por terrenos sedimentares que formaram as planícies as quais foram povoadas.

⁵⁶ SILVA JUNIOR percebe esse fenômeno para o Rio Grande do Sul. Cf. SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. op. cit., p. 145.

⁵⁷ A Società di Mutuo Socorso Fratellanza Italiana foi fundada na ilha de Santa Catarina em 20 de setembro de 1891 por colonos italianos residentes na cidade. Em sua fundação contou imediatamente com 58 sócios, enfraquecendo-se posteriormente, pois em 1895 possuía um corpo social composto apenas por sete pessoas. Segundo consta em documento de 1904, nesse período sofreu interferência do cônsul italiano em Florianópolis, Roti, o qual teria se envolvido no processo de reerguimento da instituição. Em 1898, ela voltou então a contar com um grupo considerável, somando 72 sócios. Segundo Nelma Baldin juntamente com a Fratellanza Italiana as colônias italianas de Santa Catarina teriam fundado uma *Federação de Cooperativas das Colônias Italianas do Sul do Estado de Santa Catarina*, a qual agremiava associações do estado inteiro, denominadas Fratellanza. Como a sede da Federação se localizava em Florianópolis, a *Fratellanza* desta cidade atuava dividindo espaço com a mesma, o que lhe deu bastante estrutura, assim como, deixou-a completamente integrada à Federação. Sua sede localizava-se na região central da cidade e contava com bastante espaço, o qual era distribuído entre o Consulado italiano, um albergue de hospedagem – onde ficavam os representantes das Colônias quando precisavam ir à capital – e escritórios administrativos e financeiros. Contava ainda para ações recreativas com uma Orquestra, a qual ministrava aulas de música, e um salão de bailes, assim como um restaurante - bar. Na parte educativa investia numa biblioteca e na formação de alunos, criando uma escola de língua italiana. Esta Federação teria chamado a atenção de lideranças políticas da época, passando a ser pressionada e vigiada pelo Estado catarinense. Com a partida do Cônsul Roti, que a defendia e protegia, foi se enfraquecendo até ser desfeita, dois anos após sua fundação. A Società di mutuo soccorso Fratellanza italiana, continuou existindo, mas de forma bastante enfraquecida, mantendo principalmente suas atividades culturais. No início da II Guerra Mundial começou a perder espaço devido às perseguições que passou a sofrer e para conseguir se manter mudou de nome, tornando-se Sociedade XX de setembro. Sob o novo formato teve uma existência pequena que se findou logo após o término da II Guerra Mundial. *A Fratellanza* possuía como lema “A União faz a força”, e seu principal objetivo era manter viva a ligação entre descendentes italianos e a pátria mãe.

princípios de admissão, fator que também não ficou claro na análise das fontes. Existiam, por fim, entre os variados tipos de associações, as entidades que definiam sua organização por critério de classe, sendo patronais ou de trabalhadores.

De caráter patronal localizou-se apenas duas entidades: a União dos Varejistas de Florianópolis e a União dos Proprietários – essa última fundada em 1914 com a intenção de “promover a união de todos os proprietários de Florianópolis e proteger e defender todos os seus associados coletivamente”⁵⁹. A respeito de seu funcionamento e duração pouco se pode afirmar, inclusive por não ser este o foco dessa pesquisa.

Quanto às associações de trabalhadores, encontrou-se diversidade em suas formas de organização, a começar pelo fato de que tanto existiam enquanto voluntárias quanto como compulsórias. Esse segundo tipo ocorria principalmente entre funcionários públicos, como é o caso da União Militar, da Caixa Beneficente da Força Pública e da Sociedade Beneficente do Corpo de Segurança, nas quais o fato do trabalhador se efetivar enquanto funcionário era suficiente para ser considerado membro, independente de seu interesse, tendo sua mensalidade descontada de seus vencimentos.

Foi verificada, no período de 1886 a 1934, a existência de trinta e uma associações de caráter voluntário organizadas por trabalhadores em Florianópolis, dentre as quais, seis se organizavam congregando trabalhadores de forma pluriprofissional, sem fechamento em torno da profissão; uma reunia trabalhadores de uma mesma fábrica⁶⁰; duas se organizavam por indústria – reunindo trabalhadores de funções diferentes, mas do mesmo setor industrial –; e vinte e três

Atuava através de socorros mútuos e beneficência, e através da escola de educação italiana, que não se direcionava apenas a italianos, nem somente aos sócios da instituição. In: Anuário Catarinense, 1904. p. 172-174 (BPESC); BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade*, história da imigração italiana no Brasil: os vênetsos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 1999, passim.

⁵⁸ A Sociedade Polaca Democrata tinha menos o interesse de socorrer seus associados do que de congregá-los mantendo a identidade polaca e relações com a terra natal. Seus objetivos eram: “unir os polacos dispersos; manter neles o espírito nacional, ajudar os recém vindos a procurarem ocupação e dar-lhes instruções necessárias; manter contínuas relações com as sociedades polacas em todo o mundo; conquistar simpatia e manter relações com as outras nacionalidades; defender a dignidade no caso de agressão; defender a sociedade com os meios materiais e morais”. In: SOCIEDADE POLACA DEMOCRATA NACIONAL, Florianópolis. Estatutos, 03 jul. 1908. Jornal *O Dia*, Florianópolis, 10 jul. 1908. (BPESC). Cap. I, art.1.

⁵⁹ UNIÃO BENEFICENTE DOS PROPRIETÁRIOS, Florianópolis. Estatutos, 21 jan. 1914. Livro 02, fl. 37. Cap. I, art. 01 (CFRC).

⁶⁰ A respeito da *União Beneficente da Fábrica de Cartuchos*, apenas se pode informar que existiu e teve sua fundação anterior ao ano de 1914, pois infelizmente a única notícia a seu respeito que se conseguiu localizar é de uma nota de jornal informando que, em 19 de janeiro desse ano, a sede de tal instituição foi roubada. In: Jornal *O Dia*, Florianópolis, 19 jan. 1914, n.7195. (BPESC).

eram organizadas de acordo com o ofício – sendo que onze delas eram voltadas à trabalhadores do funcionalismo público e doze à trabalhadores envolvidos com o setor privado (vide anexo 1).

Essas associações mutualistas voluntárias de trabalhadores, encontradas e analisadas em Florianópolis, possuíam características bastante comuns entre si, em suas formas de se organizar e nos discursos utilizados para ordenar essa organização. Isso se apresenta tanto em relação ao que diz respeito às suas configurações administrativas – na composição das diretorias, no sistema democrático interno, nas reuniões periódicas dos diretores e na organização financeira e burocrática (através de estatutos, regulamentos internos e livros atas e caixa) – quanto ao que se relacionava às práticas simbólicas – das quais fazem parte os festejos, os símbolos iconográficos, os estandartes e bandeiras, distintivos, diplomas, entre outras representações e formas de construção e consolidação de uma identidade dentre os trabalhadores⁶¹ (vide anexo 2).

Esse conjunto ritual compreendia uma noção geral a respeito de como deveriam se organizar as associações, fazendo parte de uma cultura associativa⁶², mantida e passada de organização para organização, encontrada nos diversos tipos de entidades existentes, de diferentes princípios, fosse de cunho recreativo, esportivo, carnavalesco ou de socorro mútuo.

A respeito desses rituais, é extremamente interessante perceber como se assemelhavam – e mesmo se repetiam – nos diversos universos empíricos estudados, tanto no Brasil como fora dele, demonstrando o quanto essa cultura era disseminada e estava arraigada e presente⁶³. Mas o mais interessante e que deve ser frisado aqui é que, para além das semelhanças nas formas administrativas de organização e nas práticas simbólicas, os discursos utilizados e as ações desempenhadas eram também muito próximas – na configuração de políticas internas e externas. Sistemas que podem ser percebidos através do estudo comparativo, tanto de entidade para entidade quanto entre realidades empíricas diferentes.

O fato de se estar trabalhando com grupos de associações de diferentes categorias demonstra que algumas práticas eram bastante intrínsecas à noção de associação e socorro mútuo, enquanto outras, em suas formas mais singulares, dizem muito a respeito do grupo que dela fazia uso. O trabalho comparativo torna possível avaliar ambas as questões, demonstrando um pouco a

⁶¹ HOBBSBAMW, Eric. As transformações dos rituais dos operários. In: *Mundos do Trabalho*. Novos Estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Cap. 05.

⁶² BATALHA, Cláudio H M. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da. (org.). op. cit., 2004.

⁶³ Cf. SILVA JUNIOR, Adhemar L da. op. cit., p. 23.

respeito do ambiente social em que estas entidades se ergueram e das demandas que procuravam responder.

1.3. As associações voluntárias de trabalhadores

As associações mutualistas voluntárias de trabalhadores se organizavam, em geral, a partir de um grupo de pessoas com algumas afinidades, desenvolvidas por experiências, interesses e necessidades comuns que, na maioria das vezes, eram estabelecidas através de relações cotidianas – como de amizade, parentesco, de trabalho, ou de qualquer outro tipo. Essas relações atuavam de forma marcante definindo características da organização de cada nova mutual, principalmente nos primeiros anos de uma entidade, quando ainda eram pequenas e em grande parte orientadas por seus fundadores. Dessa maneira, o grupo fundador possuía forte importância na definição dos caminhos e das características que seriam assumidas pela nova associação – discussão que será retomada e melhor desenvolvida nos próximos capítulos.

Inicialmente, eram traçadas diretrizes, princípios e metas a serem alcançadas em longo prazo e que se transformariam, antes ou depois da instalação da nova organização, no conjunto de leis a serem seguidas e respeitadas na forma de *estatutos*, os quais seriam discutidos e aprovados em assembléia geral. Esses estatutos eram modificados com o passar dos anos, adaptando-se às novas necessidades sentidas na atuação prática de cada associação. Hoje, servem como principal fonte de análise a respeito das associações, embora fossem elaborados, em geral, com uma estrutura bem formatada – organizados na maioria das vezes, com os mesmos elementos de grande parte das associações civis da época; fenômeno bastante comum nas práticas e procedimentos burocráticos que habitualmente se produzem através da utilização de modelos. Além disso, a legislação na qual esse tipo de associação se enquadrava, impunha diversas condições a serem seguidas com requisitos, restrições e limites.

As determinações legislativas tratando a respeito desse tipo de associação tiveram seu início em 1860, com a lei n. 1.083, de 22 de agosto e o decreto n. 2.711, de 19 de dezembro⁶⁴. A lei apenas incorporava essas entidades no conjunto de associações por ela regulamentadas,

⁶⁴ SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. op. cit., p. 297.

enquanto o decreto de forma mais específica, tratava a respeito das entidades de auxílio mútuo⁶⁵. Em suas determinações, previa que toda nova instituição deveria ter seus estatutos aprovados pelo governo antes de iniciar suas atividades, exibindo diversas implicações necessárias as quais deveriam constar na produção textual de tais estatutos:

O nome da entidade, a sua sede, os seus fins, a duração prevista, o valor da contribuição mensal, a forma como se pretendia empregar os fundos sociais, os serviços prestados, as atribuições dos administradores e da assembléia geral, o modo de administração, as condições para admissão e eliminação dos sócios, bem como o número destes⁶⁶.

Além disso, tal legislação definia que os presidentes destas entidades deveriam ser nomeados pelo poder executivo, prevendo apenas uma consulta nas bases associativas. Determinação que não foi seguida na maioria dos casos e que durou somente até 1872, quando foi revogada pelo decreto n. 5.112, de 17 de outubro⁶⁷.

O decreto de 1860 foi importante também por diferenciar as associações mutualistas das sociedades de auxílio mútuo que visavam lucro e que eram extremamente comuns no período, dividindo um formato organizacional bastante parecido com as mutuais, sendo facilmente confundido⁶⁸.

Os padrões e práticas estipulados por tal decreto de alguma maneira transformaram-se em modelos que se estenderam para além de sua vigência, pois mesmo com a aprovação da lei n. 3.150, de 04 de novembro de 1882, e do decreto n. 8.821, de 30 de dezembro do mesmo ano – os quais definiam que os estatutos das associações de socorro mútuo não precisavam mais ser submetidos à aprovação governamental para entrar em funcionamento⁶⁹ – muitas associações continuaram pautando-se pela legislação de 1860:

O Major Felipe Schmidt
Governador do Estado de Santa Catarina
Faço saber aos que esta carta virem que me havendo requerido a “Associação Beneficente e Recreativa dos Empregados no Comércio” estabelecida n’esta cidade, a aprovação de seus Estatutos, organizados pela mesma Associação e autorizado pelo §1º, do artigo 2º, da lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860, dei por aprovado os ditos Estatutos, contendo quarenta e dois artigos escritos em quatorze meias folhas de papel numeradas e rubricadas pelo Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Justiça.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ DE LUCA, Tânia Regina. op. cit., p. 13,14.

⁶⁷ Legislação Federal. Disponível em: www.senado.gov.br/sicon/executapesquisalegislação.action. Acesso em: 21 mar. 2009.

⁶⁸ Em Florianópolis existiram várias dessas associações, como citado anteriormente.

⁶⁹ SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. op. cit., p. 300.

De selo e emolumentos pagará o que dever, registrando-se na secretaria do Interior e Justiça e mais partes a que tocar.
 Palácio do Governo em Florianópolis
 5 de dezembro de 1899⁷⁰. (grifos da autora)

O mesmo tipo de fenômeno é identificado por Adhemar Lourenço da Silva Jr. para o Rio Grande do Sul, possivelmente por estas modificações na lei gerarem dúvidas e não se disseminarem de forma massiva entre as entidades, levando um tempo para que fossem absorvidas em sua totalidade⁷¹.

Em 1893, o decreto 173, de 10 de setembro, abriu a possibilidade de que as associações de auxílio mútuo adquirissem personalidade jurídica com a condição de que publicassem seus estatutos – ou extratos dos mesmos – no Diário Oficial (ou nos periódicos que cumprissem o mesmo papel). Tais disposições foram posteriormente consolidadas pelo código civil de 1917⁷². Essa medida, de alguma maneira, popularizou os modelos estatutários, disponibilizando-os na imprensa e deixando-os amplamente alcançáveis.

Não se pode, porém, ignorar que, tanto os sujeitos envolvidos no processo de elaboração e aprovação dos estatutos, quanto os que posteriormente se associavam, compartilhavam, em alguma medida, das determinações, crenças, intenções e interesses que estavam embutidos na narrativa dos modelos utilizados, apresentando uma compreensão de época do que *era* e de como deveria *ser* uma associação deste tipo. Corroborar no mesmo sentido o fato de que para além de uma estrutura protocolar, estes estatutos traziam particularidades que representavam interesses do grupo associado, o que demonstra que não eram simplesmente adotados sem qualquer reflexo.

Na atuação prática das associações, a existência de uma compreensão comum a respeito de seus funcionamentos também se expunha, pois nota-se que tais entidades mantinham rotinas muito semelhantes, principalmente em termos administrativos, mas que avançavam também nas práticas sociais.

Os estatutos, em geral, abordavam três conjuntos de temáticas. O primeiro, tratando da organização da associação de forma administrativa e política, apresentava seus fins, composição e função dos membros da diretoria, funcionamento das assembleias, procedimentos eleitorais e demais questões organizativas, incluindo recursos financeiros. O segundo, de questões relativas à

⁷⁰ Ofício enviado pela Associação Beneficente e Recreativa dos Empregados no Comércio para o Governador do Estado. Florianópolis, 30 de outubro de 1899. Cx. 10, fl. 113. Coleção Ofícios de Diversos para o Governador do Estado de Santa Catarina. (Doravante G/S. GNE D - APESC).

⁷¹ SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. op. cit., p. 300.

⁷² DE LUCA, Tânia Regina. op. cit., p. 17.

presença e participação dos sócios, apresentando quais os critérios de admissão, quais as categorias de sócios existentes e seus direitos e deveres (especificando benefícios e cobranças a serem efetuadas pela entidade). Nesse conjunto de assuntos, tratava-se também de questões comportamentais, balizando que tipo de posicionamento se esperava dos sócios, tanto em ambientes de trabalho quanto nos demais espaços sociais. E, por fim, havia ainda apontamentos de ordem mais simbólica, como a definição de palavras de ordem, de alegorias, escolha das cores a serem assumidas pela associação, as datas comemorativas, entre outras representações.

1.3.1. A administração política e econômica das associações

Em relação às práticas administrativas das associações, pode-se perceber características muito comuns no conjunto de entidades analisadas. Em sua maioria, as associações possuíam dois espaços deliberativos: as reuniões de diretoria e as assembleias gerais – sendo estas o fórum soberano de qualquer decisão.

As diretorias eram formadas, exceto pequenas diferenças, por um presidente, um vice-presidente, um primeiro e um segundo secretários, um ou dois tesoureiros e procuradores de números variados. Esses cargos, de ordem política e administrativa, possuíam na maioria dos casos, funções se não iguais, muito parecidas. Além desses cargos, grande parte das associações instituía comissões, sendo a mais comum delas a de Sindicância, organizada também como Conselho Fiscal, o qual era formado por sujeitos eleitos ou nomeados pela diretoria, dependendo dos critérios adotados pela associação. Era responsável por grande parte das relações travadas entre diretoria e associados, uma vez que estava a seu cargo verificar se a idoneidade e conduta dos candidatos propostos à admissão estavam de acordo com as exigências da entidade, bem como avaliar os pedidos de socorros feitos pelos sócios, verificando a veracidade e comunicando os casos de doenças e óbitos. Além disso, em grande parte, era também de sua alçada comparecer a enterros representando a instituição.

Algumas entidades criavam ainda outros tipos de comissões, como é o caso da União dos Trabalhadores de Florianópolis, da União Beneficente dos *Chauffeurs* de Santa Catarina e da Associação Beneficente dos Empregados no Comércio, que possuíam uma Comissão de Finanças

e outra Hospitalar, efetuando, assim, uma descentralização das funções que geralmente recaiam sobre os membros da Comissão de Sindicância ou Conselho Fiscal⁷³.

Em grande parte das associações, havia ainda o cargo de orador oficial, o qual possuía maior diferença de instituição para instituição, tanto no processo de escolha quanto na atribuição de funções. Também não estava presente em todas as configurações de diretoria, embora, na prática, existisse em boa parte delas. Em algumas entidades era um cargo definido pelo voto, ao passo que em outras era por indicação ou convite, que poderia ser realizado a pessoas não pertencentes ao quadro associativo, oferecendo, em troca, a isenção de pagamentos de taxas, agindo assim da mesma forma como se costumava atuar, na maioria das entidades, em relação a médicos e advogados que, pela prestação de seus serviços, ganhavam isenção dos custos e tinham direito aos benefícios de se fazer parte do corpo associativo.

Essas diferenças consistiam no fato de que o cargo de orador, ao contrário dos demais, era estritamente político, sem caráter administrativo, com o papel de criar a imagem pública da associação, uma vez que sua principal função consistia em participar dos eventos para os quais a entidade fosse convidada, pronunciando-se em seu nome. Dessa maneira, a nomeação para o cargo pautava-se numa preferência por pessoas eloqüentes e com boa capacidade de oração, requisitos que, bem possivelmente, nem sempre se encontravam entre os trabalhadores associados, o que, por certo, acabou levando a criação de mecanismos que restringissem a atuação interna desses membros nas diretorias. Na União dos Laboradores, por exemplo, chegava-se ao ponto de o orador só poder se pronunciar com a autorização do presidente⁷⁴. Assim, em muitas associações o cargo de orador deixava de ser compreendido como parte da diretoria e passava a ser, praticamente, um cargo de honra. Com isso, tornou-se também um instrumento político de aproximação de pessoas de influência na sociedade, o que explica, por exemplo, a atuação de José Boiteux – político de renome no Estado – como orador da Liga Operária em 1901.

Dentre as associações analisadas, as de funcionários públicos eram as que menos possuíam oradores, presente apenas nos estatutos da Associação Beneficente dos Guardas das

⁷³ A composição das diretorias e as Comissões existentes nas associações florianopolitanas são as mesmas localizadas por Fonseca para as associações do Rio de Janeiro. In: op. cit. p. 135/136.

⁷⁴ UNIÃO BENEFICENTE DOS LABORADORES, Florianópolis. Estatutos, 31 out. 1911. Livro 02, fl. 8 v. Cap. IV, art. 17 (CFRC); Ibidem, Florianópolis. Estatutos, 17 abr. 1918. Livro 02, fl. 74. Cap. IV, art. 17.

Alfândegas – e mesmo nessa entidade deixando de existir na reforma estatutária de 1914⁷⁵. Ao contrário do que ocorria nessas associações, a figura do orador era bastante presente nas entidades organizadas de forma pluriprofissional, compondo também grande parte das de ofício e de indústria do setor privado. A presença de um orador no corpo oficial das diretorias certamente possui relevância no processo de análise dessas entidades, pois de alguma maneira sua existência demonstra em quais instituições havia maior interesse e preocupação em se ter alguém capacitado para representá-la socialmente. As entidades de funcionários públicos além de não terem um “relações públicas”, também não desenvolviam qualquer tipo de ação que as tornasse um espaço de sociabilidade, para além do papel de simples prestadoras de serviços, apresentando-se com uma estrutura bastante enxuta e com atuação bem focada pura e simplesmente nos benefícios que prestavam.

As diretorias possuíam a responsabilidade de fazer valer os estatutos, contornando as dificuldades que a atuação prática apresentava e, por isso, deveria ser composta por pessoas dotadas de algumas *habilidades*. Os diretores, no desempenho de seus cargos, de alguma maneira se diferenciavam da base social da instituição, assumindo um papel destacado e tornando-se referência da mesma. Eram eleitos em assembléia que ocorria ao término do ano social, na maioria das entidades para o mandato de um ano; algumas poucas, porém, como a União dos Trabalhadores de Florianópolis e a Caixa Beneficente dos Empregados do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina, trabalhavam com gestões de dois anos.

Havia nos estatutos uma definição do número de reuniões ordinárias e de assembléias gerais a serem realizadas durante o ano social pelas diretorias, sendo as extraordinárias efetuadas de acordo com as demandas. Em geral, esse número de encontros era definido com base nas necessidades objetivas, como a eleição da nova diretoria e apresentação de prestação de contas dos diretores, mas compunha-se também de datas comemorativas, como o aniversário da entidade, o 1º de maio e, em alguns casos, a data comemorativa da categoria representada.

Art.46 – a Assembléia Geral se reunirá ordinariamente.

I. No segundo domingo de janeiro, para eleição da Diretoria;

II. No dia 1º de Fevereiro, data comemorativa da instalação da Associação, para posse da nova Diretoria;

III. No dia 1º de maio de cada ano para comemorar a “Data do Trabalho”.

⁷⁵ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS GUARDAS DAS ALFÂNDEGAS, Florianópolis. Estatutos, 16 jan. 1910. In: Jornal *O Dia*, Florianópolis, 05 mar. 1910. n. 4.474. (BPESC); Ibidem, Florianópolis. Estatutos, 02 abr. 1914. Livro 02, fl. 46 a 49 v. (CFRC).

Art.47 – A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando a Diretoria julgar conveniente ao bem social ou quando for necessário observar os casos previstos nestes Estatutos⁷⁶.

Grande parte das associações instituía, para a legitimação das assembléias, que se fizessem convocações pela imprensa local e, com isso, os jornais tornaram-se espaços de aparição cotidiana destas instituições, como demonstra a nota abaixo, na qual em uma mesma página de jornal três associações são mencionadas:

A S. Liga Operária reúne-se em 13 do corrente, à noite, para tratar, em assembléia geral de assuntos diversos.

A S. B. e R. dos Empregados no comércio também se reúnem em assembléia geral, para resolver sobre seus interesses, a 15 do corrente, à noite.

Também se reúne a S. de Mútuo Socorro Fraterlanza Italiana, a 17 para tratar da distribuição diplomas e outros assuntos⁷⁷

Como a citação expressa, a maioria das publicações das associações se dava por pequenas notas que traziam algum tipo de informativo – como convocações de assembléia; convites para festas, bailes, bazares e quermesses e para manifestações artísticas e culturais diversas, de música, dança, teatro ou outro tipo; missas encomendadas; desfiles com caráter reivindicatório ou de homenagens a pessoas públicas; entre outras diversas possibilidades. Além de que, como previsto por lei, se divulgava comumente trechos dos estatutos ou mesmo seus textos na íntegra – que no caso de Florianópolis eram veiculados em jornais que faziam o serviço de diário oficial, mas que possuíam um formato de periódico comum, sendo de ampla divulgação. Publicava-se também os trechos reformados dos estatutos e, com alguma periodicidade, os resultados de balancetes, assim como a composição das novas diretorias e suas alterações quando ocorridas. Dessa maneira, parte do mundo associativo se expunha em pequenas notas de jornais.

Não raras vezes, essas notícias vinham em forma de reportagem, que além de informarem a população geral a respeito dos eventos, ainda divulgavam os trabalhos da associação e convidavam à participação.

⁷⁶ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 18 jul. 1910. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 22 a 26 de jul. de 1910. n. 4.586 a 4.589. (BPESC). Cap. XVIII, art. 46/47; *Ibidem*, Florianópolis. Estatutos, 1918. Livro 03, fl. 99 v. (CFRC); *Ibidem*, Florianópolis. Estatutos, 04 jun. 1929. Livro 03, fl. 107 v. (CFRC).

⁷⁷ *Jornal O Dia*, Florianópolis, 07 fev. 1901. n. 98. (BPESC).

A Caixa Beneficente da ‘Imprensa Oficial’

Instituída, há dois anos, a Caixa Beneficente da imprensa Oficial está prestando ótimo serviço aos seus associados.

Organizada para fins tão humanitários e liberais, ela vai desempenhando um papel importante na assistência previdente aos que a mantêm.

Com a morte de Angelino Carminatti, a Caixa desobrigou-se dos seus compromissos decorrentes dos seus estatutos com uma prestante pontualidade.

Aquele inditoso operário foi entregue recurso pecuniário para a sua entrada no Hospital de Caridade, onde se submeteu a melindrosa intervenção cirúrgica.

Com a sua morte, a viúva recebeu o pecúlio de 300\$000.

Aí estão os frutos de tão bela instituição que tem uma organização cooperativista, emprestando aos seus associados uma assistência moral e material.

A ‘Caixa Beneficente’ forma ao lado dessas associações operárias que se impulsionam vitoriosamente e que se tornam poderosas pelo utilitarismo dos seus alevantados fins.

Dada a precariedade do tempo de sua criação e do número reduzido dos seus membros, ela já possui um regular fundo de reserva que cresce progressivamente com a sua receita.

Dirigida por uma diretoria cautelosa e honesta a Caixa Beneficente da Imprensa Oficial está destinada a ser uma associação das mais prestigiadas, se os seus favores se estendessem a todos que empregam a sua atividade nas oficinas tipográficas existentes nessa capital e nos municípios. Aí fica a nossa idéia, que estamos certos há de ser acolhida franca.

Grande parte das notícias apresentadas a respeito das associações eram encomendadas e, portanto, pagas, e seus custos compunham parte constante dos balancetes apresentados anualmente. Situação perceptível nas associações das quais foi possível localizar balancetes com demonstração de gastos minimamente discriminados, como no caso da União dos Laboradores, da Liga Operária e da Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio. Desta última, os balancetes eram os mais minuciosos, permitindo observar o mês e o valor gasto com cada redação de Jornal por ano, tornando possível observar que de ano em ano o número de anúncios aumentava, fazendo crescer, conseqüentemente, o valor despendido com publicidade pela associação⁷⁸.

Apesar de não representar uma grande porcentagem nos custos anuais das associações – algo em torno de 2% no caso da Caixa dos Empregados do Comércio⁷⁹ – a publicidade significava gastos constantes, os quais poderiam ser substituídos por formas mais baratas de divulgação, convocação e propaganda. Possivelmente, este seja um dos motivos que justifique o

⁷⁸ No ano social de 1903, a entidade gastou o irrisório valor de 9\$000, subindo no ano seguinte para uma marca de 25\$000, que com o passar de quatro anos, em 1908, subiria vertiginosamente para 60\$000 estancando no ano seguinte, de 1909, numa média de 30\$000. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 02 agos. 1903, n. 767. (BPESC).; *Ibidem*, 28 mar. 1904, n. 1.251; *Ibidem*, 25 mar. 1908, n. 4.209; *Ibidem*, 09 jan. 1910, 4.433.

⁷⁹ Observação retirada dos Balancetes da Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 10 jan. 1901. n. 70. (BPESC); *Ibidem*, 04 abr. 1902, n.375; *Ibidem*, 02 agos. 1903, n. 767; *Ibidem*, 28 mar. 1904, n. 1.251; *Ibidem*, 29 mar. 1906, 1.546; *Ibidem*, 25 mar. 1908, n. 4.209; *Ibidem*, 09 jan. 1910, 4.433.

fato de que muitas das associações, fundadas e estabelecidas em Florianópolis, raramente aparecessem nos jornais e que quando o faziam era com chamadas sutis que se perdiam em meio à enorme quantia de notificações presentes. Questão que se somava ao fato de que muitas publicações certamente vinham “de brinde” às boas relações estabelecidas entre diretores de associações e redatores de jornais, assim como demais figuras públicas locais, que garantiam aparições sem custo nas páginas de informação dos periódicos – situação que entidades de menor porte e formadas por um grupo sem nenhum destaque social não conseguiam atingir. Dessa maneira, não à toa, a imprensa era sempre convidada especial de todo o tipo de evento organizado por grande parte das associações, assim como suas redações eram parada obrigatória de qualquer manifestação pública realizada.

Assim, investir em aparições públicas na imprensa local era certamente uma maneira eficiente de se atingir amplo conjunto de pessoas, divulgando e propagandeando os serviços prestados e atividades realizadas pelas associações, servindo ainda este dispêndio, para constituir no entorno da entidade uma imagem sólida e confiável, que certamente traria válida quantia de frutos à associação. Mas nem toda entidade possuía um capital sólido e volumoso o qual pudesse consumir em gastos de ordem tão secundária.

A constituição dos capitais das associações e a organização de suas finanças se davam de maneiras diversas, mas em geral respeitavam um padrão comum. Os primeiros estatutos das associações demonstravam entidades recém organizadas que precisavam acumular quantias iniciais para dar prosseguimento a suas atividades. Desta maneira, muitas definiam porcentagens que o caixa social deveria alcançar para que começassem a se envolver em operações financeiras mais arriscadas, as quais já vinham, porém, impressas nos estatutos desde sua formação como intenções futuras.

Quando mais organizadas, geralmente seus caixas se compunham de um fundo “permanente” ou de “reserva” e de um considerado “disponível” (as denominações poderiam variar muito, como de pecúlio e de despesa, A e B, entre outras). O fundo considerado “permanente” seria composto pelo patrimônio da sociedade – imóveis, móveis e utensílios, bens de raiz, apólices da dívida pública, entre outros⁸⁰. E o “disponível” ou de “despesa”, formado por

⁸⁰ Vitor Manoel Fonseca verifica a partir de uma análise dos estatutos registrados seguindo a lei n. 173 de 10 de setembro de 1893, que as prioridades de investimento do capital das associações eram para a compra de uma sede própria, em imóveis, vistos sempre como bens estáveis e imunes a flutuações especulativas e na compra de apólices da dívida pública – da União, dos estados ou do Distrito Federal. Segundo o autor “tudo indica que pareciam ser

toda a receita proveniente dos sócios – através de mensalidades, jóias, diplomas, multas, entre outros – e dos juros das apólices, verbas de festividades, doações e qualquer outra renda extraordinária que viesse a ocorrer. Esse fundo era utilizado no pagamento dos socorros e nas demais despesas de ordem cotidiana das associações, como o custo de material de escritório, publicidade e a manutenção da estrutura da entidade – nesse sentido, o maior dispêndio se dava no aluguel da sede social, que poderia variar muito de acordo com o tamanho, qualidade do imóvel e principalmente sua localização⁸¹.

A totalidade das associações aqui analisadas se localizava em bairros centrais da cidade, todos de fácil acesso e grande movimentação urbana, que, no início do século XX, foram os principais alvos das políticas modernizadoras e higienistas, passando por diversos processos de reestruturação e reordenação do espaço⁸². A disposição inicial dos bairros impunha uma grande distância entre as classes, sendo as áreas centrais ocupadas por populações pobres, rodeadas por sítios e chácaras habitadas por uma burguesia. Considerados “bairros sujos”⁸³, as regiões centrais eram habitadas por “pescadores, lavadeiras, biscateiras, carregadores, trabalhadores do porto, meretrizes, mendigos, etc. (que), tinham nos bairros da Figueira, assim como no da Tronqueira, da Toca e da Pedreira o seu lugar de maior concentração e convívio”⁸⁴.

Esses bairros centrais tinham certas características em comum, casebres com os fundos voltados para a praia, demonstrando a existência de “gente do mar”. Dentre eles, a Toca era a

aplicações rentáveis e seguras, dois aspectos importantes para garantir aos membros a segurança de integrarem uma associação viável e segura financeiramente. Nos casos em que parte do capital estivesse sob forma monetária, normalmente era afirmado que seria depositado no banco do Brasil ou na Caixa econômica”. In: FONSECA, Vitor Manoel Marques da. op. cit. p. 133.

- ele vê no planejamento o que eu encontro posto em prática

⁸¹ A União dos Laboradores pagava, em 1903, a quantia de 6\$000 por mês em sua *sala de sessões*⁸¹, localizada na Rua Almirante Alvim, a qual deveria ser de estrutura bastante simples, pois era apresentada nos balancetes como *sala*, demonstrando que se tratava de apenas um cômodo. In: Anuário Catarinense, 1904. (BPESC). p. 166; Jornal *O Dia*, Florianópolis, 14 jan. 1903, n. 608 (BPESC). Cinco anos depois, em 1908, a Caixa dos Empregados no Comércio pagava por aluguel num sobrado à rua Trajano, n.05, o valor de 30\$000 mensais, que reajustado passou a 36\$000 no ano seguinte, se repetindo em 1910. In: Ibidem, 08 nov. 1907, n. 2.010; Ibidem, 11 maio 1909, n. 4.243; Ibidem, 20 mar. 1914. n. 7347; 25 mar. 1909, n. 4.209; Ibidem, 09 jan. 1910, n. 4.433. A Liga Operária em período próximo, no ano de 1905, recebeu a quantia de 516\$000 anual pelo aluguel de *casa* no centro da cidade, o que equivaleria a um aluguel de 43\$000 mensal. Apenas a fim de comparação, um trabalhador em média recebia em Santa Catarina 6\$000 diários. In: Ibidem, 21 fev. 1906, n.1.517.

⁸² Em seu estudo a respeito do associativismo no Rio de Janeiro, Vitor Manoel Fonseca detectou que 93,04% das associações existentes na cidade se localizavam em distritos urbanos, predominando na área central. In: FONSECA, Vitor Manoel Marques. op. cit. p. 162.

⁸³ CABRAL, Oswaldo. R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p.194.

⁸⁴ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral*. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós Graduação em História, Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989. p. 36.

que concentrava maior número de trabalhadores marítimos; a Figueira, por sua vez, possuía a maior concentração de marinheiros e meretrizes⁸⁵, sendo comum a presença de embarcações com botes e bateões ao fundo das casas⁸⁶. A Tronqueira ficou famosa por seus cortiços habitados por negros libertos, durante muito tempo foi conhecida por abrigar as lavadeiras. Mais tarde serviu como refugio para os primeiros habitantes que iriam abandonar o núcleo central da cidade⁸⁷. O mais operário dos bairros era o Rita Maria, região que se localizava próxima ao morro do cemitério do Estreito e que concentrou durante muito tempo os trabalhadores das indústrias ali localizadas e dos portuários, por sua proximidade com o porto⁸⁸ (vide anexo 3).

Com as reformas urbanas e o crescimento do comércio essas regiões valorizaram-se. Aos poucos, os pobres foram levados a deixar o centro afastando-se em direção aos morros, que já em 1876 apresentavam alguma ocupação, ainda discreta e de poucas casas isoladas⁸⁹.

Nesses bairros centrais, as associações optavam por ruas marginais, de pouca valorização e em boa medida com condições ainda bastante precárias. As ruas de maior preferência das associações, que foram ocupadas por diferentes associações, concomitantemente ou em diferentes momentos, foram a João Pinto, a Tiradentes, a Trajano, a Pedro Soares e a Conselheiro Mafra (vide anexo 4). Apenas a critério de exemplo, a Rua Pedro Soares – endereço de um dos primeiros imóveis da Liga Operária e, posteriormente onde foi construída a sede da União Operária – era uma subida de terra com acentuado declive, sem calçamento, esburacada e de difícil acesso, de uso apenas para pedestres. Localizada num bairro marginal da cidade, a Tronqueira, não possuía, ainda, nos anos de 1920, iluminação pública e se constituía numa das “vielais mais sórdidas da cidade”⁹⁰.

Devido ao fato do aluguel representar um alto custo, as associações recém formadas – e, portanto, sem base financeira sólida – iniciavam suas atividades reunindo-se em espaços emprestados e de uso habitual dos envolvidos, comumente a casa de algum dos membros da nova entidade, mas também outros lugares, como bares, salões, ou mesmo a sede de alguma outra instituição similar freqüentada por alguns dos presentes.

⁸⁵ CABRAL, Oswaldo. op. cit., apud: VEIGA, Eliane Veras da. op. cit., p. 124.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ VEIGA, Eliane Veras da. op. cit. passim

⁸⁹ ARAÚJO, Hermetes Reis de. op. cit. p. 36.

⁹⁰ VEIGA, Eliane Veras da. apud: COLLAÇO, Vera. *O Teatro da União Operaria: Um Palco em Sintonia com a Modernização*. 2003, 335 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. p.14/15.

Enquanto os fundos da associação (União Beneficente dos Empregados da Alfândega) não lhe permitir funcionar em sede própria as reuniões e sessões de assembléia serão realizadas em uma das dependências da Alfândega ou na residência de algum associado⁹¹.

A sede da sociedade (União Beneficente dos Laboradores) continua a funcionar provisoriamente na casa do presidente, Largo Benjamin Constant n.5⁹².

De ordem do senhor presidente (da União dos Trabalhadores de Florianópolis) convido aos companheiros associados para a sessão de Assembléia Geral extraordinária, que terá lugar na sede da Liga Operária, domingo, 5 do corrente⁹³.

Esses espaços eram utilizados sempre com um caráter temporário, pois a maioria das entidades apresentava, desde a sua fundação, o desejo de possuir um espaço que lhe fosse próprio, mudando, assim que tivessem condições, para estruturas alugadas e, em alguns casos, alcançando a aquisição de uma sede própria.

Devido à característica transitória do aluguel, por envolver diferentes situações, como a oferta de preços, as condições do imóvel em relação às demandas da associação, ao aumento ou queda das condições financeiras da entidade, a mudança nos interesses do proprietário, entre outros, a grande maioria das sedes era bastante instável, percebendo-se inúmeras mudanças pelas quais as associações passavam em sua história. Um exemplo significativo nesse sentido é o caso da União Benficente dos *Chauffeurs*, que em sete anos de existência mudou de endereço nove vezes⁹⁴. Por isso, o desejo de conquistar uma sede própria se fazia presente na maioria dos

⁹¹ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS GUARDAS DAS ALFÂNDEGAS, Florianópolis. Estatutos, 16 jan. 1910. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 08 mar. 1910, n. 4.476 (BPESC). Cap. VII, art. 34; *Ibidem*, Florianópolis. Estatutos, 02 abr. 1914. Livro 02, fl 49. (CFRC).

⁹² *Jornal O Dia*, Florianópolis, 26 fev. 1908, n. 2096. (BPESC).

⁹³ *Ibidem*, 02 fev. 1911, n. 4746.

⁹⁴ Iniciou suas atividades em agosto de 1925, na sede da União dos Trabalhadores de Florianópolis, na Rua Padre Roma, esquina com a Rua Francisco Tolentino, onde permaneceu realizando seus encontros durante os dois primeiros meses de sua existência. Em outubro daquele ano, mudou-se para sua primeira sede à Rua Felipe Schmidt, onde ficou por menos de nove meses, pois em julho do ano seguinte, 1926, já se encontrava em outro endereço, na Rua Conselheiro Mafra, n. 13, onde permaneceu localizada, mudando, porém, de casa algumas vezes, pois em outubro, três meses depois, encontrava-se na de n. 44 e em março de 1927, na de n. 24, onde ficou por quase um ano. Mudou-se novamente, em fevereiro de 1928 encontrava-se localizada na Rua Nunes Machado, de n.08, onde ficou por menos de quatro meses, mudando-se para a Rua João Pinto n. 29. Em maio de 1929, voltou a ocupar uma sede na Rua Conselheiro Mafra, de n. 25, onde ficou até 1931, quando se mudou novamente, voltando à Felipe Schmidt, onde começou sua história, agora na casa de número 01. Aproximadamente seis meses depois, mudou-se novamente, para a Rua João Pinto, numa sede localizada no edifício Aldo Luz. Todas as ruas habitadas pela sede da associação eram de endereço central e de bairros acessíveis. In: DUMMEL, Fabio Luiz. *União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis (União dos Trabalhadores): Atuação Política e Origem do Sindicato dos Estivadores de Florianópolis (1910-1935)*. 2005. 73f. Monografia (Bacharelado em História) Curso de Bacharelado e Licenciatura em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 31; UNIÃO BENEFICENTE DOS

estatutos das entidades, ganhando força a cada reforma que se passava, certamente pelo aumento da necessidade que a atividade prática apresentava.

Nos estatutos de fundação da União Operária, por exemplo, definia-se que “da *caixa* A poderá ser retirada qualquer quantia, uma vez que seja para a obtenção do prédio social, apólice da Dívida Pública Federal e bens imóveis”⁹⁵. Nos seus estatutos de reforma, seis anos depois, esta cláusula ganhava maior definição e priorizava a aquisição de uma sede social: “Dos saldos verificados mensalmente, será feita a transferência de 50% para a Caixa Especial, cujo fundo se destina a aquisição do prédio para a sede social”⁹⁶. O mesmo processo pode ser verificado nos estatutos da Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio, que em 1907 definia que “a Caixa manterá uma sede social, desde que com o seu custeio não despenda mais que um sexto da arrecadação, e uma biblioteca”⁹⁷, artigo que era minimamente alterado dez anos depois, dando prioridade à sede social: “A Caixa manterá uma sede social, desde que com o seu custeio não despenda mais que um sexto da arrecadação”⁹⁸. Esse artigo seria ainda alterado mais uma vez oito anos depois, quando o interesse já se apresentava unicamente em se ter uma sede social:

Quando a sociedade tiver sede própria, a despesa para manutenção da mesma ficará a critério da administração (...) Ficam a diretoria e a comissão de sindicância autorizadas a estudarem os meios para compra ou construção de um prédio para funcionamento da sede.⁹⁹

Esse desejo por possuir uma sede própria, para além de significar o fim do incômodo das inúmeras mudanças e do constante dispêndio com aluguel, se explica também pelo fato de que um espaço físico possibilitava uma organização de maior qualidade dos trabalhos desempenhados pela entidade – desde reuniões e assembléias, a qualquer tipo de evento cultural ou recepção. Era também um avanço para a efetivação de projetos, já que grande parte das entidades pretendia exercer atividades que demandavam espaços apropriados, como por exemplo, a organização de escolas e a elaboração de periódicos. Na Liga Operária, desde sua fundação, havia também o

CHAUFFEURS DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Livro de Atas das sessões de 1925 a 1936. (Arquivo da Associação).

⁹⁵ UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA, Florianópolis. Estatutos, 18 maio 1923. Livro 02, fl. 36 v, Cap. I, art. 03. (CFRC).

⁹⁶ Ibidem. Livro 03, fl. 94 v., Cap. VI, art. 15. (CFRC).

⁹⁷ CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO, Florianópolis. Estatutos, 09 maio 1907. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 01 jun. 1907, n.1878. Art. 25. (BPESC).

⁹⁸ Ibidem, Florianópolis. Estatutos, 21 dez. 1917. Livro 02, fl. 95 v, art. 25. (CFRC).

⁹⁹ Ibidem, Florianópolis: Tipografia da Escola de Aprendizes Artífices, 1925. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, doravante IHGSC).

desejo de se organizar uma filarmônica, que precisaria de espaço para os ensaios e para o acondicionamento dos instrumentos. Já na União Operária, se objetivava construir um teatro, que necessitaria de uma estrutura mínima de palco. Da mesma maneira, em quase a totalidade das instituições havia o objetivo de se organizar uma biblioteca, a qual certamente dificultava os processos constantes de mudanças e que necessitava de um espaço amplo. Além disso, a existência de uma estrutura física própria dava a entidade um ar comprobatório de sua existência e seriedade, apresentando-a como atuante e fisicamente real.

Na prática, servia ainda como um espaço de sociabilidade e lugar de constituição e manutenção de identidades, propiciadas pela organização interna que as sedes sociais assumiam, privilegiando espaços amplos de convívio social dos mais diversos – desde assembléias e reuniões a bailes e sessões de jogos¹⁰⁰. A descrição da organização interna da sede da União Operária é bastante ilustrativa nesse sentido:

O prédio (...) possui dois espaçosos salões de 16 metros de comprimento e 7,70 metros de largura, onde estão instaladas a secretaria, tesouraria, etc. O salão superior foi destinado às atividades teatrais, sessões da diretoria e assembléias gerais e no salão inferior ficava a biblioteca e a parte administrativa¹⁰¹.

A partir das associações das quais foi possível localizar maior conjunto de informações, percebeu-se que alcançar capital suficiente para adquirir uma sede própria poderia levar muito tempo – no caso dessas entidades, uma média de dez anos depois de sua fundação. A União dos Laboradores, por exemplo, fundada em 1899, adquiriu seu espaço apenas em 1910¹⁰². Não foi diferente com a União dos Trabalhadores de Florianópolis, fundada em 1910, que conseguiu comprar um terreno em 1920 e concluir as obras apenas em 1922¹⁰³. Da mesma forma a União Operária, de 1922, efetivou a compra de seu terreno em 1928 e apenas concluiu definitivamente a construção em 1931¹⁰⁴.

A compra de imóveis se configurava nos estatutos de muitas entidades também como uma forma de investimento e ampliação de capitais. Neste sentido, a Liga Operária foi à entidade que alcançou maiores conquistas, visto que, depois de dez anos de existência, em 1901, conseguiu

¹⁰⁰ Adhemar em sua tese expressa várias possibilidades que apontam para a importância de se ter uma sede para a associação. Cf. SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. op.cit., p. 217 a 220.

¹⁰¹ COLLAÇO, Vera. op. cit., p. 91.

¹⁰² Jornal *A Época*, Florianópolis, 04 dez 1910. (BPESC).

¹⁰³ DUMMEL, Fábio. op. cit., p. 32.

¹⁰⁴ COLLAÇO, Vera. op. cit. p. 81.

comprar seu primeiro prédio – localizado na Rua Altino Correa, n. 126 –, evento que foi comemorando em grande estilo, juntamente com seu aniversário de fundação e a posse de uma nova diretoria. A partir dessa conquista, em todas as chamadas encomendadas pela Liga na imprensa local, destacava-se em letras garrafais “Sede Própria”, demonstrando o orgulho e a diferenciação que esse fator representava. Passou, então, a investir no mercado imobiliário, adquirindo, entre 1901 e 1905, outras duas casas, uma na Rua Pedro Soares e outra na São Martinho¹⁰⁵. Em 1911, a associação se mudou, saindo da Rua Altino Correa, abrigando-se num sobrado à Rua João Pinto, esquina com a Nunes Machado, n.29¹⁰⁶. Ao que tudo indica esse prédio também era de sua posse, pois na notícia em que informava aos sócios e demais pessoas a sua mudança aproveitava para propagandear que no mesmo prédio “aluga-se quartos espaçosos com janela para a rua e todas as comodidades”¹⁰⁷. Em 1922, a Liga já se localizava na Rua Tiradentes, n.20, também num prédio de sua posse, o qual lhe pertence ainda hoje.

Em seus estatutos definia de forma bem estruturada os procedimentos a serem executados em relação a tais empreendimentos:

Art.60 – A Diretoria fica autorizada a comprar (...) prédios, verificando-se que a compra destes possa dar o prêmio mínimo de 1% ao mês. Os saldos obtidos mensalmente serão depositados em bancos e só serão retirados para benefícios.

Art.76 – Os prédios da Sociedade só poderão ser vendidos quando autorizados por Assembléia Geral constituída por 2/3 dos sócios e no caso que a venda seja vantajosa para os cofres sociais.

Art.78 – Os prédios só serão alugados aos associados e mediante fiança firmada por pessoa de reconhecida idoneidade.¹⁰⁸

O investimento em imóveis tornava-se interessante porque, além de render valor mensal através dos aluguéis, possuía uma tendência a valorização e servia, ainda, como uma forma de aproximação entre entidade e associados, uma vez que estes eram priorizados enquanto locatários.

Depois de 1927, a compra de imóveis ganhou mais um incentivo com a lei municipal de n. 596 de 03 de novembro, que concedia isenção de imposto predial de dez a cinco anos para

¹⁰⁵Jornal *O Dia*, Florianópolis, 21 fev. 1906, n.1517. (BPESC)

¹⁰⁶Jornal *O Dia*, Florianópolis, 28 de fev. 1911, n.4767. (BPESC)

¹⁰⁷Idem.

¹⁰⁸LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 1918. Livro 03. Cap. XIV, art. 78 (CFRC); Ibidem, Florianópolis: Tipografia São José, 1929. Cap. XIV, art. 78. p. 32.

empresas ou particulares que construíssem casas de aluguel nos valores entre 50\$000 e 100\$000¹⁰⁹. Porém, poucas entidades conseguiram efetuar esse tipo de prática dispendiosa que precisava de grande acúmulo de capital para ser realizada – as casas de posse da Liga Operária, por exemplo, em 1905, eram avaliadas em 1.126\$000, na Rua São Martinho, em 1.400\$000, na Pedro Soares e em 10.000\$000, na Rua Altino Correa, onde se localizava a sede social¹¹⁰ – soma que representava algo em torno de 42% do fundo social. A maioria das entidades não conseguia alcançar um fundo social tão volumoso, e priorizava a compra de seu próprio imóvel a fim de se livrar do aluguel. Em 1911, o *prédio* da União dos Laboradores, na Praça 17 de novembro, era estimado no valor de 5.500\$000¹¹¹, (portanto, metade do da Liga), representando 26% do fundo social da instituição.

Outra forma de investimento dos capitais utilizada pelas associações, ainda relacionada a imóveis (compra, construção ou reforma), era a realização de empréstimos financeiros aos sócios, através da assinatura de hipotecas, que seriam cobradas mensalmente com juros¹¹². Essa maneira de investir o capital possuía ainda o caráter de oferecimento de benefício, pois era prestado dentro das condições do associado e de forma muito mais facilitada do que em agências de crédito. Embora não apresentassem essa possibilidade em seus estatutos, entidades como a Liga Operária e a União dos Laboradores contavam com o pagamento dessas hipotecas em suas receitas mensais.

Outras associações previam estatutariamente o empréstimo financeiro a juros para os seus associados, atividade bastante presente principalmente dentre as associações de funcionários públicos, as quais caracterizavam tal iniciativa como parte de seus benefícios. Eram elas a Caixa Beneficente dos Empregados do Distrito Telegráfico, a Caixa Beneficente dos Empregados do Ministério da Fazenda e a Sociedade Beneficente dos Empregados Postais em SC. Todas exigiam no oferecimento deste socorro algum tipo de garantia, que poderia se dar por notas promissórias ou em descontos realizados nos demais socorros. A maior das exigências era de que o solicitante fosse empregado público, de preferência da repartição a qual a entidade representava, e, caso não o fosse, que apresentasse um fiador aceito pela diretoria da instituição. Os juros apresentados

¹⁰⁹ COLEÇÃO DE LEIS E RESOLUÇÕES de 1927 do município de Florianópolis. Florianópolis: Tipografia da *Folha Nova*, 1928. (Centro de Memória da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, doravante CMALESP).

¹¹⁰ Jornal *O Dia*, Florianópolis, 21 nov. 1905, n. 1442. (BPESC)

¹¹¹ Jornal *O Dia*, Florianópolis, 23 ago. 1911, n. 4923. (BPESC)

¹¹² Paula Nomellini percebe o mesmo fenômeno em sua pesquisa. Cf. NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. 230 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. p. 64-65.

variavam bastante, a Caixa Beneficente dos Empregados do Ministério da Fazenda, por exemplo, cobrava 1,5 % ao mês em 1921, enquanto a Sociedade Beneficente dos Empregados Postais de Santa Catarina exigia 12%, apenas cinco anos depois, em 1925¹¹³.

Dentre as demais entidades, a única que apresentava em suas normas estatutárias a possibilidade de realizar empréstimos era a Liga do Magistério – que de alguma maneira se aproximava de uma associação de funcionários públicos, uma vez que grande parte de seu corpo associativo era formado por professores atuantes no Estado. Ao contrário das outras três entidades, essa associação não apresentava o empréstimo como uma forma de socorro, mas sim, como uma maneira de aplicação de seu dinheiro – organizado dentro de um capítulo intitulado “Dos capitais”. A Liga do Magistério, também em 1925, definia uma cobrança de juros de 6% ao mês, realizando empréstimo apenas ao seu quadro de associados e mediante apresentação de um fiador.

Mas a forma mais rentável de se investir os capitais, utilizada principalmente pelas entidades que alcançavam um fundo social considerável, se dava pela compra de apólices da dívida pública, as quais valiam pelos juros semestrais que rendiam. Essas apólices poderiam ser de qualquer instância do poder público – municipal, estadual, ou federal – e eram computadas anualmente na prestação de contas das associações como parte do fundo social. A Caixa Beneficente dos Empregados do Distrito Telegráfico de Santa Catarina, por exemplo, em 1914, possuía 5.000\$000 em apólices federais e, em 1916, alcançou 16.000\$00¹¹⁴, as quais renderiam no mínimo 5% ao mês¹¹⁵, representando quantias bem significativas, como demonstra a cobrança efetuada pela Sociedade Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio, direcionada ao governo do Estado de Santa Catarina:

Sendo esta sociedade credora de RS 1:595\$000, proveniente de juros de Apólices Estaduais, relativos ao 2º semestre de 1926, na importância de RS 797\$500 e do 1º semestre de 1927 na importância de RS 797\$500 perfazendo o total acima, vimos pelo presente solicitar de V. Exa. que se digne mandar efetuar o devido pagamento, em vista desta Sociedade nas pensões que distribui mensalmente, ter computado na sua receita os juros das referidas Apólices. (...)¹¹⁶

¹¹³ CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, Florianópolis. Estatutos, 13 jun. 1923. Livro 03, fl. 60. Cap. 3, art. 54. (CFRC).

¹¹⁴ Jornal *O Dia*, Florianópolis, 18 ago. 1911. n. 4918. (BPESC); *Ibidem*, 22 ago. 1916. n. 4922.

¹¹⁵ SANTA CATARINA, Decretos, Leis e Resoluções do Estado de SC. *Passim. Lex: Coleção de Leis, Decretos e Resoluções do Estado de Santa Catarina*. 1830 a 1930. (CMALESC).

¹¹⁶ Ofício da Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio para o Governador do Estado. Florianópolis, 18 de agosto de 1927. Cx. 15, fl. 187. (G/S. GNE D - APESC).

Essas apólices da dívida pública eram utilizadas pelo estado como forma de subsídio, porém não se localizou nenhum caso em que associações mutualistas de trabalhadores de Florianópolis fossem beneficiárias. Em relação à existência de subvenções apenas um caso foi localizado, o da Liga Operária, que aparentemente era subvencionada a partir de benefícios provenientes de loterias.

O Ministério da Fazenda autorizou o delegado fiscal, neste estado, a entrega, á Liga Operária Beneficente desta capital, da quantia de 839\$600, quota do beneficio de loterias que lhe cabe, relativo ao 2º semestre do ano passado¹¹⁷.

A delegacia fiscal do tesouro nacional, neste estado acha-se habilitada com o crédito de 13:918\$440 para pagamento das quotas de beneficio de loterias referentes aos quatro meses de março a junho do corrente assim distribuídos.
(Asilos, Biblioteca pública, ginásio Sta. Catarina, Hospitais, Liceu de Artes e Ofícios e Liga Operária)¹¹⁸.

Não raras nem poucas vezes, essas entidades, na ampliação de seus capitais, recorriam também à comunidade, organizando, esporadicamente, eventos beneficentes, tais como feiras e quermesses.

Foi anteontem iniciado o bazar que esta benemérita e filantrópica associação resolveu levar a efeito (...). Desde a hora marcada (...) foram afluindo ao edifício de sua sede muitos sócios e exmas. Sócias, convidados e muitas Snras. da nossa sociedade, que num altruísmo próprio de seu sexo, se interessaram pela prosperidade própria desta associação (...). Pouco depois das oito horas, com grande concorrência, começou o leilão das prendas (...). Algumas daquelas foram arrematadas por alto preço, e, a julgar por isso, é de supor que desta *Quermesse a Associação operária* tire bons resultados¹¹⁹

As quermesses e bazares eram as formas mais comuns de organização de eventos visando lucro, mas existiam ainda outras formas de arrecadação. Na Liga do Magistério, por exemplo, era adotada a utilização de um *livro-ouro* (onde o doador registrava seu nome e a quantia doada – tornando a doação, de alguma maneira, pública). Havia também a possibilidade de se organizar eventos como bailes, festas, e mesmo atividades esportivas, cobrando ingressos. Em 1927, a União Beneficente dos *Chauffeurs*, por exemplo, organizou uma atividade festiva para arrecadação de fundos, em que a principal atração era um jogo de futebol com o Trabalhista

¹¹⁷ Jornal *O Dia*, Florianópolis, 04 jun. 1910, n. 4541. (BPESC).

¹¹⁸ Jornal *O Dia*, Florianópolis, 18 out. 1911, n. 4980. (BPESC).

¹¹⁹ *Ibidem*, 07 fev. 1901, n. 98.

Futebol Club¹²⁰. Esses tipos de medidas de arrecadação eram mais pontuais, sendo utilizadas, na maioria dos casos, em momentos extraordinários com destino pré-estabelecido.

Mas a maior forma de arrecadação das associações se baseava nas cobranças efetuadas em relação aos sócios, em diferentes taxas previstas estatutariamente. Logo que se filiava, o sócio precisava despende uma quantia significativa no pagamento de diferentes obrigações, efetuando, posteriormente, apenas o pagamento de suas mensalidades.

Em todas as entidades, a primeira cobrança realizada era a jóia de admissão, que funcionava como uma espécie de matrícula. Seus valores variavam bastante de instituição para instituição e mesmo dentro de algumas associações que diferenciavam o valor de sua jóia de entrada de acordo com a idade do ingressante. Esta medida era utilizada como uma maneira de se compensar o fato de que as pessoas de mais idade provavelmente precisariam de mais atendimentos, significando maiores custos à instituição. Na Caixa dos Empregados no Comércio, da faixa de 25 a 40 anos (que seria a média mais comum de um filiado) para a de 40 a 60 (já considerada de risco), o crescimento dos valores alcançava um aumento de 100%. Na Liga Operária, o padrão se assemelhava: da faixa de idade de 31 a 40 anos para a de 51 a 55, encontrava-se também 100% de aumento, diferença que se tornava ainda maior na comparação da mesma faixa de idade de 31 a 40 anos com a de 56 a 60 (máximo de idade com a qual alguém poderia se filiar) que chegava a apresentar 250% de crescimento nos valores.

Em algumas entidades, além da jóia de entrada, o novo associado deveria pagar o valor de um *diploma* de sócio e em outras ainda o valor de um *distintivo* – que poderia ser um botão, um broche ou qualquer outro tipo de adereço a ser exibido. Ambos eram utilizados como elemento diferenciador e serviam para destacar publicamente que tal indivíduo fazia parte do corpo social da entidade. Sua compra era obrigatória e compunha os custos de entrada na associação. Caso o indivíduo não efetuasse seu pagamento, a diretoria na primeira oportunidade que possuísse realizaria um desconto no mesmo valor. Dessa maneira, se constituía o dispêndio inicial necessário para associar-se a uma entidade, representando valores significativos, como pode ser percebido no anexo n. 5.

Depois disso, o associado deveria manter-se pagando suas mensalidades, as quais lhe permitiriam usufruir dos direitos de sócio – principalmente o de receber socorros e de votar e ser

¹²⁰ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. ata n.24, assembléia geral de 01 fev. 1927. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 24. (Arquivo da Associação); Ibidem, ata n. 25, assembléia geral de 15 dez. 1927, fl. 25.

votado. As mensalidades não variavam muito de associação para associação, ficando numa média entre 1\$000 e 2\$000, como se pode perceber na tabela de anexo de n. 6.

Havia ainda, em relação aos sócios, os ganhos provenientes de remissões – que ocorriam quando o associado quitava grande quantidade de pagamentos de suas mensalidades e demais taxas de uma só vez, desresponsabilizando-se de pagá-las mensalmente. E o pagamento realizado na *compra* de títulos de sócios beneméritos.

Algumas entidades acrescentavam ainda taxas extras a serem pagas pelos membros de seu quadro social, como a Caixa Beneficente dos Empregados do Ministério da Fazenda de Santa Catarina, que cobrava um “benefício anual”¹²¹ de 3\$000 somado a última mensalidade do ano.

Estes ganhos decorrentes dos sócios representavam na receita das associações quantias mais do que significativas. Na União dos Laboradores, por exemplo, 87% da receita adquirida de agosto a dezembro de 1902, veio dos pagamentos de sócios. Mais interessante é o exemplo da Sociedade Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio, que também no ano de 1902, teve 68% de seu saldo formado por verba relativa ao quadro social. Mas a respeito dessa instituição pode-se ir mais longe, pois, de acordo com a grande quantidade de balancetes localizados, verifica-se que no decorrer de vários anos há um padrão, no qual, somente a mensalidade representava a maior parte do rendimento mensal, atingindo um valor aproximado de 70%¹²².

Mesmo na Liga Operária, que era a associação que mais possuía receitas extras –como demonstrado anteriormente – os valores provenientes dos sócios eram os mais representativos. No ano de 1905, estes chegaram a um total de 50% da receita da associação, estando os outros 50% distribuídos em várias outras fontes de arrecadação (4% no pagamento de aluguéis de casas de sua posse; 5% de juros de apólices; 15% provenientes de hipotecas, entre juros e capitais líquidos; 18% vindo das loterias pagas pela Delegacia Fiscal; e 7,8% de uma apólice sorteada)

Porém, da mesma maneira que os sócios eram os que geravam a maior parte da receita das associações, eram também os que causavam seus maiores dispêndios. Na União dos Laboradores, por exemplo, no mesmo ano de 1902, em que 87% de sua receita se formou a partir de cobranças realizadas no quadro associativo, 85% de suas despesas foram realizadas em atendimentos de socorros dos mais diversos tipos. Da mesma forma, na Liga Operária, no ano de 1905,

¹²¹ CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, Florianópolis. Estatutos, 13 jun. 1923. Livro 03, fl. 50. Cap. 1, art. 03. (CFRC).

¹²² No ano de 1902 correspondeu a 76%, no de 1903 e de 1904 a 71%, e no de 1905 a 68%. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 04 abr. 1902, n.375. (BPESC); *Ibidem*, 02 ago.1903, n. 614; *Ibidem*, 08 dez. 1904, n. 1114; *Ibidem*, 28 mar. 1905, n.1251; *Ibidem*, 29 mar. 1906, n.1546.

anteriormente mencionado, em que 50% da receita da entidade procedeu do pagamento de associados, 31% de suas saídas foram destinadas a atendimento de socorros. No ano de 1929, nesta mesma instituição, este tipo de serviço chegou a assumir 62% das despesas da associação.

Novamente analisando os balancetes da Sociedade Beneficente Caixa dos Empregados no Comércio, percebe-se que, no decorrer dos anos, os gastos alcançados pelos atendimentos de socorros chegam a 90% dos custos efetuados pela associação. Este fenômeno faz muito sentido, uma vez que estas instituições eram criadas com o objetivo de atender pecuniariamente seus associados em casos de necessidades oferecendo socorros.

1.4. A Prestação de Socorros

As entidades mutualistas beneficentes surgiram com o objetivo de suprir as principais carências que atingiam aos trabalhadores, em uma época em que não havia legislações sociais e trabalhistas estabelecidas que lhes trouxesse segurança, de forma que os trabalhadores que se viam envolvidos em casos de doenças, mortes, problemas de invalidez ou desemprego, ficavam completamente desamparados. Além disso, os salários não eram garantia de sobrevivência, pois eram baixos e não supriam as necessidades de uma família inteira: “quem dependia do seu próprio trabalho para sobreviver (...) estava sujeito a pobreza na circunstancia inevitável da doença e da morte”¹²³.

Enquanto isso, a atuação das entidades de socorros mútuos assumia fundamental importância no sentido de dar estrutura aos trabalhadores. A prestação de socorros era um fator determinante no processo de organização das entidades beneficentes. Esses socorros, em geral, buscavam contemplar as necessidades mais elementares – ligadas à saúde, lazer e educação – cumprindo um papel previdenciário. Poderiam também, dependendo da associação, atingir interesses mais específicos e até mesmo mais combativos, atuando diretamente no mercado de trabalho.

¹²³ MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República velha. São Paulo. Hucitec/Prefeitura da São Caetano do Sul, 1992.p. 183.

Cada grupo de trabalhadores ao montar uma nova associação elencava um conjunto de atendimentos (considerados importantes por diferentes motivos) a que essa nova entidade procuraria atender, muitas vezes até mesmo apontando para um futuro bastante distante, uma vez que uma entidade recém formada não possuía, obviamente, capital financeiro suficiente para contemplar grandes pretensões, utilizando-as apenas como diretrizes para sua atuação.

Grande parte das associações priorizava os atendimentos voltados à morte e a enfermidades, fenômeno que certamente se relacionava primeiramente com a grande procura dos trabalhadores brasileiros desassistidos por esses benefícios, demonstrando uma demanda que decorria da falta de estrutura oferecida nesses sentidos pelo Estado.

De alguma maneira, a prioridade nesses atendimentos deve ter também se naturalizado ao longo dos anos no imaginário popular, de forma que a prestação desse tipo de atendimento configurou-se como parte necessária no leque de atendimentos prestados por uma nova instituição.

No caso dos atendimentos relacionados à saúde, é extremamente compreensível que tenham se tornado quase obrigatórios, pois a saúde pública foi uma questão crítica durante toda a república velha. Em Santa Catarina do começo do século XX, as doenças endêmicas alastravam-se e a expectativa de vida girava em torno de 50 anos¹²⁴. Os índices de mortalidade infantil em Florianópolis, em 1907, atingiam a marca de 28,35 por mil nascidos vivos¹²⁵. O primeiro Hospital do estado, o Hospital Real (hoje Militar), foi fundado em Florianópolis em 1769 e apenas vinte anos depois, em 1789, foi fundado o Imperial Hospital de Caridade, também na capital catarinense. Em 1924, para doenças contagiosas, inaugurou-se o Hospital Regional¹²⁶, porém, havia ainda poucos leitos para corresponder a grande demanda que vinha de todo o estado de Santa Catarina. O serviço de médicos familiares, realizando atendimento domiciliar, era bastante comum e necessário. As curandeiras e benzedeiros também possuíam um amplo espaço quando se tratava de saúde¹²⁷.

¹²⁴ ZEFERINO, Augusto César. A expansão da rede urbana. In: PEREIRA, Nereu do Vale. op. cit., p.109.

¹²⁵ Ibidem. p. 181.

¹²⁶ Ibidem. p. 177.

¹²⁷ Dentre elas, ficou muito conhecida a filha de escravos Rita Maria, que de tanto ser procurada denominou o local onde morava, o bairro Rita Maria, anteriormente chamado Praia da Feira. Atualmente o Terminal rodoviário de Florianópolis, assim como um Espaço Cultural leva o seu nome. Segundo Osvaldo Rodrigues Cabral, Rita Maria teria vivido nesse local entre os séculos XVIII e XIX, pois nos mapas datados de 1794, já constavam locais com o seu nome. Disponível em: http://www.deter.sc.gov.br/www/index.php?modulo=conteudo&int_seq_secao=25&int_seq_subsecao=80&int_seq_conteudo=24. Acesso em: 13 set. 2008.

Doenças como beribéri, coqueluche, varíola, tifo e malária eram comuns e exigiam serviços de vacinação que eram pouco realizados no estado. Em 1916, através da declaração do então governador Felipe Schmidt ao presidente da República, compreende-se um pouco o quadro de saúde de Santa Catarina:

As nossas populações do litoral sofrem endemias que as reduzem a um estado de morbidez e de abatimento moral e físico, degenerando a raça, inutilizando-a para o trabalho e acabando por exterminá-la. Refiro-me a ancilostomíase e ao implaudismo, de causas suficientemente estudadas e esclarecidas. O meio de combatê-las é, porém, dispendioso e complexo. A alimentação, o vestuário, as habitações e o regime de vida... obras avultadas de engenharia sanitária poderão tornar habitáveis as zonas infectadas pelo implaudismo. A ignorância da maioria da população do litoral, a aversão a todos os preceitos de higiene tornam muito difícil a prática de medidas de profilaxia individual (...) Não temos um instituto vacínico. Não temos um instituto de pesquisas clínicas microbiológicas, não temos um laboratório para análises bromatológicas, não temos aparelhos para desinfecção, enfim, não possuímos ainda todo um abundante e custoso instrumental defensivo da saúde pública que a higiene exige e aplica para ser eficiente e fecunda. Confio que habilitarei o governo com os necessários recursos a suprir esta lacuna na administração pública.¹²⁸

Além das precárias condições de atendimento médico oferecidas pelo estado, a insegurança no trabalho transformava as faltas devido à doença em um grande problema para os trabalhadores, uma vez que na ausência facilmente se poderia ser substituído sem a menor indenização ou auxílio desemprego. Da mesma forma, só se recebia por dia de trabalho realizado, o que transformava as faltas em um grande prejuízo, pois além de não receber e correr o risco de perder o emprego era preciso manter os custos de uma enfermidade¹²⁹. Os tipos de atendimento e formas de prestação dos socorros voltados às enfermidades nas associações poderiam variar bastante. A forma mais comum utilizada era o oferecimento de diárias por dia de doença que respeitava todo um procedimento para receber seu pagamento. Primeiramente, a Comissão de Sindicância realizava uma análise do pedido e da situação do associado enfermo – através de visita e verificação da documentação médica custeada pelo próprio associado ou pela instituição. Na seqüência, era liberada a verba diária ao associado enfermo e, a partir desse momento, o mesmo se responsabilizava por seguir corretamente o atendimento prescrito e informar sobre seu estado de saúde e melhorias, abrindo mão das diárias quando estivesse restabelecido. Neste momento, as comissões de sindicância tinham um papel investigativo, primeiramente verificando

¹²⁸ Relatório produzido pelo Governo Felipe Schmidt. In: GRISARD, Nelson. op. cit. In: PEREIRA, Nereu do Vale. op. cit., p. 170.

¹²⁹ BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p 11.

se o sócio merecia ou não o benefício e, quando aprovado, mantendo toda a diretoria informada do andamento dos casos.

Expediente: (...) Foi lido mais os pedidos de diárias de dois consócios: Manoel Sebastião Ferreira e José Pedro da Silva que em vista das provas e do parecer da comissão de sindicância foram atendidos, igual pedido foi feito pela consocia Maria N. A. Gonçalves, que provando também o seu estado de doença, por parecer da comissão de sindicância foi igualmente atendida.

Depois das diárias, o socorro para enfermidades mais prestado era o auxílio médico, que consistia no financiamento de uma consulta residencial ou em consultório. Muitas associações possuíam interesse em ter um médico próprio para realizar tais atendimentos, porém poucos estatutos regularizavam esse vínculo. A Liga Operária, a partir de 1910, destacou-se entre as demais entidades por apresentar o interesse de incorporar tal serviço, desde que fosse oferecido gratuitamente. Com a reforma estatutária de 1918, a associação incorporou um novo capítulo, denominado “Do médico”, no qual tal serviço tornou-se passivo de contratação, porém apenas quando fosse “possível e permitirem os seus recursos”, e ainda assim, “sob módica remuneração”¹³⁰. Havia ainda a possibilidade de que o profissional prestasse seu serviço de forma gratuita, recebendo em troca as vantagens de fazer parte do corpo social da instituição. Pelo tratamento superficial direcionado pela maioria dos estatutos ao papel dos médicos, pode-se acreditar que poucas conseguiam arcar com os custos de manutenção de tais serviços.

Em relação aos benefícios voltados a enfermidades, além do atendimento médico, algumas instituições prestavam ainda outros tipos de socorros, como o auxílio farmácia, na maioria dos casos estipulando um valor máximo que poderia ser despendido por pessoa na compra de remédios; um auxílio transporte, para os que precisassem se locomover para fora da cidade em busca de tratamento; auxílio hospitalar, destinado aos que necessitassem de internação; e, em raros casos, o auxílio cirúrgico, devido ao alto custo que esse atendimento representava.

Os socorros em relação à morte eram oferecidos pela grande maioria das associações e buscavam solucionar dois problemas: os custos em relação ao funeral e enterro e o desamparo dos familiares ocasionado pela morte¹³¹. A responsabilidade que essas associações possuíam no

¹³⁰ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 1918. Livro 03, fl.99 v, Cap. XII, art. 44. (CFRC).

¹³¹ A respeito das diferenças percebidas no processo de organização e prestação desse socorro, que era o único unânime dentre as associações de Florianópolis, uma discussão mais bem elaborada se realiza no desenvolvimento

sentido de oferecer aos seus associados o evento funerário tinha completa relação com uma noção de dignidade e diferenciação dos que eram muito pobres e necessitavam de enterros públicos. Essa percepção, em relação à prioridade que esses socorros tinham em grande parte das associações, é bastante comum nos estudos de mutualismo:

Em grande parte dos estatutos as prescrições a cerca dos funerais se faziam acompanhar da idéia de decência, como se estivessem a marcar a distância em relação ao tratamento dado ao indigente. (...) De fato, o “conforto material” requerido nesses casos era bastante dispendioso (...). O Estado fornecia gratuitamente os serviços funerários para os pobres; contudo, essa alternativa deparava-se com um forte componente cultural: a preocupação de ser enterrado condignamente e se possível às expensas próprias¹³².

Em relação ao pagamento dos pecúlios aos familiares do sócio falecido, estes poderiam ser mensais ou entregues de uma só vez, atuando como uma espécie de seguro de vida. Os pecúlios, em geral, eram entregues aos familiares – por ordem de parentesco e outras prioridades estabelecidas estatutariamente, como idade e sexo dos dependentes – ou à pessoa a quem o associado tivesse nomeado para o recebimento. Exigia-se do beneficiário um bom comportamento social e postura honesta, repetindo o mesmo discurso moral que aparecia em diversos momentos da vida associativa.

Art. 35: quando o sócio falecido for solteiro, sua mãe terá direito a pensão somente se for viúva e viver honestamente.

§1º Ainda no caso de ser o sócio filho natural terá direito sua mãe se provar sua honestidade

§2º No caso de ser o sócio falecido viúvo, o direito será concedido aos seus filhos menores de 15 anos e as suas filhas até a idade de 21 anos

Art. 36: As pensões concedidas às viúvas e as filhas dos sócios viúvos falecidos cessarão de ser pagas logo que a pensionista casar ou deixar de viver honestamente¹³³

Os valores apresentados nos estatutos eram, em geral, melhor elaborados em relação ao funeral e enterro do que ao pecúlio, fator que pode ser explicado de diferentes maneiras. Primeiramente, porque os eventos fúnebres eram bastante dispendiosos, o que dificultava o oferecimento de grandes quantias para além de sua realização. Somente no pagamento da documentação legal e dos tramites relacionados ao cemitério público – entre impostos e licenças

do capítulo 4, analisando este atendimento como forma de compreender detalhes a cerca da vida dos trabalhadores que o necessitavam e que o organizavam, nos diferentes tipos de associações existentes.

¹³² DE LUCA, Tânia Regina. op. cit., p. 29.

¹³³ UNIÃO BENEFICENTE DOS LABORADORES, Florianópolis. Estatutos, 31 out. 1911. Livro 02, fl. 10, Cap. VIII, art. 35 e 36. (CFRC).

– gastava-se, em média, uns 43\$000¹³⁴. Além disso, havia ainda os custos relacionados ao funeral, com velas, coroas, caixão, cortejo, entre outros.

Os preços dos caixões deveriam render um bom mercado, pois em 1907, a Liga Operária adentrou nesse ramo comercial, assumindo pra si tanto a responsabilidade quanto os lucros deste empreendimento, o qual certamente sabia que eram vultosos.

Esta sociedade que tantos e tão involudáveis serviços tem prestado a classe operária acaba de montar uma empresa funerária a fim de proporcionar aos seus associados e ao publico caixões fúnebres por preços módicos.

Levo ao conhecimento dos senhores sócios e do público que, esta Sociedade fornece caixões fúnebres, eças, etc., para adultos e crianças, por preços convencionados, podendo os interessados dirigirem-se a sede social¹³⁵.

Depois dos atendimentos voltados à morte e as enfermidades, os mais prestados eram os que correspondiam a necessidades relacionadas à invalidez. Nesse sentido, a atuação da maioria das entidades se limitava apenas a isenção das taxas internas da associação. O direito a pensões mensais, nesses casos, era prestado por poucas entidades devido a sua regularidade de pagamento e, portanto, alto custo de manutenção. Assim, as associações que o propunham, em geral, o faziam com ofertas simbólicas, mais por uma questão de princípios por reconhecerem as dificuldades encontradas pelos trabalhadores idosos e acidentados sem condições de prover seu próprio sustento¹³⁶.

Simbólicos também eram os socorros ofertados em casos de desemprego, com a diferença de que apenas quatro associações se dispunham a prestá-lo, provavelmente também devido ao fato de ser um socorro por tempo indeterminado e de difícil manutenção¹³⁷. Interessante é que das quatro associações que o prestavam, duas eram de trabalhadores do comércio, de forma que deveria ser uma preocupação presente na categoria. Essa maneira de se avaliar os socorros como

¹³⁴ Imposto de cemitério: Sepulturas rasas: 4\$000/ Catacumbas: 20\$000; Licença para fazer jazigo de cinco anos: 2\$000; Venda de terrenos para jazigo perpétuo de 22 cm: 5\$000; Termo de inscrição de óbito: \$500; Risco e numeração da marca:1\$000; Licença para enterramento em catacumba: 25\$000; Aluguel anual de catacumbas:10\$000. Retirado do orçamento municipal para o ano de 1904. In: COLEÇÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES MUNICIPAIS de 1903, Florianópolis. (CMALESP), p. 78,79.

¹³⁵ Jornal *O Dia*, Florianópolis, 18 out. 1907. n. 1980. (BPESC).

¹³⁶ RALLE, Michel. A Festa Militante. O espaço festivo dos operários diante da identidade social (Espanha, 1850-1920). In: BATALHA, Cláudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira (org.). op. cit., p.30.

¹³⁷ Em sua pesquisa Tânia De Lucca identificou a mesma situação, segundo a autora esse socorro era de alto custo e difícil manutenção como os voltados para casos de invalidez. In: DE LUCA, Tânia Regina. op. cit., p.27.

um instrumento para a compreensão do mundo do trabalho em que estavam envolvidas as categorias representadas pelas entidades será melhor explorada no capítulo seguinte.

Outro conjunto de socorros bastante presente no leque de prestações das entidades eram os voltados à instrução, que se apresentavam tanto através da construção de bibliotecas, muito comuns neste meio associativo, quanto na constituição de escolas. Na maioria dos casos, as bibliotecas se formavam através de doações, sem representar ônus para as finanças da associação. Poucas entidades destinavam verba própria a ser administrada na manutenção e compra de livros, como a União Operária que, a partir de 1928, passou a destinar 50% das mensalidades do mês de fevereiro para a sua biblioteca¹³⁸. Da mesma forma, a Associação dos Empregados no Comércio, destinava 10% de sua renda líquida à sua biblioteca¹³⁹.

Grande parte das associações que possuíam bibliotecas instituía o cargo de bibliotecário, porém apenas alguns estatutos regulamentavam essa função. Este “funcionário” poderia ser nomeado pela diretoria ou mesmo escolhido por voto, como ocorria na União Operária, na União Beneficente dos *Chauffeurs* e na Liga do Magistério. Sua existência tornava maior o acesso aos livros presentes na instituição e de alguma maneira aumentava o giro de pessoas dentro da sede da entidade. A União Operária, por exemplo, conseguia manter sua biblioteca aberta de terça a sexta-feira, das 18 às 22 horas e chegou a possuir 830 títulos de livros, além de revistas e jornais¹⁴⁰.

Em relação ainda a instrução, havia em muitas entidades um interesse presente de organizar escolas – de ensino primário e técnico – explicado, em parte, pela falta de acesso de grande parte da população à educação. Em Florianópolis, na virada do século XIX para o XX, o número de analfabetos era grande, correspondendo a 60% da população¹⁴¹, o que demonstra que o acesso as 24 escolas públicas existentes na cidade era bastante dificultado¹⁴². Para quem quisesse dar continuidade aos estudos havia a Escola Normal¹⁴³, que iniciou suas atividades em

¹³⁸ UNIÃO BENEFICENTE RECREATIVA OPERÁRIA, Florianópolis. Estatutos, 24 maio 1928. Livro 03, fl. 94 v, Cap. V, art. 15.

¹³⁹ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO. Estatutos, Florianópolis: Tipografia da Escola dos Aprendizes Artífices. 01 set. 1900. Cap. XIV, art. 37. (BPESC).

¹⁴⁰ SCHMEIL, Lílian. *Memórias da UBRO*. Franklin Cascaes. Florianópolis, 1995. p.11.

¹⁴¹ BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, realizado em 01 de setembro de 1920, Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1930. vol. 4, pt. I, *População por sexo, estado civil e nacionalidade*, p. 521; Ibidem, v. 04, pt. IV, *População*, p. 388/389. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 jul. 2008.

¹⁴² PEDRO, Joana Maria. op. cit., p.49.

¹⁴³ Escola Normal na época correspondia ao magistério hoje extinto.

1887, mas que contava com turmas pequenas e disponibilizava vagas a todo estado. Esta situação não se alterou muito com o passar dos anos, pois em 1935 existiam apenas seis colégios com ensino médio em Florianópolis e todos eram particulares¹⁴⁴. Aos mais abastados havia ainda a possibilidade de se ter aulas particulares em casa, opção geralmente destinada às meninas, sendo bastante cara e, por isso, para poucos.

Em termos profissionalizantes, em 1917 se criou o primeiro estabelecimento de ensino superior no Estado – o Instituto Politécnico – que, de acordo com seus estatutos se propunha a preparar farmacêuticos, cirurgiões-dentistas, guarda-livros e agrimensores¹⁴⁵. Em 15 anos de existência, entre 1919 e 1934, formou 95 farmacêuticos e 126 cirurgiões-dentistas, predominando em sua organização a existência de turmas pequenas. Possuía grande quantidade de alunos estrangeiros – entre eles principalmente alemães e austríacos, que se matriculavam com o interesse de revalidarem seus diplomas do exterior e que em geral residiam em cidades do interior do Estado, retornando às mesmas com a conclusão de seus cursos¹⁴⁶. Pela lei n. 1.169, de outubro de 1917, o Estado se comprometeu a subsidiar com seis contos de réis anuais o Instituto, sob a condição de que fossem matriculados seis alunos gratuitamente em cada curso ministrado. Porém, no ano seguinte de 1918, pela lei n. 1.225, o Instituto foi reconhecido como uma instituição particular e autônoma¹⁴⁷.

Para os trabalhadores, restava, portanto, outros tipos de formação profissionalizante, como a Escola de Aprendizes Artífices, fundada em 1910, que ofertava cinco tipos de oficinas, de “mecânica, carpintaria, tipografia, encadernação e alfaiataria”¹⁴⁸. As vagas oferecidas, porém, não chegavam a ser preenchidas e sua abrangência, aparentemente, não era muito grande, pois, em 1910 iniciou suas atividades contando com 100 alunos e em 1923 ainda possuía apenas 133 alunos matriculados¹⁴⁹. As camadas mais baixas da população podiam “optar” ou ser levadas à Companhia de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina, criada em 24 de outubro de 1857¹⁵⁰.

¹⁴⁴ DALABRIDA, Norberto. apud: COLLAÇO, Vera. op. cit., p. 110.

¹⁴⁵ VELLOSO, Verônica Pimenta. *Instituto Politécnico de Florianópolis*. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/observatoriohistoria/verbetes/instpolytflo.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2009.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ COLLAÇO, Vera. op. cit., p. 108.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Os alunos desta Escola deveriam ter entre 10 e 17 anos, quando contavam com idade inferior a esta faixa, as crianças deveriam ser “robustas” e com condições para atuação no mar. In: SILVA, Velôr Pereira Carpes da. *Escola de Aprendizes marinheiros e Crianças desvalidas*. Desterro (SC) – 1857-1889. 2002, 109 f., Dissertação. (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. p. 54-55.

Suas vagas não eram muito procuradas, pois “não existiam garantias para as crianças de terem um futuro certo, após serem dispensados pela marinha. Isso esclarece o fato, de apesar do prêmio (que era oferecido às famílias dos alunos matriculados), não ser grande a procura para o alistamento voluntário”¹⁵¹. A grande maioria dos jovens na faixa entre 13 e 16 anos, preferia trabalhar “junto de algum mestre de ofício como aprendizes, visando garantir o aprendizado de uma profissão, que lhes proporcionasse um futuro mais estável com opção de emprego”¹⁵². Portanto, a formação dos trabalhadores não se voltava ao conhecimento das letras e sim de ofícios, dando prioridade a profissionalização técnica que trouxesse alguma garantia de futuro: “a instrução que podemos dar aos nossos filhos é geralmente a primária, que é gratuita, pois não podemos dar-lhes outra educação. Após tirarem o curso primário seguem geralmente o ofício do pai”¹⁵³. Desta maneira as associações buscavam suprir, de acordo com suas possibilidades, demandas provenientes de seu quadro de associados.

Além do interesse de oferecer instrução e profissionalização a seus sócios, outro conjunto de incentivos deveria influenciar para que as entidades se voltassem à educação, como o fato de que com isso facilmente se tornavam instituições de utilidade pública, o que poderia render algum tipo de subsídio e bonificações por parte do Estado. Nesse sentido, em 1919, foi aprovada a lei de n. 1.216¹⁵⁴, isentando de qualquer imposto estadual as instituições onde funcionassem estabelecimentos de caridade e instrução primária gratuita. Mas de outras maneiras, antes mesmo de 1919, o Estado já possuía uma política de incentivos nesse sentido, como alguns casos demonstram: a União dos Trabalhadores, por exemplo, desde sua fundação apresentou uma preocupação voltada à formação primária das crianças, disponibilizando atendimento gratuito aos filhos dos sócios e realizando cobrança de mensalidade dos demais menores que se interessassem por seus cursos. Porém, a instituição deixava bem claro que esta cobrança seria extinta assim que a associação conseguisse auxílio com os poderes públicos – intenção que já vinha demonstrada desde a primeira cláusula estatutária a cerca da formação de sua escola:

¹⁵¹ Ibidem. p. 58.

¹⁵² Idem. p. 58.

¹⁵³ Entrevista realizada com João dos Passos Ribeiro, carpinteiro e sócio da União Beneficente e Recreativa Operária. In: *Jornal O Estado*, apud: COLLAÇO, Vera. op. cit., p.110.

¹⁵⁴ SANTA CATARINA, Lei n. 1.261, de 05 de setembro de 1919. Isenta de todo e qualquer imposto estadual as propriedades onde funcionam os estabelecimentos de caridade e de instrução primária gratuita e as sociedades esportivas legalmente constituídas. (CMALESC).

Art. 100: A sociedade fará o possível para manter escolas envidando esforços junto aos poderes públicos para obtenção de auxílios para as mesmas.
 §1: enquanto não houver auxílio somente por parte dos governos para pagamento dos professores do curso <Dom João Becker> a sociedade contribuirá com a importância de 50\$000 mensais como gratificação aos referidos professores.
 §2: Os filhos dos associados terão ensino gratuito sendo que os demais ficam sujeitos ao pagamento de um mil réis mensalmente.
 §3: o ensino será administrado gratuitamente a todos quando os governos auxiliarem suficientemente as referidas escolas.
 §4: A direção dessas escolas ficará a cargo do presidente da associação e do Padre Dr. Luiz Schuler, uma vez que este queira prestar seus serviços gratuitamente.
 Sendo permitida a fiscalização dos governos nas escolas uma vez que não cerceie a liberdade de ação de seus diretores e o da propagação do ensino da religião católica apostólica romana entre os alunos

Expunha, dessa maneira, de forma explícita o interesse nos subsídios estatais. Muito provavelmente a inclusão de fatores religiosos na organização da escola tivesse algum objetivo de apresentar uma “boa” imagem para a associação e tornar o pedido mais convincente aos poderes públicos, questão que não poderá ser avaliada a fundo nesse momento. Logo depois de a escola ser instituída pelos estatutos enquanto um objetivo, a associação partiu em busca de conquistar os subsídios necessários para colocá-la em prática:

Os abaixo assinados, desejando fundar uma aula de primeiras letras para instrução dos seus companheiros associados, vêm, convictos do vosso amor à civilização, solicitar o auxílio que nesse sentido estiver ao vosso alcance e poder dispensar-nos.
 Não pedimos nem desejamos que a vossa generosa dádiva em favor dessa utilíssima e justa pretensão, seja em dinheiro, preferimos alguns objetos escolares (...)
 Certos de que seremos atendidos, vos consideramos, desde já, entre os benfeitores da nossa humilde associação (...)¹⁵⁵.

Esse pedido foi prontamente atendido pelo Estado, através da doação de material de uso escolar e principalmente pela nomeação dos professores titulares e do pagamento dos seus salários¹⁵⁶. Em troca, além do agradecimento público, a associação enviava anualmente ao governo um relatório de suas atividades, oferecendo, dessa forma, uma satisfação a respeito da utilização de seus ganhos – questão que será melhor avaliada no 3º capítulo.

¹⁵⁵ Ofício enviado pela União dos Trabalhadores de Florianópolis ao Governo do Estado aos cuidados do Secretário Geral dos Negócios do Estado, Sr. Coronel Caetano Pereira da Costa. Florianópolis, 22 de outubro de 1910. Cx. 09, fl.133. (G/S. GNE D - APESC)

¹⁵⁶ Jornal *O Dia*, Florianópolis, 07 maio 1913. n. 6838. (BPESC); Ofício enviado ao governador do Estado aos cuidados do Secretário do Interior e Justiça, José Boiteux. Florianópolis, 12 mar. 1919. Cx. 11, fl. 147. (G/S. GNE D - APESC)

A Associação dos Empregados no Comércio, conhecida como ASSEC, desde sua fundação teve como prioridade a educação, voltada de forma explícita à profissionalização e formação do trabalhador por ela atendido. Mas, ao que tudo indica, buscou unir, na prestação desse tipo de atendimento, os seus interesses com os do Estado, pois além de oferecer seus cursos de línguas e os temáticos – como de *Sciencias Physicas e naturais*, com aulas de física, química e história natural¹⁵⁷ – complementava seus oferecimentos com aulas de primeiras letras. Para esse curso primário a entidade disponibilizava vagas às crianças carentes da cidade as quais eram distribuídas pelo governo do estado. Esse oferecimento era feito em número bem reduzido, visualmente atuando mais no sentido de conseguir algo do que de resolver o problema da instrução na cidade.

A Diretoria da associação querendo patentear a sua alta estima e demonstrar o quanto aprecia a sabia administração de vossa Snr., resolveu oferecer ao governo do Estado três matrículas gratuitas em cada uma das disciplinas que compõe os cursos de instrução de nossa sociedade.¹⁵⁸

O Grêmio dos Empregados no Comércio, assim como a ASSEC, também tinha dentre suas prioridades a instrução, trazendo como lema a chamada: *Instrução e Beneficência*, que vinha traduzido em seu pavilhão, *Proteger a instrução é engrandecer a pátria*. O Grêmio além de oferecer para seus sócios cursos de aperfeiçoamento profissional como escrituração mercantil e aulas de línguas, como alemão e francês, também mantinha cursos de primeiras letras admitindo crianças carentes da cidade que por seus afazeres não pudessem freqüentar escolas públicas – sem restringir, porém, o número de vagas¹⁵⁹. Ao contrário da ASSEC, que levou seis anos para colocar sua escola em funcionamento, o Grêmio rapidamente conseguiu se organizar, pois apenas com três meses de existência, suas aulas destinadas aos menores já contavam com 30 alunos e o curso de escrituração mercantil possuía dois alunos¹⁶⁰.

A União Operária, da mesma maneira, teve desde o início de sua atuação o interesse de criar “escolas profissionais que cultivem educação técnica do operariado em geral, dos associados

¹⁵⁷ Jornal *O Dia*, Florianópolis, 21 mar. 1905, n.1246. (BPESC).

¹⁵⁸ Ofício da Associação dos Empregados no Comércio para o Governador do Estado. Florianópolis, 18 de março de 1905. CODGSC. Cx. 12, fl.23. (APESC).

¹⁵⁹ Jornal *O Mercantil*, Florianópolis, 20 set. 1900, n.19. (BPESC).

¹⁶⁰ *Ibidem*, 17 set. 1900, n.17.

e pessoas de suas famílias”¹⁶¹. No planejamento estatutário, em que estruturava o funcionamento de tal escola, previa que para dirigi-la seria designado um associado pela diretoria e que os professores trabalhariam voluntariamente. Todo material escolar deveria ser fornecido pelo próprio aluno “excetuando os filhos dos associados inválidos”¹⁶². Apesar de constar nos planos estatutários da entidade desde 1922, esse projeto só se efetivou após 1930.

Por fim, em relação à prestação dos socorros, havia ainda um conjunto de atendimentos de ordem jurídica, os quais em geral significavam acesso a um advogado. Na maioria das associações, o advogado era como o médico, uma peça importante, porém não indispensável, que só faria parte dos custos mensais da associação se houvesse condições financeiras para isso ou se o mesmo se voluntariasse em troca dos benefícios oferecidos pela instituição. Nereu Ramos foi um advogado que teve grande contato e participação nas causas dos trabalhadores representados pelas associações de Florianópolis, porém até onde se pôde verificar realizava cobrança na execução de seu trabalho. Os serviços de um advogado eram bastante caros e nem sempre a instituição podia arcar com os mesmos e, talvez por isso, algumas instituições impunham condições na prestação de tal socorro, como, por exemplo, provar inocência perante a assembléia geral antes da contratação. Na maioria dos casos, a entidade além de oferecer o custeio do advogado, se propunha também a manter o sócio envolvido isento dos demais pagamentos da associação até a resolução do processo.

A União dos *Chauffeurs*, entre todas as entidades, era a que mais priorizava esse tipo de serviço, que vinha seguido por socorros em caso de prisão e fiança, muito provavelmente por serem os *chauffeurs* uma categoria exposta a problemas com a lei no exercício de sua profissão. Dessa maneira, percebe-se que a prestação de socorros em muito se relacionava ao grupo social atendido por cada instituição – questão especificamente abordada no capítulo seguinte. Porém, outros fatores certamente também influenciavam na organização (ou reorganização) dos socorros prestados pelas entidades, entre eles o capital social e financeiro adquiridos no passar dos anos e a existência de outras associações servindo ao mesmo “mercado previdenciário”.

As associações pluriprofissionais de Florianópolis servem como exemplo para elucidar estas questões. A Liga Operária foi a primeira delas, criada em setembro de 1891 e existente até

¹⁶¹ UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. Florianópolis: ed. Escola de Aprendizes Artífices. Florianópolis, 1922. Cap. XIII, art. 55, p. 17. (cópia cedida por Vera Regina Martins Collaço).

¹⁶² UNIÃO BENEFICENTE RECREATIVA OPERÁRIA, Florianópolis. Estatutos, 24 maio 1928. Livro 03, fl. 97 v., Cap. XV, art. 76. (CFRC).

os dias atuais – com seus objetivos bastante diferenciados –, sendo, portanto, a que alcançou maior durabilidade. Foi também a que atingiu maior capital e número de sócios, constituindo-se como a que oferecia socorros de maior valor e cobranças mais caras de seus sócios. As outras duas associações de mesmo caráter, quando organizadas, adentraram num espaço em que a Liga já era uma instituição consolidada, contando no momento de fundação da União dos Laboradores com oito anos de idade e no da União Beneficente Operária, com trinta e um.

A União dos Laboradores, ao contrário da Liga, possuía uma estrutura bastante objetiva e enxuta. Em relação ao custo benefício de se filiar a mesma, realizava cobranças bastante acessíveis e em troca ofertava um conjunto simples de socorros, os quais eram ainda de pouco valor. Fundada em 1899, essa associação teve no mínimo dezoito anos de existência – observados através de suas reformas estatutárias e nas notícias de jornal a seu respeito. Instalada num período em que existiam cinco associações de caráter mutual de trabalhadores na cidade, (sendo duas de comércio, uma étnica, uma de funcionários públicos e a Liga Operária com caráter pluriprofissional como o seu), parece ter sido uma instituição bem estruturada, pois finalizou o ano de 1911 com um fundo social orçado em 20:647\$304, que comportava, entre outras coisas, uma sede social própria¹⁶³ e assim demonstrava ser uma associação forte, embora menor do que a Liga Operária, que cinco anos antes, em 1906, contava com um fundo social de 17:131\$480¹⁶⁴. A União dos Laboradores assumiu, em relação às outras duas associações pluriprofissionais, uma atuação mais retraída, pois pouco se localizou a seu respeito nas fontes disponíveis.

A comparação mais possível de ser realizada nesse grupo de associações, portanto, é entre a Liga e a União Operária. Sobre os motivos que levaram a fundação desta, são várias as suposições apresentadas: Vera Collaço demonstra em sua análise que este processo se deu “pela ausência de sindicatos e pela presença de entidades de classe enfraquecidas e voltadas apenas para a beneficência”¹⁶⁵; Jaci Vieira, por sua vez, apresenta que, entre outros motivos, foi “para trabalhar em prol do Socorro Vermelho”¹⁶⁶, apoiar greves, com passeatas e comícios”¹⁶⁷; e Lílian Schmeil, dentro da mesma lógica, afirma que a União Operária seria uma dissidência da Liga por

¹⁶³ Jornal *O Dia*, Florianópolis, 23 ago. 1911 n. 4923. (BPESC).

¹⁶⁴ Ibidem, 21 fev. 1906, n. 1517.

¹⁶⁵ COLLAÇO, Vera. op. cit., p.14, 15.

¹⁶⁶ Os Socorros Vermelhos eram comitês de ajuda financeira aos trabalhadores russos. Álvaro Ventura fazia parte de um deles e trouxe o projeto para Florianópolis. Existiu no município de 1922 a 1927. In: MARTINS, Celso. *Os comunas*. Álvaro Ventura e o PCB Catarinense. Florianópolis: Paralelo 27, 1995. p. 20.

¹⁶⁷ VIEIRA, Jaci Guilherme. *História do PCB em Santa Catarina: Da sua gênese até a Operação Barriga Verde – 1922 a 1975*. Florianópolis, 1994. 104f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. p. 25.

ser esta uma entidade considerada muito “pequeno-burguesa”¹⁶⁸. Não se conseguiu, porém, localizar ao longo desta pesquisa documentação que apontasse nesses sentidos, a não ser na escrita de militantes que viveram na época e realizaram uma leitura posterior de suas entidades – como no caso de Manoel Alves Ribeiro – o Mimo – citado na Introdução dessa pesquisa. Apesar de não corroborar com essas análises, acreditando que se trata de uma leitura militante de construção posterior, verifica-se que de fato a União Operária surgiu sim com um discurso mais combativo e uma postura mais militante, trazendo em seus estatutos intenções e narrativas muito mais engajadas do que as que eram apresentadas pela Liga Operária. Porém, já existiam no momento de sua organização, em 1922, outras entidades de classe que apresentavam princípios e intenções tão engajadas como as suas – dentre elas principalmente a União dos Trabalhadores, fundada em 1910 e na qual, aparentemente, a União Operária baseou-se para constituir seus estatutos. Além disso, na atuação prática, essa associação não se diferenciou de maneira tão contundente das demais existentes naquele momento na cidade, assumindo até mesmo atividades conjuntas com a Liga Operária e dividindo por vezes sócios e diretores em comum.

Os trinta e um anos que separam a fundação das duas associações não podem ser ignorados, uma vez que diferentes influências de época atuaram em suas formações, desde a linguagem textual utilizada na composição de seus regulamentos, às necessidades específicas dos sócios.

Devido ao fato dessas entidades possuírem o mesmo caráter de organização – com critérios de admissão abertos e acessíveis e um leque de prestação de socorros e valores bastante próximos – atingiam um mesmo grupo de trabalhadores, que percebia, em ambas, espaços interessante de organização, proteção e sociabilidade, o que se confirma na comparação de seus quadros diretivos e corpo social, uma vez que possuíam muitos nomes em comum. Desta maneira, poderia se imaginar uma disputa de *mercado* entre União e Liga Operária, mas o que se verificou foi uma especialização dos serviços, de tal forma que ambas acabavam se complementando. A Liga, em sua atuação primordial, assumiu o atendimento das carências mais elementares, nas demandas mais comuns dos trabalhadores, através de diárias altas e formas específicas e bem direcionadas de apoio e segurança. A União Operária, fundada em 1922, ao que tudo indica, assumiu questões que não eram contempladas no atendimento da Liga, voltando-se mais para o lazer, a instrução e a representação dos trabalhadores perante seus

¹⁶⁸ SCHMEIL, Lílian. op. cit., p. 07.

padrões – questões que também se relacionavam de forma marcante com o momento histórico em que a entidade se formava, com as novas demandas que surgiam e uma discussão a cerca dos direitos trabalhistas muito mais acentuada.

Essa diferença de prioridades fica extremamente visível nos estatutos de mesmo período das duas associações – o exemplar da Liga de 1929 e o da União de 1928 – pois enquanto a Liga Operária definia suas beneficências previdenciárias em vinte e um artigos, a União Operária os fazia em apenas sete, de maneira generalizada e sem apontar valores de forma específica e, mesmo quando o fazia, era na grande maioria das vezes com valores inferiores aos oferecidos pela Liga¹⁶⁹. Além disso, Liga Operária sempre que aumentava seus capitais, aplicava-os na ampliação dos serviços de atendimentos previdenciários, como ocorreu em 1929, com a criação de uma *Caixa Familiar de Socorros* anexa a sua organização.¹⁷⁰

Por sua vez, a União Operária sempre que podia investia na instrução de seus associados, através da informação, da educação e da recreação, com serviços que ao longo dos anos foram ampliados. A partir de 1928, assumiu o caráter de associação recreativa – passando a denominar-se União Beneficente Recreativa Operária, UBRO, como ficou conhecida – instituindo um diretor próprio para estas funções com renda orçada e previamente destinada a seus serviços. Essa noção recreativa tinha fins educacionais, pois compreendia que a cultura era um bem necessário ao operariado, sendo que este se encontrava sempre tão afastado das possibilidades culturais que a cidade oferecia. Assim, no preparo de sua biblioteca, na organização das comemorações e eventos do 1º de maio, nos cursos técnicos oferecidos, no projeto de divulgação de um periódico próprio e principalmente na prioridade exercida na efetivação de um teatro na instituição, a União Operária via fins pedagógicos de formação e instrução ao

¹⁶⁹ Como no caso de socorros ofertados para trabalhadores que se encontrassem “inválidos”, para os quais a *Liga* oferecia de 25\$000 a 40\$000, tendo os cegos um atendimento especial de 35\$000 a 50\$000; na *União Operária* o valor oferecido era apenas de 10\$000 e nada mais. LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 1918. Livro 03, fl. 99. Cap. XI, art. 24.

¹⁷⁰ Esta nova estrutura possuía autonomia financeira, mas não administrativa e tinha uma atuação bastante semelhante à Sociedade Protetora dos Funcionários Públicos Civis, realizando uma cobrança mensal que seria utilizada somente no atendimento das necessidades relacionadas à morte, de forma que todos os sócios fariam contribuições mensais correspondentes a um funeral, os quais seriam somados formando uma caixa social. Só poderiam fazer parte desta Caixa pessoas que fossem sócias da Liga, embora o pagamento de suas mensalidades e jóias de entrada fossem processos realizados de forma independente. Da mesma maneira, realizava-se a administração de suas finanças, pois possuía seus próprios fóruns regidos por um regulamento também próprio. Este projeto iniciado em 1929 parece ter tido boa participação e aceitação dos associados, pois permaneceu em funcionamento como atividade anexa à Liga por pelo menos 36 anos, como se percebe em documento interno da Caixa, ainda anexa a Liga Operária, datado de 1965. In: LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA. Estatutos. Florianópolis: Tipografia São José, 1929. Cap. XII, art. 81, p. 32.

trabalhador¹⁷¹.

Dessa maneira, percebe-se que tais instituições atuavam em duas frentes distintas, mas não excludentes, de interesses e necessidades de um mesmo conjunto de pessoas, complementando-se. A partir dessa análise, explica-se parcialmente o fato de que ambas as instituições possuíam muitos sócios, e mesmo diretores, em comum – em alguns casos dirigindo cargos nas duas entidades ao mesmo tempo.

Questões relacionadas a essa economia previdenciária também se explicitam em relação às associações que se fechavam na representação dos trabalhadores de um ofício – como a Sociedade Beneficente Caixa dos Empregados no Comércio, a Associação dos Empregados do Comércio e o Grêmio Instrutivo Beneficente dos Empregados no Comércio – com a diferença, em relação às pluriprofissionais, de que essas aparentemente disputavam um espaço em comum.

O fato de que se voltavam todas para a mesma categoria profissional, criava um ambiente de disputa, pois como apresentado anteriormente, os empregados do comércio não eram numericamente um grupo muito expressivo: no recenseamento geral do Brasil, em 1872, Nossa Senhora do Desterro contava 404 trabalhadores entre comerciantes, guarda-livros e caixeiros, enquanto, no censo de 1920, eram recenseados como trabalhadores do comércio 1178 pessoas. No período de fundação das entidades aqui analisadas, portanto, o número de pessoas a que estas associações pretendiam atender ficava entre essas marcas, sendo um grupo bem acanhado para ser disputado por três instituições de mesmo caráter, principalmente se for considerado que não era a totalidade dos trabalhadores que se associavam.

As três entidades foram fundadas em épocas bastante próximas, devido a divergências e crises ocorridas internamente em suas antecessoras. A mais antiga delas, a Sociedade Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio, foi fundada em 1886, logo em seqüência, em 1889, instalou-se a Associação Beneficente e Recreativa dos Empregados no Comércio, depois denominada simplesmente Associação dos Empregados no Comércio (ASSEC)¹⁷² e, em 1900, foi fundado o Grêmio Instrutivo e Beneficente dos Empregados no Comércio.

A Caixa dos Empregados no Comércio apresentava em relação à ASSEC uma estrutura organizacional mais bem fundamentada e estatutos melhor elaborados. Os socorros prestados

¹⁷¹ Mais sobre a União Beneficente Recreativa Operária em: COLLAÇO, Vera. op. cit.; e LEUCHTENBERGER, Rafaela. *Liga Operária Beneficente de Florianópolis e União Beneficente Recreativa Operária: Uma história de mutualismo e resistência*. Monografia (Bacharelado em História) Graduação em Licenciatura e Bacharelado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, UFSC, 2005.

¹⁷² Jornal *O Mercantil*, Florianópolis, 21 maio 1902, n. 13. (BPESC).

entre as duas entidades não eram muito diferenciados na variedade, mas a Caixa os prestava sempre com algum recurso financeiro a mais – oferecendo, por exemplo, diárias de 60\$000 aos enfermos e a possibilidade de atendimento em quartos do Hospital de Caridade, enquanto a ASSEC oferecia diárias na metade do valor. Em casos de mortes, a Caixa organizava funerais de 100\$000 mais pensão aos familiares sem valor estabelecido, enquanto ASSEC se propunha apenas a dar funerais de 2ª classe, sem direito à pensão. Em contraponto, a ASSEC buscava complementar seus serviços com atendimentos diversificados, como ter um médico na associação e oferecer socorros farmacêuticos, programando-se também para construir um ambulatório e uma enfermaria quando os recursos permitissem, embora não regulamentasse essas futuras práticas e não se tenha encontrado nenhuma notícia a respeito de sua concretização. Outro traço marcante dos benefícios prestados pela ASSEC em relação à Caixa, é que ela procurou adentrar num campo de prestação de serviços não trabalhados pela outra: o atendimento voltado à instrução – num movimento semelhante ao verificado entre as pluriprofissionais.

Um ano depois da fundação da ASSEC, em 1900, exclusivamente por questões políticas – relacionadas a uma centralização dos cargos de diretoria sempre nas mesmas mãos – alguns de seus membros se desfilaram e fundaram uma nova instituição, o Grêmio Instrutivo, que manteve a mesma política de atuação de sua antecessora, tendo na instrução sua principal bandeira.

A falta de socorros voltados à instrução dentre o leque de serviços oferecidos pela Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio, pode ter sido um dos motivos que levou alguns sócios a se desligarem e fundarem a ASSEC, assim como pode ter sido apenas uma forma de se diferenciar de sua antecessora e atrair membros filiados à mesma. Já os associados que se retiraram da ASSEC para fundar o Grêmio, provavelmente não o fizeram por divergência de princípios – uma vez que os reproduziram na nova associação – mas sim por diferenças políticas. Ao mesmo tempo em que ASSEC e Grêmio direcionavam provocações uma a outra em seus periódicos, debatiam também a possibilidade de uma junção e trocavam correspondências, participando uma dos eventos da outra, demonstrando que, mesmo com toda a indisposição política existente entre elas, mantinham aberto um canal de comunicação¹⁷³.

Portanto, na sutil diferença dessas associações torna-se possível vê-las como participantes de um mercado que, mesmo não sendo compreendido na época dessa maneira, existia, uma vez

¹⁷³ Jornal *O Mercantil*, Florianópolis, 1901. passim. (BPESC); Jornal *O Comércio*, Florianópolis, 1901. passim. (BPESC).

que essas associações prestavam serviços e precisavam manter um público para continuar existindo, público esse que estava, portanto, em disputa. Mas a existência desse *mercado* e dessa *disputa* não pressupunha necessariamente inimizade e competição, questões que se relacionavam muito mais com intrigas e desacordos políticos – como no caso das associações do comércio – do que com o simples fato de que existiam numa mesma sociedade. O que se dava, pelo contrário, era que em geral as associações mantinham entre si fortes relações, sendo extremamente presentes no cotidiano umas das outras, a começar pelo fato de que comumente sediam suas sedes a associações recém formadas – por empréstimo ou aluguel – assim como, mantinham contatos freqüentes, uma vez que se localizavam em regiões próximas. Além disso, deve-se considerar que Florianópolis era uma cidade pouco populosa e, portanto, o grupo social representado por essas instituições era diminuto, de tal forma que seus sócios relacionavam-se nos mais variados ambientes sociais – como as próprias associações, compostas muitas vezes por sócio em comum. As associações mantinham, portanto, os mais variados vínculos, dentre os quais o mais comum era a troca de correspondências, que se dava, principalmente, com o objetivo de informar mudanças de diretoria e para parabenizar as novas gestões.

Em seguida foram lidos ofícios de agradecimentos pela comunicação da posse da nova diretoria (...) das seguintes sociedades: Associação e Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, Sociedade Musical ‘Amor a Arte’, Associação comercial de Florianópolis, Loja Maçônica Ordem e Trabalho, União Beneficente Operária, Soc. União B. dos Trabalhadores de Florianópolis, Clube Náutico Independência, Sociedade Beneficente Caixa dos Empregados do Comércio¹⁷⁴

Outro motivo que as levava a se reportarem umas as outras era a apresentação dos novos estatutos e de suas reformas. Mas, em grande parte, essa comunicação se estabelecia no formato de convites das mais diferentes ordens que, na maioria das vezes, eram bem recebidos, pois faziam parte do costume comum entre as associações de se fazer presente em espaços constituídos por outra entidade e se pronunciar.

Imponente e entusiástica foi a festa solene da benemérita associação Liga Operária Beneficente, que teve por fim dar posse a nova diretoria e inaugurar o edifício de sua sede (...) Diversos oradores ainda se fizeram ouvir, uns como representantes da imprensa e de outras associações e outros como representantes de autoridades¹⁷⁵

¹⁷⁴ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Ata de reunião do dia 08 fev. 1923. Livro de atas de reuniões de 1923 a 1928, f. 03. (Arquivo da Associação).

¹⁷⁵ Jornal *O Dia*, Florianópolis, 01 fev. 1901, n. 92. (BPESC).

Dia dos *chauffeurs*:

Quase todos os autos da praça tomaram parte no corso, notando-se os representantes dos poderes públicos, imprensa e varias outras associações. Às 19 horas realizou-se a sessão solene de posse da nova diretoria, sendo por essa ocasião pronunciados os discursos do protocolo¹⁷⁶

Havia instituições que estabeleciam esse tipo de contato como um princípio, como a União dos trabalhadores e a União Operária, que traziam em seus estatutos – de formato, por sinal, muito semelhante – a intenção explícita de ampliarem tais relações:

Estreitar por todos os meios os laços de inteira solidariedade operária com todas as associações congêneres, dentro e fora do país¹⁷⁷.

Estreitar por todos os meios, os laços de solidariedade operária, com todas as associações legalmente constituídas, dentro e fora do Estado¹⁷⁸.

Liga Operária, União Operária e União dos Trabalhadores, por exemplo, mantinham relações próximas, que além da participação comum em seus eventos e da troca constante de correspondência, se expressava em atividades organizadas conjuntamente, buscando somar forças para solucionar problemas da classe a que representavam. Assim, suas semelhanças e diferenças se somavam tornando-as aliadas e companheiras, mesmo que na prática disputassem um mesmo *mercado*. Porém, nem todas as entidades envolviam-se e procuravam se envolver de tal forma, tendo este fenômeno completa relação com o tipo de engajamento que a instituição apresentava e as afinidades existentes entre membros de uma e de outra entidade (que, de alguma maneira, se refletia na atuação prática das mesmas).

Acima de tudo o que precisa ser compreendido é que essas associações eram feitas por homens, que em suas ações, crenças, gostos e interesses imprimiam características à instituição a qual davam origem, ou à qual se associavam. Portanto, para compreender o funcionamento de tais entidades não basta saber sua estruturação, principais atividades e formas de manutenção material, sendo mais importante e de extrema necessidade buscar compreender quem as compunha, quem por elas se interessava e quem as fazia continuar existindo. É o que se pretende alcançar nos próximos capítulos.

¹⁷⁶ Ofício da Associação Beneficente dos *Chauffeurs* ao Secretario do Interior e Justiça, Cid Campos. Florianópolis, 29 de julho de 1927. Cx. 12, fl. 187. (G/S. GNE D - APESC)

¹⁷⁷ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos 12 set. 1910. In: Jornal *O Dia*, Florianópolis, 14 set. 1910. n. 4630. Cap. I, art. 01. (BPESC).

¹⁷⁸ UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. Florianópolis: Tipografia da Escola de Aprendizes Artífices, 1922. Cap. II, art. 05. p. 04. (Cópia cedida por Vera Regina Martins Collaço).

2. “Pela nossa honra e nossa fé prometemos solenemente cumprir nossos deveres de sócios e cidadãos”¹.

O processo de configuração e formação do corpo social das associações.

2.1. Critérios de admissão dos sócios:

Analisar a configuração do corpo associativo das entidades certamente é de grande relevância na busca por compreendê-las, uma vez que tanto o surgimento quanto a manutenção de uma associação só se explica pelo fato de existirem pessoas a ela associadas, fazendo uso de seus serviços e possibilitando sua existência material. Esses sujeitos – imbuídos de interesses e necessidades – davam à suas associações características intimamente relacionadas a seus anseios e compreensões de mundo.

A composição dos membros, em boa parte, era orientada por definições previamente elaboradas e aprovadas nos estatutos, que refletiam – de diferentes formas – interesses e valores oriundos daqueles que os haviam aprovado enquanto leis a serem seguidas. Esse tipo de orientação delineava o grupo social de interesse da associação, atraindo ou repelindo novos membros.

Sendo assim, ao formar uma nova associação os trabalhadores realizavam uma “escolha” do público a que se propunham atender – compreendendo que essa “escolha” não necessariamente seria um processo realizado de forma planejada, desenvolvendo-se a partir de um conjunto de diferentes e variados interesses.

A primeira maneira estatutária de se restringir – e assim, de alguma forma definir – o grupo social que pertenceria à associação, explicitava-se nos artigos que expunham, de maneira direta, quem poderia se associar, através de requisitos como a idade mínima e máxima a ser aceita e a necessidade de se possuir boas condições de saúde. Grande parte das instituições expunha também, nesses artigos, requisitos morais em relação ao futuro associado – como será discutido no capítulo 4. Esse tipo de preocupação estava distribuída em toda a narrativa textual dos estatutos das mais diferentes associações, mas enquanto critério de admissão de novos sócios

¹ Parte do juramento que deveria ser proferido pelos sócios no início das assembléias. In: UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos, 06 set. 1913. Livro 02, fl. 36 v. Cap. XI, art. 108. (CFRC).

se fazia presente principalmente nas associações constituídas por trabalhadores manuais de categorias pouco valorizadas socialmente na época. Essa era uma preocupação que certamente se relacionava também com o fato de que tais entidades buscavam ser mais do que prestadoras de serviços com bases monetárias, buscando se tornar referência social de um ambiente formador de caráter, reconhecido por agregar trabalhadores *dignos e descentes*.

As associações de funcionários públicos, por sua vez, não estipulavam esse tipo de requisito à filiação, situação que pode demonstrar tanto que essas entidades não se viam como responsáveis por tal tipo de formação dos trabalhadores a elas associados como que os mesmos não carregavam um estigma social do qual sentissem necessidade de se livrar, pois possuíam uma colocação social bastante diferenciada.

No caso das associações organizadas por ofício e indústria, seu maior diferencial definia-se justamente no estabelecimento de critérios de admissão, pois enquanto as de cunho pluriprofissional – por serem entidades abertas em relação ao ofício de seus associados – o faziam através apenas da exposição dos critérios gerais acima expostos, as de ofício definiam seu público principalmente por fechamentos voltados à profissão de seus membros, estipulando, portanto, de forma bem definida um grupo social preferencial a ser atendido. Este critério escolhido como princípio de organização pelas associações de ofício tinha um papel de extrema importância no desenvolvimento de todas as demais resoluções da entidade e conseqüentemente, em sua atuação prática, pois a partir dessa resolução, assumia-se uma atuação orientada nos interesses de uma categoria ou grupo profissional.

Nas associações de funcionários públicos, esse tipo de especificação se voltava mais à própria condição dos trabalhadores enquanto empregados do Estado – respondendo às pequenas diferenças e interesses mais específicos que esse tipo de relação empregatícia desencadeava – do que propriamente em relação às funções desempenhadas pelas diferentes ocupações e obrigações de cada setor interno da administração estatal, de forma que acabavam assumindo uma atuação voltada em geral a interesses que correspondiam a todo conjunto de funcionários públicos, sem atuar diretamente em especificidades de cada categoria inclusa nos diferentes setores. Assumia, assim, uma atuação quase pluriprofissional em relação aos trabalhadores inseridos em setores do funcionalismo, como é o caso da Sociedade Protetora dos Funcionários Públicos Civis, da qual poderiam fazer parte “todos os empregados públicos civis federais, estaduais e municipais, de ambos os sexos, guardas e despachantes gerais das Alfândegas e Mesas de Rendas federais e

estaduais, bem como os empregados aposentados”²; limitando nessa determinação, porém, de maneira expressiva os trabalhadores que não pertencessem ao funcionalismo.

Em geral, os estatutos das associações organizadas por ofício se apresentavam, à primeira vista, rígidos em relação à entrada de pessoas que não pertencessem às áreas e profissões escolhidas, principalmente enquanto sócios contribuintes – que compunham a maioria do corpo social das entidades.

Art. 2: só podem fazer parte desta associação [Associação Beneficente dos Guardas das Alfândegas] os guardas da Alfândega do Estado inclusive os dos postos fiscais e das mesas de reservas alfandegadas do mesmo³

Para ser sócio contribuinte [da Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio] o interessado provará ser maior de 15 e menor de 60 anos e empregado no comércio local; nunca ter sido condenado por crime infamante provado; não ser inválido, nem sofrer de moléstia contagiosa; gozar de geral boa nota de conduta⁴

É ilimitado o número de sócios [da União Beneficente dos carroceiros], reunindo os seguintes requisitos:

- a) Ser maior de 18 anos e ter menos de 70
- b) Ser de reconhecida moralidade
- c) Trabalhar de matricula de carroceiro
- d) Prova gozar saúde
- e) Ter serviços prestados à sociedade que o torne digno disso⁵

Todavia, percebe-se que essa rigidez dos princípios era driblada ao longo das demais determinações estatutárias, a fim de possibilitar uma maior circulação na constituição do quadro social. Existia, por exemplo, diferentes categorias de sócios para além do comum contribuinte, em relação aos quais as associações em geral flexibilizavam os requisitos de admissão. Dentre eles, estavam os denominados sócios beneméritos, benfeitores, protetores e honorários, e, em alguns poucos casos, correspondentes e ausentes⁶.

² SOCIEDADE PROTETORA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS, Florianópolis. Estatutos, 25 out. 1914. *Jornal O Dia*, Florianópolis, 03 dez. 1915, n. 8325. Cap. II, art. 05. (BPESC).

³ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS GUARDAS DAS ALFÂNDEGAS, Florianópolis. Estatutos, 02 abr. 1914. Livro 02, fl. 46. Cap. II, art. 02. (CFRC).

⁴ CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO, Florianópolis. Estatutos, 09 maio 1907. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 01 jun. 1907, n.1878. Art. II. (BPESC).

⁵ UNIÃO BENEFICENTE DOS CARROCEIROS. Estatutos, Florianópolis. Imprensa Oficial do Estado, 1938. Cap. V, art. 15. p. 08. (BPESC).

⁶ A definição pelos estatutos de cada um dos títulos encontradas nas associações de Florianópolis são as mesmas apresentadas por Vitor Manoel Marques da Fonseca, que analisou os estatutos das associações do Rio de Janeiro. FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: Associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008. p. 130.

Na maioria dos casos, a definição desses títulos – principalmente os de benemérito, protetor e honorário – correspondia a interesses de ordem política e econômica das associações, pois, em grande parte as pessoas homenageadas estavam em evidência no cenário político e social local e possuíam boas relações e influência, sendo “merecedoras” desses títulos devido ao seu posicionamento social e/ou, principalmente, por desempenharem doações significativas às entidades – tanto de valores monetários quanto simbólicos. Na União dos *Chauffeurs*, por exemplo, quanto maior a nobreza do título maior a dificuldade para obtê-lo: para ser considerado um sócio honorário, por exemplo, era necessário apenas merecimento, já o título de benfeitor exigia uma doação de valor acima de 500\$000 e o de benemérito de 1:000\$000 ou a prestação de um serviço *relevantíssimo* para a sociedade⁷. Mas a maioria das associações, de maneira mais direta, definia um único título nesse sentido, apresentando um valor de merecimento bem estabelecido:

Art. 08: será pela mesma forma conferido o título de protetor da associação a qualquer estranho que tenha beneficiado com donativos, cuja soma exceda de 100\$000 ou com serviços incontestavelmente relevantes⁸.

Dessa maneira, essas outras formas de classificação acabavam permitindo uma ampliação do quadro social das entidades que adotavam fechamentos, pois, tornavam possível a admissão de pessoas de outras profissões sem com isso ferir princípios institucionais.

No caso das associações de funcionários públicos, comumente se dividia o grupo de sócios contribuintes em diferentes *classes*, que eram determinadas pelos valores diferenciados de pagamentos e benefícios respectivamente, assim como em restrições na representação interna. Nas classes inferiores permitia-se a admissão aos familiares dos sócios.

Art. 20: A sociedade compor-se à das quatro seguintes classes de sócios, podendo delas fazer parte:

1ª classe - contribuição mensal de 2\$000, todos os funcionários ou empregados do serviço postal no estado de SC, sem distinção de sexo, limite de idade ou vencimento

2ª classe - contribuição mensal de 1\$000, somente os funcionários ou empregados postais, sem distinção de sexo e limite de idade, que perceberem mensalmente, no momento de sua admissão, importância inferior a 120\$000, não ficando por isso impossibilitados de fazer parte da 1ª classe.

⁷ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 07 jan. 1926. Livro 03, fl. 48 v., Cap. III, art. 04. (CFRC).

⁸ UNIÃO BENEFICENTE DOS LABORADORES, Florianópolis. Estatutos, 31 out. 1911. Livro 02, fl. 07 v. Cap. II, art. 08. (CFRC).

3ª classe - contribuição mensal de 2.000, esposa de associado, uma vez que no ato da entrada conte menos de 40 anos de idade.
4ª classe: contribuição mensal de 1\$000, pessoas aludidas na 3ª classe nas mesmas condições daquelas⁹.

Certamente, o fato de se organizarem a partir de fechamentos baseados no ofício trazia dificuldades para que as associações crescessem, uma vez que restringiam, a priori, seu espaço de ação. Talvez por isso, grande parte delas possuiu uma atuação bastante inexpressiva e breve em Florianópolis, o que se pode notar pela pequena quantidade de informações disponível na imprensa local e nos almanaques municipais e nacionais, assim como a produção de estatutos pouco detalhados e de forte caráter administrativo e a inexistência ou insipiência de correspondências com as demais entidades e o poder estatal.

Da Congregação dos Náuticos e Pescadores e da Liga do Magistério, por exemplo, além de estatutos muito objetivos e de pouca singularidade e de dois anos de esparsas notícias no jornal, nenhum outro tipo de evidência de suas existências foi localizado¹⁰. Da mesma maneira, da Protetora dos Funcionários Públicos Civis, localizou-se apenas um estatuto – extremamente funcional, no sentido da apresentação dos benefícios – e um período ainda menor de aparição pública veiculada pela imprensa, de apenas de um ano¹¹.

Nesse caso, a falta de fontes serve como indício, uma vez que tais conjuntos documentais apontam, por outro lado, para uma vida social ativa por parte de outras associações, demonstrando longevidade e um corpo social volumoso. A Liga Operária, por exemplo, com 10 anos de existência contava com 405 sócios, quanto a sua durabilidade, mantém atividade até os dias atuais, contando com 110 anos de existência, embora tenha seu caráter funcional hoje bastante distorcido¹²; a União dos Trabalhadores de Florianópolis, com um ano de existência chegou a contar 589 sócios¹³, sua duração foi bastante longa, considerando que até a mudança de sua razão social para União dos Estivadores Marítimos e Terrestres, quando assumiu uma

⁹ SOCIEDADE BENEFICENTE DOS EMPREGADOS POSTAIS DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 09 jun. 1926. Livro 03, fl. 60, art. 20. (CFRC).

¹⁰ CONGREGAÇÃO DOS MARÍTIMOS E PESCADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Estatutos, Florianópolis: Tipografia da Livraria Moderna, 1921; Ibidem, Florianópolis: Tipografia da Escola de Aprendizes Artífices, 1925; Jornal *O Estado*. Florianópolis, 02 mar. 1923, n. 2609; Ibidem, 08 mar. 1923, n. 2614; LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE, Florianópolis. Estatutos, 25 jan. 1925. Livro 03, fl. 19 v. a 25. Cap. V. (CFRC).

¹¹ Sua primeira aparição em notas de jornais data de 15 de julho de 1914 e a última localizada é de 03 de dezembro do ano seguinte. In: Jornal *O Dia*. Florianópolis 15 jul 1914, n. 7563; Ibidem, 03 dez. 1915, n. 8325. (BPESC).

¹² Jornal *O Dia*. Florianópolis, 02 jul. 1901. n. 196 (BPESC).

¹³ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 23. mar. 1911, n.4783. (BPESC).

organização sindical, passaram-se 20 anos¹⁴; a União dos Laboradores, por sua vez, chegou, aproximadamente, a 18 anos de existência; e a União Operária, atingiu algo em torno de 30 anos.

Provavelmente a dificuldade que a manutenção de um corpo social fechado significava, impulsionou algumas instituições a realizarem pequenas aberturas nos critérios de admissão por elas mesmas instituídos, permitindo que trabalhadores de outras áreas e profissões fossem admitidos enquanto sócios contribuintes. Em Florianópolis, três entidades assumiram essa postura, sendo elas a União Beneficente dos Padeiros, a União Beneficente dos *Chauffeurs* de Santa Catarina e a União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis.

Nessas associações, tudo indica que o processo de abertura tenha sido realmente utilizado como estratégia de crescimento, pois em todos os casos se deu cerceada por algum tipo de restrição, principalmente de ordem política, demonstrando que a instituição continuava, mesmo que admitindo novos conjuntos de trabalhadores, com o interesse bastante focado no grupo social inicial ao qual se direcionara. Situação que fica bastante visível nos estatutos da União dos Padeiros:

(A União dos Padeiros) é uma instituição beneficente composta de indeterminado número de sócios da qual poderão fazer parte os padeiros que exerçam sua profissão em Florianópolis ou no arraial do Estreito.

§ 1º pessoas que não tenham a aludida profissão *quando aceitos* como sócios *por deliberação da assembléia geral não poderão ser votados nem influenciar deliberações nas assembléias gerais, salvo para exercer seu direito de voto nas eleições*¹⁵. (grifos da autora)

A entidade procurava, portanto, restringir através de seus estatutos a atuação dos profissionais que não fossem padeiros, impossibilitando-os de se posicionarem e construir opinião nos fóruns abertos, assim como, de serem eleitos para compor diretoria, pois poderiam através disso vir a ter forte influência nas decisões internas. Procurava-se, dessa maneira, manter o poder político da entidade sob determinações da categoria, não ampliando os direitos sociais aos membros que se enquadrassem em seus critérios de abertura.

Possivelmente, esse tipo de posicionamento afastava possíveis associados que preferissem se filiar em entidades nas quais possuísem amplos direitos. Da mesma forma, deveria causar certo mal-estar interno em relação àqueles que, pelos mais variados motivos, se submetiam a tal

¹⁴ DUMMEL, Fabio Luiz. op. cit. P. 50.

¹⁵ UNIÃO BENEFICENTE DOS PADEIROS, Florianópolis. Estatutos, 23 jan. 1918. Art. 01. Livro 03, fl. 7v. Cap. I, art. 01. (CFRC).

situação, uma vez que não possuíam os mesmos direitos que os demais membros. Essas e outras conseqüências desse formato de abertura circunscrita deveriam se apresentar na prática, pois nos outros dois casos em que se deliberou algum tipo de abertura em relação ao quadro associativo, aos poucos foram realizadas ampliação dos direitos de participação política.

É o caso da União Beneficente dos *Chauffeurs*:

Cap. II: Da admissão de sócios:

Art. 3º: É condição essencial para ser admitido sócio da União que o candidato seja portador de carteira de identidade e *documento que lhe habilite ao exercício da profissão de condutor de automóveis passado por autoridade competente*¹⁶.

Este artigo se configura enquanto uma abertura porque o documento de habilitação exigido abria diferentes possibilidades no mercado de trabalho para o desenvolvimento de outras profissões que não fosse a de *chauffeur*, além de poder ser adquirido para uso pessoal, sem fins profissionais. Ampliava-se, portanto, a possibilidade de filiação para um grupo social maior, porém de maneira ainda bastante restrita, pois o número de pessoas habilitadas e portadoras de tal documento deveria ser bastante irrisório. Aos que se filiassem sob essa condição, não sendo *chauffeurs*, a associação impunha então um conjunto de impossibilidades:

Art. 50: *Não podem fazer parte da administração ou comissão de qualquer natureza o associado que não exercer a profissão de chauffeur, ou os que a exercerem na condição de automóveis oficiais, amadores, gerentes de garagens, e proprietários de mais de três automóveis.*¹⁷ (grifos da autora).

Esse artigo, além de defender a categoria, numa preocupação que se assemelha muito às presentes nos estatutos da União dos Padeiros, atuava ainda a partir de uma perspectiva de classe, impedindo que proprietários de mais de três carros assumissem um cargo de diretoria. Mas essas restrições parecem ter trazido problemas práticos à instituição.

Os entraves provenientes do artigo 50 começaram a render discussões internas dois meses após a fundação da entidade, quando da realização do primeiro processo eleitoral. Nesse momento, o candidato preferido pela maioria foi desclassificado por ser considerado um motorista *amador*, sendo eleito Antonio Vieira Machado, o qual logo em seguida, por pressão dos

¹⁶ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 07 jan. 1926. Livro 03, fl. 48. Cap. II, art. 03. (CFRC).

¹⁷ *Ibidem*, fl. 56. Cap. XIII, art. 50.

sócios insatisfeitos, pediu demissão do cargo. Em seu discurso, apoiando a presidência de Antonio Vieira Machado, o sócio fundador João Pio Pereira argumentou com as seguintes palavras:

(Foi) a expressão de sentimento e de merecimento que levou a vitória do nobre associado, (...) A idéia que trouxe a baila o nome do ilustre e benemérito Dr. Mileto Tavares a candidatá-lo para a citada eleição, trazia o retrocesso dos estatutos desta associação, pois que com isso faria desaparecer o art. 50 dos já citados estatutos. Como há pouco disse, o Regulamento alega que o *chauffeur* amador não pode ser votado nem tão pouco votar (...) ficando assim provado que a candidatura do sr. Dr. Mileto Tavares não podia vingar, porquanto viria desmentir as instruções que dirigem esta sociedade. Seu interesse ou prevenções, meus senhores, quero fazer sentir a essa assembléia que não vim trazer o desmerecimento do nome do candidato Dr. Mileto Tavares, pois que, como cidadão é a expressão das belas virtudes e a integridade do caráter que vemos através do talento desse nobre magistrado. Não!... Vim apenas fazer sentir a esta associação que para admitirmos caso desta natureza teríamos, por certo de infligir às boas normas de ações da União Beneficente dos *Chauffers* de SC, que é pequena na classe e grande nos sentimentos. Antes de tudo, porém, devemos compreender, meus senhores que o candidato eleito Dr. Antonio Vieira Machado, apesar de não ser formado, é, como já disse, um homem honesto, trabalhador, e colega que honra a classe que pertence, tendo, portanto, predicados muitos que preenchem as necessidades desta Sociedade. (...)¹⁸

Esse discurso deixa bem claro a que interesses o artigo 50 protegia, pois o candidato eleito e resguardado por essa cláusula, no caso, era um “*colega que honra a classe que pertence*”, sendo membro da categoria e parte do grupo social pela entidade escolhido e que, portanto a representaria melhor em suas necessidades. Protegia-se assim, um espaço de construção e fortalecimento de uma identidade de trabalhador *chauffeur*. Após esse episódio, várias foram as situações em que o artigo 50 voltou à pauta das assembléias gerais. Em julho do ano seguinte – apenas seis meses após a aprovação dos estatutos, mas tempo suficiente para que a associação possuísse alguma experiência prática – a revogação do artigo 50 foi trazida a tona pelo presidente eleito na situação demonstrada acima – Antonio Vieira Machado –, sendo discutida, mas não deliberada. Possivelmente, esse assunto continuou sendo debatido dentro da associação, pois em sessão de 01 de fevereiro de 1927 – desempenhada a sete meses da primeira discussão, após outras cinco sessões – “a assembléia por unanimidade cancelou o art. 50 dos Estatutos, por todos os pontos *julgada inconstitucional e um grande entrave ao progresso da sociedade*”¹⁹. Certamente, esse entrave correspondia a diferentes ordens, entre elas o fato de que o crescimento

¹⁸ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n.06, assembléia geral de 23 out. 1925. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 08. (Arquivo da Associação).

¹⁹ *Ibidem*, ata n. 19, assembléia geral de 01 fev. 1927. fl. 19.

da entidade em seu corpo associativo dessa maneira ficava prejudicado, ocorrendo em consequência disso uma perda de ordem financeira e política, pois quanto maior a entidade maior seu poder de representação. A instituição perdia também em termos políticos no sentido de que se fechava a figuras de influência local de seu interesse, uma vez que não podia oferecer cargos em sua administração, como ocorreu na situação apresentada anteriormente, quando o benemérito magistrado Mileto Tavares – juiz da comarca de Florianópolis – foi desclassificado do processo eleitoral, não podendo concorrer à vaga de presidente, para a qual, tudo indica, teria sido eleito. Esse caso é emblemático, pois tal sujeito representava um forte interesse dos membros da associação, uma vez que era o responsável pelos veredictos finais dos processos-crime, nos quais constantemente os trabalhadores *chauffeurs* se envolviam devido a delitos profissionais, a maioria decorrido de acidentes de trânsito, que aconteciam em quantidades notáveis e que podem ser observados nas notícias de jornais e nos processos-crime – uma vez que dos 42 processos localizados da comarca de Florianópolis, 10 diziam respeito a julgamentos em que o réu era um *chauffeur* e o delito era profissional²⁰.

Os problemas das limitações impostas, provavelmente, foram se expondo na atuação prática da entidade e tornando o artigo 50 um empecilho, de forma que mesmo com toda a discussão realizada acerca do assunto, a primeira gestão da associação contou com pessoas que não atuavam profissionalmente como *chauffeurs*, como é o caso de Eugenio Luiz Beirão – atuante em diversas gestões da Caixa dos Empregados do Comércio – que assumiu na União dos *Chauffeurs* o cargo de 1º tesoureiro em 1925, mesmo sendo, na época, dono de selaria e colchoaria²¹. Outros casos ainda podem ser citados exemplificando esse mesmo tipo de situação, como o de Gumercindo Oswaldo de Medeiros – dono de garagem de automóveis e de uma oficina mecânica – que fazia parte do Conselho Fiscal de 1926 e chegou a ser eleito vice-presidente em 1925.²²

O que mudou efetivamente após 1927 com a retirada do artigo 50 dos estatutos, foi que pessoas ainda menos relacionadas ao grupo inicial a que se propunha a associação passaram a compor sua diretoria, como o caso de José Augusto de Farias, que foi presidente seguidamente

²⁰ O montante de processos-crimes analisados é bastante pequeno devido ao fato de que o arquivo do Tribunal de Justiça, onde está depositado esse conjunto documental, não se encontra organizado, consistindo a pesquisa em abrir as diversas caixas para verificar o conteúdo dos processos, uma a uma.

²¹ ENTRESS, Godofredo (org.). *Guia do Estado de Santa Catarina*. Coreografia e Indicador. pt. II. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1927. p. 76. (BPESC).

²² Indicador Comercial, Industrial e Profissional do Município de Florianópolis, 1928. p. 04. (BPESC).

nos anos de 1927, 1928 e 1929 e que era dono de uma farmácia²³; ou de Henrique Brüggmann, vice-presidente em 1933 e farmacêutico, químico, professor da Escola Normal e do Instituto Politécnico, 2º tenente farmacêutico do exército e diretor de laticínios do Estado, entre outros cargos ocupados e relacionados à sua formação de químico²⁴.

Em sua prática, a instituição, mesmo com a retirada do artigo 50 e o processo de abertura que desencadeou, continuou bastante focada nos interesses da categoria. Mas fica difícil avaliar o quanto a introdução de diferentes trabalhadores – e mesmo membros de outra classe – influenciaram em sua atuação e modificaram seus princípios, uma vez que desde sua fundação esse tipo de fenômeno já se realizava.

Já no caso da União dos Trabalhadores de Florianópolis algumas mudanças podem ser relacionadas ao tipo de abertura que a instituição foi realizando com o passar dos anos. Em seus estatutos de fundação, em 1910, a associação definia:

Art. 1: Com a denominação de *S. União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis* fica fundada uma associação de classes composta de marítimos, estivadores, empregados em depósitos, trapiches e bem assim os que se ocuparem em descarga de carvão mineral²⁵

Esse artigo a categorizava como uma entidade de indústria, uma vez que tratava de funções relacionadas à atuação portuária, independente do ofício. Nos estatutos de reforma de 1913, ele seria alterado, ampliando a possibilidade de filiação para outros grupos de trabalhadores:

Art. 1: Com a denominação de *S. União Beneficente dos trabalhadores de Florianópolis* fica fundada uma associação de classes composta de marítimos, estivadores, carpinteiros, alfaiates, barbeiros, ferreiros, pintores, padeiros, pedreiros, boleiros, marceneiros, broqueiros, sapateiros, músicos (civis), tipógrafos, operários de fábricas, tarifeiros, curtidores, magarefes, mecânicos, ourives, jornaleiros, lavradores, etc., etc., etc.²⁶

²³ Ibidem, p. 32.

²⁴ ENTRESS, Godofredo (org.). op. cit., 1927. p. 82; Indicador Comercial, Industrial e Profissional do Município de Florianópolis, 1928. p.18, 22, 25. (BPESC); Jornal *O Dia*. Florianópolis, 16 jan. 1922, n. 1229, p.01. (BPESC); Jornal *Folha Acadêmica*. Florianópolis, 01 set. 1923, n.04. (BPESC); Ibidem, 01 nov. 1923, n.06. (BPESC).

²⁵ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos, 12 set. 1910. In: Jornal *O Dia*. Florianópolis, 14 de setembro de 1910, n. 4630. Cap. I, art. 01. (BPESC).

²⁶ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos, 06 set. 1913. Livro 02, fl. 28. Cap. I, art. 01. (CFRC).

Com isso, a União dos Trabalhadores passava a assumir um amplo conjunto de novas profissões, todas entre trabalhadores manuais, artesãos e operários, incluindo também lavradores – que constituía na época, a maior parte do mundo do trabalho florianopolitano. Mas, na prática, essa determinação efetuara-se desde 1911, assumida como uma tentativa de se ampliar o quadro social

A classe operária.

A S. União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis tem o prazer de comunicar a distinta classe operária desta capital, bem como do Estado, que em Assembléia Geral (...) ficou deliberado franquear a matrícula a todos os camaradas que estiverem no exercício das suas profissões (...)

A União dos trabalhadores conta com 589 companheiros associados, e espera que com a acertada e patriótica resolução tomada pela Assembléia Geral, muito em breve esse número esteja triplicado²⁷.

Essa ampliação certamente possuiu fortes conexões com outras características que a associação já possuía e assumiria veementemente com o passar do tempo e da experiência prática. Por outro lado, na reforma de 1913, características de associação de indústria se firmaram, pois configurava ainda entre os fins da associação “organizar o trabalho de estiva e outros correlativos ao mesmo, assim como, o aumento de salário e diminuição das horas de trabalho”²⁸, situação que era reiterada no capítulo IV, de título “Dever do sócio relativamente ao serviço de estiva ou embarque e desembarque de carvão mineral”, o qual determinava como deveriam se dar as relações de trabalho no porto, buscando regulamentá-las. Com a reforma de 1913, ao contrário do que se poderia esperar devido à grande abertura imposta nos estatutos em relação aos critérios de admissão, esse capítulo foi melhor desenvolvido e ampliado em 17 novos artigos em relação ao de 1910.

De maneira que, por fim, a União dos Trabalhadores reuniu características organizativas de associações de cunho pluriprofissional, representando a classe trabalhadora como um todo – na forma como organizava sua administração e principalmente como oferecia seus socorros e serviços – e, ainda assim, manteve densas características de organização de indústria, voltada prioritariamente a um conjunto de trabalhadores em específico, pois grande parte das determinações de seus estatutos, mesmo após a reforma de 1913, ainda eram extremamente

²⁷ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 23. mar. 1911, n.4783. (BPESC).

²⁸ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos, 06 set. 1913. Livro 02, fl. 28. Cap. I, art. 01. (CFRC).

direcionadas aos interesses dos trabalhadores da estiva. O que se manteve com o passar dos anos, pois em 1931 a associação se transformaria no sindicato dos estivadores, mudando a razão social da União dos Trabalhadores de Florianópolis para União dos Estivadores Marítimos e Terrestres, com uma organização sindical. Essa nova denominação, porém, só permaneceria em uso por 6 meses, pois no final do mesmo ano, de 1931, a entidade dividiu-se em duas outras associações, a União dos Operários Estivadores de Florianópolis e o Sindicato dos Trabalhadores de Armazéns e Trapiches. A primeira, porém, herdou o nome, os 20 anos de história e o patrimônio da antiga União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis²⁹.

Tal observação leva a uma compreensão das influências que os critérios de admissão ocasionavam na organização e prática das associações, uma vez que ao recortar o público definiam-se importantes princípios pelos quais a entidade procuraria trabalhar. Questão que se refletia nos estatutos das mais diferentes maneiras, sendo a mais significativa delas a definição dos socorros a serem prestados, pois eram planejados e deveriam estar de acordo com o grupo social ao qual se pretendia atingir. Sendo assim, através da análise dos benefícios oferecidos pelas associações, naquilo que elas priorizavam ou mesmo no que não se propunham a prestar, muito se pode saber a respeito dos trabalhadores que a elas se associavam, verificando interesses e demandas.

2.2. Importância dos benefícios na formação e configuração do quadro social:

As pequenas diferenças apresentadas, tanto nos valores oferecidos como no espaço em que cada socorro era exibido nos estatutos, demonstram a importância que estes possuíam para cada entidade e, conseqüentemente, para o grupo a que se pretendia representar.

Todavia, não se pode esquecer nessa análise que os socorros estavam intimamente ligados aos custos que a associação representava para seu associado – tanto no processo de admissão quanto nas mensalidades e demais formas de cobranças – uma vez que a maior parte do orçamento das entidades, como demonstrado anteriormente, provinha dos sócios. Em várias

²⁹ DUMMEL, Fabio. op. cit. p. 47/51.

associações, inclusive, criavam-se fundos com a função exclusiva de financiar os socorros, os quais eram formados pelos pagamentos efetuados pelos sócios.

Portanto, ao elaborar um conjunto de socorros como prioridade nos atendimentos – compreendendo que estes deveriam estar de acordo com os recursos financeiros disponíveis ou em vista – a associação acabava incluindo e excluindo (ou atraindo e expelindo) trabalhadores. Esse processo poderia se dar por planejamento, com os fundadores da entidade elaborando estratégia de diferenciação e atração de novos associados de acordo com um mercado em disputa ou, independente de intenções, como consequência do fato de que os fundadores da associação também eram trabalhadores e imprimiam às suas entidades suas próprias necessidades e anseios, atraindo, assim, outros trabalhadores que compartilhavam das mesmas aspirações.

A “escolha” do público que se pretendia ter na entidade era, portanto, definida estatutariamente não somente nos artigos que discutia quem poderia se associar, mas também nos custos que a associação representava e nos socorros que a mesma prestava, pois, para se associar, um trabalhador certamente realizava (mesmo que inconscientemente) uma mediação entre custo e benefício, avaliando os gastos que seriam despendidos e o que se ganharia em troca. Nessa avaliação, contariam tanto os objetivos centrais da associação, como o oferecimento dos socorros, quanto os periféricos, os quais passavam pelo espaço de sociabilidade interna constituída (importando relações pessoais e políticas), as ofertas de inclusão e atuação em relação ao mercado de trabalho e, até mesmo, a inserção social e o tamanho que a entidade conquistara, a qual simbolizaria para o futuro membro um espaço de reconhecimento social e de construção de sua dignidade enquanto trabalhador. Portanto, diversos fatores convergiam-se no processo de filiação, numa dialética em que se torna impossível definir qual possuía maior importância ou mesmo prioridade, pois todos se relacionavam e de alguma maneira atuavam uns sobre os outros. Os fatores materiais – quanto se cobrava e quanto se oferecia – interagiam, interferiam e eram influenciados pelos fatores subjetivos – que se baseavam em relações entre pessoas.

A forma como cada entidade administrava suas despesas e receitas era bastante variada e tinha completa relação com as pretensões assumidas. Assim, entidades que priorizavam cobranças acessíveis provavelmente pretendiam atrair muitas pessoas e conseqüentemente formar um grupo grande de membros. Esse tipo de decisão poderia ocasionar – ao menos a princípio – limitações nos oferecimentos dos socorros, tanto na variedade quanto na qualidade monetária de cada um deles. Uma saída muitas vezes utilizada era restringir o atendimento a socorros mais

básicos – no caso, o atendimento voltado à saúde e funeral –, disponibilizando-lhes valores medianos, o que poderia ser melhorado com o passar dos anos e o crescimento da associação. Por outro lado, havia a possibilidade de se basear a administração financeira numa cobrança de valores altos dos associados, oferecendo em troca um amplo leque de serviços ou atendimentos bem financiados. Outra possibilidade era a prestação de socorros mais especializados.

Essas formas de administrar as finanças da associação em relação aos benefícios poderiam variar ao longo dos anos com a experiência prática que as associações acumulavam, mas em geral o que se observa na análise das associações florianopolitanas é que as estratégias definidas a priori por essas entidades acabavam por ser seguidas, pois definiam, em muito, características de atuação e formação da entidade, principalmente em relação ao seu público, uma vez que, mesmo não sendo planejadas, essas estratégias atuavam como atrativos de filiação e manutenção do corpo social, o qual permitia a existência material das associações.

Na análise dessas estratégias, algumas características dos grupos sociais que se filiavam em cada instituição podem ser observadas.

Na comparação dos valores existentes nessas instituições deve-se levar em conta que elas não somente tiveram suas fundações datadas em anos diversos, ao longo de toda a primeira república, como também organizaram seus estatutos de reforma em momentos bastante variados, o que poderia a princípio comprometer uma análise comparativa dos dados monetários encontrados. Mas analisando as mensalidades instituídas pelas associações durante os diferentes anos do período em apreciação, percebe-se que os reajustes efetuados dentro de uma mesma entidade, em sua maioria, são pouco significativos, ficando sempre dentro de uma margem de crescimento máximo de 1\$000, acrescidos paulatinamente, como pode ser percebido no anexo 6. A Liga Operária, por exemplo, no ano de 1903, cobrava o valor de 1\$000 de mensalidade, o que manteve até o ano de 1918, não havendo, portanto, nenhum reajuste durante 15 anos, o que pôde ser percebido somente na reforma estatutária de 1929, quando a mensalidade alcançou o valor de 2\$000³⁰. Apesar de não poder afirmar se alguma outra reforma realizou-se nesses 11 anos existentes entre 1918 e 1929, o aumento realizado, embora elevasse o valor ao dobro do inicial, não pode ser compreendido como exagerado se considerarmos que correspondia a um aumento de 1\$000 em 26 anos. Da mesma maneira, a Caixa dos Empregados do Comércio manteve a

³⁰ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 04 jun. 1929. Livro 03, fl. 105. Cap. VII, art. 16. (CFRC).

mesma mensalidade de 2\$000 nos estatutos de 1907 e de 1917, reajustando esse valor apenas para os novos associados em 1925, que passariam a pagar 3\$000, enquanto os antigos se manteriam pagando os 2\$000 iniciais.

Esses dois exemplos foram escolhidos devido ao fato de que os estatutos de reforma dessas duas entidades datam de três décadas diferentes, elucidando bem a situação e demonstrando que embora ocorressem algumas alterações elas foram relativamente pequenas. Os dados extraídos desses estatutos tornam-se, portanto, bons referenciais comparativos, uma vez que abarcam tanto o início dos anos de 1900 quanto à década de 1930. O interessante é que esses valores estáveis não acompanhavam as elevações de preços e processos inflacionários ocorridos durante todo o período em questão, os quais não foram poucos.

Uma visão global do período compreendido entre 1889 e 1910, do ponto de vista econômico-financeiro, aponta para uma escalada inflacionária iniciada nos finais do Império, seguida de uma fase de deflação, que se estende de 1899 até 1905, quando se deu a retomada do processo inflacionário. As conjunturas inflacionárias e deflacionárias refletiam sobre a população em geral, mas incidiam com mais profundidade sobre o custo de vida das classes populares³¹

(Uma) retomada inflacionária, após 1905, incidiu com maior intensidade sobre os gêneros alimentícios consumidos pelo operariado e trabalhadores manuais autônomos, atingindo o auge em 1917-1918 e 1919, quando eclodiram os movimentos operários³²

Em Florianópolis, toda a década de 1920 foi marcada por anos de crise, denominadas na época como de *carestia de vida*³³, nos quais a própria subsistência ficava comprometida com a elevação dos preços dos gêneros considerados de primeira necessidade. Através dos aumentos ocorridos nessas crises, torna-se possível demonstrar que, embora os valores não variassem de forma significativa dentro das associações, fora delas eram grandes as transformações econômicas ocorridas. Alguns produtos alimentares chegaram a subir mais de 100% em intervalos de dez anos.

No mercado de Florianópolis, em Santa Catarina, o aumento médio verificado no preço dos gêneros, de 1911 a 1921, foi de 100,95% ou o índice de 200,95, notando-se que entre os produtos da lavoura o aumento oscilou de 31,25% (farinha de mandioca) a

³¹ DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato Social do Rio de Janeiro na Virada do século*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 1996. p. 46.

³² *Ibidem*, p.48.

³³ Mais especificamente os anos de 1917, 1920, 1924, 1925 e 1929. In: Jornais: *República; O Estado; e O Dia*. passim. (BPESC).

350,00% (aguardente) ou 132% para o milho e que entre os produtos da pecuária o menor aumento foi de 25,00% (carne de porco) e o maior de 137,50% (queijo)³⁴.

No ano de 1917, o preço da farinha de trigo oscilava tanto que uma grande crise em relação aos tamanhos e valores cobrados pelo pão desencadeou-se, problema que se repetiu consecutivamente nos anos de 1920, 1921 e 1928³⁵. A maior das crises, porém, foi a de 1924, devido ao aumento dos preços de diversos gêneros alimentícios – como pão, carne e cereais diversos – e dos altos custos relativos à habitação. Como nesta circunstância algumas associações beneficentes se organizaram para exigir dos poderes públicos uma postura a fim de solucionar o problema, percebe-se que essas crises atingiam em cheio os trabalhadores a elas associados³⁶.

Relacionar essas oscilações com os salários recebidos pelos trabalhadores mostrou-se uma tarefa bastante complicada a que se pôde alcançar apenas com alguma aproximação, devido à dificuldade de se encontrar esse tipo de informação. Analisando os vencimentos anuais pagos pelo governo do Estado aos seus funcionários, dos anos de 1906 a 1926, percebeu-se que não havia um padrão de crescimento anual e, muito menos, que os aumentos representassem todas as categorias, diversificando-se bastante de uma para a outra. Assim, de dois em dois anos os salários poderiam subir 0% para uma categoria e 33% para outra. Da mesma forma, enquanto de um ano para o outro poderia não haver nenhum aumento de salários, no ano seguinte esses poderiam simplesmente triplicar, não havendo, portanto, realmente nenhum padrão³⁷.

Em meio a todas essas crises e oscilações e diante da impossibilidade de antevê-las no processo de elaboração dos estatutos, as associações procuravam tomar medidas que flexibilizassem os valores fixados, tanto os que seriam cobrados quanto os oferecidos em forma de socorros. Assim, algumas entidades estabeleciam previamente que os valores eram passíveis de modificação de acordo com o que houvesse em caixa, tanto através da fixação de valores mínimos e máximos a que os socorros poderiam alcançar, quanto da criação de um sistema de porcentagem. As deliberações tomadas em assembléias gerais eram outra possibilidade de

³⁴ Jornal *O Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro. In: Jornal *República*. Florianópolis, 26 maio 1924, n. 1686. (BPESC).

³⁵ Informações retiradas dos jornais: *República*; *O Estado*; *O Dia*. passim. (BPESC).

³⁶ Informações retiradas dos jornais: *República*; *O Estado*. passim. (BPESC).

³⁷ A única constatação comum, na análise dos salários dos cargos que continuaram existindo ao longo dos anos, é a de que estes poderiam ser congelados, porém, não diminuídos – lembrando ser essa uma realidade que facilmente poderia estar colocada apenas para o funcionalismo público. Percepção retirada da análise de: SANTA CATARINA. Leis, Decretos e Resoluções do Estado de SC, 1901 a 1929. passim. *Lex: Coleção de Leis, Decretos e Resoluções do Estado de Santa Catarina*. (CMALESC).

modificação dos valores, uma vez que esta era, na grande maioria das associações, o fórum máximo de decisões. Dessas reuniões, novos valores mais adequados à realidade e às emergências de cada momento poderiam ser assumidos.

Essas possibilidades não são descartadas no momento de fazer a leitura dos valores expostos em estatutos, porém, os dados não perdem sua credibilidade devido a elas, pois ainda que pudessem sofrer mudanças nos intervalos de tempo existentes entre uma reforma e outra, os valores apresentados estatutariamente necessariamente correspondiam à realidade de cada entidade (e de cada público que se almejava ter e manter) para os anos em que eram redefinidos e aprovados enquanto reformas.

Uma observação possível de se realizar em relação ao fato de as mensalidades das associações não serem reajustadas de acordo com o aumento do custo de vida e dos salários, é a de que essas entidades tornaram-se cada vez mais acessíveis ao bolso do trabalhador. Pois, certamente no início dos anos de 1900 esses valores correspondiam a um dispêndio que precisava ser mais planejado do que em 1920, o que é possível perceber analisando, mais uma vez, os salários pagos aos trabalhadores das mais diferentes funções contratados pelo governo do Estado de 1906 a 1926, assim como os da municipalidade de 1904 a 1928. Dos anos de 1904 a 1920, os trabalhadores mais bem remunerados de um considerado “baixo escalão” do governo (entre eles porteiros, carcereiros, amanuenses, arquivistas e bibliotecários), recebiam entre 3\$000 e 6\$000 diários, passando a receber após os anos de 1920, entre 6\$000 e 8\$000. Os trabalhadores de mais baixa rentabilidade (zelador, cozinheiro, serventes, coveiros), ficavam, até a década de 1920, numa faixa entre \$930 e 2\$300 e passavam, então, após os anos de 1920, a receber diárias que ficavam entre 1\$600 e 5\$300³⁸. O fato de as associações cobrarem mensalidades acessíveis pode até mesmo ter se tornado uma característica própria das entidades de beneficência e, por isso, um grande atrativo para novos associados e manutenção dos antigos. Pois, para todos os conjuntos de orçamentos apresentados acima – mesmo com as pequenas diferenças monetárias – associar-se a entidades beneficentes era acessível e pouco dispendioso, o que fica bem claro se levarmos em conta que a mensalidade representava para a maioria dos casos apenas um dia de trabalho do

³⁸ Idem; FLORIANÓPOLIS, Leis, Decretos e Resoluções, 1903 a 1905 e 1928. *Lex: Coleção de Leis, Decretos e Resoluções do Município de Florianópolis.* (CMALESC).

mês³⁹. Estariam essas entidades apostando, então, em grupos grandes de associados para a garantia de suas existências, confiando em novas adesões e na manutenção do grupo já presente.

Comparando os valores cobrados pelas associações, tanto em suas mensalidades quanto no ato de se associar, percebe-se que algumas eram consideravelmente mais caras, tornando-se, portanto, de acesso mais dificultado. A variação desses valores poderia estar de acordo com o poder aquisitivo das pessoas que a instituição desejava atrair e com as pretensões que essa associação possuía em relação a sua atuação. Mas deve-se lembrar sempre que de alguma maneira os estatutos, como afirmado anteriormente, serviam em boa parte como um conjunto de intenções a serem seguidas pelas associações, de forma mais ideal do que material, o que gerou em grande parte dos casos uma atuação bem menos completa do que se pretendia a priori, devido às dificuldades reais que foram certamente se apresentando em suas atuações práticas diárias.

Em relação ao que era proposto enquanto socorros a serem futuramente realizados, os conjuntos de associações analisadas – de ofício do setor privado e público, de indústria e as pluriprofissionais – se diferenciavam, de maneira que algumas compreensões a respeito do grupo social que representavam podem resultar de uma análise comparativa. Tais diferenças ficam bastante visíveis em se tratando do único tipo de atendimento prestado por todas as entidades aqui analisadas, os voltados à morte, em relação aos quais se percebe que o que as diferenciava era as formas como desempenhavam seu atendimento.

As entidades de ofício, tanto do setor público quanto do privado, tratavam esses benefícios relacionados à morte de maneira bastante administrativa e objetiva, buscando apenas responder quais seriam os valores dispensados e as formas de pagamento utilizadas. Diferenciavam-se pelo fato de que as associações de funcionários públicos ofereciam, na maioria dos casos, quantias maiores no pagamento desse tipo de socorro – o que é bastante interessante, uma vez que esses trabalhadores estavam protegidos por lei em tais situações, ficando o Estado responsável a financiar parte do funeral de seus empregados com quantias estabelecidas⁴⁰. Destacava-se, nesse caso, a Protetora dos Funcionários Públicos Civis, a qual demonstrava um

³⁹ Adhemar Lourenço tem a mesma percepção para os casos do Rio Grande do Sul e June Hahner para os do Rio de Janeiro. In: SILVA, Adhemar. SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940.* 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. p. 171.

⁴⁰ SANTA CATARINA, Lei n. 788, de 31 de agosto de 1908. Institui a favor dos funcionários o quantitativo de 150\$000 para funerais. *Lex: Coleção de Leis.* Joinville: Tipografia SOEMM; SANTA CATARINA, Lei n. 1.504, de 16 de outubro de 1925. Elevando para trezentos mil réis o quantitativo estabelecido para os funerais dos funcionários públicos do Estado. *Lex: Coleção de Leis, Decretos e Resoluções.* (CMALESC)].

envolvimento maior no processo fúnebre, possuindo como fim único o objetivo de atuar satisfazendo as necessidades relacionadas à morte.

Art. 2: A Sociedade tem por fim entregar aos herdeiros de cada associado que falecer noventa por cento das contribuições arrecadadas, qualquer que seja a causa da morte, exceto quando esta ocorrer por suicídio dentro do primeiro ano da inscrição⁴¹.

Dessa maneira, toda sua estrutura era diferenciada das demais, sem a realização de cobranças mensais, exigindo, no lugar, que todos seus associados pagassem determinada quantia quando do falecimento de algum sócio, no objetivo de formar um pecúlio aos familiares do mesmo, atuando de maneira próxima a um consórcio.

A União Beneficente de *Chaufeurs* e a União dos Trabalhadores de Florianópolis – organizadas por ofício e por indústria, anteriormente mencionadas por assumirem um grupo social mais heterogêneo de trabalhadores – se assemelhavam em muito às associações pluriprofissionais, por fazerem uso, na organização de seus socorros, de práticas rituais mais elaboradas.

Para essas entidades, sua responsabilidade em relação à morte ia além de uma prestação de serviço monetário, ganhando diversos outros significados. Além de servir para responder às expectativas pessoais do sócio e seus familiares, a construção de um ritual funerário bonito era interessante também por ser um momento no qual se ganhava visibilidade, divulgando o nome da instituição e seus serviços. Ao transformar o funeral em um evento social, as agremiações procuravam garantir essa visibilidade, com toda a pompa que fosse possível financiar. Em muitos casos, era prática comum convidar pessoas consideradas ilustres (como os sócios beneméritos, a imprensa e até mesmo representantes do governo), que poderiam render notas em jornais noticiando quem estava presente, os discursos que haviam sido proferidos e até mesmo o número de coroas de flores recebidas. Quanto maior o relacionamento do falecido com a associação e o seu prestígio social – tanto dentro quanto fora da entidade – maior seria o processo ritualístico oferecido. Em 1910, quando da morte de um dos fundadores da Liga Operária, as notícias de seu falecimento renderam várias notas nos jornais locais, entre elas as que noticiavam o evento fúnebre, explicitando todo o processo:

⁴¹ SOCIEDADE PROTETORA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS, Florianópolis. Estatutos, 11 dez. 1915. Livro 02, fl. 62 v. Cap. I, art. 02. (CFRC).

Da *Liga Operária Beneficente*, que ali está prospera e abençoada pelos benefícios que tem espalhado, foi Pedro Cardoso um dos principais fundadores, e nos primeiros anos principal sustentáculo, encaminhando-a ao grande desenvolvimento a que atingiu. Por isso, e em tempo, os associados d'aquela corporação renderam-lhe merecida homenagem – colocando o seu retrato na sala de honra. (...) O enterro teve lugar ontem, às 5 horas da tarde, no cemitério Público, com grande acompanhamento a que se associou a *Liga Operária Beneficente*, representada por grande número de seus membros. O féretro foi transportado em carro de 2ª ordem e acompanhado por bondes especiais; n'aquela se viam muitas coroas artificiais e naturais e entre elas (cita as dedicatórias de várias). O Exmo. Sr. Governador fez-se representar pelo seu ajudando de ordens (...)⁴²

Esse momento de comoção atuava fortemente também no sentido de fortalecer relações identitárias com os sócios que permaneciam vivos. Comumente, as práticas desenvolvidas no evento funerário consistiam em carregar sobre o caixão do sócio a bandeira da entidade e proferir discursos de engrandecimento a respeito daquele, relacionando-o com a história da instituição. Da mesma forma, uma boa parte das associações mantinha dentre suas determinações estatutárias a obrigatoriedade da participação de sócios (ou de pelo menos uma comissão) nos funerais, exacerbando, assim, um sentimento de grupo. Na União dos Trabalhadores de Florianópolis, por exemplo, chegou-se a planejar a construção de um jazigo que seria destinado a todos os associados falecidos que não tivessem herdeiros, deixando clara a intenção de construir uma relação “familiar” e de forte identificação entre associação e seus membros⁴³.

Da mesma maneira, as associações tinham por costume mandar rezar missas em nome de seus sócios falecidos. Eram eventos que possuíam o mesmo repertório que os funerais, contando com pessoas influentes socialmente e publicações referentes ao evento na mídia local.

Com toda solenidade teve lugar ontem a missa mandada celebrar por esta benemérita associação pela alma de seus consócios falecidos.

Foi grande a concorrência de senhoras e cavalheiros que a assistiram, achando-se o templo quase repleto.

O Exmo. Sr. Dr. Governador fez-se representar pelo seu oficial do gabinete e ajudante de ordens, comparecendo o Sr. Superintendente e muitas autoridades.

Também se fizeram representar as diferentes associações organizadas nessa capital, bem como a imprensa.

Durante a celebração tocaram em funeral as bandas de musica do corpo de segurança e da Liga Operária.

No fim da cerimônia foram muitas as pessoas que manifestaram seus sentimentos de pesar pelos operários falecidos, transmitindo-os ao digno presidente da humanitária associação (...)⁴⁴

⁴² Jornal *O Dia*. Florianópolis, 14 jan. 1910, n.4434. (BPESC).

⁴³ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos, 06 set. 1913. Livro 02, fl. 34 v. Cap.IX, art. 70. (CFRC).

⁴⁴ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 11 out. 1901, n. 210. (BPESC).

Nessas missas, como demonstrado na nota acima, as condolências pelas mortes ocorridas eram dirigidas aos diretores, principalmente ao presidente da associação, mais uma vez demonstrando que a morte era compreendida como uma perda social, de uma grande família.

A morte não era um problema do morto e sua família; era um problema da comunidade, uma perda social, no sentido de uma perda de todos e não só de alguns. É claro que está presente aí uma concepção corporativa da vida e das relações sociais, que se aprofundará com o passar do tempo. Nesse sentido, era a religião que definia o sentido social da vida. Na religião estavam os valores que diziam o que era social e o que não era.⁴⁵

O fato das associações com princípios admissionais abertos assumirem esse tipo de atuação mais ritualizada em relação a seus benefícios fúnebres parece ter total conexão com as demandas do público que lhes pertencia e que pretendiam atrair, o que demonstra a existência de certo perfil também nas entidades que possuíam um corpo social formado por diversas profissões. Aglutinava, dessa maneira, trabalhadores com um mesmo perfil, que se associavam também por identidade, porém não baseada na profissão, mas sim com algumas das demais especificidades de sua organização – fossem os valores das mensalidades que eram cobradas, os socorros oferecidos, o perfil do corpo de associados, as limitações impostas para a filiação, o ambiente interno que possuíam, as formas rituais que praticavam, as campanhas em que se envolviam, sua localização, entre tantas outras possibilidades.

Essa questão pode ser observada no Livro de Matrículas da Liga Operária, que, embora seja uma fonte falha, por expressar quantias menores de nomes do que as expressas em atas⁴⁶, funciona como uma amostragem do quadro social da entidade de 1891 a 1930. Em suas anotações, observa-se primeiramente que a faixa de idade mais comum dentre os sócios era de 15 a 30 anos (66% do total de membros) e que o quadro social era composto, em sua maioria, por pessoas do sexo masculino (70% do total de sócios). Ambas as situações podem ser

⁴⁵ MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República velha. São Paulo. Hucitec/Prefeitura da São Caetano do Sul, 1992. p. 185.

⁴⁶ Para se chegar a essa conclusão basta observar o fato de que em 1901 – com 10 anos de atuação – a entidade já possuía 405 sócios (In: *Jornal O Dia*. Florianópolis, 21 jan. 1901. n. 80. (BPESC); enquanto o Livro de Matrículas apresentava, no final do mesmo ano, algo em torno de 50 membros. Por esse livro de matrículas, a Liga só alcançaria 405 sócios no ano de 1929, quando já completava 38 anos de existência. Observando as atas da associação de diferentes anos, percebe-se que grande parte dos novos sócios não tinha seus nomes registrados no Livro de Matrículas. Em 1920, por exemplo, enquanto em tal livro há o registro de sete novos sócios, nas atas de reunião de diretoria são propostos e aceitos 17 novos nomes. Nessas atas é possível perceber que havia, no mínimo, duas novas filiações por mês na entidade, o que significaria, pelo menos, o dobro, de pessoas matriculadas em 1930. In: LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Livro de Matrículas dos sócios de 1891-1960. (Acervo da Associação).

compreendidas pelas imposições estatutárias direcionadas aos filiados: a primeira pela exigência em relação à idade mínima e máxima para se associar (de 15 a 60 anos) e pela necessidade de se apresentar boa saúde e estar empregado, o que, de alguma maneira, limitava a entrada de pessoas com mais de 30 anos, pois além de serem mais propícias a doenças já eram consideradas velhas no mercado de trabalho⁴⁷. Em relação às mulheres, havia um tratamento diferenciado, impedindo-as, por exemplo, de votarem e serem votadas – o que demonstra que realmente não eram o foco de tal instituição.

Em relação à profissão dos sócios, outras questões tornam-se perceptíveis, embora se configurasse um quadro bastante eclético nesse sentido. Dentre os 480 nomes verificados, 51 profissões diferentes foram declaradas, sendo que nenhuma delas representava um conjunto muito expressivo de pessoas. A profissão que mais se repetia era a de *doméstica*, que poderia representar diversas atividades desempenhadas pelas mulheres no âmbito do lar, ou como extensão deste⁴⁸. Dentre as profissões presentes no livro de filiados da Liga Operária, são pouquíssimos os trabalhadores que possuíam profissões as quais se enquadravam em entidades de ofício e indústria, sendo que o maior número, nesse sentido, era de marítimos e estivadores (que somavam 47 pessoas). As demais profissões apresentavam números bastante irrisórios (1 carroceiro, 5 *chauffeurs*, 5 motoristas, 11 padeiros, 9 professoras e 24 tipógrafos), sendo a maioria do grupo de associados formada por profissões tais como: alfaiates, barbeiros, carpinteiros, marceneiros, sapateiros, pintores, as citadas domésticas, entre outras⁴⁹, (vide anexo 7). Partindo desses dados é possível perceber que as associações abertas atraíam, em sua maioria, trabalhadores artesãos, informação que se confirma nos estatutos da União Operária, a qual apresentava que o associado deveria “respeitar a *disciplina, amar o trabalho* e desvelar-se pelo *aperfeiçoamento dos seus produtos nas oficinas*”¹ (grifo da autora). Esses trabalhadores, em grande parte, pertenciam a categorias que tinham como característica o trabalho individual, informação que permite aferir que estes buscavam se organizar unindo-se com outros grupos de

⁴⁷ Considerando que a população mais velha da cidade, em números significativos, tinha no máximo 50 anos. (307% da população tinham entre 15 e 29 anos, 122,6% ficavam entre 30 e 39 anos; 102,42% entre 40 e 49 anos; ocorrendo uma queda para a faixa de 50 a 59 anos, que alcançava o número de 66,4% , e de 60 a 69 anos que chegava a média de 31,22%). In: Recenseamento do Brasil, realizado em 01 de setembro de 1920, Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1930. vol. 4, tomo I, pt. 2. p. XL/XLI.

⁴⁸ Incluindo a prática de profissões tais como a de lavadeira, cozinheira, arrumadeira, entre outras. In: PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 1992. 301f. Tese. (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1992. p. 231.

⁴⁹ LIVRO de Matrículas dos sócios da Liga Operária Beneficente de Florianópolis. 1891-1960. (Acervo da Associação).

trabalhadores, uma vez que não possuíam uma tradição organizativa, nem um contato tão presente para que se unissem por ofício⁵⁰.

Embora raramente esse tipo de associação pluriprofissional se destacasse dentre as associações que pagavam valores mais altos em cada benefício, eram as entidades mais completas em sua variedade, buscando atrair mais pelo número de serviços prestados do que pelo que poderia ofertar em valores monetários. Questão que certamente tem alguma relação com essa conjunção de diferentes grupos de trabalhadores associados em seu corpo.

Já as associações organizadas por ofício tinham como característica mais marcante o fato de, em grande parte dos casos, oferecer algum tipo de benefício que estivesse bem relacionado as carência e relações de trabalho próprias da categoria que pretendiam socorrer. Interessante em relação a essa informação é compreender a análise desse tipo de documentação como uma maneira de se extrair dados a respeito dos trabalhadores associados e das relações de trabalho em que estavam inseridos.

Nas associações de trabalhadores do setor público, por exemplo, percebe-se, através do que era oferecido enquanto benefício e pela maneira de prestá-los, uma relação bastante insipiente entre associados e entidade. Essas entidades em geral possuíam um conjunto muito pequeno de atendimentos a que se propunham, sem se destacar nos valores oferecidos, nem na qualidade e complexidade dos serviços.

Primeiramente, isso se justifica no fato de que os trabalhadores admitidos no funcionalismo público participavam de relações bastante diversas das vividas pelos trabalhadores do setor privado, a começar pelo fato de que seu empregador e patrão era o próprio Estado. Isso significava na época possuir diversas vantagens além de algum *status social*, pois poucas pessoas poderiam adentrar nesse ambiente de trabalho o qual não estava aberto a todo e qualquer cidadão comum.

Mesmo na literatura da época a diferenciação entre artesãos e funcionários se expressava:

Ele almejava um emprego público. Era o sonho dourado (...) Verdade é que tinha uma profissão, aliás muito honrosa e da qual auferia um rendimento suficiente para fazer face as suas necessidades de moço solteiro; mas...era uma arte e entendia que exercitando-a humilhava-se diante daquelas pessoas, com quem entretinha relações amistosas, e da sociedade em cujo grêmio convivia. Queria ser empregado público⁵¹.

⁵⁰ BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 16.

⁵¹ TRISTE Desilusão. In: COSTA, Firmino (org.). *Anuário de Santa Catarina para 1900*. Florianópolis: Gabinete Sul-Americano. p. 10. (BPESC).

Os concursos públicos geralmente exigiam que o candidato tivesse formação em primeiras letras, precisando responder questões de matemática, geografia, português e de alguma outra língua – sendo o inglês, o francês e o alemão as mais comuns. Além disso, era necessário apresentar atestado de bom comportamento passado por autoridade policial ou civil. Em alguns concursos, exigia-se documento que comprovasse maioridade e boa saúde. Havia ainda, dependendo da vaga concorrida, prova prática ou de conhecimentos específicos voltada ao cargo que seria preenchido⁵².

As principais vantagens desse vínculo empregatício estavam relacionadas aos direitos previdenciários que esses trabalhadores possuíam, pois eram várias as leis, decretos e resoluções das três esferas de poder que deliberavam a respeito dos mesmos. Contava-se, por exemplo, com a vantagem de ter direito a aposentadoria – algumas determinações tratando a respeito vigoravam desde o Império. Embora essa aposentadoria exigisse uma idade bastante avançada para a época – 70 anos – ela trazia alguma segurança, não permitindo, por exemplo, que trabalhadores considerados inválidos ficassem desamparados⁵³.

Da mesma maneira, havia também diversas possibilidades de se receber licenças, tanto para o tratamento de doenças quanto para resolução de problemas pessoais – recurso que, pela quantidade de aprovações encontradas no período em análise, aparenta ter sido bastante acessível⁵⁴. Essas licenças poderiam ser remuneradas e o tempo de sua duração era relativo ao pedido realizado, em alguns casos, conseguia-se até mesmo um ano de liberação remunerada. Outra grande vantagem era o direito a férias de 15 dias remuneradas, as quais foram aprovadas por decreto em 1916. No setor privado, a mesma determinação seria aprovada somente em 1925 e, ainda assim, sem ser respeitada pelos empresários sob vistas grossas do Estado⁵⁵.

Além de todas essas vantagens, os funcionários públicos contavam com a segurança de não serem demitidos de forma arbitrária e possuíam ainda salários garantidos – que, apesar de estarem à mercê de flutuações econômicas, representavam, em média, bons ordenados. Duas condições que possuíam grande peso na época.

⁵² Jornal *O Dia*. Florianópolis, 09 jan. 1912, n. 5.011. (BPESC).

⁵³ DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990. p. 113.

⁵⁴ SANTA CATARINA. Leis, Decretos e Resoluções do Estado de SC, 1830 a 1930. passim. *Lex: Coleção de Leis, Decretos e Resoluções do Estado de Santa Catarina*. (CMALESC).

⁵⁵ DE LUCA, Tânia Regina. op. cit. p. 114.

Outro fator que certamente influenciava nos socorros prestados por essas associações era a existência dos chamados monte-pios (ou montepios), do qual todos os funcionários que possuíssem cargos efetivos faziam parte obrigatoriamente. Os montepios eram entidades organizadas e gerenciadas pelo próprio Estado com o intuito de oferecer auxílios previdenciários para seus trabalhadores, atuando como uma associação mutual através de jóias e mensalidades. Existiam desde o Império enquanto instituições organizadas por órgãos públicos a fim de atender seus funcionários, mas segundo Tânia de Luca somente na República é que essa prática se generalizou.

A uniformidade dos montepios permite afirmar que durante todo o período em questão foram seguidas as linhas mestras estabelecidas pelo Montepio dos funcionários do ministério da Fazenda, criado por Rui Barbosa em 1890⁵⁶

Em Santa Catarina, fundou-se o Monte-Pio Geral dos Servidores do Estado de SC em 1851, deliberado por lei provincial⁵⁷. Depois da instauração da República foi fundado em setembro de 1909, pela lei de número 825⁵⁸, o Monte-pio dos Funcionários Públicos do Estado de Santa Catarina, o qual, repetindo os mesmos moldes dos montepios nacionais, era organizado com os fins de “prover à subsistência e amparar o futuro das famílias (dos empregados do Estado), quando estes falecerem”⁵⁹. Era uma instituição compulsória, que obrigava, portanto, todos os funcionários públicos efetivos a se filiarem. Os funcionários eventuais e municipais poderiam participar, se para isso tivessem interesse.

No quadro nacional, os montepios foram centralizados aos poucos na estrutura do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, fundado em 1926. No caso de Santa Catarina, isso se daria apenas em 1962 quando através da lei de número 3.138 o montepio foi reorganizado e passou a funcionar enquanto Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina⁶⁰.

⁵⁶ Ibidem, p. 113.

⁵⁷ SANTA CATARINA, Lei n.567, de 23 de maio de 1851. Cria o Monte Pio Geral dos Servidores do Estado. *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis. (Acervo da Biblioteca do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina. Doravante BIPESC).

⁵⁸ SANTA CATARINA, Lei n. 825, de 15 de setembro de 1909. Criando o Montepio dos funcionários do Estado. Cópia reproduzida do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. (BIPESC).

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ SANTA CATARINA, Lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962.

Por terem mais direitos trabalhistas e serem obrigatoriamente parte de associações de atendimento de socorros mútuos, os funcionários públicos certamente exerciam influência nos socorros prestados por suas associações voluntárias. O interessante é que, ao contrário do que se poderia esperar, essas entidades não diversificavam seus atendimentos de forma que pudessem complementar aquilo que os funcionários já recebiam de seus montepios. Na prática, elas assumiam uma forma de organização, principalmente no que diz respeito aos seus benefícios, muito parecida com a desempenhada por aqueles. Provavelmente, isso se explique principalmente pelo fato de que, por terem filiação compulsória, os montepios acabavam sendo um tipo de organização bastante conhecida dentre esses trabalhadores e reconhecida como um modelo que dava certo, sendo um bom exemplo a ser seguido.

Dentre algumas das semelhanças existentes está o fato de que as associações tinham o interesse de efetuar a cobrança de suas mensalidades da mesma maneira que eram realizadas pelos montepios, ou seja, através de descontos compulsórios nas folhas de pagamento. Esse objetivo é apresentado em três das associações que representavam esse grupo de trabalhadores⁶¹, embora em nenhum caso se tenha certeza da efetividade da ação, aparentando ser mais uma pretensão do que uma prática. Isso fica bem claro no texto da Sociedade Beneficente dos Empregados Postais de Santa Catarina, que após definir os descontos em vencimentos apresenta um inciso (único) em que diz que “não sendo permitido o desconto em folha, ficam os sócios obrigados a pagar suas mensalidades, àquelas pelas quais forem responsáveis, ao tesoureiro da sociedade”⁶².

Outra prática presente no montepio e reproduzida nessas entidades voluntárias era a de realizar empréstimos sob juros aos seus associados, fator que as diferenciava das demais entidades, as quais não só não o faziam como também o proibiam. Novamente, as mesmas três entidades ofereciam essa possibilidade⁶³ e o faziam de maneira comum entre si e semelhante à

⁶¹ CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DO DISTRITO TELEGRÁFICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 11 mar. 1914. Livro 02, fl. 45. Cap. VIII, art. 21. (CFRC); ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS GUARDAS DAS ALFÂNDEGAS, Florianópolis. Estatutos, 02 abr. 1914. Livro 02, fl. 49. Cap. II, art. 32. (CFRC); SOCIEDADE BENEFICENTE DOS EMPREGADOS POSTAIS DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 09 jun. 1926. Livro 03, fl. 61. Cap. IX, art. 33. (CFRC).

⁶² SOCIEDADE BENEFICENTE DOS EMPREGADOS POSTAIS DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 09 jun. 1926. Livro 03, fl. 60. Cap. VI, art. 23. (CFRC).

⁶³ CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DO DISTRITO TELEGRÁFICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 11 mar. 1914. Livro 02, fl. 44 v. Cap. VII, art.20. (CFRC); CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, Florianópolis. Estatutos, 13 jun. 1923. Livro 03, fl. 60. Cap. 3, art. 54. (CFRC); SOCIEDADE BENEFICENTE DOS EMPREGADOS POSTAIS DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 09 jun. 1926. Livro 03, fl. 61. Cap. VIII, art. 31. (CFRC).

adotada pelos montepios. Esses empréstimos sempre exigiam algum tipo de garantia (a qual poderia se dar através do desconto no pagamento do pecúlio de direito oferecido em caso de falecimento para cobrir as dívidas ou mesmo por notas promissórias), assim como exigiam que o solicitante fosse empregado público, de preferência da repartição a qual a entidade representava e, caso não o fosse, que apresentasse um fiador aceito pela diretoria da instituição. Os juros variavam bastante – A Caixa B. Empregados do Ministério da Fazenda cobrava 1,5% ao mês, enquanto a Sociedade Beneficente dos Empregados Postais de Santa Catarina exigia 12% no mesmo período.

Possivelmente, o fato de esses trabalhadores terem cargos seguros – uma vez que eram concursados e efetivados – dava à suas associações uma sensação menor de risco. Novamente, aparece entre essas entidades o interesse de realizar descontos na folha de pagamento dos funcionários e, novamente, não há como saber se essa intenção foi em algum momento efetivada.

O único socorro prestado por essas associações, que não estava entre os oferecidos pelos montepios, dizia respeito aos mesmos, uma vez que se pautava na intenção existente entre várias entidades de atuar na organização e agilização da documentação necessária ao recebimento dos pecúlios oferecidos por tal organização em caso de falecimento. Para isso organizavam comissões responsáveis e efetuavam adiantamentos financeiros que deveriam ser restituídos posteriormente.

Nesse conjunto de associações organizadas para atender trabalhadores do funcionalismo público, duas entidades se destacam por se diferenciarem, devido ao que ofereciam como socorros: a Associação Beneficente dos Guardas das Alfândegas, por abarcar uma quantidade maior de socorros; e a Caixa Beneficente dos Empregados da Imprensa Oficial, justamente pelo contrário, oferecendo apenas socorros em caso de funeral e enfermidade.

A Associação B. dos Guardas das Alfândegas se propunha, além dos atendimentos previstos para casos de falecimento, a atender casos de enfermidade, oferecer pensões aos sócios inválidos e dar atendimento jurídico aos seus associados, embora para a maioria desses atendimentos não previsse nenhum tipo de valor, deixando para que fossem estabelecidos de acordo com as quantias existentes em caixa. Essa entidade diferenciava-se também, juntamente à Protetora dos Funcionários Públicos Civis (que tinha o interesse apenas de atender casos de falecimento), por não realizar empréstimos.

São diferenças na prestação dos socorros que estão, aparentemente, relacionadas à categoria que a associação representava, uma vez que os guardas formavam o mais baixo escalão existente entre os funcionários públicos, possuindo alguma diferenciação nos direitos adquiridos. No ano de 1910 (de fundação da Associação dos Guardas das Alfândegas), os guardas das alfândegas passaram a ser nomeados por título do Ministro da Fazenda, o que os tornou funcionários do mesmo ministério, e como tais, detentores dos mesmos direitos e vantagens de todos os demais funcionários atribuídos a esse órgão. Pelo visto, essa situação não foi cumprida de imediato, gerando campanhas e a necessidade de se sancionar uma lei em 1914.

Pelo Exmo Sr. presidente da República foi sancionada a lei que dá aos guardas da alfândega as regalias de funcionários de Fazenda.
Essa medida constitui justo galardão a essa classe digna de simpatias pelas árduas obrigações que lhe é imposta. Por esse motivo a corporação dos guardas da alfândega desta capital esteve ontem na residência do respectivo guarda mor nosso amigo Sr. Hugo Ramos, a fim de agradecer o seu concurso em prol da aludida medida⁶⁴.

Mas, aparentemente, essa determinação ainda não foi suficiente para que os direitos adquiridos fossem respeitados em toda sua plenitude, demonstrando que havia uma compreensão de diferenciação em relação a esse conjunto de trabalhadores. Fato perceptível em notícias de jornais, onde estes exigiam seus direitos através dos recursos disponíveis.

Os oficiais aduaneiros⁶⁵ têm os mesmos direitos e vantagens dos funcionários da fazenda.

Perante o juiz da 2ª vara Federal propôs Elydio Alves Lima, 2º oficial aduaneiro da Alfândega de Santos, uma ação contra a União, para o fim de lhe serem assegurados os direitos e vantagens do decreto que equiparou os oficiais aduaneiros a empregados de fazenda de primeira instância⁶⁶.

Essa situação, demonstra que, de alguma maneira, esses trabalhadores estavam à margem dos direitos do funcionalismo, o que poderia levá-los a procurar maiores recursos em suas associações.

Um fator comum dessas associações de funcionários públicos, e que é perceptível nos socorros que prestavam, é a ausência de preocupação em se tornar, para seus membros, mais do

⁶⁴ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 29 dez. 1914, n. 7981. (BPESC).

⁶⁵ Os guardas das Alfândegas aparecem nessa notícia como *oficiais aduaneiros*, devido ao fato de que em 1910, quando passaram a ser atribuídos ao Ministério da Fazenda, tiveram sua denominação modificada. Jornal *O Dia*. Florianópolis, 29 dez. 1914. (BPESC).

⁶⁶ Jornal *República*. Florianópolis, 15 out. 1920, n.606. (BPESC).

que simples prestadoras de serviços, uma vez que não apresentavam nenhum tipo de atuação que construísse ambientes os quais pudessem tornar a entidade freqüentada e nos quais se desenvolvessem relações identitárias, possuindo redações extremamente enxutas e eficientes, num olhar administrativo.

Algumas associações de ofício do setor privado agiam da mesma maneira, desenvolvendo estatutos objetivos e prestando socorros comuns, que em si, pouco expunham a respeito daqueles que representavam. Entre elas, as citadas: Congregação dos Náuticos e Pescadores de Santa Catarina, a Liga do Magistério e a União Beneficente dos Padeiros, entidades que cobravam pouco de seus sócios e em troca ofereciam também pouco, sem ter nenhum tipo de atrativo voltado a especificidades das categorias às quais se propunham representar. Possivelmente, essas entidades, ao se formarem, acreditaram que atrairiam os trabalhadores de suas respectivas categorias simplesmente pelo fato de terem a intenção de representá-los, ou baseando-se no poder de atração e identificação que seus fundadores e iniciadores possuíam.

Pensando nessas associações como participantes de um mercado previdenciário de grande concorrência, assumir esse tipo de estratégia (ou justamente não assumir estratégia nenhuma) poderia ser muito perigoso para a manutenção de suas existências. No caso das duas associações citadas primeiramente – Congregação dos Náuticos e Pescadores e Liga do Magistério – aparentemente não bastou basear-se no fato de serem de ofício, pois pelos registros analisados ambas parecem ter tido uma existência curta, o que na maioria dos casos se dava pelo fato de não conseguirem agregar um número suficiente de pessoas que as mantivessem.

Por outro lado, as associações que possuíram uma atuação mais longa e expressiva dentre esse conjunto de entidades de trabalhadores do setor privado, apresentavam ao menos algum diferencial em seus serviços que, na maioria dos casos, muito diz a respeito dos trabalhadores que pretendiam atrair. Dentre elas, o exemplo mais expressivo é o da União Beneficente dos *Chauffeurs* de Santa Catarina.

2.2.1. O Caso dos *Chauffeurs*:

A União Beneficente dos *Chauffeurs* de Santa Catarina se destacava fortemente dentre todas as demais associações de Florianópolis devido aos altos preços que cobrava, assim como pelos altos valores que oferecia em forma de socorro, sendo ainda uma das entidades mais completas na variedade e na qualidade de seus oferecimentos.

O interessante é que essa associação era formada essencialmente por *chauffeurs*, trabalhadores que atuavam profissionalmente transportando pessoas em veículos motorizados. Esse serviço poderia ser contratado por particulares, tanto na forma do aluguel de um veículo de terceiros, fazendo parte do pacote o *chauffeur*, quanto na contratação direta desse profissional para dirigir o veículo do contratante, mas a atividade mais comum desempenhada por esses trabalhadores era a de *chauffeurs de automóveis de praça*, realizando “corridas” determinadas pelo passageiro e cobrando por elas – atuação profissional atualmente conhecida como de taxistas. A denominação “autos de praça” se deu devido ao fato de que os passageiros eram aguardados em lugares pré-estabelecidos enquanto pontos, os quais em geral localizavam-se em ambientes de bastante movimentação urbana, geralmente ao redor de praças⁶⁷. Esses serviços eram previamente tabelados pela repartição de polícia, sendo obrigatório que os preços determinados ficassem dentro dos veículos em locais de grande visibilidade dos passageiros⁶⁸.

A grande maioria dos *chauffeurs* não possuía seu próprio veículo⁶⁹, prestando serviço, portanto, para os proprietários dos mesmos, que geralmente possuíam mais de um carro ou negócios relacionados ao setor automobilístico – como mecânicas e garagens⁷⁰. Fato facilmente explicável quando se leva em consideração que o preço de um automóvel na época chegava a

⁶⁷ MENDONÇA, João Hélio. Disponível em: www.fundaj.gov.br. Acesso em: 15 mar. 2008.

⁶⁸ NOSSA SENHORA DO DESTERRO. Código de Posturas, 1889. Cap. II, art. 149: *Dos Condutores*. Lex: *Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Desterro*: Tipografia da Regeneração. 1889. p. 29. (BPESC).

⁶⁹ A constatação de que a maioria dos *chauffeurs* não possuía seu próprio veículo, trabalhando por contrato, foi retirada da leitura dos resultados dos “*Exames Mecânicos dos Automóveis de Praça*” In: *Jornal República*. Florianópolis, 10 nov. 1923, n.1412. (BPESC); assim como, dos processos-crimes, nos quais, a maioria dos *chauffeurs* indiciados não era proprietário do veículo envolvido nos acidentes. In: FLORIANÓPOLIS. Processos-crime, passim. (Acervo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Doravante ATJSC).

⁷⁰ Constatação retirada do cruzamento de nomes dos indicadores de Florianópolis com os nomes encontrados como de proprietários de veículos, tanto em jornais quanto em processos-crime.

cinco contos de réis (5:000\$000) quando novo, custando no mínimo 1:600\$000, se usado, e precisando de boas reformas⁷¹.

Os *chauffeurs* pertenciam a uma categoria de trabalhadores que aparentemente não possuía grandes rendimentos. Não se conseguiu, porém, alcançar valores exatos os quais poderiam receber no desempenho de seu trabalho, uma vez que esses profissionais na maioria das vezes não recebiam salários. Porém, através da análise dos valores pagos para os *chauffeurs* contratados pelo Governo do estado, algumas noções podem ser alcançadas: recebiam, em 1920, o correspondente a 150\$000 mensais (5\$000 diários), passando, em 1927, para 240\$000 (8\$000 diários)⁷². Esses trabalhadores, apesar de receberem salários nem tão altos, eram considerados entre seus colegas de categoria como participantes de um grupo mais abastado, pois o mencionado artigo 50 dos estatutos classificava os *chauffeurs de carros oficiais* num mesmo patamar que gerentes de garagens e proprietários de mais de três automóveis⁷³, demonstrando que havia alguma distância entre *chauffeurs de autos de praça* e de carros oficiais.

Outro indicio de que esses trabalhadores não possuíam muitos recursos financeiros foi encontrado num processo crime de 1923, em que o réu é um *chauffeur*. Seu advogado, a fim de lhe conseguir a fiança para que respondesse o julgamento em liberdade, argumenta que “o suplicante é paupérrimo, segundo bem se depreende da sua humílima profissão”⁷⁴, deixando claro que era um consenso que esses trabalhadores ganhavam relativamente mal.

Analisando os cadastros apresentados por trabalhadores *chauffeurs* nos processos-crimes em que estavam envolvidos – fossem como vítimas, testemunhas ou réus – pode-se perceber algumas características de suas condições sócio-econômicas. Figuravam numa faixa de idade entre 20 e 40 anos – havendo tanto solteiros quanto casados – a grande maioria habitava ruas centrais da cidade – tanto populares quanto de melhores condições – e era alfabetizada – de acordo com o critério de alfabetização da época, que considerava quem sabia ler e escrever seu próprio nome. Esse último dado é bastante representativo, uma vez que 48% da população

⁷¹ Dados extraídos de um ofício enviado ao Secretário de Interior e Justiça pelo chefe de polícia de Florianópolis, justificando a compra de um novo veículo “Ford” em 22 mar. 1923. Coleção Ofícios da Chefatura de Polícia para a Secretaria de Interior e Justiça, fl. 89. (APESC).

⁷² FLOTIANÓPOLIS, *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções de 1919*. Florianópolis: Imprensa Oficial, p. 125; FLOTIANÓPOLIS, *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções de 1926*. Florianópolis: Imprensa Oficial, p. 74.

⁷³ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 07 jan. 1926. Livro 03, fl. 36. Cap. VI, art. 50. (CFRC).

⁷⁴ Correspondência de Accácio Moreira, advogado. In: FLORIANÓPOLIS. Processo-crime, n. 19. Autuação de Antonio Vieira, 1923. Pasta n. 29. (ATJSC).

masculina de Florianópolis, nos anos de 1920, era analfabeta⁷⁵ (considerando que esses trabalhadores eram em sua totalidade do sexo masculino). Não eram, portanto, trabalhadores extremamente pobres.

Mas, juntamente com essas características, deve-se levar em conta que esses trabalhadores atuavam num mercado bastante flutuante, no qual dependiam de um público com condições financeiras suficientes para bancar o luxo que significava sua prestação de serviço. Além disso, o transporte de pessoas era um trabalho bastante disputado por outros profissionais, como carroceiros e boleiros. Afinal, os meios de transporte movidos à tração animal e mecânica coexistiram no tráfego da cidade durante toda a Primeira República, sendo mais comuns e populares os de tração animal – o que se torna bastante perceptível nas leis que regiam o trânsito municipal da época, uma vez que se direcionavam, em sua maioria, ao manejo, manutenção e tratamento dos animais⁷⁶.

Os bondes⁷⁷, que passaram a servir a cidade em 1908⁷⁸, eram os principais inimigos de quem trabalhava com o transporte de pessoas, pois seu caráter coletivo o tornava mais barato e acessível. Inicialmente, atuavam em poucas linhas, ficando muito centralizado no centro comercial da cidade, partindo daí pra alguns bairros. Esse fator abria espaço para a circulação de charretes, tálburis e carroças nas áreas mais longínquas e rurais do município e seus distritos.

Primeiramente, os carros e seus *chauffeurs*, precisaram disputar espaço com os veículos e profissionais que já circulavam na cidade, conquistando seu lugar aos poucos. Isso é bastante perceptível nos indicadores municipais, onde se observa o surgimento – e o paulatino

⁷⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, realizado em 01 de setembro de 1920, Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1930. vol. 4, pt. I, *População por sexo, estado civil e nacionalidade*. p. 521. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 jul. 2008; Ibidem, *População*. v. 04, pt. IV, p. 388/389.

⁷⁶ NOSSA SENHORA DO DESTERRO. Código de Posturas, 1889. Lex: *Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Desterro*: Tipografia da Regeneração. 1889. passim. (BPESC); Ibidem, 1903. Lex: *Código de Posturas Municipais*. In: *Jornal O Dia*. Florianópolis, 04 fev. 1903, n. 626. (BPESC).

⁷⁷ Seu funcionamento consistia no atrelamento de um pequeno bonde a uma parrelha de muares, regido pelas ordens de um cocheiro que conduzia o veículo, o qual rodava sob trilhos de ferro. Tentou-se durante todo o período de sua existência alterar o sistema motriz, mas isso nunca foi colocado em prática sendo esse veículo substituído aos poucos pela utilização de ônibus circulares que ganharam com força as ruas da cidade somente a partir de 1930. In: STIEL, Waldemar Corrêa. *História do Transporte urbano no Brasil*. “Summa tranviariae brasiliensis”. História dos bondes e trólebus e das cidades onde eles trafegaram. São Paulo: Pini; Brasília: EBTU. p. 117.

⁷⁸ Realizada no governo de Gustavo Richard. In: VEIGA, Eliane Veras da. *Processo Histórico de Mutações da Paisagem Urbana da Área Central de Florianópolis. 1850– 1930*. 1990. 513 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990. p. 170.

crescimento – da presença de oficinas mecânicas e de agências, garagens e oficinas de concertos de automóveis⁷⁹.

Essa inserção certamente não se deu de forma tranqüila, pois significava um aumento de concorrência no mercado de transportes e um previsível desaparecimento da mão de obra existente.

Queixas contra o boleiro Onofre.

A Polícia deve tomar providencias a fim de evitar desgraças.

O boleiro Onofre, proprietário de um carro de praça⁸⁰, de uns tempos para cá, tomou certa prevenção contra os *Chauffeurs* e entende que os automóveis não devem transitar pelas ruas da cidade. Ou por despeito como dizem uns, ou por embriagues conforme outros, o fato é que o Onofre, quando anda com o seu carro pelas ruas, procura sempre esbarrar-se com os automóveis que encontra, querendo, portanto, terminar com uma desgraça, o seu injustificável despeito. E para que, qualquer dia não tenhamos um desastre a lamentar cumpre á policia, tomar enérgicas providencias a respeito⁸¹.

Essa noticia de jornal tratando do *despeito* do tal boleiro parece demonstrar uma preocupação e incomodo relacionados justamente ao mercado de trabalho. Soa como uma tentativa espontânea pela manutenção de um espaço social e financeiro.

Posteriormente, os *chauffeurs* passariam a disputar espaço no mercado de trabalho com as novas formas de transporte que iriam se desenvolvendo, como os auto-ônibus que passaram a circular pela cidade em 1920, mas que só poderiam assumir uma atuação mais efetiva após 1926, com a conclusão da Ponte Hercílio Luz. Em 1930, esse tipo de veículo assumiu a frente do transporte coletivo municipal tornando-se a principal maneira de se locomover pela cidade⁸².

Em 1929, os ônibus já tinham linhas bastante ampliadas que serviam o distrito sede, o interior da ilha, o continente e faziam ainda algumas ligações intermunicipais. A imprensa da época se orgulhava do tamanho da frota e demonstrava como essas inovações afetavam os trabalhadores que já atuavam nesse mercado: “Sabem os leitores quantos ônibus transitam

⁷⁹ Nos almanaques de 1927 e 1928 os anúncios envolvendo veículos mecânicos dividiam espaço com os que apresentavam os serviços de seleiros, colchoeiros e ferradores, entre outros, demonstrando mais uma vez a coexistência dos dois tipos de transporte. Da mesma maneira, no indicador de 1928, pela primeira vez o número de autos de aluguel é exatamente o mesmo dos de carroças de aluguel. In: ENTRESS, Godofredo (org.). op. cit.; Indicador Comercial, Industrial e Profissional do Município de Florianópolis, 1928. (BPESC).

⁸⁰ Carros de praça eram veículos puxados por cavalos que atuavam desempenhando o mesmo serviço de um automóvel de praça, o de transportar pessoas sob pagamento pelo trajeto efetuado.

⁸¹ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 08 jun. 1915, n. 876.

⁸² “As carrocerias dos primeiros ônibus eram de madeira e possuía uma só porta, seus serviços eram explorados por empresas independentes”. In: VEIGA, Eliane Veras da. op. cit. p.170.

diariamente pelas nossas ruas? Contamos hoje, trinta e oito carros (...) Não é sem razão que os automóveis de praça vivem as moscas, como dizem os próprios *chauffeurs*”⁸³

Conclui-se com isso que, mesmo não participantes de um grupo social paupérrimo, os *chauffeurs* estavam incluídos entre os trabalhadores que viviam a insegurança das relações de trabalho, onde além de ganhos monetários flutuantes possuíam um serviço instável e que gerava riscos de vida.

Apesar dessa instabilidade financeira da categoria, a União dos *Chauffeurs* apresentava as mensalidades mais altas de todo o conjunto de associações analisadas. Em 1925, cobrava o valor de 3\$000, o qual foi elevado, em 1929, para 5\$000⁸⁴, (enquanto as demais associações em anos comparativos saíam por no máximo 2\$000, sendo a União Beneficente dos Carroceiros de Florianópolis uma exceção por pedir 4\$000 em 1931.)⁸⁵

A União dos *Chauffeurs* também se apresentava como uma entidade cara no ato de se associar, chegando a cobrar – entre jóia, distintivo e diploma – o valor de 23\$000, que apesar de comparável com os cobrados pela Caixa dos Empregados no Comércio e pela Liga Operária podem ser considerados mais altos, uma vez que essas entidades apresentavam valores diferenciados de acordo com a idade do associado.

Em troca disso, esta entidade oferecia os melhores valores nos socorros ofertados. Para casos de enfermidade, por exemplo, em 1925, suas diárias eram de 5\$000, contrastando com a grande maioria, que oferecia valores numa média de 1\$500 a 2\$000. Para casos relacionados à morte, seus oferecimentos, somando funeral e pecúlio, chegavam a valores entre 800\$000 e um conto de réis (1:000\$000), enquanto, a grande maioria das associações no mesmo período ficava numa média de 150\$000 e 200\$000. Em casos de invalidez, a União dos *Chauffeurs* oferecia

⁸³ Ibidem, p. 84.

⁸⁴ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n. 41, assembléia geral de 25 abr. 1929. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 35. (Arquivo da Associação).

⁸⁵ A Congregação dos Náuticos e Pescadores de Santa Catarina cobrava, em 1921 e em 1925, o valor de 1\$000, mesmo valor que era cobrado pela Liga do Magistério Catarinense em 1925. A Caixa Beneficente dos Empregados no Ministério da Fazenda, em 1923, 2\$000, mesmo valor que era cobrado pela Caixa Beneficente dos Empregados da Imprensa Oficial, em 1925; pela União Beneficente Recreativa Operária, em 1928; e pela Liga Operária Beneficente de Santa Catarina em 1929. CONGREGAÇÃO DOS MARÍTIMOS E PESCADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Estatutos, Florianópolis: Tipografia da Livraria Moderna, 1921; Ibidem, Florianópolis: Tipografia da Escola de Aprendizes Artífices, 1925; LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE, Florianópolis. Estatutos, 25 jan. 1925. Livro 03. (CFRC); CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, Florianópolis. Estatutos, 13 jun. 1923. Livro 03. (CFRC); UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. Florianópolis: Tipografia da Escola de Aprendizes Artífices. Florianópolis, 1922. (cópia cedida por Vera Regina Martins Collaço); LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 04 jun. 1929. Livro 03. (CFRC).

ainda o valor de 150\$000 que contrastavam visivelmente com os 25\$000 oferecidos pela maioria das outras entidades, que ainda se arriscavam a oferecer esse tipo de socorro. No caso de desemprego, a associação se propunha a pagar pensões de 150\$000, enquanto Associação e Caixa dos Empregados no Comércio – que eram as únicas outras entidades que estipulavam valores pra esse tipo de atendimento – ofereciam entre 30\$000 e 50\$000, respectivamente.

Esses altos valores foram motivo de várias assembléias organizadas em junho de 1928, resolvendo-se naquele momento redistribuir as diárias realizadas para casos de invalidez ou enfermidades longas, as quais mantiveram seus valores, mas sem serem a partir de então entregues aos associados, passando a administração da própria instituição. Na ocasião, o presidente da associação, ao chamar a reunião, declarou “ser demasiado a importância que determina a letra b) do art. 09 dos mesmos estatutos⁸⁶, visto que se assim fosse, em pouco tempo ficaria privada a União de atender os fins para que foi criada”⁸⁷. Mas, de acordo com as aprovações realizadas no momento dessa discussão – que em relação a valores nada modificava – , acredita-se que os demais socorros permaneciam viáveis à associação.

Dentre o leque de benefícios ofertados pela entidade, os voltados a atendimentos jurídicos e questões relacionadas a contendas com a polícia são os que mais chamam atenção, por serem os mais trabalhados e que maior espaço recebiam nos estatutos. Com relação a esses socorros, a União, além de apresentar valores altos, os oferecia de forma bastante completa, não se propondo a prestar apenas a mais comum das assistências jurídicas, que era o pagamento de advogados em casos de processos envolvendo associados, protegia também aqueles que fossem julgados e condenados, oferecendo-lhes boas diárias durante um ano de reclusão e o pagamento de fianças quando necessário para que fossem postos em liberdade. A União dos *Chauffeurs* era a única das associações de ofício aqui analisadas que se preocupava e priorizava esse tipo de socorro, estando essas inquietações, inclusive, nos fins da entidade:

Art.2: A sociedade tem por fim:

(...)

b) prestar fiança e dar assistência judiciária aos seus associados quites e no gozo das regalias sociais, a fim de lhes garantir a liberdade individual, quando presos por delito

⁸⁶ “Art. 09: b) quando (o sócio) ficar por enfermidade impossibilitado de trabalhar a beneficência mensal de 150\$000 durante o prazo de 6 meses, seguidos ou atestados dentro de 2 anos, continuando a enfermidade passará desde a data em que estiver esgotada a beneficência de que trata esta letra a receber 100\$000 mensais até o seu restabelecimento”. In: UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 07 jan. 1926. Livro 03, fl. 49 v., Cap. VI, art. 09. (CFRC).

⁸⁷ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n.30, assembléia geral de 10 mai. 1928. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 29. (Arquivo da Associação).

de profissão ou quando em defesa de sua vida e propriedade (veículo em que trabalha) em exercício da profissão de *chauffeur*⁸⁸.

Toda essa preocupação indica que a profissão desempenhada por esses trabalhadores os envolvia em diversas pendengas profissionais, o que é comprovado na imagem que os *chauffeurs* foram adquirindo socialmente e que será mais bem explorada no capítulo 4. Na realidade florianópolis, isso foi constatado na análise de processos-crimes e nas inúmeras notícias de jornais locais, do início da década de 1920, que anunciavam acidentes envolvendo carros. Estas apresentavam um forte clima de tragédia e culpabilidade dos “inaptos” motoristas e, em grande parte, desembocavam em situações de processo, prisões, fianças ou na comprovação da não culpabilidade do réu.

Ontem às 17h, o automóvel de praça n. 46, guiado pelo *chauffeur* Manoel Leonel, tendo como ajudante o *chauffeur* João Antero, ao fazer a volta no lugar José Mendes, *o fez com tanta falta de perícia e cuidado*, que o veículo foi de encontro a casa onde reside Antonio José Silva, apanhando uma filhinha deste, de dois anos de idade, de nome Guiomar, que ficou com diversas escoriações pela cabeça e testa (...)

O Sr. Major delegado de Polícia tomou incontinentemente às providências que o caso exigia e mandou recolher presos os mencionados *chauffeurs*⁸⁹ (grifos do autor)

(...) o auto n. 25 guiado pelo *chauffeur* José Roback atropelou menina Esmeralda Lopes de 10 anos de idade e filha do sr. José Thomaz Lopes. Esmeralda recebeu diversas escoriações pelo corpo (...). A polícia compareceu ao local efetuando a prisão do *chauffeur* que se acha recolhido na cadeia pública, sendo aberto rigoroso inquérito a respeito⁹⁰

Mais uma vítima dos autos

Em conseqüência dos graves ferimentos recebidos, *pela imprudência e imperícia* de um *chauffeur*, faleceu anteontem, à noite, no Hospital de Caridade, onde se achava em tratamento, a menina Esmeralda Lopes (...)

*É mais uma vítima da facilidade com que certos motoristas transgridem as disposições regulamentares correndo a velocidade que lhes apraz num evidente desrespeito as ordens superiores*⁹¹ (grifos do autor)

Da mesma maneira, analisando o livro de atas de assembleias da União dos *Chauffeurs*, de 1925 a 1930, percebe-se que aqueles socorros eram os mais prestados pela associação, assim como eram os que rendiam maiores discussões. Tal tipo de benefícios tornava-se uma grande atração aos trabalhadores *chauffeurs* para que se filiassem nessa e não em outra associação, uma

⁸⁸ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 07 jan. 1926. Livro 03, fl. 48. Cap. I, art. 02. (CFRC).

⁸⁹ Jornal *República*. Florianópolis, 03 ago. 1923. n.1413. (BPESC).

⁹⁰ *Ibidem*, 12 fev. 1924. n. 1573.

⁹¹ *Idem*, 17 fev. 1924. n.1578.

vez que envolver-se num processo significava o desembolso de altos valores de uma só vez. Os custos de um processo chegavam a valores próximos a 100\$000⁹² e se o réu fosse considerado culpado esse pagamento recaía como sua responsabilidade. Da mesma maneira, pagar por advogados e fianças significava investir alto, os advogados cobravam da associação em 1929, com algum desconto, o valor de 300\$000⁹³, enquanto a fiança para acidentes de carro envolvendo vítimas, em 1923, saía por 480\$000⁹⁴, passando a 600\$000, em 1926⁹⁵.

Os altos valores desse tipo de serviços e dos demais socorros oferecidos pela União dos *Chauffeurs* são a causa provável dos valores excepcionais exigidos para que se tivesse acesso a essa associação. Sendo assim, compensava a esse grupo de trabalhadores pagarem mensalmente quantias consideradas altas – porém, acessíveis – e garantir seu sossego em relação a questões próximas e muito presentes em seu cotidiano profissional. Tendo ainda como vantagem o fato de que os demais socorros prestados pela entidade eram todos superiores aos das demais associações da cidade. Além disso, a União dos *Chauffeurs*, aparentemente, possuía boa relação com pessoas importantes nos tribunais e nos poderes públicos, o que certamente rendia negociações interessantes aos trabalhadores que precisassem se defender juridicamente.

A análise dos socorros oferecidos, portanto, ao mesmo tempo em que capta informações a respeito da estrutura institucional da organização beneficente, aponta também para características e demandas próprias das relações de trabalho desenvolvidas na atuação profissional de seus membros, entendendo que os socorros estavam extremamente conectados a tais demandas.

⁹² FLORIANÓPOLIS. Processo-crime, n. 3.489. Inquérito procedido pela Delegacia Auxiliar, com relação ao desastre entre o caminhão do Corpo de Bombeiros e o automóvel n. 325. 1928. Pasta n. 95. (ATJSC).

⁹³ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n.47, assembléia geral de 01 fev. 1927. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 39. (Arquivo da Associação).

⁹⁴ FLORIANÓPOLIS. Processo-crime, n. 19. Autuação de Antonio Vieira. 1923. Pasta n. 29. (ATJSC).

⁹⁵ FLORIANÓPOLIS. Processo-crime, n. 3.489. Inquérito procedido pela Delegacia Auxiliar, com relação ao desastre entre o caminhão do Corpo de Bombeiros e o automóvel n. 325. 1928. Pasta n. 95. (ATJSC).

3. “Somos neutros, não compreendemos as manobras maquiavélicas da política”¹. Atuação política no seio das associações:

A organização de uma nova associação desde o seu planejamento pressupunha a composição de um corpo diretivo responsável por executar as deliberações propostas nos estatutos e fazer a entidade se desenvolver e prosperar de acordo com diretrizes iniciais. Isso implicava na existência, dentro do corpo social, de sujeitos dotados de capacidades e interesse para se envolver de forma íntima e presente com as questões relativas à sua organização. Para que sempre houvesse pessoas dispostas a se “doarem” pela causa, determinava-se que a eleição se desse por chapas abertas, sendo o voto nominal – onde o votante escolhia o nome de seu candidato e o cargo que ele deveria ocupar, independente da manifestação de disposição ou não dos membros para exercer a função – uma vez que o exercício do cargo era compreendido como um dever do sócio, que deveria: “aceitar e exercer dedicadamente os cargos e as comissões para que for nomeado ou eleito”² e ter boas justificativas para não fazê-lo, o que seria julgado pela assembléia geral .

Mas o bom exercício das funções exigia requisitos mínimos dos candidatos, uma vez que papéis burocráticos e políticos deveriam ser desempenhados. Dessa maneira, se por um lado a instituição obrigava seus sócios a participarem de sua vida política e administrativa, por outro impunha diversas limitações aos mesmos, definindo, a priori, diferentes critérios que seus *líderes* deveriam possuir. A primeira restrição baseava-se em questões práticas que acabavam tornando-se pré-requisitos mesmo quando não explicitados nos estatutos, como a necessidade de se saber ler, escrever e contar, pois as atividades administrativas em geral demandam desse tipo de conhecimento. Porém, as únicas associações que acentuavam a impossibilidade de analfabetos se elegerem eram as pluriprofissionais e a União dos Trabalhadores de Florianópolis, provavelmente por serem as entidades que possuíam maior número de associados nessa condição.

Outro requisito de elegibilidade bastante presente nos estatutos era o de que o candidato possuísse uma idade mínima – geralmente entre 18 e 21 anos – embora na maioria das

¹ Jornal *O Comércio*, Florianópolis, 13 fev. 1901, ano I, n.01. (BPESC)

² Idem.

associações os menores de idade pudessem se associar, mesmo porque na época formalmente eles também faziam parte do mercado de trabalho.

O exemplo da União Beneficente Operária, além de demonstrar todas essas questões, torna clara a tentativa de se manter um controle acerca de quem exerceria as funções diretivas

Todos os sócios quites têm direito

1º A votar e serem votados excetuando-se:

- a) os industriais
- b) os menores de 18 anos
- c) As operárias
- d) Os que não souberem ler nem escrever, só podendo votar.
- e) Os que se acharem pronunciados³.
- f) Os que estiverem recebendo benefícios⁴.

Essas limitações partiam tanto de necessidades práticas (impedindo os analfabetos), quanto de interesses de classe (os industriais) e concepções de época (as mulheres e as pessoas envolvidas em trâmites judiciais), demonstrando, assim, preocupações que passavam tanto pela imagem social da instituição quanto por sua trajetória e interesses políticos.

Entre as associações de ofício, as restrições apresentadas para que os sócios se tornassem elegíveis, geralmente diziam respeito ao pertencimento à categoria ou grupo profissional representado pela entidade, de forma que mesmo havendo abertura para que outros se associassem, estes sofriam restrições políticas em sua atuação interna, não podendo, em geral, votar e serem votados, restrição comumente estendida também às esposas e filhos de associados.

Além das limitações objetivamente expressas, havia a necessidade de que tais diretores possuíssem tempo hábil para se envolver com sua associação, uma vez que as diretorias deveriam se reunir ordinariamente com alguma frequência para decidir questões gerais relativas à organização e prática da entidade. A maioria definia a necessidade de encontros mensais ou quinzenais e algumas mais otimistas estabeleciam estatutariamente a obrigatoriedade de sessões semanais. É bastante complicado realizar afirmações a respeito do comparecimento e seriedade com que os diretores administravam suas entidades, pois isso poderia variar muito de associação para associação e de diretoria para diretoria. Na Liga Operária, por exemplo, as reuniões eram levadas bem a sério, exigindo que os diretores que se ausentassem justificassem suas faltas com

³ Os pronunciados eram pessoas que estavam com seu nome envolvido em processo judicial.

⁴ UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. Florianópolis: Tipografia da Escola de Aprendizes Artífices, 1922. Cap. XVII, art. 22. p. 12.

aviso prévio, o que era registrado em ata. Observando-se três anos de atas de reuniões dessa entidade, verificou-se que ao menos duas sessões eram realizadas por mês, contando, em média, com a presença de nove diretores – o que correspondia aproximadamente a 70% de sua composição⁵. Esses dados, porém, não parecem servir como padrão, uma vez que a Liga Operária foi uma das entidades que alcançou maior durabilidade e número de sócios, diferenciando-se consideravelmente de toda uma miríade de associações que não conseguiram manter suas atividades, entre outros motivos, por falta de uma administração presente e atuante. Essa situação fica bastante evidente na leitura das atas dos primeiros anos de atuação da União Beneficente dos *Chauffeurs*, onde se expõe uma grande dificuldade de se compor e manter uma diretoria.

A primeira eleição dessa associação ocorreu em agosto de 1925 e durante todo esse ano social a diretoria passou por 15 modificações, o que significou alteração de praticamente todos os nomes no decorrer da gestão, havendo até duas trocas do presidente e do vice – inclusive a primeira alteração se deu dois meses depois da eleição com o pedido de renúncia do presidente Guilherme Speck por problemas pessoais. O processo eleitoral ocorrido para preencher essa vaga, apesar de não ser relatado em ata, aparenta ter sido conturbado, pois apenas quatro dias após o pleito o novo presidente, Antonio Vieira Machado, manifestou um pedido de renúncia. Essa atitude, até onde a leitura das atas permite compreender, teve relação com o fato de que ele não fora o candidato preferido da maioria dos sócios e acabou sendo eleito à revelia dos mesmos, devido à impugnação da candidatura do magistrado Mileto Tavares, que por ser considerado um motorista *amador* não se enquadrava nas determinações dos estatutos ainda em formação na época. Provavelmente isso gerou um mal-estar interno que levou Antonio Vieira a renúncia. Em sua fala, pedia novo processo eleitoral “para provar que (...) não tinha usado de seu prestígio nem de cabala para exercer aquele cargo”⁶, dando a entender que comentários com esse teor estavam circulando dentro da associação. Em resposta ao seu pedido de renúncia, manifestou-se João Pio Pereira, membro da Comissão de Sindicância da mesma gestão e um dos fundadores da entidade, o qual argumentou a favor da eleição ocorrida e exaltou as qualidades do candidato eleito. O episódio teve um final romanesco, com João Pio Pereira levantando-se em apoio ao referido presidente e pedindo a “todo aquele que estivesse ao seu lado que se levantasse, o que foi feito

⁵ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Livro de atas de reuniões de 1906 a 1908, *passim*. (Arquivo da Associação).

⁶ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n. 06, assembléia geral de 23 out. 1925. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 08. (Arquivo da Associação).

por todos os associados presentes que declararam não ser preciso outra eleição e que estavam de acordo inteiro”⁷. O presidente retirou sua renúncia e deu-se por encerrado o caso.

Mas os problemas continuaram e dois meses depois três membros da diretoria pediram demissão de seus cargos, sendo eles o 1º e o 2º tesoureiros (Afonso Fortkamp e Francisco de Souza, respectivamente) e o vice-presidente (Eugênio Luiz Beirão), que além da renúncia retirou-se também do corpo de associados. Uma assembléia extraordinária foi chamada por requerimento de 23 sócios, na qual novamente o Sr. João Pio Pereira, o primeiro signatário de tal reunião, manifestou-se pedindo “que a diretoria dedicasse mais amor aos trabalhos da União, pois assim vinha trazendo a discórdia entre seus associados”⁸, em seguida o novo 1º secretário aproveitou para pedir demissão do cargo, o que lhe foi negado pela maioria presente. Na seqüência dessa reunião o livro-ata traz uma página quase em branco, preenchida apenas no cabeçalho com data e número de presentes. Na próxima ata, percebe-se, então, que por algum motivo a associação estava sem presidente, pois nova eleição era realizada a fim de preencher esse e os demais cargos vagos.

Desde o início da gestão, com o abandono do cargo do presidente eleito – no caso Guilherme Speck – e a entrada de Antonio Vieira Machado, diversos problemas e dificuldades de administração apareceram na diretoria. Problemas que se estenderam e tiveram continuidade pelo segundo ano social da entidade, de forma que menos de um mês depois da posse da nova diretoria uma discussão em assembléia ocasionou um pedido de renúncia do novo presidente, o qual foi negado pela maioria presente para que fosse, na seqüência, efetuado em forma de demissão pela mesma assembléia. As duas principais figuras envolvidas nesse processo foram então eleitas para ocupar os cargos de presidente e vice (Celso Diniz e Clemente Rovere, respectivamente). Quatro meses depois dessa posse, uma nova onda de crises políticas se instalou devido a não participação desses diretores nas sessões e ao fato de o novo presidente, Celso Diniz, ter sumido com uma quantia significativa do caixa da entidade, sem dar “a mínima satisfação à diretoria, da qual era presidente”⁹. João Pio Pereira novamente se manifestou, assumindo a direção dos trabalhos e articulando nova eleição por considerar que o presidente

⁷ Idem.

⁸ Ibidem, ata n. 11, 18 fev. 1926. fl. 12.

⁹ Ibidem, ata n. 19, 01 fev. 1927. fl. 19.

havia abandonado o cargo. Em 01 de fevereiro de 1927 foi eleito, então, Oswaldo Mello¹⁰ sob manifestação de apoio de Antonio Vieira Machado, que na sessão seguinte foi convocado para assumir o cargo de 1º secretário, até então ocupado por João Pio Pereira, o qual, por carta, “em termos agravantes [que] ofendiam ao nosso digno presidente”¹¹, renunciava à sua posição na diretoria, assim como à própria associação. Dessa maneira, encerram-se as atas relativas ao ano social de 1926, sendo retomadas novamente apenas quatro meses depois, quando ocorre uma nova eleição de diretoria.

Essa situação de tantas idas e vindas de diretores nos primeiros anos de atuação da União dos *Chauffeurs*, demonstra, em suas entrelinhas questões bem mais profundas do que uma simples dificuldade de se compor e manter uma administração sólida, pois expõe diferentes questões que circundavam os processos de construção e atuação de um corpo diretivo, as quais poderiam ser movidas por diferentes motivos, tanto de crises políticas e intrigas pessoais, quanto de uma falta de comprometimento dos associados com suas entidades, de inexperiência e até mesmo incapacidade daqueles que eram eleitos. O não comprometimento, por um lado, pode se explicar no fato de que as eleições na União dos *Chauffeurs*, como na maioria das associações, ocorriam com chapas abertas, sendo o voto nominal, abrindo espaço para que se elessem pessoas desinteressadas da função. Em grande parte dessas entidades, porém, surgiam no período antecedente às eleições, propostas de composição de diretorias, que eram divulgadas na imprensa local com a assinatura de “alguns sócios”, “muitas sócios”, ou mesmo “a maioria dos sócios”¹², de forma que os votos poderiam seguir uma orientação e gerar uma configuração de diretoria com algumas afinidades prévias. Ainda assim, o sistema de chapas abertas possibilitava que pessoas fossem pegadas desprevenidas e sem interesse em assumir a responsabilidade que a administração de um cargo impunha, quanto de se formarem diretorias com pessoas sem afinidades políticas e até mesmo pessoais, vendo-se forçadas a atuar conjuntamente, uma vez que, como apresentado anteriormente, na maioria dos estatutos era considerado um dever do associado assumir o cargo

¹⁰ Oswaldo Mello foi jornalista em Florianópolis. Era cristão e em sua biografia consta que “dedicou sua vida aos pobres”. Era sócio da União B. dos *Chauffeurs* de SC. e da União B. dos Garçons de SC. In: FLORIANÓPOLIS. Lei n. 973, de 10 de setembro de 1970. Denomina via pública na capital de Santa Catarina. (Câmara dos Vereadores de Florianópolis, doravante CMF.).

¹¹ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Ata n.20, assembléia geral de 29 mar.1927. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 20. (Arquivo da Associação).

¹² Jornal *O Dia*, Florianópolis. passim (1890-1930); Jornal *República*, Florianópolis. passim (1890-1930).

para o qual fosse eleito, o que pode ser compreendido como uma tentativa de garantir sempre a existência de pessoas na atuação político-administrativa das entidades.

Mas, certamente, questões políticas eram as maiores motivadoras desse tipo de problema, porém é difícil realizar afirmações contundentes a esse respeito, pois embora as crises se evidenciem como de ordem política em diversos momentos das atas de assembléia da União dos *Chauffeurs*, principalmente em suas inúmeras trocas de diretoria, pouco se consegue recuperar dos pormenores dessas tensões. Nesse caso, pode-se apenas 'aferir algumas suposições, partindo de dados localizados a respeito do engajamento político de alguns dos “personagens” envolvidos. Antonio Vieira Machado, por exemplo, é citado pela bibliografia como “notório comunista” da cidade na época¹³; João Pio Pereira, além de ser irmão de um conhecido político local (o vereador José Do Valle Pereira) era do Partido Republicano Catarinense e assumiu diferentes cargos públicos, entre eles o de diretor de serviço da Diretoria de Obras Públicas, desempenhou também diferentes funções na Secretaria da Fazenda – através do Tesouro do Estado – onde esteve em exercício por longo tempo¹⁴. Foi um dos fundadores da União dos *Chauffeurs*, lembrado como um “homem de caráter humanitário, [que] atendia a população do Saco Grande (...) com remédios, alimentação bem como tudo que estivesse ao seu alcance”¹⁵, construindo uma imagem de pessoa caridosa. Seu nome esteve fortemente relacionado, em 1927, ao homicídio do conhecido jornalista republicano Crispin Mira, redator do Jornal *Folha Nova* que desenvolvia reportagens críticas e de denúncia. Dentre seus assassinos estava Aécio Lopes, envolvido num escândalo que vinha sendo exposto pelo jornal a respeito dos melhoramentos do porto da cidade. O assassinato ocorreu na redação do *Folha Nova* e foi vinculado na mídia durante dias. João Pio era o motorista do veículo que transportou os assassinos ao local do crime, esperando pelos mesmos e conduzindo-os depois do assassinato, sendo por isso indiciado como cúmplice e levado a julgamento. Esse crime claramente possuiu características políticas e ficou durante muito tempo na mídia, sendo os réus absolvidos em julgamento, o qual foi extremamente questionado na época¹⁶.

¹³ MARTINS, Celso. *Os Comunas: Álvaro Ventura e o PCB Catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27, 1995. p. 34.

¹⁴ FLORIANÓPOLIS. Lei n. 2005, 16 de dezembro de 1983. Denomina via pública no Saco Grande. (CMF).

¹⁵ Idem.

¹⁶ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 21 fev. a 05 mar. 1927; Jornal *Folha Nova*. Florianópolis, 22 fev. a 13 out. 1927. (BPESC).

É difícil identificar dentre os membros do Partido Republicano, que corrente interna da organização cada um compunha, todavia, sabe-se que nesse período o clima dentro da organização partidária era bastante tenso, devido ao surgimento de duas fortes correntes internas de grande oposição¹⁷.

O conjunto de informações obtidas, embora não permita captar as relações desempenhadas pelos atores envolvidos em sua totalidade, devido à ausência de fontes, demonstra um universo rico em termos de concepções e articulações políticas presentes no meio associativo.

Na análise do movimento de composição dos cargos diretivos e das formas de envolvimento dos sócios nas questões políticas de suas associações em Florianópolis, verificaram-se situações comuns com as identificadas por outras pesquisas relativas a outros universos empíricos. A mais perceptível delas, é a existência de um grande continuísmo no exercício dos cargos de diretoria, com muitos nomes repetidos ao longo dos anos, numa

¹⁷ O Partido Republicano Catarinense (PRC), desde o seu surgimento passou por diversas crises internas. A começar, sua formação se deu pela absorção de diversas correntes de opiniões distintas e conflitantes – incluindo grupos republicanos “históricos” (que haviam lançado o manifesto Republicano no estado durante o Império), militares enviados pelo poder central e, portanto, sem grandes vínculos na política local (caso do primeiro governador eleito, Lauro Müller), positivistas, e políticos vindos dos antigos partidos do Império (tanto conservadores quanto liberais). Em 17 de novembro de 1889, Lauro Müller assumiu o governo atuando na mesma linha do governo central. Os diversos grupos internos não estavam satisfeitos com a forma como o Partido vinha governando e sentiam-se excluídos pela maioria republicana. Em 1891, com o fechamento do Congresso Nacional, pelo então presidente Marechal Deodoro, os grupos internos descontentes formaram uma oposição ao PRC, denominada Partido União Federativa (constituído principalmente pelas elites vindas dos tradicionais partidos do período imperial). Devido às fortes pressões Lauro Müller renunciou e com isso uma Junta governativa formada pelos dissidentes assumiu o governo, sustentando-se no poder durante três anos. Em 1893, eclodiu no Rio Grande do Sul um movimento rebelde ao sistema, que logo ganhou apoio dos *federalistas* de Santa Catarina. Tal movimento entrou em embate direto com as tropas nacionais, ficando o processo conhecido como “Revolução Federalista”. Como representação da vitória das forças republicanas frente às federalistas, em 1894, três dias após a posse de Hercílio Luz (do PRC) como governador de Santa Catarina, o nome da capital catarinense – último reduto de resistência – passou de Nossa Senhora do Desterro a denominar-se Florianópolis, numa homenagem a Floriano Peixoto. Subia então o PRC ao poder, sem forte oposição, mas sofrendo conflitos internos e grande dificuldade de acomodar, em seu seio, correntes divergentes. As elites locais haviam ficado bem divididas pela revolta federalista - o que acabou se refletindo na divisão interna do partido em duas correntes formadas ao redor das principais figuras políticas na época, Hercílio Luz e Lauro Müller, que atuaram compondo ou se opondo de acordo com os interesses de suas respectivas facções durante toda a Primeira República. A falta de uma oposição forte e de mecanismos que possibilitassem sua constituição é explicitada no fato de que durante todo esse período entre 1889 e 1930, apenas seis governadores titulares estiveram em exercício no Estado¹⁷. Em 1910, novamente o Partido Republicano passou por uma forte ruptura interna, quando Hercílio Luz, manifestou seu apoio a candidatura de Rui Barbosa, constituindo com diversos correligionários um grupo denominado “Junta Civilista”, ficando na oposição, a favor de Deodoro, figuras como Felipe Schmidt e Lauro Muller. Lauro Muller e Hercílio Luz se lançaram em 1918 numa dobradinha para a eleição ao governo do Estado, ganharam e quem assumiu foi o vice Hercílio Luz, ganhando como oposição os membros da Família Ramos, oligarcas ligados ao latifúndio, vindos da região serrana do Estado. In: VIEIRA, Jaci Guilherme. *História do PCB em Santa Catarina: Da sua gênese até a Operação Barriga Verde – 1922 a 1975*. Florianópolis, 1994. 104f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. passim.

manutenção ou alternância dos cargos. Em todas as associações – tanto nas pluriprofissionais, quanto nas de ofício, do setor privado e do público –, ao se realizar um cruzamento dos nomes presentes em diferentes diretorias de diversos anos sociais, pode-se perceber esse tipo de fenômeno – até mesmo nas associações das quais se encontrou apenas duas composições diretivas, como pode ser percebido no anexo de n. 8. Esse continuísmo se dava de diferentes formas, fosse com indivíduos ocupando sempre as mesmas funções, ou mudando de cargo de gestão para gestão. As duas situações são bastante visíveis na composição das diretorias das entidades aqui analisadas.

É o caso de João Bernardo Soares que foi presidente da União dos Trabalhadores de Florianópolis por sete vezes, entre os anos de 1922 e 1929. Muito provavelmente tenha exercido essa mesma função também no ano de 1925, o que não se pode afirmar, uma vez que não se conseguiu localizar os nomes que compunham a diretoria desse ano social – somaria, nesse caso, oito anos consecutivos de presidência da instituição. Da mesma forma, João Benjamim Wendhausen foi presidente da Liga Operária por nove vezes (sem considerar que de três anos dentre os quais exerceu tal função, não foi possível localizar a composição das diretorias). Este, além da referida função ocupou ainda os cargos de tesoureiro e vice-presidente repetidamente, pois não era apenas a função de presidente que era ocupada de forma contínua e seqüenciada, como demonstra o caso de João Cláudio Penedo, procurador da Liga durante oito anos (dois anos dentre esse período também não foi possível encontrar composição de diretoria), e Fernando Moreira, que na União dos Trabalhadores foi cobrador por seis vezes, sendo cinco delas seguidas.

Circular na ocupação de diferentes cargos era ainda mais comum, como demonstra o caso de José Maria Taboas, que na Liga Operária ocupou as funções de 1º secretário (1920), 2º secretário (1913 e 1919), vice-presidente (1924, 1925, 1926, 1928), tesoureiro (1929) e membro da Comissão de Sindicância (1910, 1911, 1917, 1921); ou de Antonio Vieira Machado, que na União dos *Chauffeurs* foi 1º secretário (1925, 1926, 1930), presidente (1925), vice-presidente (1932), e membro da Comissão de Sindicância (1927, 1928) – todas essas situações, além de outras, podem ser melhor visualizadas no quadro exposto no anexo 8.

Porém, mais importante para a análise a respeito da existência de um grupo de sujeitos que se mantinham como referência política de suas associações, é a verificação de que além de comporem cargos seqüenciados numa mesma associação, esses sujeitos faziam-se presentes também no corpo associativo de outras entidades contemporâneas, em muitos casos atuando

ainda em diferentes diretorias. Dentre os nomes citados acima, João Cláudio Penedo, por exemplo, exerceu na União Operária a mesma função de procurador que tinha na Liga, em 1927. Da mesma forma, Antonio Vieira Machado, além de ter tido uma atuação marcante na União dos *Chauffeurs*, também fez parte da União dos Trabalhadores em 1928, enquanto diretor da parte recreativa. O caso de José Maria Taboas é igualmente elucidativo, pois além de atuar em diferentes funções dentro da Liga Operária, foi tesoureiro da União dos Trabalhadores de Florianópolis em 1910 e presidente da Associação Beneficente de Guardamoria da Alfândega em 1914.

Alguns desses atores, além de atuarem em diretorias de associações diferentes, em alguns casos, fizeram-no também concomitantemente, como foi o caso novamente de Antonio Vieira Machado, que aceitou participar da Comissão de Sindicância da União dos Trabalhadores em 1928, quando já era diretor da parte recreativa da União Operária. E de Egydio Nocetty, que exerceu o cargo de presidente da Liga Operária em 1902, sendo ao mesmo tempo membro da Comissão de Exames de Contas da Associação dos Empregados no Comércio. Igualmente, José Maria Taboas, foi tesoureiro da União dos Trabalhadores e membro da Comissão de Sindicância na Liga Operária no ano de 1910. Esses são alguns exemplos que podem ser observados também na tabela do anexo 8, elaborada a partir de um cruzamento nominativo realizado com os dados retirados de todo o conjunto de entidades analisadas, no qual se percebeu que dos 772 nomes de participantes de alguma das diretorias do conjunto de associações localizadas, 71 se repetiam na direção de mais de uma entidade, envolvendo um total de 23 associações com atuação de diretores em comum. Percebe-se, portanto, que a repetição de nomes nas diretorias dessas associações não se configurava como um problema interno de algumas entidades, mas existia enquanto um fenômeno do mundo associativo¹⁸. Apenas a critério de exemplo, Vitor Manoel da Fonseca apresenta em seu estudo a respeito do Rio de Janeiro um cruzamento nominativo

¹⁸ Adhemar Lourenço da Silva trata a respeito desse fator no capítulo 5 de sua tese, denominado *Estilo e Estamento*, desenvolvendo uma tabela onde analisa os índices de renovação nos cargos de diretoria das associações no Rio Grande do Sul. Embora sua técnica seja questionável, consegue demonstrar o quanto os nomes se repetiam na maioria das associações. CEDEÑO também comenta em suas observações o fato dos nomes se repetirem em muito nas associações mexicanas por ele avaliadas e Nomelini, percebe o mesmo caso para Campinas. Cf. SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940. 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. p. 259/260; CEDEÑO, Reynaldo Sordo. *Las Sociedades de Socorros Mútuos 1867-1880*. In *História Mexicana*. Vol. XXXIII, n.01. julho-sept, 1983. p. 84; NOMEINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. 230 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. p. 59.

semelhante ao proposto aqui, no qual identifica agrupando os nomes de fundadores/instituidores e diretores de associações um universo de 14.557 indivíduos, dos quais, 1.796 participavam de mais de uma associação, o que equivale a 12,33% do universo total.¹⁹

No caso de Florianópolis, essa situação fica ainda mais evidente, uma vez que se tratava de uma cidade pequena, possibilitando por isso, que se perceba o quanto essas “personagens” tornavam-se expoentes das relações associativas locais, pois, além de estarem à frente de suas entidades de socorro mútuo, atuavam ainda dirigindo outras organizações, como clubes, sociedades recreativas, musicais e carnavalescas, entre outras. A fim de ilustração, pode-se citar o caso da Sociedade Musical Amor a Arte, que era muito próxima de grande parte das associações de socorros mútuos desenvolvendo atividades conjuntas e participando dos eventos por elas elaborados. Essa associação teve muitos diretores em comum com as entidades de caráter mutual dos trabalhadores, dentre eles o nome de Abel Álvares Cabral, que compôs diretoria da Caixa dos Empregados no Comércio, de Domingos José Garcia, que era membro da Associação dos Empregados no Comércio, de Alcides Alves da Conceição, da União dos Laboradores e de Antonio J. Coelho, do Grêmio Instrutivo B. dos Empregados no Comércio. Da mesma forma, o Centro Cívico José Boiteux tinha muitos nomes em comum, principalmente com a União dos Trabalhadores de Florianópolis, entre eles o caso de Agostinho José Germano, de Arthur Jacinto da Rosa, Fredelino Vieira da Roza, Leonel Martins dos Santos, Thimoteo José Alves e Jeronymmo Emiliano de Lima – esse último sendo também sócio da Liga Operária e da União dos Laboradores. Da mesma maneira, a associação A Médica, contou com a participação de André Wendhausen Junior e Luiz Goeldner da Caixa dos Empregados no Comércio, sendo o último membro também da Associação dos Empregados no Comércio, com Henrique Bruggmann, da União Beneficente dos *Chauffeurs* e com José Candido da Silva, da Caixa B. dos Empregados do Distrito Telegráfico.

No mesmo sentido, constatou-se a participação desses atores em associações de caráter extremamente recreativo, como a atuação de Rodolfo Bosco, da União Operária, na diretoria da Trabalhista Futebol Club, ou de Julio Voigt Junior, da Caixa dos Empregados no Comércio, no Clube Veuntöter e, da mesma maneira, os de Joaquim Garcia Neto, da Caixa dos Empregados no Comércio, de João Baptista Fernandes, da Laboradores e de Jovita de Castro Gandra, da

¹⁹ FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: Associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008. p. 131.

Associação dos Empregados no Comércio, nas diretorias da Sociedade Carnavalesca Netos do Diabo, sendo o último, membro também da Sociedade Amparo às famílias. Havia igualmente, diretores comuns no Club. Ciclysta Barriga Verde, como João Bruggmann, da União Operária e Francisco Sepetiba, da Liga Operária; e no Tiro Nacional Catarinense, como Gabriel Santos e Paschoal Simone, ambos da Associação dos Empregados no Comércio.

Em relação a esse continuísmo e certo monopólio dos cargos administrativos, podem-se elencar diferentes razões. Começando pelo fato de que a maioria das associações estabelecia um conjunto de exigências básicas para que o associado se tornasse apto à eleição e pudesse exercer qualquer uma das atividades diretivas – como apresentado no início do capítulo. Dessa maneira, o grupo de possíveis candidatos não era composto pela massa total de associados, tornando-se bem mais restrito. Somava-se a isso o fato de que certamente eram mais votados aqueles que, além de possuírem as devidas condições, demonstrassem também interesse em ocupar os cargos e, dessa maneira, assumirem as responsabilidades das quais o grande grupo de sócios provavelmente preferia se alijar. Pois, na prática, assumir um cargo significava responsabilizar-se amplamente pela instituição, como bem representa um artigo dos estatutos da Sociedade Beneficente dos Empregados Postais de Santa Catarina que deliberava que as definições aprovadas e expressas estatutariamente – e que, portanto, serviam de diretrizes à entidade – não eram responsabilidade dos sócios, cabendo a diretoria responder por elas²⁰. Além de responder pelas decisões assumidas pela instituição, havia ainda o compromisso de se fazer presente nas diversas atividades propostas pela entidade, como reuniões e assembléias e os diversos eventos sociais em que a associação se envolvia – como recepções, funerais, quermesses, entre outros. E havia ainda, configurando-se como uma das questões mais dificultosas de se assumir um cargo, a avaliação dos demais associados, o que em geral se confundia com relações pessoais e políticas externas à associação. Embora houvesse vantagens em assumir esse tipo de função, certamente um grande número de pessoas, ao se associar, buscava atender seus interesses em termos de benefícios e de sociabilidade, sem se dispor a se envolver com as amplas responsabilidades que um cargo de direção demandava. Essas questões se explicitam no discurso de posse do presidente da União dos Laboradores, eleito pela quinta vez ao cargo, em novembro de 1911:

²⁰ SOCIEDADE BENEFICENTE DOS EMPREGADOS POSTAIS DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 09 jun. 1926. Livro 03, fl. 61, art. 38. (CFRC).

Logo após, com a palavra o presidente recém empossado, Sr. Tenente Manoel Pedro da Silva Junior discorreu sobre a situação da sociedade e sobre o muito que se pode fazer. S. s, que é timoneiro experimentado, *pois já pela quinta vez foi eleito presidente da associação*, disse, entre muitas outras coisas, que naquele momento seu coração passava por duas alternativas bem opostas. Alegrava-se por ter ocasião de agradecer a confiança dos que haviam posto á testa da diretoria. Mas, ao mesmo tempo, se entristecia, por não lhe ser possível saber se poderia arrancar às ondas agitadíssimas a nau social, conduzindo-a para mares mais bonançosos e prometedores de dias melhores. Estas apreensões eram-lhe trazidas de um lado *pela má vontade de uma parte da tripulação, e de outro lado pelas exigências descabidas de outra parte, que desconhece os estatutos*. Falou em seguida sobre a reforma do regimento social, a qual se vai proceder brevemente, e disse que era necessária *muita união, muita constancia, muita firmeza; e pediu a todos os associados que comparecessem as sessões para, com suas excelentes idéias, sarassem os defeitos que pudessem haver no mesmo regimento. Assim todos cumprirão o seu dever. Se tal não fizerem, mais tarde não lhes assistirá o direito da censura, porquanto todos os males supervenientes serão o resultado do censurável não comparecimento*. O Sr. presidente terminou sua substanciosa alocução com as seguintes palavras: “trabalhai com fé, que a fé dar-vos-á (sic) coragem. A fé é o balsamo que adoça a vida e *tranqüiliza a consciência*” (grifos da autora)²¹

A citação acima demonstra um presidente aparentemente incomodado com as reclamações e cobranças a respeito da execução de seu mandato – o que não impediu que fosse eleito pela quinta vez ao cargo. Em resposta às (possíveis) críticas que vinha recebendo pedia aos sócios que tivessem uma participação mais efetiva na entidade, retirando de si mesmo e devolvendo ao corpo social a responsabilidade de definir os rumos da associação.

O não engajamento e falta de interesse nas questões administrativas e políticas das associações, expressas na citação acima, podem ser facilmente observadas em diversas outras passagens de diferentes associações²². Na Liga Operária, por exemplo, são muitos os momentos em que essa participação eventual se apresenta. Em 1923, em Assembléia de posse de nova diretoria, a ata era iniciada com o cabeçalho de praxe, afirmando que estavam “reunidos (...) na sede social, *grande número* de associados e exmas. famílias”²³ (grifos da autora), porém, percebe-se, pelos discursos proferidos na seqüência, que a realidade não era exatamente essa, pois a fala do orador felicitava “*os que se achavam presentes à sessão por darem assim prova de seu interesse* por esta obra que há 31 anos vai se erguendo, *lutando ainda, infelizmente, com a indiferença de muitos dos que por ela se deveriam interessar*”²⁴ (grifos da autora). Da mesma

²¹ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 23 ago. 1911. n. 4923. (BPESC)

²² Silva Junior verifica a mesma situação nas associações do Rio Grande do Sul. In: SILVA JUNIOR, Adhemar. op. cit. p. 276.

²³ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Ata de reunião do dia 01 fev. 1923. Livro de atas de reuniões de 1923 a 1928, fl.01. (Arquivo da Associação).

²⁴ Idem.

maneira, o discurso de encerramento proferido pelo presidente da associação agradecia os presentes e afirmava que sentia pelo “*reduzido número de sócios*”²⁵ (grifo da autora).

Esta pequena participação dos filiados nos fóruns da Liga também é perceptível nas eleições de diretoria. Nessas votavam aproximadamente 150 sócios²⁶, porém, esse número era alcançado somente a partir de uma medida tomada pela entidade que burlava seus próprios regulamentos: a permissão de que associados não presentes na hora do pleito enviassem seus votos. Nas atas de 1922, isso fica bastante evidente, primeiro pela declaração de que “foram também depositadas na urna diversas cédulas fechadas e assinadas por sócios que não puderam comparecer a sessão”²⁷, e em segundo porque nessa eleição assinaram o livro de presença vinte e cinco associados, num contraste ao fato de que o candidato mais votado recebeu 165 votos²⁸. Provavelmente essa permissividade passou a se dar pelo inexpressivo acompanhamento das sessões por parte dos associados, instaurando-se como legítima uma medida que claramente abria margem para golpes políticos, buscando implementar estratégias que dessem fluência aos trabalhos sem que fosse necessário modificar os estatutos, que exigiam um número mínimo de votos para a validade da eleição.

Outra cláusula burlada por muitas associações era a que estabelecia um número mínimo de associados presentes para se poder deliberar nas assembleias. Essas quantidades variavam bastante de entidade para entidade, indo de dois terços dos sócios em algumas associações a dez membros em outras, menos otimistas. Os próprios estatutos buscavam contornar a dificuldade de se alcançar o número de presentes necessário, estabelecendo que a segunda chamada pudesse ser realizada com qualquer número de sócios. Mesmo assim, constantemente havia a necessidade de se convocar outras chamadas por considerar que o número de presentes não legitimava as decisões.

Essa situação fica bem exemplificada na eleição ocorrida na União dos Laboradores em 1910, uma vez que sua primeira convocação foi publicada nos jornais locais em 29 de junho:

²⁵ Idem.

²⁶ Em 1919 o associado mais votado recebeu 163 votos; em 1920 foram 117 votos; em 1921, 82 votos, e em 1922 o mais votado recebeu 165 votos. In: LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Livro de atas de reuniões de 1917 a 1919, passim. (Arquivo da Associação); Ibidem, Livro de atas de reuniões de 1920 a 1923, passim.

²⁷ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Ata de reunião do dia 11 jan. 1920. Livro de atas de reuniões de 1919 a 1922, fl. 10/11. (Arquivo da Associação).

²⁸ Idem, f. 64/65

Eleição de nova diretoria:

De ordem do Sr. presidente e de acordo com os estatutos convido a todos os sócios para a sessão de assembléia geral que terá lugar no dia 10 de julho. (...) Pede-se o comparecimento de todos os sócios²⁹.

Um dia após a data em que a assembléia havia sido marcada, iniciou-se a segunda chamada, demonstrando que a primeira não havia ocorrido por falta de quórum.

2ª Convocação:

Sexta feira, 15 do corrente, às 6 horas da tarde, terá lugar a assembléia geral ordinária para eleição da nova diretoria. De acordo com os estatutos funcionará *com qualquer número de associados*³⁰. (grifos da autora)

Decisão que, pelo visto, não pode ser levada a diante, o que leva a crer que o comparecimento na sessão foi realmente mínimo, pois em 17 de julho, dois dias depois da data estipulada para a reunião, uma terceira chamada passou a ser publicada nos jornais locais, dessa vez acompanhada de um apelo do secretário da associação:

Não tendo se reunido no dia 15 do corrente número de sócios para se proceder a eleição do presidente e mais membros dessa associação, a diretoria resolveu designar o dia de hoje às 11 horas da manhã para ter lugar a referida eleição.

Segundo consta, tendo a associação consócios em número superior a 300, o presidente deseja o maior comparecimento de seus associados, porquanto não se explica que achando-se a associação em todas condições e com um capital de vinte contos, não compareçam os srs. sócios para em assembléia geral escolherem dentre o grande número de associados os membros a que julgarem mais aptos e de confiança para a futura diretoria³¹.

Ainda assim, não se alcançou os resultados esperados, pois novamente a sessão foi adiada, e uma quarta chamada passou a circular a partir de 20 de julho, sendo finalmente efetivada a eleição:

Quarta convocação

Sessão de assembléia geral para eleição da nova diretoria, domingo, 24 do corrente, ao meio dia. Pede-se o comparecimento de todos os associados³².

²⁹ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 01 jul. 1910, n.4568. (BPESC)

³⁰ Idem, 14 jul. 1910, n.4580.

³¹ Idem, 17 jul. 1910, n. 4582.

³² Idem, 22 jul. 1910, n.4586.

Em relação a essas notícias é importante frisar que, a partir da segunda chamada a eleição poderia ter sido realizada com qualquer número de membros presentes, mas não o foi, demonstrando que, de alguma maneira, os que ali estavam consideraram que não seria legítimo realizá-la apenas entre si. Infelizmente, não foi possível verificar qual foi o número de presentes da última reunião de assembléia, nem mesmo se os membros da nova gestão, de 1910, se diferenciavam muito dos que presidiram a associação no ano anterior.

Provavelmente pela dificuldade de se alcançar um número volumoso de presentes, muitas associações realizavam suas sessões já na primeira chamada quando conseguiam reunir um número considerável de membros – mesmo se não atingissem as metas estimadas a princípio, contrariando seus estatutos – numa opção por não correr o risco de se realizar uma segunda convocação ainda mais esvaziada. Esse tipo de situação se evidencia em uma assembléia da Liga Operária, ocorrida em 25 de abril de 1923, pois a sessão foi realizada com a presença de 27 associados, número que não correspondia ao 1/3 de presentes que os estatutos exigiam para legitimar a primeira convocação, ou seja, o mínimo de 51 membros dos 153 cadastrados naquele momento no Livro de Matrículas da Liga Operária³³. Mais uma vez ficam as palavras do presidente que propôs “um voto de pesar pela *indiferença de muitos associados (...)* e agradeceu a presença dos que estavam”³⁴ (grifos da autora).

Na União dos *Chauffeurs* a situação era bastante semelhante, uma vez que, em média, alcançava-se a presença de 25 sócios nas sessões de assembléia, ao passo que o mínimo exigido de presentes pelos estatutos para a legitimação das deliberações era um terço dos sócios quites. Considerando-se somente os 74 fundadores e outras 66 pessoas filiadas por ocasião da terceira sessão de assembléia, a associação necessitaria de 46 membros para a realização de uma sessão legitimada pelos estatutos, número raramente alcançado nas sessões, que indiferentemente a isso ocorriam. Em outubro de 1926, procurando resolver esse tipo de situação, votou-se nessa entidade uma determinação definindo que os associados convocados os quais faltassem às

³³ Muito provavelmente o número de sócios da Liga Operária para o período era muito maior, pois como apresentado anteriormente, a fonte utiliza para se alcançar esses números não possuía todos os registros de entrada na associação. In: LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Livro de Matrículas dos sócios de 1891-1960. (Acervo da Associação).

³⁴ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Ata de reunião do dia 25 abr. 1928. Livro de atas de reuniões de 1923 a 1928, fl. 01. (Arquivo da Associação).

sessões receberiam uma multa caso não justificassem sua ausência³⁵. A determinação foi aprovada, mas muito provavelmente não se conseguiu colocá-la em prática, diante de sua aparente inviabilidade.

A pequena participação política e o pouco interesse constatado no grande grupo de associados em relação aos fóruns internos de suas entidades são questões que tanto podem explicar quanto ser explicadas pelo continuísmo existente na ocupação dos cargos administrativos das associações. Pois a repetição de nomes possivelmente acontecia como uma conseqüência do pequeno interesse existente na massa de associados em envolver-se, de forma que a administração das associações ficava, em geral, na mão daqueles que já estavam engajados de alguma maneira e que se sentiam responsáveis pelo andamento dos trabalhos. Da mesma forma, esse continuísmo também poderia ser o motivador de tal fenômeno, ocasionando um afastamento daqueles que não viam possibilidade de alcançar cargos de diretoria e que aos poucos iam se sentindo distantes e desinteressados pelas atividades de direção e de seus dirigentes.

Formava-se, assim, um grupo de pessoas que se diferenciava da grande massa de trabalhadores associados – sendo alfabetizada e possuindo algum tempo livre disponível para utilizar em prol de sua organização, além é claro, de possuírem interesse em assumir um envolvimento político. Essa *militância* era composta pelas mais variadas correntes de pensamento político, coexistindo no seio dessas entidades verdadeiras “saladas” ideológicas, formadas por seguidores da maçonaria, partidários dos preceitos católicos, republicanos de diferentes correntes internas do PRC, anarquistas e comunistas.

Com o intuito de demonstrar tal situação, vale a pena citar alguns perfis de indivíduos que compunham cargos diretivos nas mesmas entidades, possuindo, porém, concepções políticas bastante diversas. Como é o caso do marceneiro³⁶ Rodolfo Paulo da Silva, um dos fundadores da União Operária, que assumiu o cargo de vice-presidente em sua primeira gestão, em 1922 e, o de presidente, em 1923. Tornou-se, em 1928, membro da Comissão Fiscal da mesma associação, em 1929 foi seu 1º tesoureiro e em 1930 assumiu como 1º secretário. Entre o desempenho de uma função e outra, filiou-se também à Liga Operária, em 1924, assumindo a presidência dessa

³⁵ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n.20, assembléia geral de 29 out. 1926. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 17v. (Arquivo da Associação);

³⁶ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Livro de Matrículas dos sócios de 1891-1960. (Acervo da Associação).

instituição em 1926. Segundo Vera Collaço, era “essencialmente católico”³⁷ e mesmo anticomunista, o que se confirma em sua atuação posterior, de 1937, quando participou da fundação do Circulo Operário de Florianópolis, organizado pela Igreja católica com o objetivo de congregar os operários numa lógica conciliatória em relação ao patronato e à ordem estabelecida. Rodolfo Paulo da Silva foi o primeiro presidente dessa organização – frisando-se que nesse mesmo período (1937) ele atuava ainda como presidente da União Operária³⁸.

Foi também na Liga e na União Operária que se associou Rodolfo Bosco, na primeira, a qual se filiou em 1912³⁹, não assumiu nenhum cargo de direção, mas na segunda, foi orador em 1923 e 1930, além de presidente nos anos de 1928 e 1929. Bosco era republicano filiado à “Reação Republicana”, organizada em 1912 por Vidal e Nereu Ramos e que se contrapunha à corrente de Hercílio Luz⁴⁰. Era maçom, iniciado em 1918, com uma atuação bastante ativa dentro da Loja Regeneração Catarinense, na qual chegou a ser grão-mestre na década de 1950. Filho de Pedro Bosco, “um dos mais ilustres educadores de SC”⁴¹, assumiu como vice-diretor um curso com o nome de seu pai em 1922, organizado pela maçonaria nas dependências da Liga Operária. Cadastrou-se na Liga sob a profissão de alfaiate em 1912, com 19 anos⁴², mas tornou-se posteriormente professor “da Antiga Escola Industrial, hoje Escola Técnica, por 35 anos de bons serviços prestados ao ensino industrial e técnico”⁴³.

Na mesma época, atuava na União Operária o então alfaiate⁴⁴ (que se tornaria posteriormente escrivão⁴⁵) Artur Galetti, sendo seu orador oficial nos anos de 1924 e 1927, 2º secretário em 1925 e diretor de sua escola, em 1928. Filiou-se à Liga Operária, em 1927, sem

³⁷ COLLAÇO, Vera. *O Teatro da União Operaria: Um Palco em Sintonia com a Modernização*. 2003, 335 fl. Tese (Doutorado em História Cultural) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. p.36.

³⁸ Havia sido seu 1º secretário em 1930, 1º tesoureiro em 1931, e presidente em 1933, 1934, 1937. In: *Ibidem*. p. 298/299.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1993. p. 90/91.

⁴¹ GOMES, Manoel. *Memória Barriga-verde*. Florianópolis: LUNARDELLI, 1990. p. 160.

⁴² LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Livro de Matrículas dos sócios de 1891-1960. (Acervo da Associação).

⁴³ Na década de 1930 “organizou em Santa Catarina a Federação Catarinense de Escoteiros, e foi chefe de escoteiros da Tropa Guarani da Capital”. FLORIANÓPOLIS. Lei n. 1943, de 27 de outubro de 1983. Denomina Rodolfo Bosco via pública na capital de Santa Catarina. (CMF).

⁴⁴ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Livro de Matrículas dos sócios de 1891-1960. (Acervo da Associação).

⁴⁵ Em documento escrito a mão da *Liga Operária* de, aproximadamente 1930, consta no cabeçalho: “Arthur Galetti, escrivão de Órfãos e mais anexos da comarca de Florianópolis” e no carimbo lê-se: “Cartório de órfãos, ausentes, provedoria e Resíduos – Florianópolis. Escrivão Arthur Galetti. Escrevente Regina G. Galetti”. (Arquivo da Associação).

nunca ter ocupado nenhum cargo de direção nessa entidade. Galetti era militante de esquerda, sendo, segundo Álvaro Ventura, um expoente do Partido Comunista Catarinense da época e um anarquista bastante radical: “o anarquismo queria exterminar com os governos, com os exércitos, o povo é que mandasse, cada um por si. Essa era uma tendência estúpida, mas tinha muitos seguidores aqui, como Galletti e Ungaretti”⁴⁶. Segundo Ventura, Galetti participou também das reuniões do “Socorro Vermelho” de 1922 a 1927.⁴⁷

Os exemplos acima tratam de trabalhadores que estavam engajados em alguma corrente política ideológica, as quais, em alguns momentos eram bastante antagônicas, apesar de que facilmente poderiam se misturar. O envolvimento dos militantes comunistas brasileiros com a maçonaria, por exemplo, chegou a ser motivo de discussão na Internacional Comunista, quando a partir de discussões acerca do relatório apresentado pelo representante do Brasil, chegou-se a uma resolução que definia que o PCB não era ainda um verdadeiro Partido Comunista, pois:

(...) conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura descentralizada do Partido e a confusão reinante sobre a teoria e a tática comunista⁴⁸

Da mesma forma, havia muitíssimos militantes comunistas católicos, como, mais uma vez apresenta Álvaro Ventura:

Eu era católico e professava o catolicismo. Fui irmão da Irmandade do Senhor dos Passos, no Hospital de Caridade (...), um dia ofereceram dois operários em troca do meu afastamento, porque era comunista. Mas as irmãs disseram que não sabiam que eu era comunista, mas sabiam que o senhor Ventura servia bem⁴⁹.

Mas o conhecimento de que esses sujeitos atuaram de diferentes maneiras em organizações políticas externas às entidades mútuas só interessa aqui, no entanto, por tornar perceptível o fato de que eles estavam inseridos em ambientes onde se discutiam concepções de mundo e de sociedade e se encontravam, portanto, envolvidos – e em alguns casos, engajados – em espaços de debate e construção de uma consciência política. Essas relações certamente refletiam na participação que desenvolviam dentro de suas entidades mútuas beneficentes e, um

⁴⁶ MARTINS, Celso. op. cit. p. 19.

⁴⁷ Ibidem. p. 20.

⁴⁸ CARONE, Edgard. Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas e Astrojildo. In: *Da Esquerda à Direita*. São Paulo: Oficina do Livro, 1991. p. 31.

⁴⁹ MARTINS, Celso. op. cit. p. 21.

exemplo disso é o emblema estampado no pano de boca do teatro da União Operária, o qual era acompanhado da frase “Proletários de todo o mundo uni-vos pela grandeza do Brasil”⁵⁰, frase essa que nas lembranças de Manuel Alves Ribeiro (o Mimo), eram menos nacionalistas e mais revolucionárias: “proletários de todo o mundo uni-vos”⁵¹. Essa sutil diferença pode significar tanto que a frase foi alterada com o passar dos anos e a mudança de diretores – e, portanto, de concepções políticas –, quanto que o militante comunista e internacionalista, Mimo, preferiu omitir a parte que não condizia com sua ideologia.

A alegoria que seguia abaixo da citada frase no pano de boca do teatro, ilustra mais uma vez a dimensão que ganhava as concepções políticas adotadas pelos associados: um menino vestido de calção, sandália de cadarço, com um gorro de abas sobre as orelhas segurando em uma das mãos um esquadro e na outra um martelo, o qual pode ser entendido através da simbologia maçônica: o peito nu remete a vestimenta do “aprendiz” – o recém iniciado na maçonaria, que usa um avental erguido exibindo a barriga, visando demonstrar sua fragilidade perante a natureza. Em várias ilustrações o “aprendiz” é representado pela imagem de um menino de aproximadamente três anos, demonstrando o homem em sua primeira infância espiritual. O esquadro segurado em uma das mãos do menino é um dos principais símbolos da maçonaria, que representa a ação do homem sobre a matéria e sobre si mesmo, é o resultado da união vertical com a horizontal, sendo um símbolo de retidão, assim como o discernimento e a lógica. Na outra mão a personagem segura um martelo que pode ser identificado de duas formas, como o símbolo do trabalho operário no comunismo, na insígnia da foice e o martelo; ou como um malhete, que também é um símbolo maçônico, um pequeno martelo que representa a vontade ativa do trabalho e da força material sendo um instrumento de direção, poder e autoridade⁵².

O símbolo utilizado como representação da entidade, e que ficava exposto na fachada de seu prédio, aponta também para a influência exercida pela maçonaria dentro da União Operária: um compasso e um esquadro intercalados com a letra G no centro. Os primeiros demonstrando serenidade, bom senso e espírito de justiça no encontro da matéria com o espírito, e a letra “G” representando Deus. Este é o mais popular dos símbolos maçônicos e remete ao “arquiteto do mundo” e suas ferramentas⁵³.

⁵⁰ SCHMEIL, Lílian. *Memórias da UBRO*. Florianópolis: Franklin Cascaes, 1995. p 30.

⁵¹ RIBEIRO, Manuel Alves. *Caminho*. Florianópolis: s/e. s/d. p. 61.

⁵² LAVAGNINI, Aldo. *Manual do Aprendiz Maçon*. Buenos Aires: Editora Kier, 1950. passim.

⁵³ Ibidem. p. 05.

Apesar de ser possível identificar essas influências no meio associativo, pouco se conseguiu concluir a respeito de disputas políticas no seio das entidades, embora em várias situações elas fiquem bem latentes, como nas tantas idas e vindas na formação das primeiras gestões da União Beneficente dos *Chauffeurs*, anteriormente citadas, ou no processo de ruptura e fundação de novas entidades – ocorrida, por exemplo, com os empregados do comércio.

A Sociedade Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio (SBCEC), foi fundada em 1886, não sendo apenas a primeira das associações de comerciantes, mas também, a primeira associação de organização beneficente de trabalhadores instituída na cidade da qual se encontrou registros. Fundada por vinte comerciantes, atuou congregando a categoria de forma unificada até 1898, quando um grupo de associados se retirou da entidade para fundar uma nova associação sob o argumento de que a Caixa dos Empregados do Comércio havia estancado suas atividades e sofria um grande abandono⁵⁴. Instalou-se, assim, em 1889, a Associação Beneficente e Recreativa dos Empregados no Comércio, que, em 1902, numa reforma estatutária, passou a se chamar apenas Associação dos Empregados no Comércio – ASSEC⁵⁵. Esta se organizou rapidamente e, com um ano de existência, contava com 180 sócios contribuintes, uma biblioteca com mais de 300 volumes⁵⁶ e um fundo social orçado em 8:075\$290⁵⁷ – valor que se aproximava aos 10:762\$244⁵⁸ acumulados em cinco anos pela Caixa dos Empregados do Comércio, o que de alguma maneira confirma a baixa atividade dessa associação nesse período.

A Associação dos Empregados no Comércio posicionou-se, então, como a principal representante da categoria, assumindo como bandeira – e, posteriormente, como mérito seu – a luta pelo fechamento das portas aos domingos, reivindicação aprovada pela Câmara municipal em 14 de maio do mesmo ano de 1889⁵⁹, quatro meses depois de sua instalação. Porém, essa instituição também passou por uma crise interna que levou ao seu rompimento. Com apenas um ano de existência, um grupo de 43 membros descontentes retirou-se da entidade para fundar uma nova associação – o Grêmio Instrutivo Beneficente dos Empregados no Comércio –, alegando

⁵⁴ Jornal *O Mercantil*. Florianópolis, 24 mar. 1901, n.13, ano II. (BPESC)

⁵⁵ *Ibidem*, 21 mai. 1902. n. 13.

⁵⁶ COSTA, Firmino (org.). *Anuário de Santa Catarina para 1900*. Florianópolis: Gabinete Sul-Americano. . p. 84. (BPESC).

⁵⁷ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 15 jan. 1901, n. 75 (BPESC)

⁵⁸ *Ibidem*, 04 abr. 1902, n.375.

⁵⁹ NOSSA SENHORA DO DESTERRO. Código de Posturas, 1889. Art. 102, cap. VI: Sobre Armazéns, Tabernas, Confeitarias e Quitandas. Lex: *Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Desterro*: Tipografia da Regeneração. 1889. p. 21. (BPESC).

que alguns diretores fundadores da Associação dos Empregados no Comércio haviam realizado uma tentativa de golpe e manobras políticas para se manterem no poder. Argumentavam, ainda, que havia se formado um grupo que dominava os cargos na diretoria. A figura chave do processo de ruptura foi Leonidas Branco, um dos fundadores da Associação dos Empregados no Comércio e membro constante de suas diretorias, ocupante, principalmente, da função de 1º secretário até 1904.

Em fins de novembro de 1890, tendo sido convocados os sócios da Associação Beneficente dos Empregados no Comércio, à sessão de assembléia geral para eleição da diretoria a realizar-se em 3 de dezembro (...) destacou-se um grupo para pleitear uma chapa em que não estava o nome do Sr. Leonidas Branco. Ferido com isso, no seu (il.) egoísmo, pedantismo e *prestigio* esse moço, cheio de despeito, lançou mão de todos os meios para ver sufragado o seu nome no cargo de 1º secretário; chegando até a fazer constar em ata uma deliberação da diretoria declarando não aceitar chapas assinadas, sem prévia procuração do sócio ausente da sessão.

Mesmo assim, tendo concorrido grande número de associados para a eleição, e vendo o pequeno déspota a maioria esmagadora que ali se achava a fim de fazê-lo recolher-se a sua insignificância, pode levar o então vice- presidente em exercício (...) a adiar a sessão, alegando não haver número, sendo certo acharem-se, na hora marcada, no recinto social, 85 sócios, quando compunham a assembléia apenas 6, e então, só quando muitos saíram foi aberta a sessão e declarado não haver número.

(...) a segunda sessão foi anunciada para 10 (de dezembro)

Com este pretexto triunfo, o nosso *herói* meteu-se de novo em campo, para derrotar seus desafetos. (...) Lançou mão do expediente mais vil e desprezível (...) o da eliminação de sócios⁶⁰.

Essa eliminação de sócios, os quais possuíam grandes chances de se eleger, foi o estopim para que os descontentes se organizassem e se retirassem do quadro associativo, publicando na imprensa local uma carta aberta explicativa, para na seqüência fundar o Grêmio. As duas entidades tornaram-se, então, associações *rivais*, o que se torna perceptível nos jornais de ambas⁶¹, onde é possível verificar diversas provocações e disputas. O sucesso da campanha de 1889 pelo fechamento das portas, por exemplo, era utilizado pela Associação sempre que possível no intuito de se apresentar como a maior representante da classe, destacando sua responsabilidade sobre a ação, num tom provocativo.

*A Associação, da qual somos os únicos e legítimos representantes, tem sem dúvida nesta decisão do Conselho a sua vitória, porque sem pretensão, digamos, se não fosse ela nada teria sido feito*⁶². (grifos da autora)

⁶⁰ Jornal *O Mercantil*. Florianópolis, 24 de março de 1901. n.13, ano II (BPESC).

⁶¹ Jornal *O Comércio*. Florianópolis, 1900. (BPESC); Jornal *O Mercantil*. Florianópolis, 1900. (BPESC).

⁶² Jornal *O Mercantil*. Florianópolis, 20 maio 1901, n. 08, ano I, p. 01.

As provocações eram realizadas à base de indiretas, as quais eram respondidas na mesma moeda:

A guerra apaixonada e vil, que sempre movem contra as boas causas, os despeitados e invejosos, - mormente no nosso meio, que é pequeno, onde o comércio é fraco, sem animação, não sabendo impor-se – aparecem logo, procurando entorpecer os seus membros, para fazê-los inativos. E foi o que procuraram fazer ao Grêmio. Debalde, porém, surgiu essa campanha de ódio e extermínio que lhe moveram, porque aí está, forte e prestigiado pelo comércio, admirado por todos que apreciam seus fins, visto que ele soube grangear simpatias, soube procurar adeptos para suas fileiras, *tudo isso devido à energia, força de vontade e inteligência dos seus administradores*⁶³. (grifos da autora).

Essa crise entre as duas associações se originou por questões políticas entre seus diretores, o que poderia lhe dar um caráter bastante pontual ou mesmo pessoal, mas acabou ganhando uma dimensão mais ampla, a ponto de ser utilizada por ambos os lados enquanto elemento diferenciador e até aglutinador, pois com isso construía-se inimigos comuns e exaltava-se conquistas e feitos.

Discursos de enaltecimento aos diretores das associações eram produzidos, em grande parte das vezes, pelos próprios – o que foi percebido também para outras realidades empíricas⁶⁴.

Ainda moço, morigerado, lutador, artista, a sua égide de sempre, a do trabalho; e por índole e convicção, a sua vontade fremente, indomável, tenaz, invencível, é a progressão da Liga Operária, de que é digno *chefe* – dessa protetora dos desgraçados e desfavorecidos da fortuna. Só por isso, ele bem merece a apoteose que *os seus sinceros* hoje lhe dedicam⁶⁵. (grifos da autora)

As nobres ações por ele praticadas em prol da classe operária são admiradas além do seio social, sendo, pois, justa a nossa admiração e a simpatia que todos os associados têm pelo seu ilustre *chefe*⁶⁶ (grifo da autora)

Esse tipo de situação acabava firmando um teor positivo para o distanciamento e as diferenças existentes entre as figuras de direção e a massa dos associados, pois dessa maneira a diferença se explicitava enquanto necessária. Pois, como bem notou Paula Nomellini, nos

⁶³ Ibidem, 17 jun. 1901, n.19, ano II, p.02.

⁶⁴ NOMELINI, Paula Cristina Bin. op. cit. p. 94.

⁶⁵ Jornal *O Operário*. Florianópolis, 01 set. 1900, p.02. Encarte especial de aniversário de Egydio Nocetti. Texto escrito por Araújo Coutinho. (BPESC).

⁶⁶ Ibidem, Texto escrito por A. Azevedo, p.03.

registros das diferentes associações por ela analisadas, as funções de diretoria eram demonstradas como uma “missão espinhosa”, de maneira que os diretores eram apresentados como dotados das “qualidades necessárias para a correta administração da sociedade”⁶⁷. Assim, criava-se em torno do corpo diretivo uma imagem de *líderes* e, até certo ponto, de “heróis”.

Muitos desses “chefes” iniciaram suas atividades políticas nessas associações, que se configuravam como um espaço propício para o desenvolvimento de uma consciência política e de classe, tornando-se, em muitos casos, *escola* onde muitos sujeitos aprenderam a militar. Em alguns casos, esses deram continuidade posterior aos ensinamentos retirados dessas entidades, através de uma atuação engajada na política local. Álvaro Ventura e Manoel Alves Ribeiro, por exemplo, iniciaram sua militância assim: “em 1922, quando vim trabalhar na construção da ponte Hercílio Luz, conheci o Ventura [...]no Sindicato da Estiva, lá no fim da Rua Francisco Tolentino, durante uma reunião”⁶⁸. Embora Mimo fale do sindicato da estiva, procurava certamente se referir a União dos Trabalhadores de Florianópolis, pois esse endereço lhe pertencia e o sindicato só seria fundado nove anos depois⁶⁹, em 1930 (quando a ponte Hercílio Luz já estava funcionando há 4 anos). Sua confusão facilmente se explica pelo fato de que a União dos Trabalhadores tornou-se, na década de 1930, o Sindicato dos Estivadores.

Álvaro Ventura participou da direção da União dos Trabalhadores por várias vezes, exercendo diferentes cargos. Em 1920, foi seu vice-presidente, em 1922 e 1927, assumiu o cargo de 1º secretário e, em 1929, exerceu a função de 3º secretário. Manteve uma militância expressiva na esquerda catarinense, iniciada nas campanhas pelas 8 horas de trabalho – movimento ao qual deveu sua primeira prisão em 1910. Envolveu-se com o anarquismo em São Paulo em 1914 e, nesse ambiente, participou do movimento anti-guerra dos anos de 1917-1918, quando estabeleceu contatos com Edgard Leuenroth e Astrojildo Pereira. Em 1922, já de volta à Florianópolis, filiou-se ao PRC por considerar que era necessário atuar pelas vias legalistas para se alcançar grandes objetivos. No PRC, participou das campanhas eleitorais de Lauro Müller, em

⁶⁷ NOMEINI, Paula. op. cit. p.93.

⁶⁸ MARTINS, Celso. op. cit. p.19.

⁶⁹ DUMMEL, Fabio Luiz. União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis (União dos Trabalhadores): Atuação Política e Origem do Sindicato dos Estivadores de Florianópolis (1910-1935). 2005. 73f. Monografia (Bacharelado em História) Curso de Bacharelado e Licenciatura em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 13.

1918, tendo como vice Hercílio Luz⁷⁰. Nos anos 1930, foi eleito suplente como deputado classista⁷¹ de A. Pennaforte, assumindo o cargo com a morte do mesmo em 1933, quando manteve uma atuação bastante contundente, nos discursos e campanhas que levantou no plenário. Dizia-se marxista-leninista e, na época do exercício do mandato de deputado, tornou mais sólida sua aproximação com o PCB, onde acabou desenvolvendo uma ampla militância. Seus salários de deputado foram utilizados, em boa parte, na construção da sede do sindicato dos estivadores de Florianópolis – a antiga União dos trabalhadores, onde começou a militar⁷².

Por outro lado, havia pessoas que se filiavam a essas instituições trazendo consigo uma militância anterior bastante desenvolvida e, em alguns casos, até mesmo com uma carreira política engatilhada, utilizando, em muitas situações, as estruturas das entidades como *instrumento* ou *palanque* para suas atividades. Esse parece ser o caso de João Cância de Souza Siqueira, Tenente-Capitão, vinculado à Força Pública Municipal, que foi uma figura chave na formação e nos primeiros anos de atuação da União dos Trabalhadores.

Os estivadores encarregaram o negociante Sr. João Cância de S. Siqueira para organizar a sociedade, que aceitando esse encargo já está providenciando para que essa sociedade seja fundada em agosto próximo⁷³.

João Cância era bastante engajado na política local através de sua participação no Partido Republicano Catarinense. Justamente em 1910, ano de fundação da União dos Trabalhadores, o PRC enfrentava um momento de crise interna, pois se dividia, com o surgimento de uma corrente, denominada “Junta Civilista”, encabeçada por Hercílio Luz e formada no intuito de apoiar a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. A “Junta” foi formada por pessoas bem próximas a Hercílio Luz, como seu filho e genro, e teve João Cância de Souza como seu 2º secretário. No outro lado, apoiando o Marechal Deodoro, estavam Lauro Müller, Felipe Schmidt e os membros da família Ramos. A oposição a Hercílio Luz manteve-se no governo do Estado de 1910 até 1918, primeiro com Vidal Ramos (1910 – 1914) e depois com Felipe Schmidt (1914 – 1918). No ano de 1918, numa tentativa de unificar as duas correntes, constituiu-se no

⁷⁰ Ibidem. p. 15/26.

⁷¹ No governo Vargas, quarenta deputados foram escolhidos por grupos profissionais independentemente dos distritos eleitorais – 18 representavam os empregadores e 17 os empregados, 3 as profissões liberais, 2 o funcionalismo público. In: LEVINE, Robert A. *O Regime de Vargas*. Os anos críticos (1934-1938) Citado nos comunas, p. 55.

⁷² MARTINS, Celso. op. cit. p. 15/28; DUMMEL, Fabio Luiz. op. cit. p. 19/31.

⁷³ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 23 jul. 1910. n. 4587. (BPESC).

PRC uma chapa para disputar o governo do estado, com Lauro Müller encabeçando e Hercílio Luz como seu vice. Foram eleitos e Lauro Müller nem chegou a assumir o cargo, passando-o para Hercílio, que tomou posse e manteve-se no poder, por meio de reeleição, até 1926. Em contraponto a essa situação, formou-se, dentro do PRC em 1918, a chamada “Reação Republicana”, que teve à sua frente a família Ramos.

João Cântio de Souza dirigiu a União dos Trabalhadores até o ano de 1914, durante, portanto, todo o mandato de Vidal Ramos. No decorrer desses anos, teve um papel significativo dentro dessa associação, com sua imagem completamente vinculada à mesma, como demonstra um episódio ocorrido em 1912, no qual, devido ao constante descumprimento dos estatutos, João Cântio chegou a fazer um pedido de renúncia, alegando ter sua autoridade questionada, todavia, os presentes à assembléia não aceitaram sob o argumento de que isso “importaria no aniquilamento da sociedade (...) por não achar quem o substitua.”⁷⁴

A União dos Trabalhadores, desde seu início se propunha uma associação de resistência, o que certamente tinha completa relação com o fato de agregar categorias com forte tradição militante, como portuários e estivadores, todavia, essa atuação também deveria se pautar, ou ao menos se fortalecer, no fato de que seu principal membro e presidente possuía fortes desavenças políticas com o então governador do Estado. Para João Cântio, a União dos Trabalhadores poderia facilmente ser um instrumento de atuação política, já que enquanto cidadão não possuía características que o envolvessem com o meio associativo dos trabalhadores, uma vez que era militar de patente considerável, com ganhos significativos, além de possuir uma colocação social e política relevante. Sua saída da União dos Trabalhadores, em 1914, foi bastante marcante para a entidade, que sofreu até mesmo um baque econômico, chegando a suspender alguns de seus benefícios⁷⁵. Quanto a sua militância política no PRC, deu a ela continuidade, assumindo a função de Ajudante de Ordens do governador⁷⁶, em 1918.

Essa relação de figuras bem assentadas no cenário político e social local, fossem eles grandes empresários, políticos ou membros de famílias tradicionais – quando não reuniam em si

⁷⁴ Jornal *Folha do Comércio*. Florianópolis, 23 jan. 1912, p.02. apud: DUMMEL, Fabio. op. cit., p. 16.

⁷⁵ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 18 ago. 1914. n. 7621. (BPESC).

⁷⁶ O ajudante de ordem tem como função dar assistência direta ao governador, desempenhando um cargo de confiança para o qual são indicados.

as três características – com as associações de trabalhadores era bastante comum e foi percebida por grande parte dos estudos que analisam o fenômeno mutual⁷⁷.

Esses sujeitos certamente possuíam muitos interesses em manter relações positivas com esse tipo de entidades, que eram espaços de reunião de diversos grupos de trabalhadores e que, mesmo – e principalmente – nos momentos de sociabilidade e convivência, possibilitavam a discussão e reflexão sobre as mais variadas situações do dia a dia e tornavam-se, dessa maneira, ambientes extremamente propícios para o surgimento tanto de movimentos reivindicatórios, quanto de reação, o que poderia ser evitado diante da existência de uma intervenção próxima por parte dos interessados. Assim, não são poucos os casos em que se consegue verificar a presença de trabalhadores e patrões nas mesmas entidades.

Exemplos dessas situações podem ser facilmente percebidos entre os sócios da Associação dos Empregados no Comércio, como no caso de Octavio de Oliveira e seu patrão, Paschoal Simoni⁷⁸, dono de uma agência de jornais e revistas e de uma livraria⁷⁹. Ou de Luiz Goeldner e Antonio Rodrigues Pereira, empregado da Casa Goeldner e Cia⁸⁰. Igualmente, percebe-se, na notícia abaixo, que Egydio Nocetti, dono de uma fábrica de chapéus de sol⁸¹, era filiado à mesma associação que um de seus empregados:

Seguiram para o interior do Estado representando as casas comerciais do Sr. André Wendhausen & C. e Egydio Nocetti, das quais são empregados nossos consócios e amigos Alfredo C. de Oliveira e Lídio Pinto de Lima⁸².

Embora a notícia não demonstre com clareza quem era empregado de quem, imagina-se que esteja apresentando na ordem respectiva os nomes, o que significaria que Lídio Pinto da Luz era empregado de Egydio Nocetti. Hipótese que ganha mais sentido quando se sabe que em 1927,

⁷⁷ Ver: RALLE, Michel. *A Festa Militante*. O Espaço festivo dos operários diante da identidade social (Espanha, 1850-1920). In: BATALHA, Cláudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira (org.). *Culturas de Classe*. Culturas de Classe. Campinas: Unicamp, 2004. p. 82; MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República velha. São Paulo. Hucitec/Prefeitura da São Caetano do Sul, 1992. p.198/199; SILVA JUNIOR, Adhemar L. Op. cit. p. 117; NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2007. p.39; POPNIGIS, Fabiane. As sociedades caixeiras e o “fechamento das portas” no Rio de Janeiro(1850-1912). *Cadernos AEL. Sociedades Operárias e Mutualismo*. n. 10/11, v. 06, Campinas: UNICAMP/IFCH, 1999. p. 118.

⁷⁸ Jornal *O Comércio*. Florianópolis, 20 maio 1901, n.08, ano I. (BPESC).

⁷⁹ Indicador Comercial, industrial e profissional do Município de Florianópolis, 1928. p. 19. (BPESC).

⁸⁰ Jornal *O Comércio*. Florianópolis, 14 mar. 1901, n. 03, ano I. (BPESC).

⁸¹ Anuário Catarinense, 1904. p 179. (BPESC).

⁸² Jornal *O Comércio*. Florianópolis, 06 maio 1901, n.07, ano 1. (BPESC).

26 anos depois dessa notícia, Lídio tornou-se, ele próprio, dono também de uma fábrica de chapéus de sol⁸³, tendo sido, muito provavelmente, um aprendiz no estabelecimento de Nocetti, no início do século.

Em outras associações, esse tipo de situação também se fazia presente, como demonstra a citação constante no Livro de atas de reuniões da Liga Operária

O Sr. Presidente nomeou o 1º secretário para servir na comissão de sindicância, nas propostas de Dona Rosalina de Souza Dias e João Corrêa de Mello por ser a primeira e o segundo, respectivamente irmã e *empregado* do consócio da comissão de sindicância, Sr Pedro Evaristo Dias.⁸⁴

Pensando-se nessa perspectiva, a presença de Eduardo Horn – político catarinense do Partido Republicano, que assumiu o cargo de deputado estadual – enquanto sócio da União dos *Chauffeurs*, ganha muito mais sentido quando se sabe que ele era dono de uma agência de automóveis (1927) e que já fora presidente da Companhia de Carris Urbanos e Suburbanos – CCUS (1908)⁸⁵; assim como sua filiação à Associação dos Empregados no Comércio passa a ganhar mais lógica quando se verifica que o mesmo foi presidente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e que era também responsável por comissões e consignações, era agente de companhias de navegação, vendia cereais por atacado e era ainda exportador de couro⁸⁶. Da mesma forma, a presença de Carl Hoepcke Junior na mesma Associação e na Congregação de Marítimos e pescadores de Santa Catarina, faz-se mais compreensível quando se pensa nos interesses que poderiam decorrer de seus negócios, uma vez que era importador, agente de Companhias de navegação e herdeiro de fábricas de pregos e pontas, de gelo e de rendas e bordados, entre outras. O grupo empresarial Hoepcke era o maior contratante da mão-de-obra operária de Florianópolis, pois concentrava no inquérito industrial brasileiro de 1907, 50% desse tipo de força de trabalho do município.

Nos mesmos termos, pode-se compreender a permanência de Heitor Blum no quadro associativo do Grêmio Instrutivo e Beneficente dos Empregados no Comércio e na Congregação de Marítimos e Pescadores, pois ele também era agente de companhias de navegação. O caso de

⁸³ Indicador Municipal de Indústria e Comércio. 1927, p. 75. (BPESC).

⁸⁴ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Ata de reunião do dia 09 mar. 1922. Livro de atas de reuniões de 1922-1923, f. 09. (Arquivo da Associação).

⁸⁵ COMPANHIA DE CARRIS URBANOS E SUBURBANOS, Florianópolis. Ata de assembléia extraordinária do dia 26 de abril de 1908. In: *Jornal O Dia*. Florianópolis, 03 maio 1908, n. 3049. (BPESC).

⁸⁶ Anuário Catarinense, 1904. p. 175, 179; Indicador Municipal de Indústria e Comércio, 1927. p. 72, 77, 80; Indicador Comercial, industrial e profissional do Município de Florianópolis, 1928. p. 02, 04, 08. (BPESC).

Blum ilustra também outro conjunto de interesses que levavam esses sujeitos sociais a filiarem-se em entidades de trabalhadores – os eleitorais. Blum teve uma carreira política bastante estável, herdada de seu pai Cel. Emilio Blum. Heitor Blum assumiu cargos importantes, como o de promotor público, em 1910, da comarca de São Miguel (hoje município de Biguaçu), e da Palhoça, de onde saiu somente em 1913, por ter sido nomeado procurador-geral da república, em caráter interino, função que ocupou três vezes (1913, 1921 e 1924). Em 1914, foi oficial do gabinete de Felipe Schmidt e também nomeado diretor da Escola de Aprendizes Artífices da cidade. Foi Secretario do Interior e Justiça, no governo de Adolfo Konder e, em 1927, foi nomeado prefeito de Florianópolis, exercendo o mandato até 1930. Em 1938, foi nomeado assistente técnico da Seção Geral do então Departamento das Municipalidades, passando a ser diretor-geral em 1942. Em 1947, foi nomeado Subprocurador do Estado, aposentando-se no mesmo ano. Exerceu, ainda, vários cargos políticos e de confiança sem remuneração, como o de Conselheiro Municipal, em 1923, 1924 e 1927, vice-presidente e presidente da Câmara Municipal, além de ser agente consular e representante do Estado em diversas comissões e representações. Sua participação em entidades de trabalhadores, certamente se explica nos interesses que estas lhe representavam.

No âmbito eleitoral, o fato dessas entidades reunirem grandes conjuntos de trabalhadores das mais variadas ocupações poderia significar a construção de uma base de apoio popular, assim como uma imagem social positiva. Mas, certamente, o maior interesse nesses termos se pautava na possibilidade de reverter esses contatos em votos. Em Florianópolis, a grande maioria dos eleitores era composta por lavradores, (40% do eleitorado, em 1902), seguida pelos comerciantes (16,6%), os artistas (12,3%) e os funcionários públicos (11%). Contrapondo-se a todas essas categorias, havia os eleitores da classe dominante – formada pelo que se denominou na época como proprietários, industriais e negociantes – representando juntos uma quantia irrisória de apenas 1,68% dos votos. Considerando-se que as associações beneficentes de trabalhadores aglutinavam-se no centro da cidade (zonas eleitorais que concentrava 50% do total de votos), percebe-se ainda mais a importância que os políticos viam nessas associações, pois nessa área o eleitorado era formado, em sua maioria, por comerciantes, artistas e empregados públicos⁸⁷, que

⁸⁷ ALISTAMENTO GERAL DOS ELEITORES FEDERAIS, procedido e revisado no ano de 1902 de conformidade com a lei n.35 de 25 de janeiro de 1892, 1902. (BPESC).

superavam o número de lavradores. O mesmo cenário se repete para os anos de 1903, 1904 e 1905⁸⁸.

Assim, certamente não eram poucos os políticos locais que se aproximavam dessas instituições, mesmo que através de uma relação apenas baseada na prestação de serviços, na doação de bens, no ato de presentear a instituição ou mesmo de se fazer presente em seus eventos – realizando, sempre que possível, algum discurso passível de ser estampado nos jornais do dia seguinte. Os sujeitos que servem de exemplo por assumirem esse tipo de comportamento, são Nereu Ramos e José Boiteux. Aquele, nascido em família tradicional na política local (os Ramos – oligarcas da região serrana catarinense) fazia-se bastante presente nos eventos, mas principalmente se aproximava das entidades na prestação de seus serviços como advogado. José Boiteux, por sua vez, possuía uma relação mais expressiva com o conjunto de associações de trabalhadores da cidade. Ele foi um político e figura pública bastante conhecida por todo o estado, tendo começado sua vida pública como jornalista em 1882, atuou durante muitos anos no jornal “A República”. Em 1889, iniciou na política como chefe de gabinete do governador Lauro Müller. Posteriormente, assumiu a função de oficial da Secretaria do Interior e Estatística do Rio de Janeiro, quando passou a residir na capital federal. Foi eleito quatro vezes à Assembléia Legislativa de Santa Catarina (nos anos de 1894, 1896, 1898, 1916) e, como deputado federal em 1900. Ocupou o cargo de secretário do Interior e Justiça do Estado três vezes (1918-1920 e 1921, 1922). Após formar-se em direito em 1905, aos 40 anos, assumiu a função de juiz de direito e desembargador no tribunal de Justiça do Estado⁸⁹. Sua proximidade com as associações populares de Florianópolis chegou a lhe render a denominação de uma delas, o Centro Cívico José Boiteux, fundado em 1920. Esta era uma sociedade “exclusivamente de homens de cor”, organizada com o fim principal de “levantar em uma das praças públicas de Florianópolis, a herma do saudoso e imortal poeta Cruz e Souza”⁹⁰, além de atuar enquanto entidade recreativa e fomentadora de comemorações cívicas. Desde seu surgimento, contou com forte apoio do deputado José Boiteux, até a efetivação da construção do monumento dedicado ao poeta negro de Florianópolis⁹¹. Em

⁸⁸ Ibidem, 1903; 1904; 1905. (BPESC).

⁸⁹ PIAZZA, Walter F. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis, Assembléia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), 1985. apud: MARTINS, Celso. Disponível em: www.l.an.com.br/ancapital/2005/dez/31/1ger.htm. Acesso em: 23 fev. 2008.

⁹⁰ CENTRO CÍVICO JOSÉ BOITEUX, Florianópolis. Estatutos, 14 jul. 1920. Livro 03, fl. 20. (CFRC); *Jornal República*. Florianópolis, 03 mar. 1921, n. 717, p. 03. (BPESC)

⁹¹ João da Cruz e Souza nasceu em Desterro em 1861, filho de escravos alforriados. Foi tutelado pelos ex- senhores de seus pais, dos quais adotou o sobrenome. Estudou no Liceu Provincial de Santa Catarina, aprendeu francês, latim

janeiro de 1922, depois de concluída a homenagem, houve um processo de eleição bastante conturbado no seio da entidade e o político não se identificou com a nova gestão que assumiu, pedindo então, que seu nome e patronato fossem retirados da mesma, o que foi realizado logo na seqüência quando a associação passou a se denominar Centro Cívico Cruz e Souza⁹².

Essa presença de patrões e políticos no mesmo ambiente associativo de empregados e eleitores, certamente inibia a atuação dos trabalhadores, inclusive devido ao fato de que aqueles senhores, em boa parte, acabavam assumindo cargos de diretoria, uma vez que possuíam todos os predicados ideais para exercer tais funções – a instrução necessária, diferentes interesses pessoais e o fato de possuírem “bons contatos”, que acabava tornando-os atraentes à própria instituição. Com isso, acabava-se reproduzindo no seio da entidade o sistema hierárquico vivenciado nas próprias relações de trabalho e sociais. Por outro lado, para as instituições e os trabalhadores por elas representados, estabelecer esse tipo de relação também poderia ser muito vantajoso, tanto em termos de ganhos financeiros, quanto de poder político ou mesmo de capital social. Assim, as entidades buscavam estabelecer aproximação e demonstravam seu apreço de diferentes maneiras, através dos instrumentos que possuíam – no envio de convites, quando realizavam qualquer tipo de evento social, ou informando a respeito das atividades internas ocorridas na associação, assim como da troca de suas diretorias. Havia casos, ainda, em que a associação homenageava o preterido na escolha de seu nome para denominar-se, como no caso de José Boiteux. Mas, em boa parte, a principal forma de firmar bons contatos se dava através da entrega de um dos títulos de sócio existente na entidade (de benemérito, honorário, protetor, etc.).

Em troca disso, as associações faziam uso das vantagens que essas relações lhes proporcionavam, como conquistas no campo político ou em benfeitorias, assim como facilidades burocráticas e administrativas. Ademais, esses “padrinhos” também significavam diferentes tipos de doações e ganhos financeiros,

Ilustra essa situação, a citada revogação do artigo 50 dos estatutos da União dos *Chauffeurs*, realizada após a impugnação da candidatura de um magistrado que muito tinha a oferecer – em termos de favores judiciais – a categoria representada.

e grego e foi discípulo do alemão Fritz Müller. Tornou-se jornalista e poeta, sendo reconhecido como um dos pais do modernismo. Residiu no Rio de Janeiro onde se casou e teve filhos. Morreu aos 36 anos de tuberculose e foi enterrado em Florianópolis.

⁹² Jornal *República*. Florianópolis, 23 jan. 1923, n.1257, p.02 (BPESC); Jornal *O Estado*. Florianópolis, 05 mar. 1923, n.2611, ano VIII. (BPESC).

Da mesma maneira, pode-se afirmar que interessava aos demais membros da União dos Trabalhadores de Florianópolis a presença de João Câncio em seu quadro diretivo, pois ter à frente de sua instituição um nome bem relacionado no cenário político local significava um maior poder, tanto de barganha, quanto de aparição social, uma vez que, mesmo que João Câncio fizesse parte de uma oposição ao governador do estado, estava bem colocado dentro do Partido Republicano e possuía diversos correligionários espalhados pelos poderes públicos. Além disso, ter acesso ao governo era algo extremamente desejado para qualquer instituição, pois dessa facilidade poderiam resultar grandes – ou mesmo pequenos, porém significativos – ganhos. Dessa maneira, apresenta-se outra relação também muito comum na organização associativa, a que se desempenhava com os poderes públicos e, dentre eles, principalmente com o governador do estado. Era uma relação marcada por diferentes táticas que, em alguns momentos, baseavam-se na subserviência e, em outros, numa forte cobrança, sempre envolvidos num discurso com agradados e alguma chantagem emocional, como pode ser percebido na citação anteriormente mencionada, na qual a União dos Trabalhadores solicita do Estado uma contribuição na formação de sua escola:

Os abaixo assinados, desejando fundar uma aula de primeiras letras para instrução dos seus companheiros associados, vêm, *convictos do vosso amor à civilização*, solicitar o auxílio que nesse sentido estiver ao vosso alcance e poder dispensar-nos. Não pedimos nem desejamos que *a vossa generosa dádiva* em favor dessa *utilíssima e justa pretensão*, seja em dinheiro, preferimos alguns objetos escolares (...) Certos de que seremos atendidos, vos consideramos, desde já, *entre os benfeitores da nossa humilde associação* (...) (grifos da autora)⁹³

Essa citação demonstra uma abertura de diálogo e um conhecimento a respeito de como desenvolvê-lo, até que ponto cobrar e de que maneiras ordenar um discurso para apresentar-se como subserviente e respeitador, mas ao mesmo tempo de postura bem colocada. Como apresentado anteriormente, encontrou-se diferentes referências de que o governo apoiou a iniciativa da União dos Trabalhadores através da nomeação de professores titulares para ministrarem os cursos, com seus salários pagos pelo estado, além da doação de material escolar e equipamentos⁹⁴, significando uma grande conquista. Em contrapartida, a associação deveria

⁹³ Ofício enviado ao Governo do Estado aos cuidados do Secretário Geral dos Negócios do Estado, Sr. Coronel Caetano Pereira da Costa. Florianópolis, 22 de outubro de 1910. Cx 11. fl. 170. (G/S. GNE D - APESC).

⁹⁴ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 07 maio 1913, n. 6838. Ofício enviado ao Governo do Estado aos cuidados do Secretário do Interior e Justiça, José Boiteux, 12 de março de 1919. Cx. 20, fl. 147. (G/S. GNE D - APESC).

enviar anualmente ao governo um relatório das atividades da escola – constando quem a estava dirigindo, quais os professores em exercício e exonerados, os cursos que por hora eram oferecidos com uma espécie de ementa, o número de matriculados, suas freqüências e desempenho dos alunos – dando-lhe, dessa forma, satisfações a respeito da utilização dos recursos ganhos. Essa condição, de alguma maneira, amarrava a entidade às orientações e aprovações do governo, e à necessidade de manter certa linha política, o que era possível de burlar, mas que, no entanto, representava alguns empecilhos e dificuldades. Havia, assim, nos dois lados da negociação, o desempenho de um jogo de táticas e estratégias – questão que certamente era compreendida e bem desempenhada, no caso, tanto pelo presidente da União dos trabalhadores, João Câncio de Souza, quanto pelo governador do Estado, Vidal Ramos.

Outro traço bem comum desse jogo que todas as associações conheciam e sabiam da necessidade de desenvolver, era a realização de eventos para agradecer publicamente os ganhos vindos do governo, que, por seu lado, aproveitava a propaganda gerada a partir dessa situação:

Conforme noticiamos efetuamos anteontem a entrega do mimo com que a benemérita União dos Trabalhadores quis exteriorizar os sentimentos de gratidão dessa Associação para com o Exmo. Sr. Coronel Vidal Ramos, pelo muito que nossa Exa. fez em prol da União e dos cursos por ela mantidos.

Às 13 horas uma grande comissão, em diversos carros dirigiu-se a residência do manifestado, onde após afetuosos cumprimentos tomou a palavra o orador da União (...) assegurando ao Exmo. Sr. Coronel Vidal Ramos que a União jamais olvidará o seu nome, sendo entregue então As. Exa. riquíssimo tinteiro escrivaninha com dedicatória e emblema da Sociedade, em custosa caixa de madeira forrada de veludo.

O Exmo. Sr. Coronel Vidal Ramos declarou-se profundamente reconhecido à gentil manifestação que a União dos Trabalhadores lhe fazia, pondo em relevo a digna orientação dessa associação, quer promovendo a educação dos seus associados, quer auxiliando a administração publica na garantia da ordem (...)

Disse S. Exa. estar certo que os futuros governos como o seu farão justiça aos elevados sentimentos de ordem e de respeito (il.) inequivocadamente demonstrados pelos sócios da União⁹⁵

Da mesma maneira, as associações realizavam fortes cobranças quando se sentiam no direito de fazê-lo, demonstrando que a subserviência funcionava mesmo como uma tática na maneira de efetuar novas conquistas, não sendo essa a regra nas relações que estabeleciam com o estado:

A União Beneficente dos Chauffeurs de Santa Catarina, com sede nesta capital, atendendo às constantes e, aliás justas solicitações que lhe são dirigidas por vários de

⁹⁵ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 07 jul. 1914, n. 7556. (BPESC)

seus sócios, no sentido de que se faça um trabalho junto a V. Excia. afim de que sejam efetuados os pagamentos referentes às requisições verificadas em dezembro do ano findo, resolveu, afinal, atender aqueles continuados pedidos e vem, por isso, mui respeitosamente, solicitar os bons officios de V. Excia. Na certeza de que serão tomadas medidas urgentes.

A maioria dos que prontamente cederam seus carros à ordem de requisito feita pelo governo compõem-se de *chauffers* profissionais que vivem exclusivamente de sua profissão.

Apelando para os nobres sentimentos de justiça de V. Excia, esta União representada *pela voz unânime de seus trezentos e poucos sócios* está certa de que V. Excia. dará todas as necessárias providências no sentido de que sejam satisfeitos os pagamentos a que se comprometeu o governo para com os proprietários de automóveis (...) ⁹⁶ (grifos da autora).

Na leitura dessas referências, tanto de agradecimento quanto de cobrança, sente-se um clima amistoso, porém, frágil, expresso num discurso *cheio de dedos*, utilizado ora para conquistar benefícios, ora para realizar cobranças. Embora cada momento demandasse um tipo de diálogo, havia um formato específico de como se direcionar ao poder público parecendo firme, porém não insolente. Assim, elementos como cobranças, pequenas ameaças e chantagens, vinham fluídos e disfarçados nos discursos produzidos por essas associações, tornando-se cada vez mais parte deles. Da mesma maneira, havia a influência de uma cultura burocrática de como deveria se formatar esse tipo de comunicação. Observações que podem ser realizadas tanto a partir da fala das associações quanto da postura assumida pelos governantes em relação às mesmas, os quais tornam possível perceber o quanto as relações da sociedade civil nesse período se desenvolviam, de certa forma, com caráter de favor.

A utilização dessas *táticas* certamente não chegava à grande massa de associados, que poderia mesmo ser surpreendida por seus resultados. Em 1901, na Associação dos Empregados no Comércio, a diretoria resolveu homenagear o político José Boiteux, conferindo-lhe o título de sócio honorário, sob alegação de sua importante participação no movimento e aprovação da lei de fechamento das portas de 1889. Ao que um grupo de sócios reagiu:

Pede-se ao Sr. secretario dizer-nos se é permitido pelos nossos estatutos convocar 2ª sessão antes da 1ª.

Se 11 sócios, inclusive a diretoria, que é, segundo consta-nos, o número que compareceu àquela sessão, votando a favor 6 e contra 5, podiam conceder o titulo de honorário ao redator chefe da República, José Boiteux?

Em caso, afirmativo desejamos, na qualidade de sócios, saber quais os serviços relevantes que esse pretensioso moço prestou a Associação para ser assim tão distinguido.

⁹⁶ Ibidem, 11 mar. 1927, fl. 182/182v. (BPESC).

Vamos; diversos sócios dirigimo-nos à Diretoria, requerendo a convocação de uma Assembléia Geral, pedindo a nulidade desse ato, por ter sido violador dos nossos estatutos.
Um sócio⁹⁷.

Demonstrando, o quanto essas relações com figuras públicas estavam, na maioria das vezes, ligadas somente aos interesses mais imediatos e objetivos da diretoria em atividade, e não aos da grande massa de associados, que poderia opor-se por divergências políticas ou mesmo não compreender os fins de tais atitudes. Essa segunda possibilidade certamente se colocava como muito presente numa realidade em que grande parte dos associados era de trabalhadores que não estavam tão engajados no andamento de suas instituições.

Pela forma como essas relações políticas baseadas em interesses se desenvolveram nos meios associativos, elas acabaram por se tornar, de alguma maneira, essenciais e até mesmo necessárias ao andamento das atividades desempenhadas pelas associações. Assim, foram ganhando, ao longo do tempo, um espaço que as constituiu enquanto empecilho para um grande conjunto de sócios, impedindo-os – mesmo que de maneira naturalizada e diluída – de ascenderem internamente e desenvolver políticas para suas entidades. Da mesma forma, privilegiavam a entrada e atuação de pessoas que, por sua colocação social e financeira, não se enquadravam no meio associativo dos trabalhadores, enquanto trabalhadores, mas que se inseriam por apresentar algum conjunto de vantagens para a associação.

Embora a grande massa de associados não se sentisse atraída por esses jogos políticos, encontravam em suas entidades outro conjunto de interesses, não menos políticos, mas muito mais condizentes com a realidade e as necessidades que possuíam, levando-os a se sentirem parte e a se somarem ao meio associativo das mutuais.

⁹⁷ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 07 fev. 1901. n. 98. (BPESC).

4. “Trabalhar pelo bem da classe”¹.

Para além da instituição: As associações na sociedade e a formação de identidades.

Ontem, à noite, caiu sobre o telhado do prédio onde se acha o arquivo da Delegacia Fiscal, um balão. E como momentos depois começasse a sair fumaça do telhado foi dado alarme, comparecendo ao local o Superior de dia á guarnição (...) o Corpo de segurança e crescido número de populares (...). O Sr. João Cancio de Souza Siqueira, presidente da Sociedade União dos Trabalhadores, compareceu ao local com uma turma de associados para prestar os seus serviços caso houvesse necessidade².

As associações mutuais de caráter voluntário organizadas por trabalhadores adotaram, ao longo de suas atividades, atuações mais abrangentes, assumindo de maneira ampla o significado de *representação*. Nesse movimento, extrapolaram as barreiras institucionais e passaram a se envolver e interferir em relações desenvolvidas pelos trabalhadores fora de suas estruturas, atingindo, para além de seu quadro de filiados, a comunidade em geral com atividades e posturas que invadiam as ruas, as casas e os ambientes de trabalho.

4.1. No Mundo do Trabalho; campanhas, lutas e conquistas.

Em pequenas notas ou grandes notícias, era constante a presença das associações nos jornais da cidade pelos mais variados motivos, dentre os quais, os mais emblemáticos eram os relacionados às atividades assumidas pela conquista de direitos ou por melhorias nas condições de vida do trabalhador.

No conjunto de movimentos em que essas associações se envolveram, destacam-se as denominadas *campanhas de carestia de vida* decorrentes das altas dos preços dos gêneros alimentícios em diferentes anos. As queixas mais comuns dos trabalhadores eram contra os

¹ Referência a um ofício enviado para o secretário geral do Governo do Estado, Sr. H. Carneiro da Cunha que informava o surgimento da União dos Trabalhadores de Florianópolis, afirmando ser essa uma associação que surgia com o interesse de “trabalhar pelo bem da classe, assim como, impor aos associados, escrupulo e honestidade”. Florianópolis, 18 de agosto de 1910. Cx. 10, fl. 120. (G/S. GNE D - APESC)

² Jornal *O Dia*. Florianópolis, 13 jun. 1911, n. 4847. (BPESC).

preços do pão e da carne, que subiam desmedidamente ano após ano, principalmente de 1917 a 1924. A inflação, como foi apresentado no capítulo 2, era altíssima e as medidas adotadas pelos governantes eram bastante paliativas. O ano de 1924 foi marcante devido à postura assumida pelas associações de trabalhadores e por sua repercussão, pois a Liga Operária, a União dos Trabalhadores de Florianópolis e a União Operária se organizaram conjuntamente a fim de reivindicar ações que atenuassem a situação e proporcionassem melhorias nas condições de vida da classe. O movimento começou em 04 de maio, quando essas associações organizaram uma reunião para discutir a situação e elaborar propostas, as quais deveriam ser apresentadas aos poderes públicos por uma comissão eleita, que foi composta por um presidente e três membros, cada um de uma das associações envolvidas, que encaminharam ao governador e ao superintendente municipal um memorando, no qual declaravam a insatisfação e as reivindicações da classe³:

O proletariado catarinense representado pelas associações (...) e demais proletários, em fato dos preços exagerados a que se elevaram os gêneros de primeira necessidade no mercado desta capital, (...) sem que haja um limite a este estado de coisas, a não ser a asfixia das classes pobres, vem perante V. Ex. solicitar providências no sentido de se abastar a carestia de gêneros destinados a alimentação.

(...) A maneira por que se elevam os preços de todos os gêneros necessários a vida é uma das mais graves apreensões do proletariado, (...) apelamos para os poderes públicos, solicitando a intervenção de V.exa. perante o exmo. Sr. dr. Presidente da República, afim de que se façam extensivas ao Mercado de Florianópolis, as providências que s. Exa. fez baixar com o decreto n.16.419, de 19 de março de 1924⁴, para a Capital Federal e outros pontos, como se verifica no Diário Oficial de 22 de março do corrente ano⁵.

No dia seguinte à entrega do memorando, o vice-governador reuniu-se com o superintendente municipal, o presidente do conselho municipal, o presidente da associação comercial e com os presidentes das sociedades de trabalhadores, para discutir a situação, demonstrando que a ação das entidades havia surtido efeito⁶. Assim, o tema dos preços altos ficou em pauta nos jornais governistas durante semanas, com um tom de denúncia que tratava da ganância dos comerciantes dos gêneros de primeira necessidade – buscando, obviamente, desresponsabilizar os órgãos competentes. Várias foram as medidas apresentadas naquele momento pelos poderes públicos que indicavam uma intenção real de resolver o problema –

³ Jornal *República*. Florianópolis, 01 maio 1924. n. 1663.

⁴ BRASIL, Decreto Federal, n.16.419, de 19 de março de 1924. Estabelece providências sobre a carestia de gêneros destinados a alimentação.

⁵ Jornal *República*. Florianópolis, 04 maio 1924. n. 1666.

⁶ Idem.

como a verificação dos estoques existentes nos mercados marítimos a fim de estipular limites à exportação⁷ e a realização de reuniões com os donos de padarias e com marchantes e retalhistas, buscando acertar o peso e o preço do pão e assegurar a estabilidade do preço da carne. O superintendente municipal por sua vez, se comprometia a tomar medidas que regularizassem “as feiras, aparelhando o mercado com balanças próprias a venda a retalho, dos gêneros”⁸.

Não satisfeitas com as medidas e seus resultados, as associações voltaram a se reunir em 03 de junho, com grande número de participantes, encaminhando diversas propostas. Entre as deliberações estava a criação de feiras livres, fiscalizações mais rigorosas nos estabelecimentos de venda, a extinção da *pomberagem*⁹, a regulamentação da exportação e, por fim, o envio de tais reivindicações ao governador, ao superintendente municipal e ao presidente da associação comercial. Decidiu-se também que as reivindicações não deveriam ser entregues às autoridades por uma comissão, mas “por todo o operariado de Florianópolis reunido”¹⁰, para o quê se marcou uma reunião em frente da sede da Liga Operária, de onde partiriam em passeata até o Palácio do Governo¹¹. Com a notícia de tal passeata, o prefeito de Florianópolis, Abelardo Luz, se adiantou e solicitou que a mesma não fosse realizada “para evitar alarme”¹², o que foi respeitado pelas entidades. Essa preocupação do governo provavelmente se relacionava com a existência de uma forte insatisfação na população geral que poderia ser canalizada pela organização de uma passeata, gerando manifestações de difícil controle.

Na ocasião, por parte das associações de trabalhadores, novas reuniões e discussões foram realizadas. Ao mesmo tempo, os comerciantes reagiam sem querer ceder nos preços e buscando justificá-los; a população, por sua vez, se envolvia através de denúncias – como a de não cumprimento de deliberações estabelecidas¹³ ou dos constantes e proibidos açambarcamentos de mercadorias que ficavam esperando por valorização no mercado¹⁴, ao passo que os poderes públicos preocupados, procuravam por soluções.

⁷ Ibidem, 06 maio 1924. n. 1668.

⁸ Ibidem, 08 maio 1924. n.1670.

⁹ *Pombeiro* era a denominação dada em Florianópolis para os vendedores ambulantes – que vendiam dos mais variados artigos, principalmente aves e hortifrutigranjeiros. Em geral andavam com um pedaço de pau arcado nos ombros com cestas dependuradas em ambas as pontas, mas havia também os que comercializavam no lombo de cavalos ou jegues.

¹⁰ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 02 jun. 1924. n. 2.981.

¹¹ Idem.

¹² Ibidem, 03 jun. 1924. n. 2.982.

¹³ Ibidem, 04 jun. 1924. n. 2.983.

¹⁴ Ibidem, 10 jun. 1924. n. 2.988.

A feira de hoje:

Hoje, como de costume, realizou-se a feira semanal no Mercado Público. Desde ontem a noite que estavam em execução diversas providências dos poderes públicos para que não se registrasse mais o açambarcamento costumeiro dos gêneros expostos a venda.

Diversos fiscais da superintendência municipal vigiavam as vendas, não permitindo que elas fossem feitas por atacado se não depois de 10 horas de hoje. Como consequência disto baixaram os preços de vários gêneros, existentes em grande quantidade.

O preço dos ovos baixou um pouco, tendo o açúcar da melhor qualidade sido vendido por 63\$, quando esses eram negociados a razão de 75\$000 o saco.

Outros gêneros, de acordo com a abundância de cada um tiveram pequenas baixas nos preços¹⁵.

Infelizmente, os jornais abafaram a situação e as notícias a respeito da questão desapareceram aos poucos de suas páginas, impossibilitando uma conclusão acerca desse processo.

Porém, toda essa situação demonstra que esse tipo de reivindicações, referentes ao bem estar da população, figuravam dentre as práticas políticas das associações como parte de suas responsabilidades, o que foi reforçado cinco anos depois, quando a União e Liga Operária se envolveram novamente em campanhas contra a carestia de vida. No mesmo estilo de organização da campanha de 1924, os trabalhadores deliberaram em suas assembléias a realização de um comício operário com a entrega de um memorando aos poderes públicos, que continha três reivindicações: o preço da carne deveria ser estabilizado, o Estado deveria fomentar a organização de uma cooperativa de trabalho e a construção de uma Vila Operária. O governador, perante tal situação, garantiu a estabilidade do preço do pão e da carne, e que “se empenharia no sentido dos restantes gêneros não sofrerem alterações nos respeitantes aos preços atuais”¹⁶; quanto à cooperativa afirmou ser esta de impossível realização pois afetaria “diretamente os negócios do Estado e ao comércio em geral”¹⁷; por fim prometeu que realizaria a construção de uma Vila Operária. Para uma pauta de três reivindicações, duas conquistas são uma grande vitória, a qual foi comemorada, da mesma maneira que em 1924, com uma passeata que se encaminhou à sede das demais entidades de trabalhadores da cidade e às redações dos jornais “a título de agradecimento ao governador”¹⁸. Tais passeatas tiveram, com certeza, muito mais do que isso, o intuito de expor o resultado de sua organização e, ao mesmo tempo, cobrar a

¹⁵ Ibidem, 04 jun. 1924. n. 2.983.

¹⁶ Jornal *Folha Nova*. Florianópolis, 28 maio 1929. apud: COLLAÇO, Vera Regina Martins. op. cit., p. 54.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 31 maio 1929. apud: COLLAÇO, Vera Regina Martins. op. cit., p. 54.

efetivação das mais novas conquistas, das quais a Vila Operária foi a maior. Inaugurada em setembro do ano seguinte, 1930, contava com 20 casas e era a primeira Vila Operária construída pelo Estado de Santa Catarina¹⁹. Tanto seu projeto quanto a ocupação das casas foram definidas pelas duas associações que a reivindicaram, através da organização de listas prioritárias com os mais necessitados de cada corpo social e por sorteios realizados nas assembléias. Apesar do esforço e organização dos trabalhadores e suas entidades, a Vila recebeu o nome de “Vila Operária Adolfo Konder”, em homenagem ao governador, como se tivesse sido um presente do mesmo ao povo florianopolitano²⁰.

A partir desse tipo de atuação e do resultado social que obtinha, as associações se colocavam e, cada vez mais, se firmavam no espaço social de Florianópolis, como uma referência de representação dos trabalhadores e de seus interesses – fossem eles membros ou não de seu quadro social.

Nesse sentido, muitas associações se dispunham a resolver problemas diretamente relacionados ao exercício da profissão de seus associados, e assim se apresentavam como mediadoras das relações entre trabalhadores e patrões, interferindo, mesmo que de forma indireta, no mercado de trabalho de seus sócios.

A União Operária, por exemplo, desde sua fundação tinha a pretensão de representar seus associados frente aos patrões. Em 1922, ainda bastante tímida, apresentava como parte das competências de sua diretoria “envidar todos os meios para resolver *amigavelmente* os atritos que se derem entre associados e patrões, *quando os casos forem justificados*”²¹ (grifos da autora). Essa cláusula seria modificada na reforma de 1928, demonstrando que a entidade conquistara um espaço mais sólido e se fortalecera, passando a fazer uso de uma narrativa mais direta e menos cuidadosa: “envidar esforços para solucionar atritos havidos entre associados e patrões”²². Da mesma maneira, em seus estatutos de fundação, assumia a responsabilidade de “obter dos chefes das casas de trabalho ou repartições, licença para os associados enfermos, procurando ampará-los junto aos referidos patrões e chefes, para que não sejam prejudicados em seus lugares ou

¹⁹ No município de Florianópolis havia, até então, apenas a Vila Operária das Fábricas Hoepcke.

²⁰ Esta Vila Operária foi inaugurada no mesmo dia da Penitenciária do Estado, 21 de setembro de 1930 – ambas no bairro da Trindade. In: COLLAÇO, Vera. op. cit., p. 57.

²¹ UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. Florianópolis: ed. Escola de Aprendizes Artífices. Florianópolis, 1922. Cap. II, art. 05, p. 04. (cópia cedida por Vera Regina Martins Collaço).

²² UNIÃO BENEFICENTE RECREATIVA OPERÁRIA, Florianópolis. Estatutos, 24 maio 1928. Livro 03, fl. 95, Cap.VIII, art. 23. (CFRC)

vencimentos”²³, medida condizente com as necessidades que as inseguranças nos contratos de trabalho representavam no período.

Os estatutos traziam ainda um artigo denominado: “Do auxílio moral”, que apresentava diferentes obrigações, por parte da associação, referentes às relações de trabalho de seus associados.

1º Intervir em todos os casos em que o associado dentro de sua razão se ver desprestigiado pelos seus patrões ou autoridades uma vez no gozo de seus direitos sociais e apelando para a Associação.

2º Será auxiliado em nova colocação uma vez desempregado por causa justa.

3º Terá todo o apoio moral possível, em todas as emergências da vida e mesmo se necessário for, a intervenção judicial conforme a exigência do caso²⁴.

O primeiro parágrafo desse artigo também seria modificado em sua forma textual na reforma estatutária de 1928, transformando-se num texto que demonstrava maior segurança e menos subterfúgios: “intervir em todos os casos em que o associado se ver desprestigiado pelos seus patrões e autoridades, apele ou não para a Associação”²⁵. No novo formato do texto, a entidade ficava ainda mais responsabilizada pela representação de seus membros, uma vez que deveria agir, quer o associado *apelasse ou não*.

Em termos de representação, porém, a associação que possuiu uma atitude mais emblemática foi a União dos Trabalhadores de Florianópolis, que em seus estatutos também pretendia, da mesma maneira que a União Operária – e curiosamente com a mesma narrativa – “envidar todos os esforços para resolver amigavelmente os atritos que se derem entre trabalhadores e patrões”²⁶. Essa associação possuía, ainda, o cuidado de registrar estatutariamente a importância de se tratar “os patrões com o maior respeito e consideração”, numa certa concepção das relações de força que se explicitava no decorrer do texto: “para que seja facultada entrada em seus armazéns, navios, etc.”²⁷. Demonstrava, assim, uma compreensão de que as ofertas de trabalho nesse campo tão disputado e inseguro dependiam em muito de se estabelecer

²³ UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. Florianópolis: ed. Escola de Aprendizes Artífices. Florianópolis, 1922. Cap. II, art. 05, p. 04. (cópia cedida por Vera Regina Martins Collaço).

²⁴ Ibidem. Cap. IX, art. 23, p. 13.

²⁵ UNIÃO BENEFICENTE RECREATIVA OPERÁRIA, Florianópolis. Estatutos, 24 maio 1928. Livro 03, fl. 97, Cap.VIII, art. 61. (CFRC)

²⁶ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos. 12 set. 1910. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 14 set. 1910. n. 4630. Cap. I, art. 01. (BPESC).

²⁷ Essa segunda parte do texto seria retirada dos estatutos após a reforma de 1913. Ibidem. Cap. III, art. 06.

boas relações, as quais, de alguma maneira, estavam baseadas numa noção de subserviência. Porém, esta subserviência ensaiada pela União dos Trabalhadores vinha acompanhada de uma clara proposta de resistência, expressa inclusive nestes termos:

Art. 39: A associação entrará no período de resistência desde que tenha em caixa a importância em dinheiro de 4.000\$000, não sendo permitido antes disso, retirar quantia qualquer dos cofres²⁸.

Ao alcançar tal condição financeira, a associação pretendia fundar uma *Caixa de Resistência* voltada ao atendimento específico de questões trabalhistas – propondo-se a defender os trabalhadores a ela associados em “casos de greve ou quando se virem coagidos em sua liberdade”²⁹. Em suas demais determinações, tal serviço de resistência demonstrava uma intenção de intervenção e mediação por parte da entidade nas relações estabelecidas entre trabalhadores e patrões na estiva, atuando diretamente no mercado de trabalho do qual seus sócios faziam parte. Com a reforma estatutária de 1913, essas definições despiram-se da noção *de resistência* – certamente evitando a pesada carga intrínseca à palavra – e ao mesmo tempo os estatutos assumiram uma produção textual mais amadurecida e melhor elaborada, mantendo as mesmas preocupações, porém as apresentando de forma mais detalhada e aguerrida. Assim, um novo capítulo passou a integrá-los, denominado “*Dever do sócio relativamente ao serviço de estiva ou embarque e desembarque de carvão mineral*”, o qual versava sobre o serviço de estiva e do envolvimento que esperava na labuta diária de seus associados. Nesse capítulo, a entidade buscava apresentar-se como principal responsável pelos acertos estabelecidos no processo de contratação e regulamentação de serviços relativos à estiva, fazendo-se necessária – e até mesmo obrigatória.

Art. 22: Não poderá mandar pessoa estranha à sociedade, trabalhar em seu lugar, desde que esteja presente um associado encarregado pelos patrões para organizar turmas para o trabalho de estiva, trapiches, depósitos, ou embarque e desembarque de carvão mineral, empregará todos os esforços e chamará tão somente os companheiros associados.

Art. 23: Quando se der o caso previsto no art. anterior, o chefe de turma deverá instituir para o serviço os companheiros que menos tenham trabalhado durante a semana ou mês.

Art. 24: O companheiro que trabalha nos guinchos e postalóz dos navios deve ser chamado de preferência, porque depende de muita prática e cuidados seu serviços

Art. 25: Os companheiros que trabalham em turmas certas, no depósito ou no embarque e desembarque de carvão mineral, devem procurar meios de nas descargas dos navios

²⁸ Ibidem. Jornal *O Dia*. Florianópolis, 15 set. 1910, n. 4631. Cap. IV, art. 39.

²⁹ Ibidem. Jornal *O Dia*. Florianópolis, 14 set. 1910, n. 4630. Cap. I, art. 01.

que ancoram na barra do norte ser o pessoal revezado, distribuindo assim o trabalho com todos os companheiros³⁰.

Essa tentativa nada mais era do que a de se estabelecer um sistema de *closed-shop* – termo utilizado para o exclusivismo no controle da realização do trabalho – em que a entidade se colocava como mediadora na relação entre o setor produtivo e os trabalhadores, assumindo o controle da contratação da força de trabalho e a organização de seus serviços. Da maneira como o trabalho no porto se instituía, tal processo englobava decidir “quem deveria trabalhar, por quanto tempo e em que condições”³¹, definindo as horas da jornada de trabalho; os limites das cargas a serem carregadas, de acordo com tamanho e espécie; as normas de segurança e quaisquer mais questões relativas ao desempenho das diferentes funções englobadas pela indústria portuária³². Além disso, o fato do trabalho envolver funções e cargas muito diversificadas dava ao contratante um poder que propiciava favoritismos, uma vez que funções consideradas mais ou menos nobres eram desempenhadas conjuntamente³³, da mesma maneira que exigiam responsabilidades variadas e salários diferenciados de acordo com o trabalho executado – embora, o baixo grau de desenvolvimento tecnológico dos portos mantivesse a força como o principal instrumento de trabalho³⁴.

A União dos Trabalhadores almejava, portanto, conquistar um importante espaço dentro do mundo do trabalho em que seus associados estavam inseridos, pois na execução de seus planos extrapolaria as barreiras da instituição tornando-se peça participativa do processo produtivo. Em suas determinações estatutárias em que apresentava os procedimentos a serem seguidos em relação aos serviços de estiva, impunha-se de tal forma que, uma vez postos em prática, certamente levariam os trabalhadores a ela não associados a sentirem-se, em algum momento, impelidos a fazê-lo, pois claramente deliberava que exerceria o poder conquistado em prol daqueles que a compunham e aos quais se propunha a proteger e defender.

Art. 28: Os companheiros no trabalho usarão uma senha distribuída pela sociedade, com um número correspondente ao que tem na matrícula social, sendo obrigados a exibirem-na aos patrões no ato de serem admitidos e contratados para o trabalho.

³⁰ Ibidem. Jornal *O Dia*. Florianópolis, 15 set. 1910, n. 4631. Cap. VI, art. 22/25.

³¹ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem Patrões*. Os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003. p.172.

³² Ibidem. p.170/171.

³³ Cf. Ibidem. p. 132.

³⁴ Ibidem. p. 148.

Art. 29: Não poderão ser admitidos no trabalho os companheiros que não apresentarem a senha aos chefes de turmas que as devolverá quando terminar o serviço.

Art. 30: As senhas serão distribuídas aos companheiros quites tendo estes preferência no trabalho.

Art. 31: O chefe de turma que admitir no trabalho qualquer companheiro com senha atrasada será multado na importância de 5\$000 salvo se provar que na ocasião não estava presente outro sócio quite.

Art. 32: O companheiro que emprestar sua senha a outro será suspenso dos seus direitos e garantias por espaço de 30 dias e censurado severamente na primeira assembléia geral.

(...)

Art. 35: Os chefes de turma serão nomeados pela diretoria, respeitando-se, porém, aqueles que forem da confiança dos patrões.

Art. 36: Fica organizado um corpo de fiscais que se incumbirá de fiscalizar o serviço de estiva bem como, os de embarque e desembarque de carvão mineral e outros, procedendo, porém, licença dos respectivos patrões ou seus companheiros.

Art. 37: Os fiscais e chefes de turma que não cumprirem fielmente os acordos estabelecidos entre a sociedade e o comércio serão suspensos e multados na forma destes estatutos, sendo, porém, tais penas de exclusiva competência da diretoria

(...)

Art. 39: Os fiscais e chefes de turma não podem receber gratificação de espécie alguma dos seus companheiros de trabalho nem exigir dos patrões outro pagamento que não sejam os da tabela ou os do contrato de antemão celebrado³⁵.

Na conquista desses direitos a entidade assumiria, portanto, uma atuação que em muito poderia servir aos trabalhadores a ela associados, fortalecendo-os em relação a seus contratantes e assumindo para si o poder de decisão e organização das formas de contratação. Pela maneira como o trabalho na estiva se organizava – através de escolha diária, ou mesmo por algumas horas, na chamada “parede”³⁶ e sem nenhum vínculo – era uma garantia de inserção no mercado de trabalho.

A chegada errática de navios e mercadorias tornou os portos um caso paradigmático do regime de trabalho ocasional. Em diversas cidades portuárias, onde a economia era predominantemente baseada nas atividades marítimas e havia um pífio parque industrial manufatureiro e pouco diversificado, a força de trabalho ocasional foi constituída, em grande parte, por homens que sempre trabalharam de maneira irregular em um ou vários serviços (...) Assim, em nenhuma outra indústria o típico engajamento no serviço era tão breve, pois os trabalhadores poderiam ser contratados e remunerados por não mais que um dia ou meio dia, sem que houvesse qualquer garantia de emprego em um futuro imediato; em nenhuma outra, também, o emprego irregular era tão predominante em relação ao regular. Esta condição sazonal era não apenas responsável pela cerrada disputa entre operários e patrões para controlar o mercado e a organização do processo

³⁵ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos, 06 set. 1913. Livro 02, fl. 29v./31. Cap. IV, art. 28/39. (CFRC).

³⁶ As *paredes* eram os “pontos onde se aglomerava uma grande quantidade de candidatos ao serviço em diferentes locais do porto para conseguir emprego por um dia, ou mesmo por apenas algumas horas, sendo os trabalhadores ‘tirados’ pelos contramestres das agências de navegação para ingressar nas embarcações. A parede não era apenas um lugar de disputa por colocação de estivadores nos navios e pelos serviços mais rendosos; era também um espaço destinado às conversas, ao “debate político”, a descontração e a formação de estáveis amizades, o que fortalecia sua capacidade de agirem coletivamente”. In: SILVA, op. cit. p. 136.

de trabalho nos portos, mas também pela ruidosa rivalidade e competição entre os próprios trabalhadores³⁷.

Por outro lado, no sucesso do *Closed-Shop*, havia o risco de que a associação se tornasse um instrumento perigoso à classe, uma vez que, de acordo com a administração efetuada, seus alcances tanto poderiam servir aos interesses dos trabalhadores, como tornar-se, para os mesmos, apenas mais um braço do sistema produtivo que os consumia e explorava e ao qual precisavam se submeter na busca pela sobrevivência diária. Além disso, a execução de limitações impostas aos não sócios dificultava que ampla parcela de trabalhadores se introduzisse no mercado de trabalho.

Na execução prática destes planos, a União dos Trabalhadores conseguiu estabelecer alguns acordos com empresas de navegação que atuavam no porto de Florianópolis. Nestes buscava implementar os princípios e ideais defendidos em seus estatutos, enfrentando para isso, porém, diferentes percalços.

Já em 1910, ano de sua fundação, conseguiu consumir um acordo com os agentes da Companhia Lloyd Brasileiro em Florianópolis, “para o serviço de estiva, embarque e desembarque de carvão, paióis, armazéns, etc.”³⁸. Em sua execução, a entidade era quem estabelecia os valores que seriam pagos aos trabalhadores por cada tipo de serviço, valores estes que vinham discriminados de acordo com o horário de trabalho – se diurno ou noturno – e o local onde o mesmo ocorreria (vide anexo 9). Definia também (e enfaticamente) o número de horas da jornada a ser adotada – assumindo desde sua fundação uma forte campanha pela regularização das jornadas de 8 horas de trabalho. Esse acordo realizado com a Lloyd não dava, porém, à União dos Trabalhadores exclusividade na contratação da força de trabalho (como era de seu interesse), o que pode ser percebido na continuidade da nota de jornal que expunha as condições acertadas por tal acordo, onde a instituição achava importante frisar que:

A sociedade incube-se da moralidade no serviço, uma vez que sejam chamados para executá-los os nossos companheiros associados.

Outrossim, previne-se a todos os companheiros que não é permitido impedir a quem quer que seja de trabalhar, pelo fútil motivo de não pertencer a esta associação, cumprindo tão somente aos companheiros zelarem pelo bom nome da sociedade e pelo fiel desempenho dos acordos que se estabelecerem com os dignos comerciantes desta praça³⁹.

³⁷ Ibidem. p.148/149.

³⁸ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 23 nov. 1910, n. 4687. (BPESC).

³⁹ Jornal *Folha do Comércio*. Florianópolis, 17 nov. 1910.

Mas, pelo visto, a interferência da instituição como representante e negociadora das questões relacionadas ao trabalho ultrapassaram os limites – ou as expectativas – previamente estabelecidas entre empresa e entidade, gerando tensões, pois, apenas sete meses após ser realizado o acordo acima citado, os agentes de navegação da Companhia Lloyd (membros da família Blum), numa atitude bem inusitada, declararam greve contra a União dos Trabalhadores. Infelizmente, as esparsas e incompletas notícias de jornais da época não permitem compreender exatamente os motivos declarados para tal greve, porém, ao que tudo indica, possuíam relação com as tentativas de organização e controle da contratação de mão de obra por parte da entidade.

Mentem!

Tendo chegado ao meu conhecimento que o Sr. Conselheiro Octavio Silva afirma ter sido um seu empregado de nome João Mariano da Silva multado por uma comissão de sócios da “União dos Trabalhadores” cumpre-me fazer restabelecer a verdade, declarando que semelhante fato não é verídico⁴⁰.

As multas estabelecidas pela União dos Trabalhadores agiam todas no sentido de manter o controle da contratação da mão-de-obra por parte da associação, de forma que, sendo ou não verídica a acusação desmentida pela entidade na nota acima, sua existência demonstra que havia um presente incômodo na companhia gerado por tais interesses. Em resposta, a União dos Trabalhadores negou as denúncias, afirmando que não passavam de “boatos”, parte de um “tenebroso plano arquitetado pelo Sr. Coronel agente da Lloyd”⁴¹. Como represália declarou traidores todos os sócios envolvidos, expulsando-os de acordo com seus estatutos⁴²: “Será também expulso da sociedade: §1: O que difamar ou rebaixar a Sociedade, transigir com os patrões contra os interesses e ordens sociais, trair a sociedade ou a qualquer companheiro por ocasião de greves”⁴³. As pendengas entre agentes da Lloyd e União dos Trabalhadores continuaram, com denúncias e reclamações de ambos os lados envolvendo até mesmo as forças policiais locais.

Continuam os empregados da agência Lloyd Brasileiro, nesta capital, na faina inglória de intrigarem a Sociedade que dirijo, com as dignas autoridades policiais. (...) cumpre-me vir publicamente desmentir o empregado da referida agência que ontem se achava a

⁴⁰ Ibidem. 04 ago. 1911.

⁴¹ Ibidem, 11 jul. 1911.

⁴² Idem, 14 jul. 1911.

⁴³ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos. 12 set. 1910. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 14 set. 1910. n. 4630. Cap. IV, art. 26. (BPESC).

serviço no paquete *Laguna*, atracado ao trapiche na *Rita Maria*. Mentiu e mentiu descaradamente o aludido empregado quando informou ao (...) chefe de polícia, que a S. União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis, estava impedindo o trabalho, tendo invadido o depósito do Lloyd bem como o navio, com o intuito de espancar a turma dos trabalhadores que lá se achava. (...)

Quando há uma ‘cena de pugilato entre pessoas gradas’, embora pertençam a mais alta e aristocrática associação, não se ouve citar o nome da mesma como responsável pelo fato, entretanto hoje, os associados na ‘União dos Trabalhadores, não podem ter a mas simples discussão, que não apareçam os apavorados gritando ‘Aqui Del Rei’ estamos todos perdidos! Precisamos para tranqüilidade pública, ‘para segurança dos nossos interesses’, para a estabilidade do comércio e para a consolidação da República, que seja sumariamente dissolvida a ‘União dos Trabalhadores’, ou a sociedade do João Câncio, como eles chamam.

Entretanto, as autoridades policiais, no louvável intento de mantenedoras da ordem pública, correndo ao local onde se estão dando os ‘crimes’, onde a liberdade do trabalhador ‘está sendo cerceada’ e o que encontram? Fantasma ‘nos cérebros dos intrigantes!

A S. ‘União Beneficente dos trabalhadores de Florianópolis não é responsável por fatos isolados dos seus associados (...) Direi ainda mais, aos meus gratuitos inimigos: quando eu tiver de chamar às contas os intrigantes, o farei com a responsabilidade da minha humilde individualidade e não como presidente da ‘União dos Trabalhadores’, por isso, será de bom aviso, não mais envolverem nas suas intrigas o nome imaculado da corporação operária que tenho a honra de administrar⁴⁴

Percebe-se na nota supracitada, um conjunto de desavenças de diferentes ordens que decorria, tanto das atividades desempenhadas pela associação, quanto do engajamento político de suas lideranças. A família Blum era extremamente envolvida na política local⁴⁵ e embora Emilio e Heitor Blum fossem, dentro do Partido Republicano, correligionários de Hercílio Luz, da mesma maneira que João Câncio de Souza, presidente da União dos Trabalhadores, não é de se duvidar que existissem dissensões políticas e pessoais entre eles. Por outro lado, as informações apontam para o fato de que os agentes da Lloyd sentiam-se mesmo incomodados com as formas utilizadas pela União dos Trabalhadores para se entremeter no processo produtivo e com as conseqüências dessa interferência – percepção esta que independe de se conhecer qual dos dois lados mentia sobre a verdade dos fatos.

Em outros momentos, também se expressam relações conflituosas referentes à contratação de mão de obra entre a União dos Trabalhadores e Companhias de navegação:

De ordem do Sr. Presidente, aviso a quem interessar possa, que o serviço de descarga de carvão que se está efetuando pela barca russa “Dorothea”, ancorada nos Ratonés e

⁴⁴ Jornal *Folha do Comércio*. Florianópolis, 18 jul. 1911.

⁴⁵ O Tenente Capitão Emilio Blum era correligionário de Hercílio Luz desde a Revolta Federalista, assumiu o cargo de Superintendente Municipal de Florianópolis nos anos de 1890, 1891, 1899 e 1901. Da mesma maneira, seu filho Heitor, assumiu o cargo de prefeito da cidade nos anos de 1927 a 1930.

consignada à firma comercial desta praça Brando & Cia., não é feita pelos nossos companheiros associados, motivo pelo qual, esta Associação não se responsabiliza por qualquer incidente que se der na referida descarga. Outrossim, previno aos companheiros associados que os estivadores José Maria de Mattos e Fabio Duarte Silva, que estão trabalhando na aludida descarga de carvão, foram expulsos desta corporação, a bem dos interesses da mesma⁴⁶.

Ao que tudo indica, os estivadores José Maria de Mattos e Fabio Duarte da Silva foram expulsos da União dos Trabalhadores por se manterem trabalhando em uma empresa, que, por motivos desconhecidos, não possuía acordo com a referida associação. Esse fato demonstra, mais uma vez, a tentativa de controle da entidade em relação à mão-de-obra, tanto exercendo pressão sobre as companhias a fim de se estabelecer como a responsável pela contratação dos trabalhadores, quanto controle sobre seus associados para que trabalhassem apenas com empresas com as quais mantinha relações.

Apesar dessa relação conflituosa estabelecida entre a União dos Trabalhadores e os agentes de navegação, a entidade aos poucos foi avançando através de conquistas pontuais e de uma postura cada vez mais ousada. Em 1919, por exemplo, a associação aprovou em assembléia geral dois nomes de sócios para atuarem como capatazes de cada agência de navegação estabelecida na cidade e um fiscal geral para supervisioná-los, a fim de “melhor poder regularizar os serviços de estiva neste porto”⁴⁷. Informou esta deliberação aos agentes através de uma circular com a lista nominal dos tais capatazes, a qual publicou na imprensa por dias a fio, apresentando sua decisão quase como uma imposição que por fim solicitava dos agentes “vosso acordo e vossa consideração”⁴⁸, mais como uma retórica necessária do que como um pedido funcional.

O principal acordo realizado pela União dos Trabalhadores com uma companhia de navegação se deu em março de 1920, quando assumiu a realização dos serviços de estiva da Companhia de Navegação Costeira. As informações a respeito do acordo e dos procedimentos a serem seguidos na execução do mesmo foram expedidas em um ofício enviado pela associação ao governador do Estado. Neste, a entidade afirmava que os valores a serem pagos pelas horas – e tipo de trabalho executado – seguiriam uma tabela deliberada pela própria instituição a qual, segundo ela mesma, já vinha sendo respeitada por todas as agências do porto de Florianópolis –

⁴⁶ Jornal *Folha do Comércio*. Florianópolis, 21 jun. 1911. (BPESC).

⁴⁷ Jornal *República*. Florianópolis, 24 ago. 1919, n.266. (BPESC).

⁴⁸ Idem.

(vide anexo 10). Nesse acordo, a associação se colocava mais uma vez como representante dos trabalhadores, reafirmando diversas reivindicações antigas da categoria:

Outrossim, esta Sociedade também compromete-se a fornecer uma turma de trabalhadores empregados a mês para os referidos acima e a disposição do Sr. Agente, no preço de 150\$000 mensais para cada trabalhador, sendo porém, o dia de 8 horas de trabalho, de acordo com as deliberações tomadas na Circular que junto acompanha e que V. exa verá e 1\$000 por excesso de hora de trabalho para cada homem. Comprometendo-se esta Sociedade a fazer cumprir o dever e direito dos seus associados dentro da ordem⁴⁹.

Todavia, nesse acordo novamente a entidade não alcançou o poder de administrar de forma total a contratação da força produtiva, embora aparentemente na prática continuasse procurando (mesmo que à força) fazer valer tal poder. Os agentes, ao que tudo indica, se preocupavam em deixar sempre muito claro os limites que seus acordos impunham, provavelmente por perceberem a necessidade de tal ação.

Ilmo Sr. Diretor do jornal “A República” Florianópolis. Amigo e Sr. tendo o vosso jornal publicado uma declaração assinada pela Diretoria da S. União dos Trabalhadores desta cidade, venho declarar ser inexato o que, com relação diz a esta companhia. V.S. assim como todos sabem que o único representante da Companhia Nacional de Navegação Costeira nesta cidade é o abaixo assinado, que acordou em aceitar dez homens pertencentes a associação dos trabalhadores para a estiva de 20 homens que tem de fazer o serviço da Companhia. Pedindo a publicação desta, subscrevo-me com estima e consideração. De V.S. Amigo atencioso Leonel Heliodoro da Luz⁵⁰.

Sem desistir, a associação procurava avançar em suas conquistas, encaminhando, junto à tentativa de expandir seus domínios, diversas outras lutas que compunham o quadro de reivindicações mais comuns e necessárias do universo desses trabalhadores. Desde seus estatutos de fundação, apresentava como parte de suas obrigações “intervir pelos meios a seu alcance e de acordo com a lei, em todas as questões que por ventura se suscitem por motivos de salários, horas de trabalho e regalias de classe”⁵¹. Nesse sentido, sua principal campanha se deu pela conquista de jornadas de 8 horas de trabalho – questão que compunha sua pauta de lutas desde sua

⁴⁹ Ofício da União dos Trabalhadores para o Governador do Estado. Florianópolis, 30 de março de 1920. Cx. 14, fl. 110. (G/S. GNE D - APESC).

⁵⁰ Jornal *República*. Florianópolis, 11 abr. 1920, n. 456.

⁵¹ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos. 12 set. 1910. In: Jornal *O Dia*, Florianópolis, 14 set. 1910. n. 4630. Cap. I, art. 01. (BPESC).

fundação, o que pode ser percebido nos acordos apresentados às Companhias de navegação acima citados.

Em 1919, ano em que as reivindicações dos trabalhadores ficaram claras com o forte agito nacional ocasionado pela organização de greves gerais em diversos estados brasileiros – parando São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia⁵² – fortes campanhas pelas 8 horas de trabalho se desenrolaram na capital catarinense, sendo encampadas pelas mais diferentes categorias. Notícias de paralisações, manifestações e acordos ocupavam diariamente as folhas dos jornais locais.

Estiveram ontem pela manhã, na redação desta folha os operários do Sr. Miguel Tertischitsch, que anteontem se havia declarado em greve pacífica reclamando oito horas de trabalho e 25% de aumento nos salários. Esses operários vieram comunicar que o Sr. Miguel já lhes concedeu o privilégio do dia de oito horas⁵³.

Os pedreiros que trabalham nas obras dirigidas pelo construtor Sr. Theodoro Gründel na Praça 15 de Novembro, declararam-se ontem em greve pacífica. Os grevistas reclamavam 8 horas de trabalho⁵⁴.

(O) Zeloso Superintendente Municipal, vem de adotar o dia de 8 horas de trabalho para os operários, jornaleiros mensalistas e diaristas a serviço da Municipalidade⁵⁵

O nosso conterrâneo, João Baptista Sabino, proprietário da Fábrica de Café e Serraria, situada na Praia de Fora, resolveu conceder, espontaneamente, aos seus operários (...) o dia de 8 horas de trabalho (...)⁵⁶

O Sr. Oscar Rosas, diretor da *República* e da *Imprensa Oficial*, dispensou aos operários de suas oficinas as vantagens de 8 horas de trabalho e o aumento de 20% nos seus vencimentos⁵⁷.

A União dos Trabalhadores de Florianópolis, dentre as instituições do gênero, foi a que teve, neste momento, a atuação mais destacada, colocando-se como articuladora e representante dos interesses dos estivadores. Apresentou o extrato de suas reivindicações em uma carta manifesto de 01 de junho de 1919, a qual enviou para os patrões e imprensa local:

A ‘Sociedade União dos Trabalhadores de Florianópolis’, interpretando o sentir dos seus associados, está pugnando pela concessão do dia de 8 horas.
Neste sentido dirigiu-nos a seguinte carta:

⁵² REZENDE, Antonio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994, p. 21/22.

⁵³ *Jornal República*. Florianópolis, 23 maio 1919, n.189.

⁵⁴ *Ibidem*. 27 maio 1919, n. 192.

⁵⁵ *Ibidem*. 28 maio 1919, n. 193.

⁵⁶ *Ibidem*. 30 maio 1919, n.195.

⁵⁷ *Ibidem*, 01 jun. 1919, n.197.

Ilmo. Sr. Redator da “República”: “A ‘Sociedade União dos Trabalhadores de Florianópolis’ tem o prazer de levar ao vosso conhecimento que, em sessão de assembléia geral, realizada no dia 26 do corrente, deliberou solicitar dos patrões o dia de 8 horas, justa e antiga aspiração de todos os trabalhadores, já conquistada pelas demais classes desta Capital.

Decidiram, ainda, tendo em vista as enormes dificuldades de vida criadas pela carestia, solicitarem também um aumento de 25% sobre os preços atuais dos serviços, com o pagamento das horas excedentes daquele prazo.

Para os que trabalham por volume ficou deliberado solicitar-se um aumento de 30% sobre os preços atuais, sem outras obrigações quanto às horas de trabalho. Iguais regalias reivindica para os que trabalham em embarcações, nos serviços de carga e descarga.

Caso nos sejam concedido todos esses favores, como esperamos que o sejam, porque são razoáveis e justos, pedimos que entrem em vigor essas novas disposições em 1º de junho próximo.

A ‘*União Beneficente dos Trabalhadores*’, interpretando assim o sentir unânime de todos os trabalhadores de Florianópolis, pede encarecidamente a V. S. se digne a conceder-lhes os favores que ora pedem. E assim procede certa de que não lhe negareis o apoio e a simpatia com que sempre animais todas as causas boas e justas.

Confiante no valor do concurso que não haveis de negar, a ‘União Beneficente dos Trabalhadores’, exprime o sentir de todos os trabalhadores de Florianópolis, testemunhando-lhe profunda gratidão.

Aproveita a oportunidade para apresentar os seus protestos de viva estima e consideração.

Florianópolis, 1º de junho de 1919⁵⁸.

Com tal “acordo” em mãos, a associação passou a pressionar as Companhias de navegação para que aderissem e se adequassem às novas exigências dos trabalhadores, o que aos poucos foi conquistando.

De ordem da Diretoria, levo ao conhecimento dos companheiros de trabalho e das demais casas comerciais desta praça, que a casa *Hoepcke, Irmão e Comp.*, oficiou a esta diretoria, comunicando estar de acordo com as fórmulas expedidas por esta Sociedade, em 1º do corrente, dando as justas aspirações de 8 horas de trabalho e 25% sobre os seus salários e pagando os excessos de horas regularizado com os seus trabalhadores. Em vista disso a Diretoria não podia deixar de agradecer esta justa consideração que a firma acima acaba de nos conceder.

A Diretoria espera as adesões das demais casas que ainda não o fizeram.⁵⁹

Grande número de agências aderiu, porém, como de costume, muitas, aos poucos, foram voltando atrás, ou mesmo nem colocaram em prática as novas deliberações. Em relação a tal situação, a União dos Trabalhadores passou a exigir que os acordos estabelecidos fossem mantidos, buscando soluções junto aos poderes públicos

Ao governador: Hercílio Pedro da Luz:

⁵⁸ Jornal *República*. Florianópolis, 04 jun. 1919, n. 199. (BPESC).

⁵⁹ *Ibidem*, 10 jun. 1919, n. 204.

Sentimo-nos acanhado em ocupar a honrada atenção de V. Exa., em levar ao vosso conhecimento que esta Sociedade em Circulares dirigidas em 1 de junho do ano próximo passado, a diversas casas Comerciais desta Praça, na qual esta Sociedade (...) pedindo para ser considerado o dia de 8 horas de trabalho para os nossos companheiros, trabalhadores e sendo por esta ocasião aceito o nosso pedido por alguns dos Snr. Comerciantes, os quais no correr do tempo não mais quiseram sujeitar-se a nosso pedido, que hoje presentemente os nossos companheiros, trabalhadores sujeitaram-se a trabalharem 10 a 11 horas no dia, sem direito a reclamar, sendo os mesmos ameaçados de irem para rua, caso reclame o direito das horas e sendo estes companheiros trabalhadores diaristas. Em vista dessa pressão aos nossos companheiros, esta Diretoria, não querendo ir de encontro ao procedimentos dos Snr. Negociantes que podem prejudicar aos nossos companheiros.

Vem merecer de V. Exa a vossa honrada atenção neste sentido de acordo com a lei do trabalho em vigor, se poderemos novamente officiar aos referidos patrões, solicitando às 8 horas de trabalho de acordo com a lei. Neste sentido a Diretoria confiada no espírito justiceiro de V. Exa que sempre nos tem dispensado. Aproveitamos a ocasião para apresentar a V. Exa os bons votos de grande estima e mui distinta consideração⁶⁰.

A respeito do desfecho de tal situação, infelizmente, não se localizou informações, mas mesmo sem saber exatamente que fim teve tal movimento é interessante avaliar a existência do mesmo e, principalmente, a maneira segura e altiva assumida pela instituição no decorrer de sua atuação.

Neste mesmo momento, outras associações assumiam campanhas de interesse direto das categorias a que representavam. No movimento acima citado, ocorrido em 1919, quando diversos conjuntos de trabalhadores se organizaram para reivindicar o direito de jornadas de 8 horas, categorias ainda menos favorecidas do que os estivadores exigiam um dia de descanso semanal – entre elas os padeiros e trabalhadores de farmácias. Contudo, esta campanha não iniciava para eles naquele momento, mas sim muitos anos antes, quando todos os trabalhadores do comércio lutavam por tal direito.

Tudo indica que os poderes públicos haviam aprovado uma postura municipal que obrigara o fechamento das portas aos domingos após as 9 horas da manhã, antes de 1873, pois nesse ano ocorreu um movimento de negociantes locais, que entraram com um pedido na Câmara Municipal solicitando a abolição de tal postura, o que foi negado transformando o 11 de agosto de 1873 numa data a ser comemorada pelos caixeiros como um dia de vitória⁶¹.

Em algum momento, entre 1873 e 1899, comerciantes conseguiram revogar a decisão acerca do descanso semanal, pois, em 1899, outra campanha pelo fechamento das portas foi

⁶⁰ Ofício da União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis ao Governador do Estado. Florianópolis, 02 de fevereiro de 1920. Cx. 15, fl. 87. (G/S. GNE D - APESC).

⁶¹ Jornal *O Caixeiro*. Órgão da classe caixeiral. Florianópolis, 13 ago. 1882, n.3, ano I; *Ibidem*, 22 abril 1883, n.38, ano I. (BPESC).

novamente organizada, obtendo sucesso em 14 de maio, quando foi aprovada pela Câmara Municipal a lei do descanso dominical. Desde então, esta se tornou uma data festiva comemorada anualmente pelas associações dos empregados no comércio, principalmente pela Associação dos Empregados no Comércio (ASSECC) que assumiu pra si os méritos de tal conquista.

Foi a 14 de maio de 1899, que o comércio desta praça recebeu a grata nova, de que o Conselho Municipal havia decretado o fechamento das portas aos domingos.

Triunfou enfim uma secular campanha.

A Associação, da qual somos os únicos e legítimos representantes, tem sem dúvida nesta decisão do Conselho a sua vitória, porque sem pretensão, digamos, se não fosse ela nada teria sido feito.

Vencemos o indiferentismo, calcando o despótico carrancismo á Associação soube se impor, golpeando de uma vez para sempre uma prática de há muito abolida em outras cidades.

O fechamento do comércio aos domingos tão sabiamente sancionado mereceu, entretanto a reprovação de muitos, que viam nessa resolução a quebra de ferrenhas tradições dos tempos escravocratas.

(...)

O Comércio na qualidade de órgão da Associação saúda aos paladinos dessa campanha vencida⁶².

Porém, da mesma maneira que as demais categorias sofreram recuos em suas conquistas, essa lei também não foi, por muitos, respeitada, levando as associações a assumirem uma postura vigilante e de denúncia.

A Lei... Rota

É deveras estranhável que certos colegas do comércio, desobedecendo à lei ultimamente votada na câmara Municipal, abram as portas de suas casas comerciais aos domingos.

A lei, não é nossos caros colegas, um papel roto, mas uma teoria sensata emanada de espíritos adiantados.

Se existe uma lei, que ordena o fechamento de todo o comércio aos domingos, para que desobedecê-la?

Cumpram a lei, que terão os nossos aplausos, e nunca a reprovação que ora vimos lançar⁶³.

Outras leis que regulamentavam as horas de trabalho dos empregados no comércio foram aprovadas em anos seguintes: em 1912, a lei n. 331, que determinava o fechamento das casas comerciais às 12 horas em dias determinados do ano⁶⁴ e em 1915, a lei n. 383, que proibia que os estabelecimentos comerciais permanecessem abertos após as 18 horas nos meses de abril a

⁶² Jornal *O Commercio*. Florianópolis, 20 maio 1901, n.08, ano I. (BPESC).

⁶³ Ibidem. 13 fev. 1901, ano I, n.01.

⁶⁴ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 30 dez. 1915, n. 8488.

setembro e às 19 horas nos meses de outubro a março⁶⁵. Apesar de todas essas medidas favorecendo os empregados, os donos dos estabelecimentos comerciais mantinham-se bastante irredutíveis, descumprindo as leis e esforçando-se para desacreditar tais determinações. Logo que a lei de 1915 foi aprovada, um grupo de comerciantes entrou com processo de habeas-corpus direcionado à Municipalidade e defendido pelo advogado Nereu Ramos, afim de que pudessem “livremente se locomover, penetrando sem coação de qualquer espécie, nas suas casas comerciais, abrindo e fechando-as nos dias úteis, a hora que bem lhes parecer, cessando, desta forma a coação resultante da lei municipal n. 383”⁶⁶. Esse processo se baseava no fato de que grande parte dos comerciantes de Florianópolis construía seus estabelecimentos comerciais conjugados com suas moradias, em sobrados de dois andares nos quais a parte de cima servia ao lar e a de baixo aos negócios.

(A) necessidade de situar o binômio casa de comércio-moradia num só edifício, não só para segurança do negócio como por não se ter desenvolvido paralelamente qualquer tipo de transporte que facilitasse aos proprietários um deslocamento mais ou menos rápido e eficiente, entre os dois pólos da sua atividade. Para dirigir com eficiência um negócio, era preciso conjugá-lo com o lar, de onde, mesmo na hora da sesta *post-prandial*, poderia haver um olho aberto, para fiscalizar o que se passava na loja...Os que não se dedicavam a atividade comercial, raramente construía sobrados⁶⁷.

Sendo assim, o advogado e seus clientes entendiam que estavam sendo cerceados em sua liberdade de ir e vir de suas próprias casas, as quais funcionavam também como estabelecimento comercial. O processo de habeas-corpus, porém, não alcançou os resultados esperados, por entender a municipalidade que não havia qualquer coação na medida e que, ao contrário, ela visava “dignificadores fins”⁶⁸ que era o descanso de uma classe “digna de proteção e amparo”⁶⁹.

Em 1920, as leis de fechamento das portas aos domingos não eram, ainda, respeitadas por todos, situação denunciada e exposta pelos trabalhadores caixeiros em discursos que atuavam pela “elevação moral da classe”⁷⁰.

⁶⁵ Ibidem, 01 jan. 1916, n. 8505.

⁶⁶ Ibidem, 30 dez. 1915, n. 8488.

⁶⁷ CABRAL, Oswaldo. R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 239.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Termo utilizado em diversos textos elaborados pelos trabalhadores e divulgados pela imprensa local.

Infelizmente há ainda em nosso meio comercial, gente que julga seus caixeiros lacaios e réis, ou simples instrumentos em que possa sem escrúpulos exercer o seu carrancismo e falta de bom senso.

Sábado (...) passando pela Rua Conselheiro Mafra, pude apreciar o belo modo de viver de um comerciante de pouco estabelecido nesta praça com uma importante casa, como dizem, e lá dentro vi os meus colegas de vassoura na mão a lavarem a importantíssima casa do Sr. Carranca.

Além da hora adiantada, que não era pra estar ainda o comércio aberto (8 ½ da noite) (...) talvez o Sr..., ainda não saiba que existem nesta cidade pessoas que encarregam-se de tal serviço⁷¹

Embora tais leis não fossem seguidas amplamente pelos comerciantes locais, eram garantias nas quais os empregados do comércio e suas associações podiam se apoiar para realizar cobranças, uma vez que legalmente regulamentavam os horários e dias de serviço. Apresentavam-se, portanto, enquanto grandes conquistas alcançadas pela categoria que por intermédio de suas associações buscava fazê-las valer. Porém, nem a lei de 1899, nem a de 1915, contemplavam toda a extensão de trabalhadores compreendidos como empregados do comércio, como pode ser observado no texto desenvolvido por ambas. O conteúdo da lei aprovada em 1899 era o seguinte:

Artigo 102 - É proibido:

§1: Abrir antes das 5 horas da manhã, no verão, e das 6 no inverno, e conservar aberto depois das 10h da noite, na primeira daquelas estações e das 9, na segunda, qualquer estabelecimento comercial, a exceção das farmácias, hotéis e bilhares.

§2: conservar aberta aos domingos, das 9 horas da manhã em diante as casas de negócios, fábricas e oficinas do município, qualquer que seja sua natureza e denominação.

§3: Vender ou comprar artigos ou gêneros de comércio depois de fechadas as portas conforme § precedente.

Artigo 103: Não são compreendidas nos §§2º e 3º do artigo precedente as *pharmácias*, *padarias*, cafés, hotéis, cigarrarias, praça do mercado e suas casinhas⁷².

E a lei de 1915 se organizava de maneira bastante parecida:

Art. 1: Fica proibido conservar abertas as portas das casas comerciais depois das 18 horas nos meses de abril a setembro e das 19 horas nos meses de outubro a março, todos os dias úteis inclusive as casas comerciais que também servem de moradia.

§1: As horas de abrirem-se as portas de moradia

⁷¹ Jornal *CPC* – Curso Prático de Comércio. Florianópolis, 15 out. 1920, n.05, ano I. (BPESC).

⁷² NOSSA SENHORA DO DESTERRO Código de Posturas, 1889. Título 4, cap. VI, art. 102: Sobre Armazéns, Tabernas, Confeitarias e Quitandas. Lex: *Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Desterro*: Tipografia da Regeneração. 1889. p. 20/21. (BPESC).

§2. A abertura e o fechamento das tavernas serão regulados de conformidade com o disposto no §1º do art. 108 do Código de Posturas.

Art. 2: Exetuum-se das disposições do art. 1º.

§único: os hotéis, restaurantes, botequins, cafés, padarias, confeitarias, bares, farmácias, salões de bilhares, salões de engraxates, escritórios de agências, casas de caixões e artigos funerais, quitandas ou casas de frutas, livrarias e salões de barbeiros⁷³.

Algumas categorias, como a de empregados em farmácias e em padarias, ficaram, portanto, excluídas dessas determinações, justamente por participarem de um mercado singular em relação às demais atividades comerciais, exigindo assim, uma organização própria que respeitasse as especificidades de suas funções.

A primeira demonstração de insatisfação por parte dos empregados em farmácias se deu em setembro de 1900. Como forma de solucionar o que os diferenciava dos demais comerciantes, se propuseram a implementar um sistema de plantões, de forma que pudessem manter apenas um dos estabelecimentos farmacêuticos aberto por domingo enquanto os demais ficavam livres para dispensar seus empregados dos serviços, num revezamento semanal. Essa iniciativa teve apoio do Grêmio Instrutivo, que não se envolveu muito nas questões organizativas e manteve-se mais como expectador do processo⁷⁴. Nesse momento, a campanha não foi vitoriosa, pois um dos proprietários de farmácia da cidade não aderiu à proposta, demonstrando a fragilidade da organização. No ano de 1923, percebe-se, pelas notícias dos jornais, que a organização de plantões estava sendo executada, porém não sem causar estranhamento e reclamações.

Entre as farmácias desta capital ficou estabelecido que cada domingo uma delas ficaria “de dia” ou “de plantão” enquanto as outras fechariam. Ontem às 11 horas da noite, porém, o Sr. Antonio Fleury Barbosa teve a necessidade de um pouco de álcool (...) havendo batido na Farmácia da Fé, a quem tocava o “plantão” daquela noite, não conseguiu de forma alguma que lhe abrissem a porta. Perdendo a “esperança” de conseguir o que desejava (...) foi bater a Farmácia Santo Agostinho e só ali obteve o que desejava. Desistimos dos comentários⁷⁵.

Aos poucos, tal sistema foi se organizando e se naturalizando na cidade, de maneira que, ainda que lenta e gradualmente, se configurou como uma conquista dos trabalhadores diretamente envolvidos. Embora a participação das associações do Comércio tenha sido singela nesse caso,

⁷³ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 12 dez. 1915, n. 8471. (BPESC).

⁷⁴ Jornal *O Mercantil*, Florianópolis, 30 set. 1900, n. 02, ano I. (BPESC).

⁷⁵ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 13 fev. 1923, n. 2594. (BPESC).

elas se fizeram presentes através de denúncia e incentivo, oferecido, no caso em questão, pelo Grêmio Instrutivo.

A reivindicação do dia de descanso dos padeiros, por sua vez, embora estes fossem considerados também trabalhadores do comércio, foi assumida por sua associação de ofício, a União Beneficente dos Padeiros. Tal reivindicação, de um dia na semana livre, gerou forte repercussão na cidade, pois envolvia diretamente a população, uma vez que colocava em risco o pão fresco de domingo. As primeiras reportagens noticiando a situação informavam que trabalhadores de duas grandes padarias da cidade haviam declarado greve e depois procurado os poderes públicos para que intervissem a seu favor:

Os operários empregados nas padarias dos srs. João Moritz, Domingos da Silva e João Mathias, declararam-se em greve pacífica, reclamando aumento de salário e folga de sábado para domingo (...) os honrados operários estiveram na Superintendência Municipal (...) O Sr. Capitão João de Oliveira Carvalho (superintendente Municipal) propôs que os padeiros efetuassem uma reunião e nomeassem delegados com plenos poderes para se entenderem com os patrões (...) o Sr. Francisco de Mello, proprietário da padaria 1º de Dezembro, (...) nos declarou que o que já tinha ficado resolvido entre os proprietários das diversas padarias e os operários é (...) o aumento de salário que os operários conseguiram. Não lhes podia, porém, conceder o descanso de sábado para domingo, porque a população não pode ficar privada de pão nesse dia⁷⁶.

O superintendente municipal agendou então a sugerida reunião para discutir soluções com os trabalhadores e os donos de padaria. Do lado dos trabalhadores, participou uma comissão eleita em reunião da União Beneficente dos Padeiros⁷⁷ e do lado dos proprietários, contou-se com a participação dos próprios, uma vez que não eram numerosos. A solução alcançada neste momento procurou atender aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, não diminuir os lucros dos patrões, como demonstra a nota divulgada na imprensa local, na qual constava a assinatura de seis proprietários de oito das principais padarias da cidade:

Os abaixo assinados declaram aos seus fregueses que, para facilitarem o serviço de seus empregados e diminuírem o horário resolveram de comum acordo o seguinte:
De 1 de junho vindouro em diante o pão será maior no peso e custará 100 (cem réis) cada um, tanto para os amáveis fregueses como para o varejo; aos domingos o pão da tarde será fabricado com os da manhã e entregues a domicílio na manhã de domingo.
Este foi o meio que encontramos para atendermos às justas reclamações de nossos empregados, ficando assim a nossa amável freguesia sem prejuízo de seus interesses e nossos empregados com maior descanso e maiores vencimentos.
(...) Domingos da Silva

⁷⁶ Jornal *República*. Florianópolis, 24 maio 1919, n. 190. (BPESC).

⁷⁷ *Ibidem*, 27 maio 1919, n. 192.

Francisco Treska
 Euzébio Nicolau da Silva
 João Moritz
 Mathias e Cia
 Affonso Assis e Cia⁷⁸

Aparentemente, as novas medidas não foram muito bem recebidas pela população, pois, apenas dois dias depois de implementadas, correram boatos “de que seriam assaltadas as padarias e as suas bancas no Mercado”⁷⁹, o que levou uma comissão assustada de proprietários a procurarem proteção policial e alguns deles ainda a recuarem em sua decisão, tornando a oferecer o pão com o preço e a medida utilizada antes da reunião acima citada⁸⁰. Ao que tudo indica, no decorrer do tempo os demais donos de padaria recuaram também na decisão acertada com seus trabalhadores, repetindo o mesmo tipo de procedimento dos agentes de Companhias de navegação e dos donos de Casas Comerciais apresentados anteriormente. Assim, o dia de descanso semanal dos trabalhadores de padarias foi sendo esquecido e perdido com o passar do tempo, de maneira que em 1923, as campanhas reivindicando o mesmo direito e, envolvendo os mesmos agentes sociais, reiniciaram. Dessa vez – de acordo com as notícias veiculadas nos jornais – os padeiros estavam mais bem organizados, apresentando um discurso engajado e militante, no qual se autodenominavam “padeiros-operários”.

São condenados pelo júri da ambição desmedida de seus patrões, a trabalharem das 7 da noite até meio dia restando-lhes apenas 7.
 Nestas 7 horas, está o descanso, o cuidado reclamado pela higiene, o folhear de um livro, o carinho dos seus.
 É ser desumano
 E não reclamaram
 E não reclamaram por quê?
 Porque nem todos têm a perfeita noção do seu valor, desconhecem os seus direitos, não possuem aspirações⁸¹.

Porém, de todas as notícias de jornal que saíram no período a respeito do caso, nenhuma mencionava a participação da União Beneficente dos Padeiros – não sendo possível avaliar seu engajamento e atuação e nem mesmo saber se a entidade continuava existindo. Da mesma forma, as notícias também não permitem uma compreensão acerca do desfecho final dessa história.

⁷⁸ Ibidem, 30 maio 1919, n. 195.

⁷⁹ Jornal *República*. Florianópolis, 03 jun. 1919, n.198. (BPESC).

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem, 22 fev. 1923, n.1281. (BPESC).

Tais situações, mesmo que apresentem um engajamento mínimo das associações envolvidas, demonstram que a representação dos trabalhadores em questões diretamente relacionadas ao desempenho do trabalho era parte das obrigações e responsabilidades assumidas por essas entidades. De forma que campanhas seculares – como a de 8 horas de trabalho e o direito a um dia de descanso semanal – as quais exigiam embate e exposição, tiveram sua importância discutida, introjetada e, cada qual a sua maneira, colocadas em prática por tais associações.

Mas em sua atividade cotidiana as associações demonstravam esse engajamento em diversas outras posturas visando melhorar as condições de vida dos trabalhadores, sendo estas menos fenomenais e mais intrínsecas à suas ações. Entre elas, a intenção de atuar pela colocação do trabalhador no mercado de trabalho quando desempregado, ou de prestar auxílio jurídico em casos de necessidades.

Mesmo a preocupação presente em muitas associações de informar e instruir o sócio tinha esse sentido, uma vez que capacitava e instrumentalizava o trabalhador na busca individual por melhores condições de vida. A União dos Trabalhadores possuía o costume de, em sutis notas de jornal, apresentar informações a respeito de direitos conquistados para um conjunto ou mesmo a massa de trabalhadores, incitando veladamente os trabalhadores a agirem. Em 1910, por exemplo, veiculou “para conhecimento de nossos companheiros”⁸² o artigo 41 e 48 da lei federal n. 2221 de 30 de dezembro de 1909, que fixava a despesa para o ano de 1910, sob o argumento de informar “as vantagens e direitos dos trabalhadores, operários e diaristas ao serviço do governo federal”⁸³, uma vez que tais artigos definiam o abono de até três meses em caso de atestado médico e integral durante um ano em caso de acidentes de trabalho, e da mesma maneira, salário para aqueles que trabalhassem em dias facultativos, feriados e domingos. Em 1919, a associação publicou um comunicado recebido do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em que o órgão respondia questões relativas aos direitos dos trabalhadores em casos de acidentes de trabalho e a forma como se deveria proceder para assegurá-los⁸⁴.

Os cursos oferecidos pelas escolas criadas internamente nas associações tinham uma funcionalidade parecida, pois almejavam proporcionar instrução e profissionalização aos

⁸² Jornal *O Dia*. Florianópolis, 24 nov. 1910, n. 4688. (BPESC).

⁸³ Idem.

⁸⁴ Jornal *República*. Florianópolis, 02 ago. 1919, n. 247. (BPESC).

associados com o objetivo de capacitar melhor o exercício de seus ofícios⁸⁵ – caso verificado no Grêmio Instrutivo dos Empregados no Comércio, na Associação dos Empregados do Comércio, na União dos Trabalhadores de Florianópolis e na União Beneficente Operária.

Todas essas questões demonstram que as associações possuíam, algumas em maior, outras em menor grau, a intenção de se envolver diretamente no mundo do trabalho do qual seus associados faziam parte, inserindo-se, ou almejando inserir-se, de tal maneira que sua influência ultrapassasse as barreiras da instituição. Atingindo assim, todos os trabalhadores pertencentes àquelas relações, influenciando e ganhando espaço junto a patrões e poderes públicos, apresentando-se como referência dos trabalhadores da cidade e mesmo da própria classe.

Se por um lado essas associações se constituíam enquanto base na qual os trabalhadores procuravam apoio, por outro se configuravam como canal de acesso aos mesmos, tanto para a classe dominante quanto para os poderes constituídos. Um exemplo disso é que em 1927, quando o governo do Estado nomeou para o município de Florianópolis um inspetor de veículos, este logo procurou pela União Beneficente dos *Chauffeurs* para, em uma reunião de assembléia geral, entregar um regulamento tratando de suas funções e para declarar aos sócios da entidade que “trabalharia em benefício da nossa classe”⁸⁶. Analogamente, em 1930, o delegado municipal procurou pela instituição a fim de encontrar uma parceira para disciplinar e fiscalizar os *chauffeurs* – como será melhor abordado mais adiante. Neste caso, a delegacia encontrou na associação mais do que um simples canal de comunicação, encontrou uma forte aliada.

4.2. Disciplinando o trabalhador

Grande parte das associações assumia, desde sua fundação e já na elaboração de seus estatutos, um discurso moralizador, buscando orientar o comportamento de seus sócios e interferir em suas condutas pessoais. Tais discursos possuíam inúmeras motivações e intenções, expondo-se nas mais variadas formas, que iam desde definições estatutárias até a elaboração de

⁸⁵ BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL. Sociedades Operárias e Mutualismo*. n. 10/11, v. 06, Campinas: UNICAMP/IFCH, 1999. p. 50.

⁸⁶ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n.23, assembléia geral de 23 set. 1927. fl.22v. (Arquivo da Associação).

campanhas disciplinadoras e mesmo de atividades com caráter coercitivo e de repressão de costumes socialmente condenados.

Estatutariamente, vinham dissolvidos nos mais variados regulamentos, destacando-se primeiramente os requisitos necessários à admissão, os quais consistiam não apenas em questões objetivas (como idade, saúde, e pagamentos), mas também se baseavam em ter “reconhecida moralidade”⁸⁷, “trabalhar por qualquer arte ou ofício (...) que constitua trabalho normal”⁸⁸ ou “gozar de geral boa nota de conduta”⁸⁹, entre outras formas de apresentar o mesmo interesse. Nesse sentido, chegava-se a situações bem delicadas, como no caso da União Operária e da União dos Carroceiros, em que se previa um processo eleitoral, com voto secreto, para aceitar ou não, um proposto que tivesse sido “alvo de discussão que lhe afete a moral”⁹⁰. Em algumas associações, havia ainda a necessidade de que o futuro associado nunca tivesse se envolvido em processos judiciais que de alguma maneira *desabonassem* a moral da classe à qual fazia parte.

Com relação às mulheres, os requisitos morais necessários à admissão, se expressavam de maneira ainda mais direta: “as senhoras reconhecidamente honestas, e mesmo meninas de menor idade, poderão fazer parte desta associação enquanto viverem honestamente”⁹¹. Na maioria das entidades, as mulheres eram alvo de discurso moral também quando se tratava do pagamento de pecúlios aos familiares de sócios falecidos:

Art. 35: quando o sócio falecido for solteiro, sua mãe terá direito a pensão somente se for viúva e viver honestamente.

⁸⁷ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 21 dez 1917. Livro 03, fl. 98. Cap. V, art. 11. (CFRC); *Ibidem*. Florianópolis: Tipografia São José, 1929. fl. 13. Cap. V, art. 13 (Arquivo da Associação); UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. Florianópolis: ed. Escola de Aprendiz Artífices, 1922. Cap. VI, art. 17, p. 11. (cópia cedida por Vera Regina Martins Collaço); LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE, Florianópolis. Estatutos, 25 jan. 1925. Livro 03, fl. 21v. Cap. V. (CFRC); UNIÃO BENEFICENTE DOS CARROCEIROS. Estatutos, Florianópolis. Imprensa Oficial do Estado, 1938. Cap.V, art. 15. p. 08. (BPESC).

⁸⁸ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 21 dez 1917. Livro 03, fl. 98, Cap. V art. 11. (CFRC). Com a reforma estatutária de 1929 esta colocação deixa de constar nos Estatutos.

⁸⁹ CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO, Florianópolis. Estatutos, 09 maio 1907. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 01 jun. 1907, n.1878. Cap. I, art. 02. (BPESC); ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E RECREATIVA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO. Estatutos, Florianópolis: Gabinete Sul Americano, 1900, Cap. II, art. 05. (BPESC); CONGREGAÇÃO DOS MARÍTIMOS E PESCADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Estatutos, Florianópolis: Escola de Aprendiz Artífices, 1925. Art. 04. (BPESC).

⁹⁰ UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. Florianópolis: ed. Escola de Aprendiz Artífices, 1922. Cap. VI, art. 20, p. 11. (cópia cedida por Vera Regina Martins Collaço); UNIÃO BENEFICENTE DOS CARROCEIROS. Estatutos, Florianópolis. Imprensa Oficial do Estado, 1938. Cap. V, art. 18. p 08. (BPESC).

⁹¹ UNIÃO BENEFICENTE DOS LABORADORES, Florianópolis. Estatutos, 31 out. 1911. Livro 02, fl. 07, Cap. II art. 05. (CFRC).

§1º Ainda no caso de ser o sócio filho natural terá direito sua mãe se provar sua honestidade

Art. 36: As pensões concedidas às viúvas e às filhas dos sócios viúvos falecidos cessarão de ser pagas logo que a pensionista casar ou deixar de viver honestamente⁹².

Além dessas imposições morais para a realização do pagamento de benefícios, muitas outras existiam, voltadas ao corpo de membros em geral:

Art. 63: (não tem direito aos artigos 59 e 60 companheiro com) sífilis (salvo complicações), alcoolismo e outras moléstias produzidas por vícios condenados pela moral, nem o que for vítima de desastres em <esportes> tais como: caçadas, corridas de cavalo, automóveis, bicicletas, regatas, <foot-ball>, tiro ao alvo, luta romana, etc, etc⁹³.

Art.24 – O sócio que por moléstia crônica, desastre ou avançada idade, ficar absolutamente impossibilitado de angariar os meios de subsistência perceberá uma pensão de invalidez (...)

Art.26 - Perdem o direito às respectivas quotas os sócios que casarem ou deixarem de viver honestamente.

§ Único – Excetuam-se, porém, da proibição do casamento unicamente aqueles que vivendo amasiados há tempos, procurem fazê-lo a bem da moralidade⁹⁴.

Atrelava-se, dessa maneira, o direito ao socorro a uma condição por merecê-lo. Condição bastante subjetiva, diga-se de passagem, uma vez que era julgada e avaliada pela diretoria a partir de um parecer da Comissão de Sindicância, que atuava de maneira investigativa, apresentando critérios de avaliação bastante frágeis:

Com a palavra o Sr. João Barbato (membro da Comissão de Sindicância) levou ao conhecimento da casa a má conduta da sra. D. Maria Protasio, pensionista desta sociedade, sob o seu modo de viver honestamente, e propondo para ser suspensa a pensão da mesma sra. Consultada a diretoria sob o assunto resolveu a mesma por unanimidade de votos e de acordo com o que dispõe o artigo 30⁹⁵ dos estatutos em vigor, suspender imediatamente a pensão da referida sra. Maria Protasio até que a mesma se justifique com pessoas idôneas, das acusações que lhe são feitas. Igual

⁹² Idem, art. 35,36. fl. 10.

⁹³ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos, 12 set. 1910. In: *Jornal O Dia*. Florianópolis, 15 set. 1910, n. 4631. Cap. IX, art. 63. [BPESC].

⁹⁴ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 18 jul. 1910. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 22 jul. 1910. n. 4786. Cap. IV, art. 26/27; *Ibidem*, Florianópolis. Estatutos, 1918. Livro 03, fl. 99. (CFRC); *Ibidem*, Florianópolis. Estatutos, 04 jun. 1929. Livro 03, fl. 106. (CFRC).

⁹⁵ Art. 30: As pensões distribuídas às viúvas, filhos, mães e irmãs de sócios, serão suspensas logo que se casarem ou deixarem de viver honestamente. § único: Da mesma forma se procederá com as sócias pensionistas (...). In: LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 22 abr. 1903. In: *Jornal O Dia*. Florianópolis, 02 jun. 1903, n. 718. Art. 30.

deliberação tomou a diretoria para com a Sra. Maria Anastácia dos Santos por achar-se esta sra no mesmo caso⁹⁶

Desta maneira, a Comissão de Sindicância era responsável pelo controle da conduta cotidiana dos associados baseando-se em cláusulas estatutárias que apontavam para a eliminação dos sócios que *saissem da linha*. Na Liga Operária, por exemplo, o sócio que possuísse maus hábitos, dentro ou fora da associação, por promover “embaraço a marcha social ou pretender entorpecê-la em seu desenvolvimento”⁹⁷, seria advertido, e caso mantivesse a prática, seria por isso eliminado em decisão de assembléia.

O Sr presidente levou ao conhecimento da mesa que ouvia falar mal da consocia D Iracema Pávoas de Sequeira, que achava que deveria se discutir o caso para que se necessário seria eliminada, com a palavra o consócio tesoureiro Gil Amadeu Beck declarou que não estava bem a par do estatuto neste sentido, mas que julgava que não tinha artigo que eliminasse a consocia por ser desonrada e por tornar-se mãe desde que a mesma viva seriamente e não se prostituí, não pode ser eliminada, o sr presidente consultando os estatutos verificou que o consócio tesoureiro tinha razão, com a palavra o consócio Pedro Evaristo Dias, declarou que o melhor partido a tomar era *sindicar bem o que há de verdadeiro no procedimento da mesma* que acha-se no Rio de Janeiro, o consócio tesoureiro Gil Amadeu Beck ainda com a palavra declarou que bem merecia um voto de censura o tesoureiro Rodolpho de Senna Mello por ter se recusado a cobrar as mensalidades da mesma⁹⁸ (grifo da autora)

Sendo assim, a associação – materializada em seus diretores ou na assembléia geral – se dava o direito de discutir e especular sobre a vida privada de seus associados, verificando se os mesmos estavam agindo de acordo com os abstratos padrões de moralidade exigidos estatutariamente. Os casos acima citados são ilustrativos nesse sentido, pois Iracema Pávoas de Sequeira, que nem residia em Florianópolis, teve sua conduta pessoal questionada e discutida em reunião, que deliberou que o melhor a se fazer no caso era “sindicar” sobre seus procedimentos. Essa precaução não foi tomada nos casos de Maria Protasio e Maria Anastácia dos Santos, as quais perderam o direito às suas pensões antes mesmo de serem consultadas ou mesmo investigadas, em um julgamento baseado em boatos. Prova disso é que o próprio João Barbatto, o denunciante, tomou o cuidado de retificar na reunião seguinte a ata anterior, declarando que

⁹⁶ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Ata de reunião do dia 04 abr. 1907. Livro de atas de reuniões de 1906 a 1908, f. 46. (Arquivo da Associação).

⁹⁷ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 1918. Livro 03, fl. 99. Cap. II, art. 18. (CFRC); Ibidem. Florianópolis: Tipografia São José, 1929. fl.18. Cap. IX, art.20.

⁹⁸ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Ata de reunião do dia 30 mar. 1922. Livro de atas de reuniões de 1906 a 1908, fl. 13. (Arquivo da Associação).

“havia apenas trazido ao conhecimento *que havia-lhe sido informado* que a sócia pensionista Maria Protasio não estava tendo o comportamento devido”⁹⁹, demonstrando que a acusação não partia de observações suas e que decisões de tal porte não necessitavam de argumentações fundamentadas.

Dentre os deveres dos sócios das mais diversas associações, era grande a variedade e quantidade de obrigações morais apresentadas pelos estatutos:

Cooperar na medida de suas forças para o engrandecimento moral e cívico da classe (...) Ter profissão descente¹⁰⁰.

Zelar pela sede social, que não poderá ser cedida para fins prejudiciais ao progresso ou *moralidade* da Associação¹⁰¹.

Portar-se corretamente nas sessões e tratar com urbanidade os seus consócios¹⁰².

Manter sempre conduta digna e honesta, praticando beneficência, ser tolerante e respeitar escrupulosamente os ditames da honra, da probidade, e da solidariedade, subordinar-se às determinações dos poderes sociais legalmente constituídos.

(...)

Comparecer as sessões, quer de diretoria, quer de assembléia geral, em trajés descentes¹⁰³.

Tais deveres se baseavam em conceitos pouco objetivos, permitindo julgamentos pessoais como os demonstrados acima.

Da mesma maneira que estabeleciam códigos de conduta em seus estatutos, as associações também promoviam campanhas com o intuito de disciplinar seus associados e de reprimi-los em comportamentos reprováveis. No início do século XX, por exemplo, o *Jornal O Mercantil*, do Grêmio Instrutivo dos Empregados no Comércio, iniciou uma campanha contra o jogo do bicho, o qual ganhava espaço nos hábitos dos trabalhadores, através de um discurso bastante conservador:

⁹⁹ *Ibidem*, 04 abr. 1907, fl. 47/47v.

¹⁰⁰ UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. Florianópolis: ed. Escola de Aprendizes Artífices. Florianópolis, 1922. Cap. VII, art. 21, p. 11. (cópia cedida por Vera Regina Martins Collaço).

¹⁰¹ *Ibidem*. Cap. II, art. 05, p. 04.

¹⁰² UNIÃO BENEFICENTE DOS LABORADORES, Florianópolis. Estatutos, 31 out. 1911. Livro 02, fl. 09v. Cap. V, art. 21. (CFRC).

¹⁰³ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos, 06 set. 1913. Livro 02, fl. 28. Cap. I, art. 01. (CFRC).

Jogos, o que neles se perde:

Sendo tão freqüente e ordinário no jogo a perda do dinheiro e da fazenda, isto é o menos que nele se perde (...).

Perde-se a autoridade, porque se diz que a mesa do jogo a todos iguala (...); Perde-se o tempo, que como discorre Sêneca, é o maior tesouro que a natureza fiou dos homens (...); Perde-se a amizade, porque quando jogamos com um amigo, a nossa tensão é que o que é seu seja nosso (...); Perde-se a mesma liberdade (...); Perde-se a religião (...); Finalmente perdem-se ou acabam de se perder as quase perdidas almas, como muitos, por não ter que jogar e perder, se entregam ao domínio. E outros, por extrema desesperação, se matam a si mesmos, ultimo arrojo a que pode chegar o delírio humano¹⁰⁴

(...) é o assunto da conversação nas ruas, nos cafés, na Igreja, e até no próprio lar – no sublime e santo retiro da família!

(...) admitir-se essa imoralidade que denomina-se jogo do bicho – esse corruptor da sociedade – é marchar na estrada que conduz o povo ao abismo insondável, induzindo-o ao assassinato, a prostituição e finalmente a todos os vícios.

(...) o jogo do bicho não é mais do que um meio de vida, uma verdadeira especulação que, enriquecendo os banqueiros, conduz a miséria centenas de famílias (...)¹⁰⁵

Assim, o discurso relacionava o jogo do bicho a “todos os vícios”, uma vez que na mesa perdia-se a autoridade, pois se igualava trabalhadores, prostitutas e assassinos em uma conduta inaceitável, que permitia a perda da religião e a degradação do lar, o “sublime e santo retiro da família”. Na mesma época, tal discussão apareceu também em periódico da Associação dos Empregados do Comércio e da Liga Operária, condenando o jogo e apresentando os perigos de se envolver com o mesmo, num alerta ao conjunto de associados.

Da mesma maneira, a União Operária se envolveu em 1929 num evento denominado “Semana antialcoólica”, no qual organizou uma palestra, considerada de caráter pedagógico, que tratava do combate ao álcool¹⁰⁶. As determinações estatutárias da União dos Trabalhadores, anteriormente citadas, caminhavam no mesmo sentido, pois consideravam que doenças ocasionadas por um comportamento condenado moralmente – como a sífilis ou problemas relacionados ao alcoolismo – não mereciam dispêndios com socorros.

Nota-se, assim, que, em muitos casos, as associações e os trabalhadores que delas participavam, assumiram os padrões de comportamento da classe dominante como modelos, negando muitos de seus próprios costumes, absorvendo o preconceito e o discurso acerca de hábitos que lhes eram comuns, de tal maneira que vícios, tais como o alcoolismo e a jogatina,

¹⁰⁴ Jornal *O Mercantil*, Florianópolis. 17 dez. 1900, ano I, n. 07. (BPESC).

¹⁰⁵ *Ibidem*, 10 jan. 1902, ano II, n. 08.

¹⁰⁶ Jornal *O Estado*, Florianópolis. 02 maio 1929. apud: COLLAÇO, Vera. op. cit. p. 114.

precisavam ser aniquilados, e, da mesma forma, hábitos considerados pouco higiênicos e condutas vistas como promíscuas precisavam passar por um processo de reeducação¹⁰⁷.

A classe operária não adotou inteiramente a representação burguesa do modo de vida ideal, mas integrou certos aspectos do discurso religioso ou laico que pareciam razoáveis e respondiam a certas necessidades. Tomemos o caso, característico, do alcoolismo. Operários se fizeram apóstolos da respeitabilidade burguesa. Queriam se aprimorar, se instruir, se elevar a altura de seus superiores. (...) Mas a crença no aprimoramento possível de cada indivíduo, muitas vezes levou à adoção dos modelos culturais da burguesia. Os argumentos contra a bebida faziam largas referências ao lar e à família: a pior consequência era a destruição e a depravação da família operária¹⁰⁸ (grifos da autora)

Estabeleciam-se, assim, dentro da própria classe, os hábitos considerados “respeitáveis” e os “não-respeitáveis”¹⁰⁹, os quais as associações se responsabilizavam por propagar e defender. Nessa defesa por uma conduta honrada, segundo Isabel Bilhão, havia uma tentativa de se garantir um *lugar social*, de maneira que os trabalhadores fossem reconhecidos como cidadãos, compartilhando, portanto, dos valores estabelecidos e aprovados socialmente, sendo honestos, sem vícios, dedicados à família, tementes a Deus e, principalmente, laboriosos, utilizando-se de um discurso no qual uma vida de trabalho se opunha a uma vida de vícios.

O trabalho é uma condição de moralidade para o homem. Sem esse exercício salutar entibia-se o entendimento, enervam-se os órgãos e enfraquece-se o organismo, como uma consequência necessária da perturbação das diversas funções sobre que se baseia a existência do homem. As alegrias do ocioso são sempre mescladas de mal estar, que raramente consegue diminuir, e cuja procedência nunca é conhecida de quem sofre. Desse indefinível sofrimento nasce comumente o ódio á sociedade em que se vive e daí procede à falta de tolerância para estranhos erros e a disposição em que se fica permanentemente para curvar-se ao vício e para ofender-se a todos, nunca havendo no

¹⁰⁷ A noção de promiscuidade existente acerca da classe trabalhadora se fundamentava na relação estabelecida entre homens e mulheres no meio operário. Segundo Sidney Chalhoub, ao analisar o caso do Rio de Janeiro na Primeira República, muito dessa compreensão se devia ao fato de que com o processo de reorganização e reforma do centro urbano da cidade, ocorreu um processo de déficit de moradias e elevação de preços de aluguéis, de tal maneira que dividir o teto de uma mesma casa tornou-se um hábito comum entre os pobres, o que criava certas condições de vida que não faziam parte do mundo da classe dominante. Essas habitações possibilitavam interferências de familiares e de amigos nas relações homem-mulher dentro do âmbito do próprio lar, diminuindo a submissão feminina. Da mesma forma, tais condições de moradia ampliavam as possibilidades de relações extraconjugais. A independência da mulher em muito se dava também, pelo fato de que entre a classe operária, grande parte delas trabalhava com remuneração fora de casa, se desprendendo do homem, diferenciando-se do modelo feminino submisso e ocioso adotado pela classe dominante. In: CHALHOUB, Sydney. *Trabalho, Lar e Botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. Cap. 2, passim.

¹⁰⁸ HALL, Catherine. Sweet Home. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. Da Revolução à primeira Guerra. São Paulo: Companhia das letras, 1997. p. 73/75.

¹⁰⁹ KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. BATALHA, C.; SILVA, F. e FORTES, A. *Culturas de classe*. Campinas: EDUNICAMP, 2004. p. 60.

espírito uma só idéia de benevolência (...). É então que o ocioso prejudica os que com ele convivem, (il.) do lampião das tavernas, aí é que se originam as disputas sanguinárias, cujo epílogo se dá entre as sombrias paredes de uma sala de prisão. O ocioso esquece a família (...)¹¹⁰

Essa citação expõe duas condições extremamente presentes nos discursos da época, a primeira de negação e marginalização da ociosidade (compreendida como vadiagem), a qual representava um obstáculo do progresso e do desenvolvimento social e, mesmo, como uma condição que acarretaria doenças físicas e sociais – levando às tavernas, às prisões e ao afastamento da família. E, por outro lado, agia no sentido de exaltar as vantagens de uma vida de trabalho que moralizava o homem o afastando dos perigos gerados pelo ócio. Esse tipo de discurso, de “nobilitação”¹¹¹ do trabalho e do trabalhador, buscava transformar “a imagem dos operários de explorados, humilhados, escravizados, em produtores de riquezas e alicerces da sociedade capitalista”¹¹², re-significando o conceito de trabalho e negando a antiga herança do chamado “defeito mecânico”¹¹³ – de desvalorização das atividades mecânicas e manuais – que se fortaleceu no Brasil devido, entre outras coisas, ao recém extinto sistema de produção escravista¹¹⁴.

¹¹⁰ Jornal *O Operário*. Florianópolis, 30 set. 1900.

¹¹¹ Termo utilizado pelos trabalhadores em seus textos e encontrado também nos estudos de Batalha. In: BATALHA, Cláudio. op. cit. (1999), p. 65.

¹¹² BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e Trabalho: Análise da construção identitária dos operários Porto-alegrenses (1896 a 1920)*. Porto Alegre, 2005. 280 fls. Tese [Doutorado em História]. Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. p. 51.

¹¹³ “O ‘defeito mecânico’ foi um importante elemento que ajudou a construir a ‘inferioridade social’ do artesão. Entendamos rápida e panoramicamente sua genealogia. Ao hierarquizar e classificar as especializações, Aristóteles distinguiu as artes mecânicas como ‘menores’ porque mercenárias. Nesta perspectiva, elas somente objetivavam a especulação financeira e a desonestidade. Estas seriam a ‘essência’ do ‘defeito mecânico’ na Antiguidade. Na Idade Média, o ‘defeito mecânico’ se associou ao ‘tabu da impureza’ cristão. Os trabalhos que exigiam esforços físicos foram entendidos como herança do ‘pecado original’”. RIOS, Wilson de Oliveira, *A Lei e o Estilo: a inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira (Salvador e Vila Rica, 1690-1750)*, Niterói, Universidade Federal Fluminense. Tese (Doutorado em História), 2000. Apud: MACCORD, Marcelo. *Andaimos, Casacas, Tijolos e Livros: Uma associação de Artífices no Recife, 1836-1880*. 384 fls. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, 2009.

¹¹⁴ “A escravização dos africanos e o uso intensivo de sua mão-de-obra na América Portuguesa tornaram ainda mais complexos os sentidos da vilania dos afazeres manuais (fossem eles mais ou menos especializados) (...) Do ponto-de-vista da exegese católica, quando as *gentes* que desconheciam a fé cristã labutavam de maneira compulsória ou sobreviviam com o suor do próprio rosto, cumpriam uma pena que continha um profundo teor pedagógico. Na ótica de Roma, a escravidão seria uma das formas mais convenientes de os “negros” purgarem o pecado original. Neste sentido, como o trabalho físico estava associado à escravidão e a questões morais, as artes mecânicas ficaram ainda mais estigmatizadas, especialmente nas regiões em que abundava a mão-de-obra cativa”. In: MACCORD, Marcelo. op. cit., p. 02.

Outrora, o operário não passava de um mecanismo aproveitado pela opulência, não passava de um homem sem dignidade sem brio e sem honra! (...) Hoje, porém, o operariado é força, é a luz, é a grandeza, o operário é o trabalho que (...) enobrece a sociedade¹¹⁵

Essa concepção estava alinhada com os discursos promovidos pela classe dominante e pelo Estado, os quais apresentavam o trabalho como dignificador e disciplinador da sociedade:

O trabalho, antigamente considerado um castigo de Deus, encarado como uma coisa aviltante que desagradava, representa hoje a síntese de todas as virtudes morais; é o escudo glorioso onde o operário faz gravar o emblema de sua honra e de sua dignidade (...)

Glória a geração moderna que tem sabido dar ao trabalho o seu verdadeiro valor, que souberam colocá-lo no plano dignificante em que se acha.

Glória a civilização moderna que vê no operário o alicerce forte e poderoso em que repousa esse edifício gigantesco e majestoso – o progresso – argamassa que tem por base o seu suor e cuja cúpula é a paz e a ordem¹¹⁶.

Nesse discurso, havia a intenção de promover um trabalhador de características pacíficas, ordeiras e, acima de tudo, conformado, o qual entendia claramente seu papel, agindo com dignidade em direção ao progresso. Discurso que, de alguma maneira, foi assimilado pelos trabalhadores, porém não sem receber novas conotações. Segundo Batalha, nesse processo de valorização do trabalho é que se desenvolve um dos mais fortes referenciais de construção da identidade operária¹¹⁷, citação essa que corrobora a análise de Thompson, que afirma que tal identidade passa por uma forte “auto-estima no trabalho”¹¹⁸ devido ao fato de que nesse enaltecimento surge o orgulho pela atividade desempenhada e uma noção de pertencimento de grupo. Dessa maneira, nos discursos produzidos e assumidos pelos trabalhadores na busca por reconhecimento social, se formavam e fortaleciam identidades, as quais se fundamentavam em um conjunto de concepções – o trabalho como dignificado e dignificador e o trabalhador como agente do progresso e da ordem.

Elementos de negação também agiam no processo de construção das identidades, reforçando princípios de distinção e de distanciamento que confirmavam a tese de que “existir

¹¹⁵ Jornal *O Operário*, Florianópolis, 15 set. 1900. (BPESC).

¹¹⁶ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 01 maio 1902, n.398. (BPESC).

¹¹⁷ BATALHA, Claudio. “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade” *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 12, n. 23/24, p. 121.

¹¹⁸ THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; Silva, Sérgio (org.). *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. p. 258, 260.

socialmente é também ser reconhecido como distinto”¹¹⁹. Nessa perspectiva de negação, o trabalhador, incorporando conceitos socialmente estabelecidos, buscou se afastar do que era classificado como “classes perigosas”, que designava, dentre outros, vadios, ladrões, mendigos e prostitutas, os quais estavam à margem da sociedade. Nesse sentido basta dizer que pelo Código de Posturas Municipais era proibido: “viver sem ocupação lícita, ou esmolar”¹²⁰.

Segundo Sidney Chalhoub, no início da República Velha, criar uma imagem negativa para a noção de “vadio” era interessante à classe dominante para que o trabalho assalariado se apresentasse como saída moral ao sujeito pobre e livre e colocasse em pé de igualdade proprietários e trabalhadores – com um “mero” distanciamento econômico. Logo abaixo, no reino da imoralidade, coexistiam os pobres ociosos e a marginalidade de criminosos sem amor à propriedade¹²¹.

O preconceito reinante na sociedade contra tais “classes perigosas” e sua assimilação por parte dos trabalhadores fez com que estes buscassem uma auto-afirmação de suas qualidades sociais e uma ampla negação de possíveis semelhanças.

(...) os operários precisavam refutar tanto a situação de serem confundidos com ladrões ou desocupados em um “recrutamento” policial, quanto à generalização de que todos os que viviam em um “reduto” ou “cortiço” eram “gente da pior espécie”. Nessa mesma linha de raciocínio, as famílias operárias também não podiam aceitar que suas filhas, por trabalharem fora, fossem tratadas como “mulheres de vida airada”¹²².

Os limites, porém, eram muito tênues, de maneira que facilmente trabalhadores e “classes perigosas” eram “confundidos”, o que gerava grande indignação e protesto dentre os laboriosos:

O Operário (Jornal da Liga Operária) vem protestar solenemente contra a arguição que o sr. Dr Juiz de Direito da comarca fez a uma classe tão respeitável (...). Disse publicamente o Sr. Dr. Juiz de Direito desta Capital que a lista dos jurados está muito mal organizada; porque só se qualificaram mendigos e operários! Parece incrível que tais palavras fossem proferidas por um magistrado católico e republicano, que de nenhuma sorte deve ignorar que perante Deus e perante a natureza iguais são todos os homens; que perante a Constituição iguais são todos os cidadãos! *Mendigos e operários?!...* Quererá o Sr. Dr. dizer que o operário não é apto para ser juiz de fato? O juiz necessita, sim, de independência; mas o operário é tão independente como o

¹¹⁹ BOURDIEU, Pierre. Apud: BILHÃO, Isabel. op. cit. p. 34

¹²⁰ NOSSA SENHORA DO DESTERRO Código de Posturas, 1889. Título 5, cap. II, art. 130: Das bulhas, vozerias, obscenidades e ofensas a moral, mendicância. Lex: *Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Desterro*: Tipografia da Regeneração. 1889. p. 25. (BPESC).

¹²¹ CHALHOUB, Sidney. op. cit. p. 43.

¹²² BILHÃO, Isabel Aparecida. op.cit. p. 85.

industrial e o lavrador (...) Sim! Os operários podem ser juízes, porque podem ser mais independentes do que os funcionários públicos! Sim! Os operários podem ser jurados, porque são homens do trabalho; do trabalho que nobilita, que regenera, que santifica! Se não estamos com a verdade, a Constituição é uma mentira; é uma mentira o lema: - *Liberdade, igualdade e fraternidade!*¹²³

Essa citação é importante porque expõe claramente o interesse dos trabalhadores – enquanto classe – de se igualarem com “alguns”, pois ao mesmo tempo em que reivindica a igualdade entre operários, industriais e lavradores, utilizando-se até mesmo da máxima da Revolução (burguesa) Francesa – *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* – ofendem-se com a aproximação entre trabalhadores e mendigos sugerida pelo Juiz de Direito da capital.

Assim, em suas ações cotidianas as associações se empenhavam em balizar publicamente tais diferenças. A União dos Trabalhadores, nesse sentido, serve como bom exemplo, pois ao mesmo tempo em que estabelecia estatutariamente proibições tais como usar “no trabalho quaisquer distintivos ou chapas numeradas e pregadas ao peito, chapéus ou em outra qualquer parte do corpo, pois que isto só os rebaixa ao posto de os confundirem com os reclusos de penitencia”¹²⁴, possuía a preocupação constante de publicar na imprensa algumas respostas sociais a fim de que não fossem mal vistos

De ordem do Sr. Presidente, aviso ao comércio e a quem mais possa interessar, que esta sociedade tomou conhecimento de uma notícia incerta na *Folha do Comércio* n. 267 de 17 do corrente, na qual era imputado cúmplice em diversos roubos feitos nesta capital o nosso companheiro Felizardo Izidro da Silva. Pelas providências tomadas por esta sociedade e a justificação feita pelo referido (...) perante a autoridade policial, ficou provada a sua inocência nos fatos aludidos na notícia publicada; razão porque, faço a presente declaração (...)¹²⁵.

De ordem do Sr. Presidente, aviso aos companheiros e a quem mais interessar possa, que foi expulso desta sociedade, por ser indigno de pertencer à classe e ter incorrido na pena do §1º do artigo 26¹²⁶ dos estatutos, o individuo Pedro Sebastião da Cruz, conhecido por *Pedro Laguna*. Fica por este motivo proibido, *aos companheiros associados*, trabalharem com o referido *Pedro Laguna*; e aqueles que não cumprirem fielmente esta

¹²³ Jornal *O Operário*, Florianópolis. 02 abr. 1902. (BPESC).

¹²⁴ UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos, 06 set. 1913. Livro 02, fl. 29v. Cap. IV, art. 27. (CFRC).

¹²⁵ Jornal *O Dia*, Florianópolis. 22 set. 1910, n. 4.635. (BPESC).

¹²⁶ “Será também expulso da sociedade §1: O que difamar ou rebaixar a Sociedade, transigir com patrões. contra os interesses e ordens sociais, trair a sociedade ou a qualquer companheiro, por ocasião de greves”. In: UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos. 12 set. 1910. In: Jornal *O Dia*, Florianópolis, 14 set. 1910. n. 4630. Cap. VI, art. 26. (BPESC).

determinação, serão também, sem apelação, expulsos desta sociedade conforme determinam os Estatutos e as deliberações tomadas pela Assembléia Geral¹²⁷.

Lendo no vosso estimado órgão de publicidade a notícia da prisão de um indivíduo de nome Manoel Carlos Martins, acho conveniente explicar ao público e muito especialmente à classe operária desta capital, que a referida prisão não se entende com o nosso laborioso amigo e companheiro Manoel Carlos Martins, ex-secretário da “União dos Trabalhadores” – Muito agradecida ficará com a publicação destas linhas o amigo – João Câncio de Souza Siqueira¹²⁸.

A partir dessas três citações duas importantes reflexões são pertinentes. Primeiramente, percebe-se a preocupação social das entidades e, nesse caso específico da União dos Trabalhadores, de esclarecer e demonstrar que seu corpo social abrigava apenas pessoas dignas e de respeito – uma vez que aqueles que tivessem uma conduta considerada inapropriada eram expulsos com base nos estatutos. E analogamente, a associação se responsabilizava por dar visibilidade a honestidade e o não envolvimento de cidadãos trabalhadores em crimes que não haviam cometido e pelos quais poderiam vir a responder de alguma maneira, prestando, dessa forma, um atendimento de ordem moral.

Nesse procedimento comum utilizado pela União dos Trabalhadores de Florianópolis, de se defender e se justificar publicamente por meio de notícias de jornal, transparece uma tentativa de resposta a um estigma certamente estabelecido em torno dos trabalhadores do mar – estivadores e marítimos –, os quais formavam a maioria do quadro social dessa entidade. Segundo o relato de um estivador de Santos, sua categoria nos anos 1930 “era mal vista, tinha má fama, crimes, saía muita briga, matavam-se uns aos outros”¹²⁹. Tal grupo de trabalhadores era também conhecido por seu linguajar bruto e recheado de insultos e agressões. Como bem observa Fernando Teixeira da Silva, esses trabalhadores atuavam num campo bastante propício ao envolvimento com tudo aquilo que era considerado perigoso e imoral:

Alcoolismo, ausência de clara demarcação entre tempo de trabalho e lazer, sociabilidade em espaços exclusivamente masculinos, força física, ostentação de símbolos de virilidade e valentia, rivalidades étnicas e violentas disputas pelas oportunidades de emprego em um instável mercado de trabalho povoam a imagem de uma comunidade turbulenta, perigosa e estigmatizada por outros grupos¹³⁰.

¹²⁷ Jornal *O Dia*, Florianópolis. 17 ago. 1911. n. 4917. (BPESC).

¹²⁸ *Ibidem*, 03 maio 1914. n. 7480.

¹²⁹ SILVA, Fernando Teixeira da. op. cit. p. 152.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 129.

Dentre os discursos propalados pelos próprios trabalhadores florianopolitanos é possível identificar estigma e diferenciação em relação a algumas categorias existentes na própria classe, dentre elas os estivadores:

O *Operário* (jornal da Liga Operária) se abstém do exclusivismo sectário, ou partidário, procurando ceifar a parasita do preconceito que infelizmente enfeza a arvore do operário. Há quem pense que o magarefe, o bolieiro, o carroceiro e o estivador não são dignos de fazer parte da Liga Operária! Mas, (...) o poeta não tem mais existência do que o alfaiate; o alfaiate não tem mais existência do que o pedreiro; o pedreiro não tem mais existência do que o estivador; o estivador não tem mais existência do que aquele que alta noite exerce um mister ingrato, a que o vil preconceito chama “trabalho sórdido”! Mas não há trabalho sórdido! Se todo o trabalho nobilita o homem, é certo que não há trabalho algum que possa se dizer sórdido¹³¹.

Na negação do preconceito, o próprio preconceito se expõe, uma vez que os redatores – e diretores – do Jornal *O Operário* sentiram necessidade de afirmar a importância e igualdade de todas as formas de trabalho, demonstrando que todos eram dignos da mesma maneira e que poderiam participar de sua associação.

Outra categoria profissional que carregava forte estigma social era a dos *chauffeurs* de carro de praça. Interessante que a nota acima trata dos boleiros e dos carroceiros, que são, de alguma maneira, antecedentes dos trabalhadores *chauffeurs*. Estes carregavam fama de homens rudes e grosseiros, o que pode ser inferido a partir de diversas expressões da época, como no conto de Lima Barreto denominado “Um e Outro”, no qual o autor trata de uma relação de adultério existente entre uma senhora burguesa e um *chauffeur de garagem*.

(...) estar enganando o homem que lhe dava tudo, que educava sua filha, que a mantinha como senhora, com o *chauffeur* do automóvel em que passeava duas vezes ou mais por semana. Por que não procurara outro mais decente? A sua razão desejava bem isso; mas o seu instinto a tinha levado¹³².

No desenrolar da trama são várias as passagens que demonstram ser aquele um homem bastante rude e até mesmo “indecente”, características que a personagem apaixonada identifica

¹³¹ Jornal *O Operário*. Florianópolis, 01 fev. 1904. (BPESC).

¹³² Idem.

como “resíduos da profissão”¹³³. O romance acaba quando o personagem passa a dirigir um táxi, tornando-se, portanto, *chauffeur* de carro de praça:

(...) aquele deus, aquele dominador, aquele supremo indivíduo descera a guiar um táxi sujo, chocalhante, mal pintado, desses que parecem feitos de folha-de-flandres! Então ele? Então... E aquela abundante beleza do automóvel de luxo que tão alta ela via nele, em um instante, em um segundo, de todo se esvaiu (...)
 Não era o mesmo, não era o semideus, ele que estava ali presente; era outro, ou antes, era ele degradado, mutilado, horrendamente mutilado. Guiando um táxi... Meu Deus!
 (...) Deitou-se a seu lado com muita repugnância, e pela última vez¹³⁴.

Da mesma maneira, uma cantiga de época denominada “O cocheiro conta sua história”, apresenta o dia-a-dia desses trabalhadores, no qual elementos como a presença de nobres passageiros, de multas, acidentes e tribunais, figuravam, contribuindo em muito para a construção de sua imagem¹³⁵. Uma vez que, muito possivelmente a relação direta de tais trabalhadores com uma população aburguesada – pois apenas pessoas de boas condições poderiam fazer uso do luxo que seu trabalho representava, numa época em que meios de transporte mais acessíveis eram disponíveis, como carroças de praça e bondes – dava margem a estranhamentos em relação aos modos populares dos motoristas. Acrescentam-se aí os diversos acidentes ocasionados por veículos, os quais resultavam em processos na justiça que geravam diferentes implicações, entre elas a desconfiança da população. Da mesma forma, a profissão, especialmente dos *chauffeurs* de carros de praça, propiciava reuniões diárias de grupos de homens com mesma profissão em praça pública enquanto esperavam por seus passageiros, ocasionando relações cotidianas de certa intimidade que abriam espaço tanto para encontros animados quanto para brigas e desentendimentos, que podiam se dar, ou não, por questões diretamente relacionadas ao trabalho. Hipótese que de alguma maneira se confirma pelo Código de Posturas em vigor na época, em que eram vários os alertas exigindo um *bom comportamento* por parte dos motoristas

Artigo 156 – Todo cocheiro de carro de praça ou de aluguel é obrigado:
 §1: Apresentar-se decentemente vestido.
 §5: A observar polidez para com o passageiro evitando qualquer alteração.
 §6: A guardar silencio durante o trajeto, abstendo-se de palavras e gestos indecentes.
 §9: A conservar o carro em estado de asseio.

¹³³ Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/view/full/16070>; Acesso em 12 ago. 2007.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ STIEL, Waldemar Corrêa. *História do Transporte urbano no Brasil*. “Summa tranviariae brasiliensis”. História dos bondes e trólebus e das cidades onde eles trafegaram. São Paulo: Pini; Brasília: EBTU. p. 254.

Art. 171 – Tais carroceiros e condutores não podem

§2: Entregar-se a jogos de qualquer espécie em tal lugar, bem como fazer vozerias e apupadas ou soltar gritos que perturbem a comodidade publica.

§3: Proferir palavras obscenas seja no ponto da estação, seja em ato de serviço¹³⁶.

De alguma maneira, essas determinações deviam corresponder às situações reais as quais se buscava restringir por gerarem incômodo a uma população que não dividia dos mesmos signos, suscitando preconceito e discriminação. Tal situação gerava na União Beneficente dos *Chauffeurs* um presente incômodo, perceptível na fala de um dos diretores que deixava o mandato em sessão de posse de 1930:

Meus colegas, já devemos estar cansados de ouvir falsos conceitos a nosso respeito, sofremos aqui como em toda a parte de uma grande injustiça, somos olhados como maus, como gente ruim. Mas já é tempo de abirmos uma campanha a nosso favor, em favor de nossa classe, o que muito breve temos de conseguir. Meus colegas, devemos honrar a classe a que pertencemos, honrar a nossa profissão, orgulhando-nos de termos o título de motorista ou *chauffeur*, isto é a classe que trabalha dia e noite em toda a classe de serviço urgentes, ao sol, e a chuva, sem horas de começar o serviço ou acabá-lo, sem horas de almoço ou jantar, enfim, a classe trabalhadora para a qual não existe códigos nem leis, que restrinjam a escravização pelos patrões, que regule os acidentes no trabalho, que determinem o máximo de horas de serviço e a uniformização de salários, entretanto a nossa humilde classe é imprescindível a vida própria de qualquer cidade, pois o automóvel é a condução do futuro para o serviço urbano e de rapidez em transportes de passageiros ou cargas, devemos nos ufanar de pertencermos a uma fração social digna de toda a consideração e respeito e que apenas por não ter sabido fazer-se com profundeza não se lhe tem dado o valor que merece ter¹³⁷.

Respondendo a tal incômodo, a instituição buscava – dentro e fora de sua organização – conter, controlar e reeducar seus sócios, a fim de demonstrar socialmente que estes eram trabalhadores, dignos e honestos como prescrevia a moralidade burguesa. Nesse sentido, são interessantes os relatos dispostos em ata de assembléia da União dos *Chauffeurs*, a respeito de uma sessão realizada a pedido de um conjunto de sócios, em 1929, na qual o comportamento de dois associados foi o único ponto da pauta. Ambos haviam “provocado terrível discussão no recinto da sede, resultando (...) atacarem-se em luta corporal terminando assim o baile que esta

¹³⁶ FLORIANÓPOLIS, Código de Posturas Municipais, 1906. Cap. VI, art. 156/171: *Dos Condutores*. Lex: Jornal O Dia, Florianópolis, 13 jun. 1906. n. 1604. (BPESC).

¹³⁷ Discurso feito por Eugenio Cardozo (ex- tesoureiro). In: UNIÃO BENEFICENTE DOS CHAUFFEURS DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n. 56, assembléia geral de 13 ago. 1930. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl.45. (Arquivo da Associação).

União tinha levado a efeito”¹³⁸. Tal festividade deveria contar, como era de praxe, com a presença de inúmeras pessoas, entre elas figuras políticas, membros de outras entidades e da imprensa. Na circunstância da assembléia grande discussão foi realizada e, mesmo com um ofício de defesa tendo sido encaminhado por um dos envolvidos, ambos foram expulsos do quadro social “a bem da moral”¹³⁹. Esse fato, além de demonstrar que as questões morais preocupavam massa de associados e não apenas sua diretoria, serve para compreender como a má fama era prejudicial à categoria, pois no discurso do presidente o mesmo declarava “que pelo modo de proceder (os dois sócios), acarretam mau futuro aos outros associados, com seus nomes mal vistos na delegacia de polícia”¹⁴⁰. A assembléia parece ter sido chamada no intuito de remediar a péssima impressão que o ocorrido havia deixado, deliberando como solução para o problema a expulsão dos dois envolvidos e a exposição de seus nomes e do motivo da “eliminação” na imprensa local, demonstrando para a sociedade florianopolitana que aquele tipo de atitude era inadmissível para a União dos *Chauffeurs* e que os sujeitos que agissem de tal maneira não eram dignos do seu quadro social. Tomou-se ainda a decisão de que a instituição deveria “continuar as diversões na sede, para mostrar ao público que esta União não é somente composta de associados (...) sem critério e sem educação”¹⁴¹.

A fim de evitar novos problemas do mesmo tipo, deliberou-se também uma medida coercitiva, a qual, definia que as próximas festividades deveriam ter três ou quatro fiscais nomeados para tomarem conta da diversão¹⁴², sendo obrigados os demais a respeitá-los “sob pena de serem levados à delegacia os que desviarem-se de seus deveres de associados”¹⁴³. Os *chauffeurs* tentavam com isso mostrar que quem agia difamando a classe era punido e que estavam dispostos a *limpar* a imagem que possuíam controlando uns aos outros e dando satisfações públicas a esse respeito. Outro ponto que tal situação levanta é a constante e sensível relação existente entre *chauffeurs* e polícia. Havia, portanto, na entidade uma forte preocupação em livrar o trabalhador *chauffeur* do estigma que lhe acompanhava, usando para isso dos mais diversos instrumentos que estavam ao seu alcance, os quais iam de artigos nos estatutos a medidas de repressão e coerção nos espaços internos da entidade e mesmo fora dela. Em 1927,

¹³⁸ Ibidem. Ata n. 49, 21 out. 1929. fl. 40.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Idem.

por exemplo, a ocorrência de uma briga realizada na rua foi motivo de discussão de duas assembléias da associação, pois considerava-se que deveriam ser suspensos os sócios que "direta ou indiretamente desacreditarem a entidade"¹⁴⁴. Os dois envolvidos eram sócios e, além de travarem luta corporal o fizeram "em plena praça pública (...) quando ali o movimento era mais intenso"¹⁴⁵, expondo, na concepção dos demais sócios, a categoria inteira e, conseqüentemente, a associação que os representava.

Em 1930, pode-se observar uma situação semelhante. Naquele momento a Delegacia Auxiliar procurou pela associação dos *chauffeurs* através de um ofício, no qual apontava exigências relacionadas à postura adotada pelos trabalhadores no ponto onde aguardavam seus passageiros.

De ordem do Sr. delegado de Polícia da capital, respondendo pelo expediente da delegacia auxiliar, faço saber a todos os Srs. *Chauffeurs* do ponto que desta data em diante fica expressamente proibido aos mesmos *abandonarem seus automóveis durante a permanência no ponto devendo os Srs. condutores se conservarem dentro de seus veículos junto à direção*. Os infratores ficam sujeitos a multa que lhes forem aplicadas pela referida autoridade além das penas da lei¹⁴⁶ (grifos da autora)

Conforme explicou o Sr. Delegado ao presidente da instituição, essa deliberação se dava pelo comportamento impróprio dos motoristas, que no tempo de espera dos passageiros desenvolviam atividades como "caças de corujas, pilhões e outro inconvenientes em plena praça"¹⁴⁷. A respeito do ofício, o presidente da associação declarou em sessão de assembléia geral "que se assim procedia esta delegacia, era porque alguma base havia para tal, *pois que no meio da classe havia sócios ou não, que não tinham a devida compostura*, chamando atenção, como sempre, dos que assim procedem"¹⁴⁸. (grifos da autora), ratificando, portanto, a opinião dos órgãos competentes. Na mesma assembléia, foi eleita uma comissão para com o delegado definir medidas a fim de solucionar o impasse, o que arbitrariamente acabou sendo resolvido apenas entre o delegado e o presidente da associação que "casualmente" se encontraram¹⁴⁹. Essas

¹⁴⁴ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 07 jan. 1926. Livro 03, fl. 51, Cap. IX, art. 17. (CFRC).

¹⁴⁵ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n.25, assembléia geral de 15 dez. 1927. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 24. (Arquivo da Associação).

¹⁴⁶ *Ibidem*. Ata n.52, 11 jun. 1930, fl.42.

¹⁴⁷ *Idem*.

¹⁴⁸ *Idem*.

¹⁴⁹ *Idem*.

medidas tiveram um teor coercitivo, pois com elas a associação assumiu a responsabilidade de enviar para a inspetoria de veículos uma lista nominal de seus associados e os locais de seus respectivos pontos, permitindo, portanto, um grande controle por parte da inspetoria. Além disso, a entidade comprometeu-se a nomear, entre seus associados, o que chamou de *oficiais de ponto*¹⁵⁰, que deveriam fiscalizar o comportamento dos colegas e denunciar tudo que considerassem impróprio. Os infratores seriam punidos por chamada verbal e pela aplicação de multas no caso de reincidência, não estando os fiscais isentos da mesma punição¹⁵¹.

Muito provavelmente a decisão da Delegacia Auxiliar de buscar pela intervenção da entidade se pautou não só numa boa relação estabelecida entre poderes públicos e associações de trabalhadores, mas sobretudo numa concepção comum a cerca da necessidade de se educar e controlar a classe operária e da responsabilidade de suas instituições como provedoras disso.

Se, por um lado, os discursos e as iniciativas elaboradas na tentativa de alcançar reconhecimento social por parte dos trabalhadores, tinham um caráter moralizador e reiteravam elementos conservadores, por outro, esses mesmos discursos e essas mesmas iniciativas estavam imbuídos de um sentimento de união, de fraternidade e de liberdade, como se percebe no juramento instituído na União dos Trabalhadores para dar início às sessões:

Nas sessões de diretoria e assembléia geral, antes de se dar começo aos trabalhos e depois de aberta a sessão, o presidente por-se-á de pé no que será imitado por todos e proferirá o seguinte juramento:

Juro pela minha honra cumprir os deveres do meu cargo, obedecer os estatutos e regulamentos da Sociedade, *render culto as idéias de respeito a lei, a moralidade e a justiça e de amar ao trabalho e ao progresso, manter a estabilidade da classe operária e a integridade da pátria brasileira.*

Assim Deus me ajude.

Em seguida os demais membros da diretoria ou assembléia geral responderão:

Pela nossa honra e nossa fé prometemos solenemente cumprir nossos deveres de sócios e cidadãos e respeitando e fazendo respeitar os estatutos e regulamentos da sociedade, *render culto a constituição e leis da República e do Estado e do município, desde que não sejam contrários a liberdade do povo e ao progresso da classe operária. Teremos por escopo a justiça e moralidade e por divisa a integridade da pátria Brasileira.*

Assim Deus nos ajude. (grifos da autora)¹⁵²

Esse juramento é interessante devido ao fato de que, da mesma maneira que valores burgueses se apresentam e são incorporados, concepções de lealdade de classe também se

¹⁵⁰ Ibidem. Ata n. 53, 13 jun. 1930. fl. 42v.

¹⁵¹ Ibidem. Ata n. 54, 17 jun. 1930. fl. 43.

¹⁵² UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos. 12 set. 1910. In: Jornal *O Dia*, Florianópolis, 15 set. 1910, n. 4631. Cap. X, art. 108. (BPESC).

expressam. Tal situação demonstra que de maneira alguma esses discursos eram assumidos em sua totalidade, sem de alguma forma modificar-se na compreensão e reprodução de seus interlocutores, assumindo características próprias e sendo assimilados de maneiras diversas. Os estatutos das associações dialogavam o tempo inteiro com ambas as concepções:

Capítulo III: É dever do sócio:
(...)

Art. 16: Prestigiar seus companheiros aconselhando-os e auxiliando-os em tudo que seja possível; não manter questões, quer na sede social, quer fora dela, aonde só deve fazer compreender a verdadeira fraternidade¹⁵³.

Manter e solidificar no seio da classe, a união, base do prestígio e da força da sua ação
(...)

11º Auxiliar os seus companheiros em tudo que se tornar necessário, procurando assim dar expansão aos sentimentos de fraternidade operária¹⁵⁴.

Nesses discursos e nessas concepções, sentimentos de identidade de classe e de identidade associativa se fortaleciam e se desenvolviam.

4.3. Festas: Espaço de política, identidade e sociabilidade

Os espaços festivos promovidos pelas associações também se constituíam enquanto ambientes nos quais as entidades ampliavam sua atuação para fora de suas estruturas, atingindo a comunidade local de diferentes maneiras. Nesse ínterim importantes laços identitários se fortaleciam.

A maioria das associações instituía, como sua principal comemoração, a data de seu aniversário de fundação. Muitas adotavam esse dia para realizar a posse de suas novas diretorias, o que abria espaço para duplo festejo. Essas comemorações, em geral, ocorriam na sede da entidade, sendo abertas aos sócios e aos demais convidados – que na grande maioria das vezes se compunha por representantes dos poderes públicos, políticos locais, redatores de diferentes órgãos da imprensa e diretores de outras associações. Quando a comemoração de aniversário era

¹⁵³ Ibidem. 14 set. 1910, n. 4630. Cap. IV, art. 16.

¹⁵⁴ UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. Florianópolis: ed. Escola de Aprendizes Artífices. Florianópolis, 1922. Cap. VII, art. 21, p. 11. (cópia cedida por Vera Regina Martins Collaço).

vinculada à posse de nova diretoria geralmente as atividades iniciavam com um ritual político, que começava com a apresentação dos feitos realizados no ano social que findava – com os números de filiados, de benefícios prestados, de entradas e saídas no caixa, etc. Na seqüência, nomeava-se a nova diretoria e era dado início ao novo ano social, sempre de maneira muito otimista e empolgada. Nessa ocasião, muitos discursos eram proferidos em nome da entidade ou de outra instituição, num espírito de enaltecimento à história da associação e de seus diretores. Geralmente a comemoração era encerrada com brindes e *lauta mesa de doces e finos líquidos*.

Outro tipo de comemoração comum, porém existente apenas entre as associações de ofício, era a da data designada à categoria. Dentre as associações de Florianópolis, a União dos *Chauffeurs* era a que mais mantinha essa tradição, aproveitando essa data para realizar a posse de suas novas diretorias e o início do novo ano social. Neste dia, os *chauffeurs* tinham grande aparição na cidade, primeiramente porque paralisavam suas atividades e, em segundo lugar, porque invadiam as ruas com carreata e passeata, a qual poderia ser acompanhada por banda musical e por “senhorinhas e crianças que cantavam alegres canções”¹⁵⁵. A associação anualmente emitia aos patrões – públicos e privados – uma solicitação para que todos os *chauffeurs* fossem dispensados nesse dia a fim de que pudessem acompanhar os festejos. Além da carreata, essas ocasiões eram marcadas por muitos discursos e um baile social que finalizava a comemoração. Durante alguns anos houve outras atividades, como jogos esportivos, sendo esse um dia recheado de programações¹⁵⁶.

Havia ainda outros tipos de eventos que geravam comemorações públicas por parte destas entidades, como sessões cívicas, religiosas ou acontecimentos contemporâneos de destaque – seja político, esportivo, militar, entre outros. Assim, muitas associações comemoravam anualmente, por exemplo, a descoberta do Brasil e os aniversários da proclamação da independência ou da criação da cidade de Florianópolis.

Comumente as associações organizavam também missas, as quais possuíam um caráter público e envolviam muitas pessoas, além do quadro social. Estas poderiam ser ensejadas pelos mais variados motivos, que iam desde a morte de algum associado, ao início de uma nova gestão administrativa no governo do estado.

¹⁵⁵ Jornal *República*. Florianópolis, 14 ago. 1928, n. 565. (BPESC).

¹⁵⁶ UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Ata n.25, assembléia geral de 01 dez. 1927. Livro de atas das sessões de 1925 a 1936, fl. 24. (Arquivo da Associação).

Porém, dentre todas as atividades festivas e populares organizadas por estas entidades, a que possuía maior destaque e visibilidade, marcando tanto a presença das associações quanto dos trabalhadores na cidade, era o 1º de maio. Nessa data, os trabalhadores, por intermédio de suas entidades, ganhavam as ruas e alcançavam diferentes espaços de uso incomum da classe – como a Catedral, a Assembléia Legislativa e o Teatro Municipal¹⁵⁷ –, além de se manterem por dias como notícia nas páginas de jornal, ganhando, portanto, grande visibilidade.

(O 1º de maio) tornou-se a principal ocasião anual e regular em que a classe operária afirmava seu poder e sua presença enquanto classe dentro da sociedade. (...) Mesmo que o operário não tivesse um conhecimento mais completo sobre todos os significados da data e sobre sua origem, ele sabia que aquele era o seu dia. Ele e todos os seus companheiros de classe eram os principais homenageados e atores da comemoração¹⁵⁸.

Essa festividade tinha grande repercussão saindo durante dias nos jornais, primeiramente pela divulgação e convocação aos sócios e a população em geral e, depois, para notificar de que maneira havia ocorrido. As notícias de jornal informando o andamento dos festejos possuíam certa riqueza de detalhes a respeito da organização e das atividades desenvolvidas nessa data, de maneira que se tornou possível realizar um acompanhamento de seu desenvolvimento. Entre os anos de 1902 e 1930, percebe-se na organização das festividades realizadas pelas associações algumas pequenas alterações de formato e muitos padrões sempre seguidos. Em geral, a comemoração de 1º de maio era organizada por mais de uma associação, não exatamente de forma conjunta, porém, com os horários ajustados de maneira que uma programação não se chocasse com a outra, complementando-se sem ocorrer disputa de público. A primeira referência encontrada a respeito dessa festividade em Florianópolis é de 1902, bastante cedo, levando-se em conta que os Congressos Internacionais Operários que definiram a paralisação dos trabalhadores nesse dia datam de 1891 e 1892. Fenômeno que, como aponta Claudio Batalha é bastante surpreendente:

(...) se levarmos em conta a ausência de vínculos mais estreitos entre os socialistas locais e a Internacional Operária (II Internacional), que no congresso de fundação em Paris, em 1889, e no ano seguinte, no congresso de Bruxelas determinara, respectivamente, a

¹⁵⁷ Jornal *O Dia*, Florianópolis. passim; Jornal *República*, Florianópolis. passim; Jornal *O Elegante*, Florianópolis. passim.

¹⁵⁸ ARÊAS, Luciana Barbosa. A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha. Campinas, 1996. 163 fls. Dissertação [Mestrado em História] – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, 1996. p. 95.

paralisação do trabalho naquele dia e o caráter anual da manifestação. Além disso, as sociedades de caráter primordialmente sindical são – com raras exceções – um fenômeno que só ganha força no Brasil na primeira década do século XX, o que significa que as celebrações ocorridas nos anos 1890 foram iniciativa primordialmente de sociedades mutualistas, políticas ou culturais¹⁵⁹.

A festividade de 1902 teve como organizadoras a União dos Artistas e a Liga Operária¹⁶⁰. A União dos Artistas nesse ano limitou sua programação aos salões da associação, uma vez que realizava nesse dia a posse de sua nova gestão dando início ao novo ano social, organizou uma sessão solene interna voltada principalmente ao seu quadro de sócios. A Liga Operária, por sua vez, se propôs a uma atuação mais expansiva. A comemoração por ela organizada iniciou-se com o gesto de iluminar toda a sede social na noite do dia 30 de abril, para assim esperar pelo dia primeiro. Na manhã desse dia, promoveu uma passeata puxada pela filarmônica da associação, que percorreu as principais ruas da cidade, passando pelas demais associações (provavelmente esperando agregar mais pessoas) e redações de jornal (certamente para dar visibilidade ao ato).

No ano seguinte, de 1903, ocorreu uma modificação significativa em relação ao dia do trabalhador, pois, por iniciativa e trabalho dos membros da União dos Artistas, o Estado de Santa Catarina transformou, por lei, o dia 1º de maio em feriado estadual¹⁶¹ – sendo o primeiro estado da federação a tomar tal medida¹⁶². Nesse ano, a comemoração realizada por tal entidade foi mais pela conquista do feriado do que pela data em si, organizando uma festividade em seus salões que “achavam-se elegantemente ornamentados destacando-se sob docel, o escudo da Sociedade e em frente, um outro, com a data da publicação da citada lei”¹⁶³. Nesse ano, os jornais não mencionaram atividades organizadas por qualquer outra associação.

Até 1906, a grande protagonista das festividades de 1º de maio em Florianópolis foi a União dos Artistas. No ano seguinte, de 1907, ocorreu o processo de sua fusão (mais organizada

¹⁵⁹ BATALHA, Claudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da primeira República. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *Culturas de classe*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004. p. 166.

¹⁶⁰ É possível que outras associações tenham realizado algum tipo de festejo, mas que apenas as atividades desempenhadas por estas duas entidades tenham tido destaque na imprensa.

¹⁶¹ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 01 maio 1906, n.1570. (BPESC).

¹⁶² Só seria estabelecido feriado nacional em 1924, no governo de Arthur Bernardes. In: BATALHA, Claudio. op. cit., 2004. p. 112.

¹⁶³ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 18 set. 1903. n. 660. (BPESC).

como absorção) com a Liga Operária, que assumiu rapidamente o espaço de protagonista das festividades de 1º de maio na cidade¹⁶⁴.

O 1º de maio de 1908 teve uma organização curiosa, sendo realizada conjuntamente entre a Liga Operária e o Partido Operário. Comissões, destacadas de cada uma das instituições, definiram em reunião conjunta a programação do festivo dia¹⁶⁵, o qual começou com uma missa de ação de graças na capelinha de N.S da Conceição, localizada no bairro Mato Grosso. Nessa missa, o “revdmo. fr.” Evaristo O. F. M., em sua fala, concitou os “operários a serem laboriosos, porque o trabalho é honroso aos olhos dos homens e de Deus, unidos para a defesa mútua dos seus direitos e interesses religiosos porque Deus foi o primeiro operário ao fazer o mundo (...)”¹⁶⁶. Na seqüência, uma comissão mista encaminhou-se ao palácio do governo a fim de cumprimentar o governador do Estado. Já no anoitecer desenrolou-se uma festa nos salões da Liga Operária, que estava “repleto”¹⁶⁷, iniciada com muitos discursos das mais variadas representações – da imprensa, de outras associações e dos poderes públicos. Por fim, houve a apresentação de bandas musicais. Na reunião de avaliação do evento realizada pela diretoria da Liga Operária, ocorreu acalorada discussão em razão de um dos diretores ter considerado que a festa na verdade havia sido elaborada pelo Partido Operário e apenas executada pela Liga, os demais presentes ofenderam-se, argumentando que a festa era dos operários e tinha tido a participação das duas entidades¹⁶⁸. A maioria, portanto, aprovou a integração, mantendo-se a parceria no ano seguinte, de 1909, no qual a festividade se organizou com formato bem semelhante, não tendo grande repercussão na mídia.

Nos anos que se seguiram, o 1º de maio continuou sendo encabeçado pela Liga Operária num ritual que se repetiu com um procedimento comum de ano para ano, seguindo o mesmo roteiro do exemplo que segue:

Em comemoração a data do trabalho, na noite de 1º, a *Liga Operária Beneficente* realizou em seus salões uma sessão solene, à qual compareceram o Sr. Capitão Regis, ajudante de ordens do exmo. Coronel Governador do Estado, representando s. exa.;

¹⁶⁴ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Livro de atas de reuniões de 1906 a 1908, passim. (Arquivo da Associação).

¹⁶⁵ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 28 abr. 1908, n. 3045. (BPESC).

¹⁶⁶ *Ibidem*, 03 maio 1908, n. 3049.

¹⁶⁷ *Idem*.

¹⁶⁸ LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Ata de reunião do dia 08 maio 1927. Livro de atas de reuniões de 1923 a 1928, f. 50. (Arquivo da Associação).

grande número de senhorinhas, cavalheiros, associações, imprensa e avultado número de sócios.

Aberta a sessão pelo Sr. João Bittencourt Machado, digno presidente da *Liga*, foi em seguida executada pela S. *Amor a Arte* uma esplêndida marcha. Em seguida usando da palavra o provector professor da escola Normal Wenceslau Bueno Gouvêa, orador oficial, dissertou sobre o motivo porque o operariado se achava reunido nesse momento (...) (seguido de vários discursos)

Em 1922, algumas inovações foram aplicadas, porém, não retirando da comemoração seu caráter pacífico e conservador.

Este ano a data de 1º de maio (...) foi entusiasticamente festejado nesta capital.

Ao romper da aurora, foram queimados muitos foguetes de dinamite a frente da sede da Liga Operária Beneficente, que apresentava um belo aspecto com a fachada ornamentada de bandeiras e balões.

Às 14 horas tiveram lugar (...) os “matches” de “foot-ball” entre os clubes, “Operário” e “Figueirense”.

As bandas de musica da “Comercial” e da “Força Pública” abrilhantaram a pugna desportiva que despertou grande interesse.

A concorrência de exma. Famílias e cavalheiros foi numerosa.

(...)

Terminado os “matches” ao entardecer os dois clubes formaram um extenso préstito que precedido pelas duas bandas de musica fez uma bela passeata, vindo para a sede da Liga Operária que já se achava repleta de convidados.

(...)¹⁶⁹

(muitos discursos)

Foi servida uma lauta e farta mesa de doces com finas bebidas aos presentes.

A mudança mais significativa no caráter assumido por essa comemoração se deu a partir de 1923 com a entrada da União Operária no cenário mutual florianopolitano. Essa entidade, recém fundada, havia assumido o dia 1º de maio para a posse de sua nova diretoria e o início do ano social – da mesma maneira que ocorria na extinta União dos Artistas. Esse ato dava grande importância a tal comemoração e buscava modificar o caráter que a festividade assumira, incorporando, por exemplo, alguns símbolos utilizados internacionalmente, como a bandeira vermelha¹⁷⁰. Dessa forma, assumia um caráter de uma comemoração mais engajada, buscando sempre relacionar a festividade aos acontecimentos que deram origem à data.

O operariado de Florianópolis comemorou condignamente a data dedicada ao trabalho. Pela manhã de 1 de maio os trabalhadores, em grande número, percorreram as ruas da cidade, precedidos de uma banda musical, com demonstrações de entusiasmo e alegria pela passagem da gloriosa data, que recorda o início, com o sangue de alguns mártires, das reivindicações dos direitos do operariado.

¹⁶⁹ Jornal *O Dia*. Florianópolis, 04 maio 1922, n.1048.

¹⁷⁰ COLLAÇO, Vera Regina Martins. op. cit. p. 61.

A sua frente levavam a bandeira escarlate da União Beneficente Operária, sociedade recentemente fundada e que naquele dia empossou a sua primeira diretoria
 À noite a Liga Operária Beneficente, a qual as classes trabalhistas devem relevantes serviços, realizou em sua sede social uma sessão cívica, que se revestiu do máximo brilhantismo¹⁷¹

De fato, poucas modificações ocorreram, mantendo-se o roteiro principal que consistia numa passeata pelas ruas da cidade seguida de banda musical, passando pelas demais associações e por diversas redações de jornais locais, seguindo então para uma sessão solene – agora na sede da União Operária – onde ocorria a posse de sua nova diretoria. Nesse momento, muitos discursos eram proferidos pelos mais diversos representantes presentes e uma *lauta mesa de doces e finas bebidas* eram, por fim, servida. Às vezes fazia parte da programação uma conferência, uma apresentação lúdica, ou uma missa, podendo mesmo acontecer todas essas possibilidades. O exemplo mais completo de como a festividade foi agregando novas composições e ao mesmo tempo mantendo as antigas, é a comemoração de 1928

Às 8 horas foi rezada na catedral missa solene mandada rezar pela Sociedade *União Operária*. O templo achava-se repleto de operários e famílias, bem como os representantes (...)

Em seguida, tendo a frente a banda de música da força pública, estandarte carregado por moças operárias, a diretoria da União e demais operários seguiu em vista de cumprimentos a redação deste diário, Escola de Artífices, redações de “A Folha Nova” e “O Estado” e a sede da *Liga Operária*.

Na sacada achava-se o Sr. Presidente, orador e demais membros da diretoria da Liga, (...) (discursos)

Continuando a visita, dirigiram-se para as sedes da *União dos chauffeurs*, e *dos Trabalhadores*, retornando em seguida à sede social onde, na melhor ordem, foi dispersada a passeata.

Às 17 horas realizou-se a posse da nova diretoria da *União Operária*. (...)

Às 19 horas realizou-se no edifício do Congresso do Estado, uma sessão solene promovida pela Sociedade Beneficente *Liga Operária*, a mais antiga sociedade desta capital. (...)

Finda a sessão, a diretoria da *Liga Operária*, tendo a frente a banda de música *Amor a Arte*, e acompanhada de seu estandarte, conduzido por uma comissão de senhoras dirigiu-se para o Teatro Álvaro de Carvalho, onde foi assistir a festa promovida pela *União Operária*.

Às 21 horas teve início o festival promovido pela *União Operária* que contou com a exibição de um filme e vários números de música e de uma parte dramática.

O teatro achava-se repleto, tendo sido a entrada proibida pelas autoridades (il.) (...)

Encerrado o festival, compareceu ao palco a diretoria da *Liga Operária*, com o seu estandarte a fim de em um gesto nobre oferecer ao atual e ao ex-presidente da *União*, em prova de grande união e solidariedade um bouquet de flores. (...) ¹⁷² (grifos da autora).

¹⁷¹ Jornal *O Elegante*. Florianópolis, 06 maio 1923, n.07, ano I. (BPESC).

¹⁷² Jornal *República*. Florianópolis, 03 maio 1928, n. 2306. (BPESC).

Nesse momento, outras associações já se engajavam contribuindo à sua maneira para o enriquecimento da programação do feriado, que cada vez mais assumia um caráter de dia festivo e não de luta.

Pode-se, por um lado, acreditar que essa maneira pacífica e mesmo conservadora de se organizar as comemorações do primeiro de maio tenham a ver com a forma como eram veiculadas pela imprensa, camuflando acontecimentos mais tensos ocorridos neste dia, não divulgando na íntegra discursos de lideranças e exaltando a atuação pacífica e ordeira dos trabalhadores de Florianópolis. Vera Collaço argumenta nesse sentido, demonstrando que anos mais tarde alguns trabalhadores encontrariam espaço para denunciar acontecimentos silenciados pela imprensa quando ocorridos, a exemplo do acontecido em 1º de maio de 1925, quando durante as comemorações um trabalhador foi detido e deportado¹⁷³. Por outro lado, a estrutura planejada e organizada pelas associações era em si bastante conservadora, envolvendo órgãos governamentais e políticos locais, expressões religiosas e muitas características lúdicas. Essa estrutura organizacional, ao que tudo indica, era comum no meio operário brasileiro, refletindo uma herança de comemorações religiosas cujo formato era muito próximo de procissões

O Primeiro de Maio que Michelle Perrot descreve como “a grande missa da classe operária” mantém, sem dúvida, pontos de contato com a religião, tanto do ponto de vista ritual como sob o ângulo do simbólico (...). A idéia do martírio (dos operários de Chicago) está indissociavelmente ligada à noção de redenção, muito presente no discurso em torno do 1º de Maio. (...) A própria organização dos cortejos do 1º de Maio, tanto no Brasil como em Portugal, reproduz de perto a estrutura das procissões do século XIX e de certas festas do catolicismo popular nos dois países¹⁷⁴

Nas análises da passagem da data na capital da federação, percebe-se inúmeros elementos comuns presentes nas festividades organizadas em Florianópolis:

Salva de tiros na aurora, saudando o grande dia; ida de comissões de operários aos cemitérios para prestar homenagens aos companheiros mortos (bastante comum até 1907); celebração de missas; passeios até algum ponto do subúrbio ou até outra cidade, como Niterói; festivais comemorativos, dos quais constavam geralmente uma conferência, peças teatrais e um baile “familiar”, harmonizando, desta forma, a propaganda associativa e a simples diversão. Geralmente à noite eram realizadas sessões solenes nas sedes das associações operárias¹⁷⁵.

¹⁷³ COLLAÇO, Vera. op. cit. p. 64.

¹⁷⁴ BATALHA, Claudio. op. cit. 2004, p. 108/109.

¹⁷⁵ ARÊAS, Luciana Barbosa. op. cit., p. 58.

Outra forma de comemoração bastante importante era o préstito ou passeata. A massa compacta de operários percorria as principais ruas da cidade, parando para saudar a imprensa e as associações irmãs. Algumas vezes a passeata podia ser interrompida para a realização, geralmente nas principais praças, de pequenos comícios. A organização interna da passeata assemelhava-se muito à estrutura de certas procissões do século XIX, além de apresentar um caráter lúdico (...) ¹⁷⁶.

Era comum que o préstito fosse acompanhado por bandas de música(...) ¹⁷⁷.

De alguma maneira, certamente as associações adotavam esse formato conservador nos eventos de primeiro de maio também por possuírem uma forte concepção moral, anteriormente discutida, a qual lhes colocava como responsáveis pela constituição de um trabalhador ordeiro e de respeito. Sendo esse um momento em que tanto associações quanto trabalhadores ficavam em evidência, sentia-se a necessidade de se apresentar um movimento bonito e organizado dentro daquilo que socialmente se considerava “correto”.

A partir das diferentes perspectivas de análise propostas nesse capítulo, torna-se, possível identificar a densa participação das associações mutuais dos trabalhadores na sociedade em que se organizavam, percebendo como seu envolvimento rompia com as estruturas institucionais e chegava às ruas, atingindo a população em geral e influenciando nos mais diferentes momentos da vida do trabalhador. Essa intervenção, como se procurou demonstrar, poderia se efetivar de diversas formas, fosse adentrando as relações de trabalho na luta pela conquista de direitos, fosse organizando campanhas populares por melhores condições de vida. Poderia também se dar através da atitude pedagógica e, ao mesmo tempo repressiva, das associações ao se responsabilizarem pela boa educação e comportamento moral manifestado publicamente por seus sócios. Dentro da mesma lógica, agia a organização das diferentes festividades comemoradas pelas associações, em especial, como foi abordado aqui, o 1º de maio, data em que as associações ganhavam as ruas e os principais espaços da cidade, com grande evidência.

No decorrer de suas atividades, conquistas e campanhas, as associações foram, portanto, adquirindo um caráter muito mais amplo do que o que as determinava de socorro mútuo, adentrando o campo da representação política de seus associados, assumindo para si seu comportamento e definindo condutas. Atuação essa que as rendeu importância fundamental no processo de formação e consolidação de princípios, bandeiras, projetos, entre tantas outras

¹⁷⁶ Ibidem, p. 59.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 60.

questões pertinentes ao dia-a-dia dos trabalhadores em sua trajetória e na formação de sua identidade de classe.

Conclusão:

A sensação que se tem ao desenvolver uma pesquisa a respeito de um objeto ainda não analisado é de que se está brincando de “risca e aparece” – um livro de pinturas muito comum na década de 1980, no qual um desenho fica escondido em linhas transparentes, assumindo a tonalidade do lápis à medida que se realiza riscos leves sobre a folha, desvelando uma figura pré-existente.

E de repente os trabalhadores de Florianópolis mostram a sua cara!

Pouquíssimas referências bibliográficas a respeito da existência e prática das associações de socorro mútuo dos trabalhadores em Florianópolis foram encontradas, necessitando-se de ampla pesquisa documental para identificar e analisar tal fenômeno. Partiu-se, então, em busca das fontes, porém, o que se localizou foi um cenário de pouco preparo e planejamento voltado à recepção e trabalho do pesquisador – a começar pela dificuldade de se localizar a documentação pertencente às associações, das quais verificou-se, até mesmo, a queima (literalmente falando) dos registros. Somente da Liga Operária e da União dos *Chauffeurs* foi possível localizar material produzido internamente pela instituição, porque ambas as associações mantêm suas atividades nos dias atuais (a segunda como Sindicato dos Taxistas), guardando e preservando, elas mesmas, o seu acervo. As decepções no andamento da pesquisa foram várias, como a de verificar que os livros de registro civil cartorial não estavam disponíveis à pesquisa e, vencida essa etapa, que o primeiro exemplar dos mesmos encontrava-se extraviado, assim como que o acervo composto por processos-crimes da Comarca de Florianópolis, localizados no Tribunal de Justiça, não estavam ordenados e diagnosticados e que, portanto, para se ter acesso aos mesmos seria necessário abrir caixa por caixa de um galpão composto por infinidade delas e, ainda que, os títulos de jornais disponíveis na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina encontravam-se com vários intervalos numéricos. Da conjunção dessas situações percebeu-se que para alcançar resultados seria necessário transitar por diferentes qualidades documentais de forma criativa, a fim de obter respostas. E crê-se que algumas foram encontradas.

Primeiramente, identificou-se que o cenário associativo dos trabalhadores florianopolitanos era muito rico, com grande variedade de entidades organizadas, que em boa

medida, alcançavam uma atuação significativa. E perceber esse cenário possibilita a percepção de inúmeros outros.

As atividades propostas por essas associações, tanto de ordem interna quanto externa, hoje, em muito, expressam a respeito das vivências e experiências dos trabalhadores que delas faziam parte e que a elas davam vida. Identificar a atuação e prática dessas entidades, portanto, passa por compreender e alcançar detalhes acerca da vida dos trabalhadores.

Dessa maneira, essa pesquisa tornou-se o que poderia se denominar como uma história institucional-social. “Institucional” no sentido de que trata de associações, entidades que ao mesmo tempo em que eram formadas por pessoas e refletiam suas ações, também possuíam uma carga de tradições e costumes, que embora também tivessem suas origens na experiência humana, em algum momento se autonomizaram, impondo um conjunto de leis e regras que orientavam as atividades e deliberações dos novos e diferentes grupos de pessoas que por tais associações passariam ao longo dos anos. Assim, mesmo que essas associações se modificassem através de reformas estatutárias de anos em anos, a maioria delas mantinha as principais estruturas organizativas e princípios adotados no início de sua trajetória. Nisso se incluía, em boa parte, até mesmo valores monetários – como apresentado no capítulo 2. Detalhes, que, por vezes, tornam as análises apresentadas como aparentemente atemporais, mas que, na realidade, demonstram uma forte tradição associativa, reproduzida, mantida e executada ao longo da existência de tais organizações. Percebe-se, portanto, um processo de construção e de continuidade de uma cultura associativa, que ao mesmo tempo em que se autonomizava, guardando antigos referenciais, estava em permanente processo de modificação e formação, de acordo com as novas e velhas experiências humanas ali desempenhadas. E é uma análise social, a partir do momento em que busca identificar e compreender a ação humana nos processos analisados, percebendo o sujeito como um ser dotado de diferentes ordens de interesses.

Assim, no momento em que um grupo de pessoas se reúne com o objetivo de dar vida a uma nova associação ou em que um indivíduo busca por uma entidade consolidada a fim de se associar, motivações das mais diferentes ordens se manifestam, confluindo-se ou negando-se. Dessa maneira, o processo de decisão que levava os trabalhadores a matricularem-se nas associações em análise, poderia se pautar nas mais inúmeras prioridades, como, por exemplo, os socorros que eram oferecidos pela associação, ou o custo que o sujeito teria que despender para associar-se. Da mesma forma, poderia se priorizar questões tais como a distância que a entidade

ficava de sua casa ou do emprego, o ambiente interno e de sociabilidade que lhe oferecia, o status social adquirido ao se fazer parte da associação, a relação que a entidade estabelecia com os poderes públicos e os patrões, entre inúmeras outras possibilidades, podendo ser consideradas uma ou todas no ato de matrícula.

Essa avaliação de custo/benefício que certamente se operava no processo de envolvimento de um sujeito com uma associação, mesmo que ocorrida de maneira inconsciente, acabava gerando um mercado, o qual, de alguma maneira, era disputado pelas associações, uma vez que suas existências e manutenções dependiam completamente do financiamento proveniente das taxas cobradas dos associados. Dessa forma, a análise proposta procurou demonstrar o quanto o associado influenciava na organização de uma entidade, desde a formação de seus princípios, o conjunto de socorros que a mesma prestava e a maneira como operava e consolidava suas atividades.

Pois, se, por um lado, as definições instituídas numa associação correspondiam às compreensões, necessidades, possibilidades e interesses do grupo fundador – atraindo assim, outras pessoas que com essas mesmas compreensões, necessidades, possibilidades e interesses se identificavam – por outro, esses critérios organizacionais poderiam se constituir enquanto estratégias de atração e manutenção de sócios, pensadas numa lógica de mercado, escolhendo um público alvo e pensando práticas, valores e propostas que os contemplassem e atraíssem. Sendo assim, detalhes participantes da organização e atuação dessas associações, podem esclarecer inúmeras questões a respeito daqueles que delas participavam, sendo o mais significativo dentre esses elementos, os socorros prestados – em sua forma, objetivos e organização – uma vez que correspondia ao princípio fundador desse tipo de entidade.

Nessa análise dos interesses motivadores de diferentes conjuntos de sócios a partir dos custos apresentados e dos socorros oferecidos, através da comparação entre as diferentes associações existentes em Florianópolis, se alcançou alguns padrões, como por exemplo, associações com grupos de sócios de profissões plurais assumiam socorros mais variados e mais ritualizados – ou na lógica inversa, associações que assumiam socorros mais variados e mais ritualizados atraíam um conjunto de sócios bastante plural. Da mesma maneira, entidades voltadas ao atendimento de determinados ofícios, assumiam características bastante expressivas a respeito das categorias escolhidas. Assim, a associação dos *chauffeurs* apresentava forte preocupação com questões de ordem judicial – devido aos inúmeros delitos profissionais em que

seus sócios se envolviam. Essas associações, por terem sua atuação mais focada em um grupo de trabalhadores, conseguiam se engajar de maneira mais aproximada das questões relativas à classe. Da mesma maneira, associações de funcionários públicos, apresentavam uma carta de socorros bastante objetiva, com valores medianos, tanto de custo quanto de pagamento, refletindo, através da configuração de seus estatutos e prioridades, entidades pouco preocupadas em constituir espaços de sociabilidade e de envolvimento com o ambiente social em que se estabeleciam, possibilitando inúmeras reflexões a respeito das vantagens e necessidades que o funcionalismo público obtinha.

Porém, se por um lado as associações muito demonstram a respeito de seus sócios, mantendo a mesma lógica – mas num movimento contrário – seus sócios também podem apresentar inúmeras questões a respeito de suas associações. Essa avaliação, baseada no indivíduo, foi utilizada como instrumento analítico a respeito da composição política das associações, pois através da análise dos diretores foi possível verificar que dentro das entidades constituíam-se grupos políticos, assim como militâncias, que se fortaleciam, muitas vezes, no fato de que poucos sujeitos possuíam as habilidades, interesses e condições necessárias para assumir tais responsabilidades – entre elas, saber ler e escrever, ter tempo disponível e interesse. Esses militantes em muitos casos se envolviam com a política local a partir do aprendizado e atuação desempenhada dentro de suas entidades e, da mesma maneira, muitos foram os casos verificados de políticos de carreira e com interesses previamente estabelecidos envolvendo-se com tais associações, utilizando-as como palanque ou mola impulsora para suas futuras carreiras.

Esse interesse e procura desempenhada por políticos e patrões em se envolverem com as associações de trabalhadores por um lado e, a corrente possibilidade do engajamento político exercido em suas estruturas gerarem uma militância externa, por outro, expressam uma forte importância e influência desenvolvida por tais entidades no meio social em que estavam inseridas. Nesse sentido, a leitura de jornais de época é testemunha significativa, pois, mesmo que fossem através de pequenas notas, as associações estavam constantemente anunciadas, de algum modo, nos periódicos locais. Não passavam despercebidas na sociedade em que se organizavam e influenciavam de diferentes maneiras nessa sociedade, extrapolando as barreiras institucionais e ganhando as ruas, atingindo, para além de seu quadro social, os trabalhadores como um todo, fosse através de engajamento nas relações de trabalho ou em questões de ordem social – onde entram os elementos explorados pelo capítulo 4, como as campanhas salariais, por 8

horas de trabalho e contra a *carestia de vida*, ou as tentativas de exercer algum tipo de influência nas relações entre trabalhadores e patrões. Nesses processos, as associações se afirmavam como representantes de classe, assumindo a característica de canais de comunicação entre trabalhadores, poderes públicos e patrões, em ambas as vias de interesse (do lado dos trabalhadores e dos patrões e governantes).

A noção de representação dentro dessas instituições acabava por assumir um amplo significado, de maneira que as entidades, além de adentrarem, em muitos casos, nas relações de trabalho de seus associados, assumiam como sua responsabilidade a intenção de disciplinar e moralizar seus sócios, através das mais diversas cobranças, medidas e discursos. No decorrer de suas atividades internas e externas, as associações foram assumindo, cada vez mais, um caráter amplo, interferindo nas relações sociais – e mesmo pessoais – de seus sócios e ampliando seu alcance para além de seu corpo de membros, tornando-se referencial da classe trabalhadora e, da mesma maneira, atuando pela mesma.

Para abarcar o papel dessas associações de socorro mútuo na sociedade em que se organizavam, é preciso ter clareza de que por trás de toda institucionalidade existe ação humana e, desta maneira, nenhuma lei ou regra pode ser pensada senão para compreender a que interesses e concepções representa, a quem e porque limita e beneficia. Nessas entidades voluntárias de trabalhadores, organizadas com o objetivo final de proteção da classe, interesses diversos circulavam, negando-se e complementando-se, em um espaço em que líderes e massa, política e diversão, identidades e crises se relacionavam cotidianamente, constituindo um ambiente de sociabilidade, política e representação de grande importância e influência, no processo de formação da classe e de sua identidade num movimento próprio da história, onde não existe bem e mal, mas apenas pessoas, com toda a sua complexidade existencial.

Bibliografia

AMANTE, Francisco Hegidio. *Somos todos Manezinhos*. Florianópolis: Papa-Livro, 1998.

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. *Hercílio Luz: uma ponte integrando Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1981.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral*. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós Graduação em História, Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

ARÊAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Campinas, 1996. 163 fls. Dissertação [Mestrado em História] – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

AUED, Bernardete Wrublewski. *Histórias de profissões em Santa Catarina: ondas largas "civilizadoras"*. Florianópolis: Ed. do autor, 1999.

BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade*, história da imigração italiana no Brasil: os vênets em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 1999, passim.

BASTOS, José Messias. *Comércio de Múltiplas Filiais em Florianópolis*. 1996. 186f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

BATALHA, Cláudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira (org). *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Vida associativa: Por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, n.8, dezembro 1997.

_____. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 12, n. 23/24.

_____. A Historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

_____. História do Trabalho: um olhar sobre os anos 1990. *História*, São Paulo, n. 21, 1998.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e Trabalho: Análise da construção identitária dos operários Porto-alegrances (1896 a 1920)*. Porto Alegre, 2005. 280 fls. Tese [Doutorado em

História]. Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

BOSSLE, Ondina. *História da Industrialização Catarinense*. (Das origens à integração no desenvolvimento brasileiro) 2. ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

CABRAL, Oswaldo. R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O Sonhar Libertário*. (Movimento Operário nos anos de 1917 a 1921). São Paulo: Pontes, 1998.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis, 1860-1888* São Paulo: Pontifícia Católica de São Paulo. Tese, Programa de Estudos Pós graduados em História, São Paulo. 2004.

CARONE, Edgard. Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas e Astrojildo. In: *Da Esquerda à Direita*. São Paulo: Oficina do Livro, 1991.

CEDEÑO, Reynaldo Sordo. Las Sociedades de Socorros Mútuos 1867-1880. In *História Mexicana*. Vol. XXXIII, n.01. julio-sept, 1983.

CHALHOUB, Sydnei. *Trabalho, Lar e Botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

COELHO, Mário César. *Moderna Ponte Velha: Memória da Ponte Hercílio Luz*. 1997. 172f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

COLLAÇO, Vera. *O Teatro da União Operaria: Um Palco em Sintonia com a Modernização*. 2003, 335 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CONNIFF, Michael L. *Voluntary Associations in Rio, 1870-1945: A New approach to Urban Social Dynamics*. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Center for Latin American Studies at the University of Miami, vol. 17, n. 01, feb. 1975. pp. 64-81. Disponível em: www.Jstor.org/satble/174788. Acesso em: 17 nov. 2006.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato Social do Rio de Janeiro na Virada do século*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 1996.

DECCA, Maria A. G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.

DUMMEL, Fabio Luiz. União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis (União dos Trabalhadores): Atuação Política e Origem do Sindicato dos Estivadores de Florianópolis (1910-1935). 2005. 73f. Monografia (Bacharelado em História) Curso de Bacharelado e Licenciatura em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FARIAS, Joice. *A Lagoa da Conceição também é dos pretos!* Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de Santa Catarina (1870-1880). Niterói: Universidade Federal Fluminense. Dissertação, Programa de pós-Graduação em história, Niterói, 2003;

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: Associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008.

GEREMIAS, Patrícia R. *Ser “ingênuo” em Desterro/SC: A lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, 2005;

GOMES, Ângela M. Castro. “Questão social e historiografia no Brasil do pós 1980: nota para um debate” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, 2004.

GOMES, Manoel. *Memória Barriga-verde*. Florianópolis: LUNARDELLI, 1990. p. 160.

GONDIN, Arlindo. *Figuras Exponenciais da Maçonaria Catarinense*. Florianópolis: Ed. do autor. 2001.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. Da Revolução à primeira Guerra. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

HOBBSAMW, Eric. *Mundos do Trabalho*. Novos Estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HÜBNER, Laura Machado. *O comercio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

JESUS, Ronaldo Pereira de. História e Historiografia do fenômeno associativista no Brasil Monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (org.) *Nomes e Números*. Alternativas Metodológicas para a História Econômica e social. p.285-304.

LAVAGNINI, Aldo. *Manual do Aprendiz Maçon*. Buenos Aires: Editora Kier, 1950.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1993.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. *Liga Operária Beneficente de Florianópolis e União Beneficente Recreativa Operária: Uma história de mutualismo e resistência*. Monografia (Bacharelado em História) Graduação em Licenciatura e Bacharelado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, UFSC, 2005.

_____. “Novas Perspectivas na Historiografia do Trabalho em Santa Catarina. *Revista Esboços*, Florianópolis. Vol. 14, n. 18. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/587/0>.

LEVINE, Robert A. *O Regime de Vargas. Os anos críticos (1934-1938)*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora Universitária, 2001.

MACHADO, César do Canto. *Biografia de Catarinenses Notáveis*. Florianópolis: Insular, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado. A formação e a atuação das chefias caboclas. 1912-1916*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MARTINS, Celso. *Os comunas. Álvaro Ventura e o PCB Catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27, 1995.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República velha*. São Paulo. Hucitec/Prefeitura da São Caetano do Sul, 1992.

MACCORD, Marcelo. *Andaimés, Casacas, Tijolos e Livros: Uma associação de Artífices no Recife, 1836-1880*. 384 fls. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, 2009.

MEIRINHO, Jali; JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Nomes que ajudaram a fazer Santa Catarina*. Florianópolis: Endeme. Vol. 1.

MENDONÇA, João Hélio. Disponível em: www.fundaj.gov.br. Acesso em: 15 mar. 2008.

MINOTTO, Daniela da Silva Lúcio. *Memórias do cotidiano de mulheres agricultoras : Criciúma (1930-1950)*. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, Monografia de Especialização em História Social e História Cultural, 2005;

MUNCK, Ronaldo. Mutual Benefit Societies in Argentina: workers, nationality, social security and trade unionism. *Journal of Latin American Studies*. Vol. 30, part 3, october 1998.

NEUMANN, Clóvis. *O processo de intensificação urbana do Centro de Florianópolis*. 1988. 196f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. 230 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 1992. 301f. Tese. (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, 1992.

PEREIRA, Karen Parmigiani. *Mulheres em terra de homens do mar: cotidiano e sobrevivência em uma colônia pesqueira. Barra da Lagoa (1940 - 1980)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em História, 2000.

PEREIRA, Nereu do Vale. *A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente*. 2v. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

LEMONS, Gustavo Perez. *Mineiros e sindicalistas na cidade do carvão : Criciúma (1952-1964)*. 137.f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008

PIAZZA, Walter F. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis, Assembléia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), 1985. apud: MARTINS, Celso. Disponível em: www.1.an.com.br/ancapital/2005/dez/31/1ger.htm. Acesso em: 23 fev. 2008.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes, BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski, SOUZA, Sara Regina Silveira de. *A Fábrica de Pontas “Rita Maria”*. Um estudo de arqueologia industrial. Florianópolis: EDEME, sem data.

POPININGIS, Fabiane. *Operários de casaca?: Relações de Trabalho e Lazer no comércio carioca na virada dos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em História). Campinas, Universidade Estadual de Campinas. 2004.

REBELATTO, Martha. *Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação, programa de pós-graduação em história, 2006.

REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho e; KLUG, João (pesq). *Carl Hoepcke. A Marca de um pioneiro*. Florianópolis: Insular, 1999.

RENGEL, Simone Aparecida. *“Proletários de todos os países uni-vos em Cristo”*. Trabalhadores Católicos e os Círculos Operários de Florianópolis (1937-1945): Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

REZENDE, Antonio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

RIBEIRO, Manuel Alves. *Caminho*. Florianópolis: s/e. s/d.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina: Dissertação, programa de pós-graduação em História, 2006.

SCHMEIL, LÍlian. *Memórias da UBRO*. Franklin Cascaes. Florianópolis, 1995.

SCHMITT, Jaqueline Aparecida Martins Zarbato. *Trabalhando em Florianópolis...* (As práticas de trabalho e as memórias de trabalhadores e trabalhadoras. 1900 - 1920). 2001, 157f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SILVA JUNIOR, Adhemar L. da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940. 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Denize Aparecida. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville - 1845/1888*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, 2004;

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem Patrões*. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.

SILVA, Velôr Pereira Carpes da. *Escola de Aprendiz marinhos e Crianças desvalidas*. Desterro (SC) – 1857-1889. 2002, 109 f., Dissertação. (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

STIEL, Waldemar Corrêa. *História do Transporte urbano no Brasil*. “Summa tranviariae brasiliensis”. História dos bondes e trólebus e das cidades onde eles trafegaram. São Paulo: Pini; Brasília: EBTU.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; Silva, Sérgio (org.). *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*.

_____ *A Miséria da Teoria*, ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____ *A Formação da Classe Operária Inglesa*. A árvore da Liberdade. 3º Edição. Paz e Terra; Rio de Janeiro, 1997.

VEIGA, Eliane Veras da. *Processo Histórico de Mutação da Paisagem Urbana da Área Central de Florianópolis. 1850– 1930*. 1990. 513 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

_____ *Transporte Coletivo em Florianópolis*. Origens e Destinos de uma cidade à beira-mar. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis; Ed. Insular. 2004.

VELLOSO, Verônica Pimenta. *Instituto Politécnico de Florianópolis*. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/observatoriohistoria/verbetes/instpolytflo.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2009.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Historia do PCB em Santa Catarina: Da sua gênese até a Operação Barriga Verde – 1922 a 1975*. Florianópolis, 1994. 104f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

VISCARDI, Cláudia; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência Mutualista e a formação da classe operária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil. A formação das Tradições, 1889-1945*. v. 01. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (org.) *Nomes e Números. Alternativas Metodológicas para a História Econômica e social*. p. 323-346

_____. Mutualismo e Filantropia. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 10, n. 1. jan.-jun. 2004.

ZANELATTO, João Henrique. *Homens de barro. Experiências de trabalhadores na cerâmica vermelha (olarias) em Morro da Fumaça*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação: Programa de pós-Graduação em História, 1998;

_____; Cadernos AEL. Campinas: UNICAMP/IFCH, v.6, n.10/11, 1999.

_____; 1890-1990. Cem vezes Primeiro de Maio. São Paulo: DPH, 1990.

Fontes e Arquivos

Arquivos:

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)
 Arquivo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (ATJSC)
 Arquivo da Liga Operária Beneficente de Santa Catarina
 Arquivo da União Beneficente *Chauffeurs* de Santa Catarina
 Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)
 Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC).
 Cartório Faria de Registro Civil (CFRC).
 Centro de Memória da Assembléia Legislativa de Santa Catarina (CMALESC)
 Câmara Municipal de Florianópolis (CMF)
 Casa da Memória de Florianópolis – Fundação Franklin Cascaes. (CMF – FFC)
 Instituto da Previdência do Estado de Santa Catarina

Fontes

ALISTAMENTO GERAL DOS ELEITORES FEDERAIS, procedido e revisado em conformidade com a lei n.35 de 25 de janeiro de 1892, 1902 a 1905. (BPESC).

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL do Rio de Janeiro - Almanak Laemmert, Rio de Janeiro: Laemmert, 1915. (AEL).

BRASIL, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Diretoria Geral de Estatística. Sinopse do Recenseamento do Brasil de 31 de dezembro de 1900, Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1905. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

COLEÇÃO de Ofícios de Diversos para o Governador do Estado de Santa Catarina (G/S. GNE D - APESC)

COLEÇÃO de Ofícios da Chefatura de Polícia para a Secretaria de Interior e Justiça. (G/S SIJ CP - APESC).

COLEÇÃO Processos-crime da comarca de Florianópolis. (ATJSC).

COSTA, Firmino (org.) Anuário de Santa Catharina para 1900. Florianópolis: Gabinete Sul Americano. 1900.

_____ (org.) Anuário de Santa Catharina para 1904. Florianópolis: Gabinete Sul Americano. 1904.

ENTRESS, Godofredo (org.). *Guia do Estado de Santa Catarina*. Chorographia e Indicador. pt. II. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1927. (BPESC).

_____. Indicador Comercial, Industrial e Profissional do Município de Florianópolis, 1928. (BPESC).

Estatutos:

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO. Estatutos, Florianópolis: Tipografia da Escola dos Aprendizes Artífices. 01 set. 1900. (BPESC);

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS GUARDAS DAS ALFÂNDEGAS, Florianópolis. Estatutos, 16 jan. 1910. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, n. 4474 a 4.476 (BPESC);

_____. Florianópolis. Estatutos, 02 abr. 1914. Livro 02, fl 46 a 48v. (CFRC);

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E DE SOCORROS MÉDICOS. Florianópolis. Estatutos, 06 out. 1914. Livro n. 02, fl. 39v. a 52v. (CFRC);

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE UNIÃO DOS LABORADORES, Florianópolis. Estatutos, 31 out. 1911. Livro 02, fl 07v. a 11. (CFRC);

_____. Florianópolis. Estatutos, 07 abr. 1917. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, n.8549 a 8551. (BPESC);

ASSOCIAÇÃO HELÊNICA SÃO CONSTANTINO, Florianópolis. Estatutos, 11 dez. 1906. Livro n. 02, fl. 69 a 70. (CFRC);

ASSOCIAÇÃO MATERNIDADE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Estatutos, 04 nov. 1914. Livro n. 02, fl. 52v. a 58. (CFRC);

CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO, Florianópolis. Estatutos, 09 maio 1907. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, n.1878 e 1879. (BPESC);

_____. Florianópolis. Estatutos, 21 dez. 1917. Livro 02, fl. 93v. a 96v. (CFRC);

_____. Estatutos, Florianópolis: Tipografia da Escola Artífices. 1925. (IHGSC);

_____. Estatutos, Florianópolis: Livraria Moderna. 1933. (BPESC);

CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DO DISTRITO TELEGRÁFICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 11 mar. 1914. Livro 02, fl. 45 a 46. (CFRC);

_____. CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 23 set.. 1917. Livro 02, fl. 04v. a 07v. (CFRC);

CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA IMPRENSA OFICIAL, Florianópolis. Estatutos, 09 jun. 1916. Livro 02, fl. 61v. a 65v. (CFRC);

CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, Florianópolis. Estatutos, 13 jun. 1923. Livro 03, fl. 48v. a 65v. (CFRC);

CENTRO CÍVICO JOSÉ BOITEUX, Florianópolis. Estatutos, 14 jul. 1920. Livro 03, fl. 20 a 22v. (CFRC); *Jornal República*. Florianópolis, 03 mar. 1921, n. 717, p. 03. (BPESC);

CLUB DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS. Estatutos, Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1932 (BPESC);

CONGREGAÇÃO DOS MARÍTIMOS E PESCADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Estatutos, Florianópolis: Tipografia da Livraria Moderna, 1921 (BPESC);

_____. Estatutos, Florianópolis: Tipografia da Escola de Aprendizes Artífices, 1925 (BPESC);

LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 22 abr. 1903. In: *Jornal O Dia*. Florianópolis, n. 700 a 723. (BPESC);

LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 18 jul. 1910. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, n. 4.586 a 4.589. (BPESC);

LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 1918. Livro 03, fl. 96v. a 99v. (CFRC);

LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA. Estatutos. Florianópolis: Tipografia São José, 1929. (Arquivo da Associação);

LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Livro de empréstimos da Biblioteca, de 1891 a 1937. (Arquivo da Associação);

LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Livro de atas de reuniões de 1906 a 1908, f. 46. (Arquivo da Associação);

LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Livro de atas de reuniões de 1917 a 1919. (Arquivo da Associação);

LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Livro de atas de reuniões de 1919 a 1922, fl. 10/11. (Arquivo da Associação);

LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Livro de atas de reuniões de 1920 a 1923. (Arquivo da Associação);

LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Livro de atas de reuniões de 1923 a 1928, f. 03. (Arquivo da Associação);

LIGA OPERÁRIA BENEFICENTE DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Livro de Matrículas dos sócios de 1891-1960. (Acervo da Associação);

LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE, Florianópolis. Estatutos, 25 jan. 1925. Livro 03, fl. 19v. a 25. (CFRC);

SOCIEDADE BENEFICENTE DOS EMPREGADOS POSTAIS DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Estatutos, 09 jun. 1926. Livro 03, fl. 58v. a 61v. (CFRC);

SOCIEDADE POLACA DEMOCRATA NACIONAL, Florianópolis. Estatutos, 03 jul. 1908. Jornal *O Dia*, Florianópolis, n. 4005. (BPESC);

SOCIEDADE PROTETORA DAS FAMÍLIAS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS, Florianópolis. Estatutos, 11 dez. 1915. Livro 02, fl. 62v. a 66v. (CFRC);

UNIÃO BENEFICENTE DOS CARROCEIROS. Estatutos, Florianópolis. Imprensa Oficial do Estado, 1938. (BPESC);

UNIÃO BENEFICENTE DOS *CHAUFFEURS* DE SANTA CATARINA. Florianópolis. Livro de Atas das sessões de 1925 a 1936. (Arquivo da Associação);

_____. Florianópolis. Estatutos, 07 jan. 1926. Livro 03, fl.48 a 57v. (CFRC);

UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA, Florianópolis. Estatutos, 18 maio 1923. Livro 02, fl. 36v. a 48v. (CFRC);

UNIÃO BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. Florianópolis: ed. Escola de Aprendizes Artífices. Florianópolis, 1922. (cópia cedida por Vera Regina Martins Collaço).

UNIÃO BENEFICENTE RECREATIVA OPERÁRIA, Florianópolis. Estatutos, 24 maio 1928. Livro 03, fl. 93v. a 98. (CFRC).

UNIÃO BENEFICENTE DOS PADEIROS, Florianópolis. Estatutos, 23 jan. 1918. art. 01. Livro 03, fl. 07v. a 10v. (CFRC);

UNIÃO BENEFICENTE DOS PROPRIETÁRIOS, Florianópolis. Estatutos, 21 jan. 1914. Livro 02, fl. 37 a 43. (CFRC);

UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DE FLORIANÓPOLIS, Florianópolis. Estatutos 12 set. 1910. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, n. 4630 a 4631. (BPESC);

_____. Florianópolis. Estatutos, 06 set. 1913. Livro 02, fl. 28 a 37. (CFRC);

Jornais:

O Dia, Florianópolis. (BPESC);

O Mercantil, Florianópolis. (BPESC);

República. Florianópolis. (BPESC);

O Estado. Florianópolis. (BPESC);

O Comércio, Florianópolis. (BPESC);

Folha Nova. Florianópolis. (BPESC);

O Operário. Florianópolis. (BPESC);

Folha do Comércio. Florianópolis. (BEPESC);

O Caixeiro. Órgão da classe caixeiral. Florianópolis. (BEPESC);

CPC – Curso Prático de Comércio. Florianópolis. (BEPESC);

O Elegante. Florianópolis. (BEPESC);

Bota-Fogo. Nossa senhora do Desterro. (BEPESC);

Leis:

NOSSA SENHORA DO DESTERRO, Lei n. 222, de 10 de maio de 1845. *Código de Posturas Municipais*. (CMALESC);

NOSSA SENHORA DO DESTERRO Código de Posturas, 1889. Lex: *Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Desterro*: Tipografia da Regeneração. 1889. (BEPESC).

FLORIANÓPOLIS, Código de Posturas Municipais, 1903. Lex: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 04 fev. 1903. n. 626 a 630. (BEPESC).

FLORIANÓPOLIS, Código de Posturas Municipais, 1906. Lex: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 13 jun. 1906. n. 1603 a 1604. (BEPESC).

COLEÇÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES do Estado de Santa Catarina. 1901 a 1930. (CMALESP);

COLEÇÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES do Município de Florianópolis. 1904, 1905, 1919 e 1926. (CMALESP);

BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, realizado em 01 de setembro de 1920, Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística.

FLORIANÓPOLIS. Índice das leis que denominaram as vias e logradouros do município de Florianópolis. Diretoria Legislativa. Departamento de Informática. Gerência de Documentação e Reprografia. 2004 (CMF).

Sítios:

www.Jstor.org.

www.senado.gov.br/sicon/executapesquisaleislacao.action.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/>

http://www.deter.sc.gov.br/www/index.php?modulo=conteudo&int_seq_secao=25&int_seq_subsecao=80&int_seq_conteudo=24.

<http://www.coc.fiocruz.br/observatoriohistoria/verbetes/instpolyflo.pdf>.

www.fundaj.gov.br.

www.1.an.com.br/ancapital/2005/dez/31/1ger.htm.

<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/view/full/16070>

<http://www.bu.ufsc.br/design/Citacao1.htm>

<http://www.ufg.br/this2/uploads/files/105/10520 - Cit. em documentos.pdf>

<http://bu.ufsc.br/framerefer.html>

<http://www.eduardoassaf.com.br/metcient/fisio-idemibidem.htm>

<http://www.scribd.com/doc/4076836/ABNT-Manual-II>

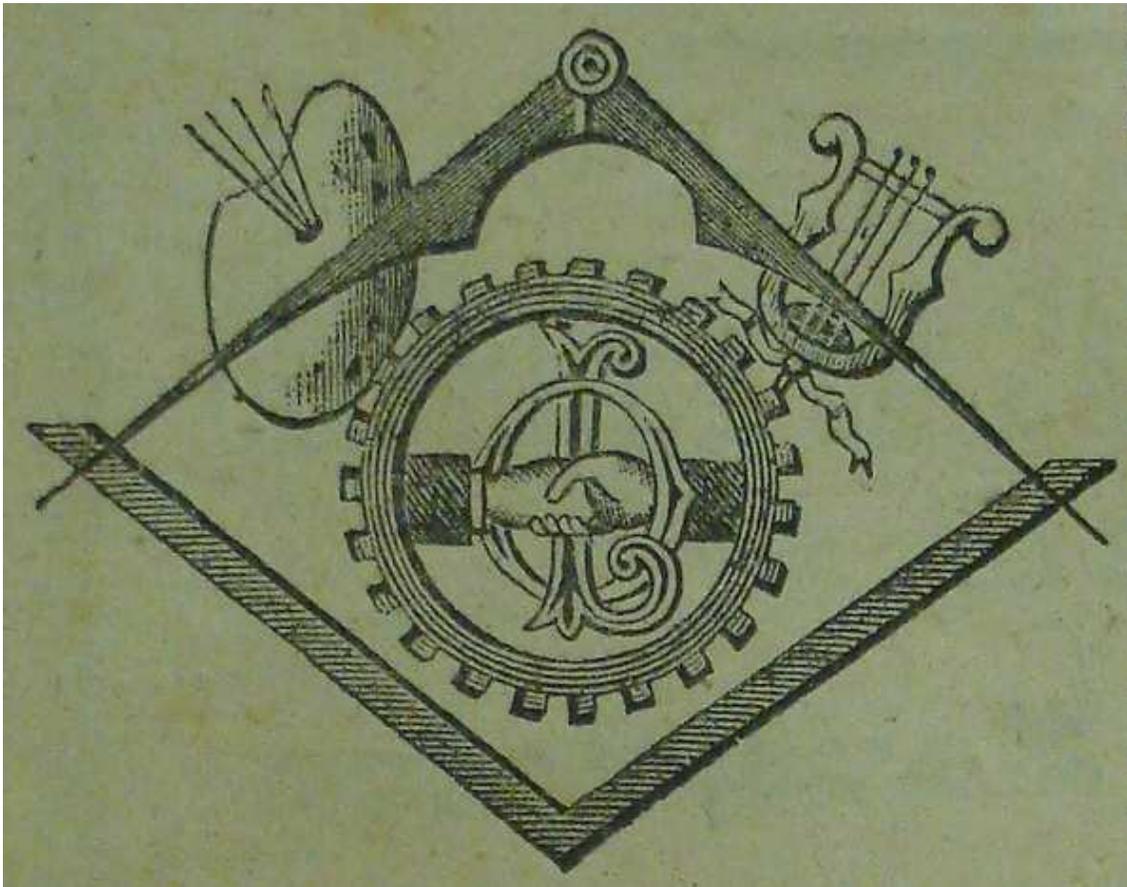
http://www.gazetapenhense.com.br/materia.php?materia_id=804.

<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/regioes.php?distrito=28&tema=12&indicador=97>.

Anexo 1: Associações de Socorros Mútuos de caráter voluntário organizadas por trabalhadores em Florianópolis:

	Associação	Data de Fundação	Tipo de Fechamento
1	Sociedade Beneficente Caixa dos empregados no Comércio	1886	Por Ofício
2	Associação Beneficente e Recreativa dos Empregados do Comércio	1889	Por Ofício
3	Liga Operária Beneficente de Santa Catarina	1891	Pluriprofissional
4	Associação Beneficente de Funcionários Públicos	1897	Por Ofício - Funcionários Públicos
5	Associação Beneficente União dos Laboradores	1899	Pluriprofissional
6	Grêmio Instrutivo e beneficente dos Empregados no Comércio	1900	Por Ofício
7	Club dos Cocheiros	1900	Por Ofício
8	União Beneficente dos Artistas	1902	Pluriprofissional
9	Club da Imprensa	1902 (aprox.)	Por Ofício
10	Club dos Bolieiros	1902 (aprox.)	Por Ofício
11	Caixa Beneficente dos Empregados do Distrito Telegráfico	1904	Por Ofício - Funcionários Públicos
12	Associação Beneficente dos Guardas das Alfândegas de Santa Catarina	1907	Por Ofício - Funcionários Públicos
13	União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis	1910	De Indústria
14	União Gráfica Beneficente de Santa Catarina	1910 e 1917	Por Ofício
15	União Beneficente da Fábrica de Cartucho	1914 (aprox.)	Por fábrica
16	Sociedade Protetora das Famílias dos Funcionários Públicos	1914	Por Ofício - Funcionários Públicos
17	Associação dos Trabalhadores das Embarcações da Alfândega	1914	Por Ofício - Funcionários Públicos
18	União Beneficente dos Padeiros	1916	Por Ofício
19	Congregação dos Náuticos e Pescadores do Estado de Santa Catarina	1921	De Indústria
20	Caixa Beneficente dos Empregados do Ministério da Fazenda	1921	Por Ofício - Funcionários Públicos
21	Sociedade Beneficente dos Empregados Postais em Santa Catarina	1921	Por Ofício - Funcionários Públicos
22	União Beneficente Operária	1922	Pluriprofissional
23	Caixa Beneficente dos Empregados da Imprensa Oficial	1923	Por Ofício - Funcionários Públicos
24	Caixa Beneficente dos Funcionários do Tesouro do Estado	1923	Por Ofício - Funcionários Públicos
25	União Beneficente dos <i>Chauffeurs</i> de Santa Catarina	1925	Por Ofício
26	Liga do Magistério Catarinense	1925 (aprox.)	Por Ofício
27	União Beneficente Proletária	1929 (aprox.)	Pluriprofissional
28	União Beneficente dos Garçons de Florianópolis	1929	Por Ofício
29	Associação Beneficente da República e da Imprensa Oficial	1929	Por Ofício - Funcionários Públicos
30	União Beneficente dos Carroceiros	1931	Por Ofício
31	Club. dos Funcionários Públicos Cívicos	1932	Por Ofício - Funcionários Públicos

Anexo 2: Símbolos utilizados pelas associações:



Símbolo da Liga Operária Beneficente de Santa Catarina. In: *Jornal O Dia*, Florianópolis, 30 de dezembro de 1903. n.1.170. (BPESC).



Símbolo da Sociedade Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio. In: Ofício enviado pela associação para o Governador do Estado. Florianópolis, 18 de setembro de 1908. Cx. 10, fl. 85. (G/S. GNE D - APESC).



Símbolo da Sociedade Caixa Beneficente dos Empregados no Comércio. In: Ofício enviado pela associação para o Secretário de Interior e Justiça, Florianópolis, 26 de março de 1925. Cx 17, fl.33. (G/S. GNE D - APESC).



Símbolo da Associação dos Empregados no Comércio (ASSEC). In: Ofício enviado pela associação ao Governador do Estado. Florianópolis, 18 de março de 1905. Cx 08, fl. 70. (G/S. GNE D - APESC).



Alegoria utilizada em data de aniversário da associação pelo Jornal *O Mercantil*, órgão de publicação do Grêmio Instrutivo e Beneficente dos Empregados no Comércio, o qual possivelmente, fosse o símbolo utilizado pela associação. In: *O Mercantil*, Florianópolis. 17 jun. 1901.n. 19. (BPE)



Símbolo da União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis. In: Ofício enviado pela associação ao Governador do Estado. Florianópolis 06 de outubro de 1916. Cx. 12, fl. 70. (G/S. GNE D - APESC).

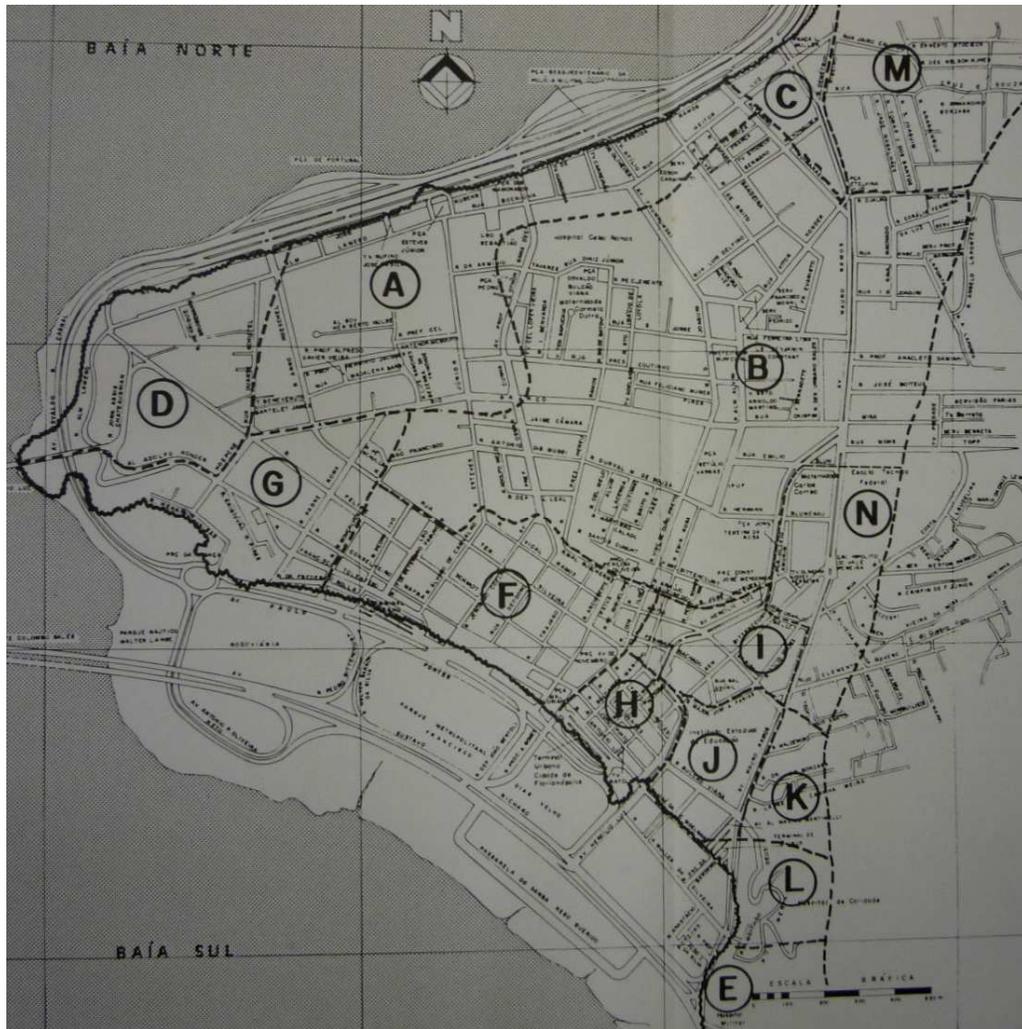


Símbolo da União Beneficente dos *Chauffeurs* de Santa Catarina. In: Ofício enviado pela associação ao Secretário do Interior e Justiça. Florianópolis, 08 de agosto de 1919. Cx.13, fl.95. (G/S. GNE D - APESC).



Diploma da União Beneficente dos *Chauffeurs* de Santa Catarina. Florianópolis, 02 de maio de 1941.
 (Arquivo da Casa da Memória de Florianópolis - Fundação Franklin Cascaes)

Anexo 3: Mapa da localização dos bairros centrais de Florianópolis no ano de 1900.



Hipótese elaborada por Eliane Veiga. In: VEIGA, Eliane Veras da. *Processo Histórico de Mutação da Paisagem Urbana da Área Central de Florianópolis. 1850– 1930*. 1990. 513 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990. p.

Legenda:

A	Praia de Fora	H	Pedreira
B	Mato Grosso	I	Tronqueira
C	São Luiz	J	Campo do Manejo
D	Estreito	K	Toca
E	José Mendes	L	Menino Deus
F	Figueira	M	Pedra Grande
G	Rita Maria e Arataca	N	Canudinhos

Anexo 4: Endereço das sedes das associações

Ano/ Associação	AEC	SBCEC	ABUL	GIBEC	UBCS	UBTF	UBRO	Dos Artistas	Liga
1900				Praça 15 de novembro n.19					
1901	Rua João Pinto, n. 10			Praça quinze de novembro					Praça 15 de novembro (pós fev.) Rua Altino Correa 126
1902				Praça 15 de novembro n.19				Rua Tiradentes n.14 (sobrado)	Rua Altino Correa 126
1903			Rua Almirante Alvim						
1904		Club 12 de agosto							Rua Altino Correa 126
1905									Adquire imóvel na Rua Pedro Soares e na Rua São Martinho
1907		Rua Trajano, n. 05							
1908			Casa do presidente largo Benjamin Constant n.5						
1909		Rua Trajano, n. 05							
1910			Prédio n.6 praça 17 de novembro,						

Ano/ Associação	AEC	SBCEC	ABUL	GIBEC	UBCS	UBTF	UBRO	Dos Artistas	Liga
1911			Prédio n.6 praça 17 de novembro			Sede da Liga			
1912									Rua João pinto
1914		Rua Trajano, n.05				Rua Conselheiro Maфра n°124			
1917						Rua São Martinho n. 9			
1922						Rua Padre Roma esquina com Francisco Tolentino, próximo à cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz	Prédio à Rua da Fraternidade , esquina da Rua Bento Gonalves, na Vila Gancha		Rua Tiradentes n. 20
1923						Rua Padre Roma	Rua Saldanha Marinho n° 4 mudou-se no final do ano para Rua Trajano n. 18		Rua Tiradentes n. 20
1924						Rua Padre Roma	Rua Trajano n. 18		Rua Tiradentes n. 20
1925					(agos) sede da UBTF (out) Rua Felipe Schmidt	Rua Padre Roma			Rua Tiradentes n. 20

Ano/ Associação	AEC	SBCEC	ABUL	GIBEC	UBCS	UBTF	UBRO	Dos Artistas	Liga
1926					(jul) Conselheiro Mafra n.13 (out) Conselheiro Mafra n. 44				Rua Tiradentes n. 20
1927					Conselheiro Mafra n.24				Rua Tiradentes n. 20
1928					(abril) sede provisória a Rua Nunes machado n.08 (jul) Rua João Pinto n. 29	Rua Padre Roma	Rua Pedro Soares		Rua Tiradentes n. 20
1929					R. Conselheiro Mafra n.25		Rua Pedro Soares		Rua Tiradentes n. 20
1931					R. Felipe Schmidt n.01		Rua Pedro Soares		Rua Tiradentes n. 20

Anexo 5: Jóia de Entrada cobrada por cada instituição para se associar.

Associação	AEC	LIGA	SBCEC	UBTF	ABGASC	ABUL	CBEDTSC	UBP	CBEMF
Valor	17\$000	(1903) Mínimo de 7\$500 (idade máxima de 25 anos) Média de 12\$500 (até 40 anos) Máxima de 22\$500 (50 a 55)	12 a 25 anos (1907 e 1917 7\$000/ (1925) 8\$000 (1907 e 1917 7\$000/ (1925) 8\$000						
		(1910) Mínimo de 8\$500 (idade máxima de 25 anos) Média de 14\$500 (até 40 anos) Máxima de 32\$500 (51 a 60)	25 a 40 anos (1907 e 1917 12\$000/(1925) 13\$000 (1907 e 1917 12\$000/(1925) 13\$000	1910 = 4\$000 1913 = 6\$500	1911 - Até 20 = 3\$000,de mais de 20 até 35 = 5\$000.De mais de 35 = 10\$000	1910, 1914 Contribuinte = 10\$000	1913 = 5\$000 nos primeiros 6 meses. Depois = 10\$000 Sócios fundadores e seus familiares pagam a jóia de 1\$000	1918 = 6\$500	1923 = 13\$000
		(1918 e 1929) Mínimo de 10\$500 (idade máxima de 30 anos) Média de 17\$500 (até 50 anos) Máxima de 27\$500 (56 a 60)	40 a 60 anos (1907 e 1917 22\$000 / (1925) 23\$000 (1907 e 1917 22\$000 / (1925) 23\$000						

Associação	CMPSC	LMC	UBCSC	SBEPSC	CBEIO	UBRO	UBCF	SPFFPC
Valor	1921 = 6\$000	1925 = 3\$000	1926 = 23\$000	1926 = 5\$000, para qualquer classe até 30anos. 10\$000 de 30 a 40 anos de idade.	1925 = 5\$000	1922 = 10\$000 1928 = 5\$000	1931 = 9\$000	1915 = 5\$000 (todos)

Anexo 6: Mensalidades cobradas dos sócios contribuintes nas diferentes associações em diferentes anos

Associação/ Ano	AEC	LIGA	SBCEC	UBTF	ABGASC	ABUL	UBP
1900	2\$000						
1903		1\$000					
1907			2\$000				
1910				1\$000	2\$000		
1911						1\$000 e mais uma contribuição especial de 1\$000 trimestral	
1913				1\$500			
1914					2\$000		
1917			2\$000			1\$000	
1918		1\$000					1\$500
1921							
1922							
1923							
1925			2\$000 para quem já fosse matriculado e 3\$000 para os novos				
1928							
1931							

Anexo 7: Relação das profissões dos filiados presentes no Livro de Matrículas da Liga Operária de 1891 a 1960 e o respectivo número de pessoas filiadas sob tal profissão.

	Profissão	Número de matriculados com tal profissão
1	Ajustador	1
2	Alfaiate	22
3	Amadora	2
4	Barbeiro	16
5	Caldeiro	1
6	Carpinteiro	26
7	Carroceiro	1
8	Carteiro	2
9	Chapeleiro	1
10	Choufer	5
11	Cigarreiro	5
12	Cocheiro	1
13	Confeiteiro	1
14	Construtor	1
15	Costureira	11
16	Datilógrafo	1
17	Dentista	3
18	Doméstica	123
19	Eletricista	2
20	encanador	4
21	Engraxate	1
22	Estivador	4
23	Farmacêutico	4
24	Ferreiro	11
25	Fogueteiro	1
26	Foguista	2
27	Funileiro	2
28	Guarda-Livros	8
29	Jardineiro	1
30	Jornalista	1

	Profissão	Número de matriculados com tal profissão
31	Lavrador	1
32	Maquinista	7
33	Marceneiro	31
34	Marítimo	43
35	Mecânico	6
36	Modista	2
37	motorista	5
38	Musico	3
39	Operário	5
40	Padeiros	11
41	Pedreiro	15
42	Pintor	19
43	Professora	9
44	Refinador	1
45	Relogeiro	1
46	Sapateiro	23
47	Seleiro	1
48	Telegrafista	2
49	Tintureiro	1
50	Tipógrafo	24
51	Zinador	1

Anexo 8: Cruzamento nominativo entre os membros de diferentes associações

Nome	Associação	Cargo	Ano
Aristides Ignacio Domingues	Protetora Funcionários Públicos civis	2º Secretário	1914, 1915
	SBCEC	1º procurador	1905
Cantidio Alves de Souza	Protetora Funcionários Públicos civis	Conselho Fiscal	1914, 1915
	SBCEC	2º Secretário	1898
		1º Secretário	1902
		Comissão de Sindicância	1904, 1905, 1920, 1921
	Presidente	1917	
Annibal Monguilhot (Monguilhote)	Liga	Comissão de Sindicância	1904 - 1905 - 1906
	Laboradores	Comissão de Sindicância	1903
Antonio Coutinho	AEC	2º Procurador	1899
	Laboradores	Procurador	1911
Antonio F. da Silva	ABGA	2º Secretário	1914
	Ministério da Fazenda	Tesoureiro	1928 - 1929
Antonio Galdino Cabral	UBTF	Cobreadores	1918
	Liga	Procurador	1928
Antonio Machado	AEC	Comissão de Sindicância	1889
	Laboradores	Comissão de Sindicância	1902
Antonio Vieira Machado	UBRO	Diretor da Parte Recreativa	1928
	UBCSC	1º Secretário	1925, 1927 (assume depois, no lugar de João Pio Pereira), 1930
		Vice-Presidente	1932
		Comissão de Sindicância	1927 (assume no meio do mandato), 1928
Arthur Beck	Liga	Procurador	1914
	UBRO	1º Secretário	1925
Bellarmino J. Velloso	UBTF	Procurador	1922 e 1927
	Liga	Comissão de Sindicância	1915 e 1917
Carlos Grassenferth Filho	UBRO	Tesoureiro	1923
	Liga	Comissão de Sindicância	1925 e 1926

Carlos Kersten	Liga	Tesoureiro	1907
	SBCEC	Comissão de Sindicância	1912
Clementino Brito	Protetora dos Funcionários Públicos Cíveis	Suplente do Conselho Fiscal	1914
	Ministério da Fazenda	2º Secretário	1922
		Comissão de Sindicância	1929
Domingos José Garcia	AEC	Comissão de Sindicância	1901
	SBCEC	2º Secretário	1904, 1905
		1º Secretário	1916
Durval Livramento	AEC	Comissão exame de contas	1902
	Laboradores	Comissão de sindicância	1903
		Presidente	1907
Egydio Nocety	AEC	Comissão de Exame de Contas	1902
	Liga	Presidente	1900, 1901, 1903, 1904
	SBCEC	2º Procurador	1898
Eugenio Luiz Beirão	UBCSC	1º tesoureiro	1925
	SBCEC	2º Procurador	1916, 1917
		1º Tesoureiro	1925, 1926, 1935
		Comissão de Sindicância	1927
Enéas Moreira	Imprensa Oficial	1º Secretário	1925
	União Gráfica Beneficente	Comissão de Sindicância	1917
Epaminodas de Carvalho	Liga	Procurador	1928
	UBRO	Procurador	1930
Francisco Antonio Somer	Distrito Telegráfico	Presidente	1908, 1914, 1916
	Protetora Funcionários públicos cíveis	Conselho Fiscal	1915
Francisco Pedro dos Santos	UBTF	Cobrador	1910, 1918, 1919,
		Procurador	1920, 1923
	Laboradores	Procurador	1911 (*)
Francisco Pedro dos Reis	AEC	Vice-Presidente	1903
		Comissão de Sindicância	1904, 1905
		Vice-Presidente	1906
	SBCEC	Comissão de Sindicância	1907
		1º Tesoureiro	1912

Francisco Monteiro	GIBEC	2º Procurador	1903, 1905, 1906, 1907
	SBCEC	2º Secretário	1908
		Comissão de Sindicância	1912
		Vice-Presidente	1917
		1º Secretário	1925, 1935
		Comissão de Sindicância	1926
Frederico Souza	ABGA	1º Secretário	1914
	Laboradores	Comissão de Sindicância	1911
Gervasio Pereira da Luz	C.B. Funcionários tesouro do Estado	Presidente	1923
	GIBEC	Comissão de exame de contas	1903, 1905, 1906, 1907
		Vice - presidente	1901
Gustavo Adolpho da Silveira	A.B. Funcionários Públicos Flops	1º Secretário	1897
	Laboradores	Comissão de Sindicância	1902
Herondino de Paula Moreira	ABGA	Presidente	1914
	União Grafica Beneficente	Vice - presidente	1917, 1918
Israel Custódio de Assis	UBP	Tesoureiro	1918
	Liga	Comissão de Sindicância	1929, 1930
Jeronymmo Emiliano de Lima	UBTF	1º secretário	1910
		1º Vice-Presidente	1914, 1916, 1917
		Presidente	1918, 1919
	Laboradores	Procurador	1910
	Liga	Comissão de Sindicância	1928
João Benjamin Wendhausen	Liga	Tesoureiro	1900, 1901
		Vice-Presidente	1903, 1904
		Presidente	1905, 1906, 1907, 1915, 1917, 1919, 1920, 1921, 1928
	SBCEC	Comissão de Sindicância	1904
João Cancio de Souza Siqueira	Liga	2º Secretário	1901
		1º secretário	1903 e 1904
		Comissão de Sindicância	1907
	UBTF	Presidente	1910, 1911, 1912, 1913, 1914

João Candido da Silva	Distrito Telegrafico	Comissão de Sindicância	1914, 1916
	UBCF	2º Secretário	1937
	Liga	Procurador	
João Cláudio Penedo	Liga	Procurador	1915, 1917, 1919, 1920, 1921, 1922, 1924, 1925
	UBRO	Procurador	1927
		2º Tesoureiro -	1928
		2º Secretário	1929
Conselho Fiscal	1930		
João dos Santos Innocentes Vieira	Liga	2º Secretário	1905
	GIBEC	1º procurador	1901
João Leal de Merelle	UBTF	Cobrador	1915
	Liga	Comissão de Sindicância	1909
		Procurador	1903, 1905, 1906 1907, 1915
João Manoel Guimarães	Liga	Procurador	1907
	Laboradores	Procurador	1902, 1903, 1910
		Comissão de Sindicância	1907
João Pedro de Oliveira Carvalho	AEC	Presidente (*)	1901, 1904 (*)
	CMPSC	comissão fiscal	1921
	SBCEC	Comissão de Sindicância	
João Vieira Franco	AEC	Comissão de Sindicância	1907
	SBCEC	Comissão de Sindicância	1904 (*) 1905
José Augusto de Faria	SBCEC	2º Secretário	1906
	UBCSC	Presidente	1928, 1929
José de Senna Pereira	GIBEC	Presidente	1903, 1905, 1906, 1907
	AEC	Comissão de Sindicância	1899
	SBCEC	Comissão de Sindicância	1910
José T. Teixeira	AEC	3º Procurador	1902
	SBCEC	1º Procurador	1908
José Fernandes	Laboradores	Procurador	1907
	UBCSC	Comissão de Sindicância	1925

José G. dos Santos	Liga	Procurador	1909, 1910, 1911, 1915
	UBTF	Tesoureiro	1922, 1923
		3º Secretário	1914
		2º Secretário	1920
José Maria Taboas	A.B. Guardamoria da Alfândega	Presidente	1914
	UBTF	Tesoureiro	1910
	Liga	Comissão de Sindicância	1910, 1911, 1917, 1921
		1º secretário	1920
		2º Secretário	1913, 1919
		Vice- presidente	1923, 1924, 1925, 1926, 1928
Tesoureiro	1929		
José Quintino Cardoso	Liga	Tesoureiro	1908, 1909
		Vice-Presidente	1913, 1914
	Club dos Bolieiros	Presidente	1902, 1903
	Cocheiros	Presidente	
Julio Nicolau de Moura	AEC	Comissão de Sindicância	1904
		1º Tesoureiro	1905
	SBCEC	Comissão de Sindicância	1908
Julio Voight Junior	GIBEC	Comissão de exame de contas	1902
	SBCEC	2º Procurador	1901, 1902
Justino Soares Macuco	GIBEC	Tesoureiro	1901
	SBCEC	1º procurador	1896
		1º Secretário	1904, 1905
Lauro Marques Linhares	Caixa Beneficente dos Empregados do Ministério da Fazenda	Comissão de Sindicância	1929
	CMPSC	1º vice- presidente	1921
	SBCEC	Comissão de Sindicância	1906, 1917, 1920
		Presidente	1901, 1902, 1916, 1921
Lino Soncini	GIBEC	1º secretário	1902
	Laboradores	Tesoureiro	1907
		Presidente	1912
		1º Tesoureiro	1906
	SBCEC	1º Secretário	1907
		Presidente	1909, 1910, 1920
		Comissão de Sindicância	1912, 1921

Lindolfo José de Souza	Liga	2º Secretário	1914
		1º secretário	1928
		Presidente	1929, 1930
	Imprensa Oficial	Presidente	1925
Lucio Victorino de Souza	AEC	1º tesoureiro	1901, 1902
	Laboradores	orador	1907
		Tesoureiro	1910
	SBCEC	Comissão de Sindicância	1906, 1908, 1912
Luiz de Araujo Figueiredo	Ministério da Fazenda	Comissão de Sindicância	1922
	Laboradores	Orador	1912
	SBCEC	1º Procurador	1898, 1901, 1902
		Comissão de Sindicância	1904, 1905, 1906, 1907, 1916
		1º Tesoureiro	1917, 1920, 1921
Luiz Goeldner	AEC	2º Tesoureiro	1901, 1902
		1º Tesoureiro	1903, 1904, 1906, 1907
		Comissão de Sindicância	1905
	SBCEC	2º Secretário	1904, 1905
		Comissão de Sindicância	1910
Manoel Alves Garcia	UBTF	1º Secretário	1912
	A.B. Guardamoria da Alfândega	1º Secretário	1914
Manoel Carlos Martins	UBTF	2º Secretário	1912
	Laboradores	Procurador	1910
		Comissão de Sindicância	1911
Manoel Modesto da Rocha Soares	GIBEC	1º Procurador	1903, 1905, 1906, 1907
	SBCEC	2º Procurador	1904
Manoel Pedro da Silva Junior	Ministério da Fazenda	Vice-Presidente	1929
	Laboradores	Presidente	1901, 1902
Manoel Roberto Rilla	Laboradores	Comissão de Sindicância	1912
		Vice-Presidente	1910
	Liga	Tesoureiro	1904
	Protetora Funcionários públicos civis	Suplente Conselho Fiscal	1914
Manoel Sebastião Ferreira	UBTF	Cobrador	1913
	Liga	Procurador	1905, 1906

Octaviano dos Santos Botelho	UBCSC	Conselho Fiscal	1927 (*), 1928, 1930
		Comissão de Sindicância	1929
	U.B Garçons	Procurador	1930
Octavio Cardoso da Costa	Distrito Telegráfico	2º Secretário	1908, 1914, 1916
	UBCSC	Comissão de Sindicância	1929
Octavio de Oliveira	AEC	2º secretário	1902
		1º Secretário	1903, 1905 (*), 1906, 1907
	C.B. Funcionários tesouro do Estado	Vice-Presidente	1923
Olavo Cassiano de Medeiros	UBRO	1º Secretário	1927, 1928, 1929
		Diretor da Escola	1930
	União Gráfica Beneficente	Tesoureiro	1917
Olympio Luiz da Silva	Laboradores	Procurador	1907
	Liga	Procurador	1905
Oswaldo Mello	UBCSC	Presidente	1927
	U.B Garçons	Presidente	1930
Pedro José Belli	Liga	2º secretário	1925
	UBRO	2º Secretário	1923
		Relator	1929
		1º Tesoureiro	1930
Pompilio Vespasiano Duarte Luz	Laboradores	Orador	1910, 1911
	SBCEC	Comissão de Sindicância	1908, 1917, 1920, 1921
Rodolfo Paulo da Silva	Liga	Presidente	1926
	UBRO	Vice-Presidente	1922
		Presidente	1923
		Comissão Fiscal	1925 e 1928
		1º Secretário	1930
		1º Tesoureiro	1929
Rodolpho Caminha	Liga	1º Secretário	1908
	UBCSC	Bibliotecário	1929
Rodolpho de Senna Mello	Liga	Tesoureiro	1913, 1914, 1915, 1917, 1919, 1920, 1921
	Laboradores	Procurador	1903
Timoteo Wendhausen	Liga	Presidente	1924 e 1925
	UBRO	Assumiu como 1º secretário	1924 (meio da gestão)
		Presidente	1926

Vidal Dutra	Liga	Comissão de Sindicância	1904
		Vice-presidente	1909, 1910
	GIBEC	Comissão de exame de contas	1902
	SBCEC	Comissão de Sindicância	1912
		2º Tesoureiro	1917

Anexo 9: Declaração da União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis em relação à serviços e preços.

Declarações: Sociedade União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis

Ao Comércio:

Para conhecimento dos interessados manda o Sr. Presidente fazer público, que estabeleceu um acordo com o Sr. Agente da companhia Lloyd Brasileiro, nesta capital, para o serviço de estiva, embarque e desembarque de carvão, paíões, armazéns, etc.

Não está incluído nesse acordo, com os serviços cobrados por volume, que continuam a serem cobrados pelos preços atuais, até que seja resolvido com os srs. Comerciantes esse assunto.

Nos serviços de embarques e desembarques de bananas, pretende-se estabelecer um preço equitativo, visto que, a importante firma desta praça, do Sr. Eduardo Horn, é a que mais generosamente paga.

O acordo é o seguinte e está vigorando:

Trabalhos d estiva a bordo: 5\$000 de dia e 7\$000 a noite

Embarque e desembarque de carvão, nos vappores ancorados neste porto: 2\$000 por tonelada de dia e 3\$000 a noite.

Quando os vapores estiverem atracados ao trapiche e tenham de receber carvão, serão cobrados 1\$8500 por tonelada, de dia e 1\$800 a noite.

Serviços de estiva nos paíões ou armazéns 4\$000 de dia, a noite 7\$000

Descarga de carvão para terra, 4\$500 de dia e 7\$000 a noite, os trabalhadores que se empregarem nesse serviço a bordo cobrarão 5\$000 de dia e 8\$000 a noite.

O dia de trabalho principia as 6 horas da manhã e termina as 5 horas da tarde, com a diferença do tempo para as refeições; não fica incluído neste horário o trabalho cobrado por volume.

Os trabalhos iniciados por conta dos patrões, depois das 6 horas da manhã conta-se do meio dia as 12 horas e um dia as 5 horas da tarde; do mesmo modo os serviços iniciados depois das 12 horas, conta-se meio dia as 5 horas da tarde; o mesmo se fará com os trabalhos a noite

A sociedade incube-se da moralidade no serviço, uma vez que sejam chamados para executá-los os nossos companheiros associados.

Outrossim previne-se a todos os companheiros que não é permitido impedir a quem quer que seja de trabalhar pelo fútil motivo de não pertencer a esta associação, cumprindo tão somente aos companheiros zelarem pelo bom nome da sociedade e o fiel desempenho dos acordos que se estabelecerem com os dignos comerciantes desta praça.

Secretaria, 16 de novembro de 1910.

Jeronymo Emiliano de Lima – 1º secretario

In: *Jornal O Dia*, Florianópolis. 23 de novembro de 1910, n. 4687. (BPESC)

Anexo 10: Tabela de preços e serviços estabelecida pela União dos Trabalhadores para a Companhia de Navegação Costeira - 1920

“Obedecendo a orientação de V. Exa., esta Sociedade compromete-se a fazer neste porto o serviço de estiva dos vapores da companhia de Navegação Costeira, de acordo com os preços deliberados por esta Sociedade, datado de 06 de janeiro do corrente ano, preço este que tem sido regularizado e adaptado por todas as agencias neste porto e do qual junto remeto a V. Exa a referida tabela anterior e posta em execução.

Outrosim, esta Sociedade também compromete-se a fornecer uma turma de trabalhadores empregados a mês para os referidos acima e a disposição do Sr. Agente, no preço de 150\$000 mensais para cada trabalhador, sendo porém, o dia de 8 horas de trabalho, de acordo com as deliberações tomadas na Circular que junto acompanha e que V. exa verá e 1\$000 por exesso de

hora de trabalho para cada homem. Comprometendo-se esta Sociedade a fazer cumprir o dever e direito dos seus associados dentro da ordem.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Exa os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Presidente: Jeronymo Emiliano de Lima

Documento anexo:

“Levo a conhecimento dos srs agentes de vapores neste porto, que em reunião de assembléa geral realizada em 06 do corrente às 7horas da noite, na sede desta Sociedade, com a presença de grande número de associados, de acordo com os nossos estatutos, ficou deliberado a adotar-se os seguintes preços.

Para vapores ou outras embarcações ancoradas neste porto

Dias de 8 horas	8\$000
Noites de 8 horas	12\$000
Domingos de dia	10\$000
Domingos de noite	14\$000

Para vapores ou embarcações ancorados na barra

Dia	10\$000
Noite	14\$000

Para os serviços em depósito relativamente á estiva que obedeça cargas ou descargas de vapores e outras embarcações:

Dia de 8 horas	8\$000
Noites de 8 horas	12\$000
Dias de domingos	14\$000
Noites de Domingo	14\$000

Não sendo compreendidos estes preços para os trabalhadores mensalistas ou diaristas ajectivos dos depósitos

Para serviços de carvão para descarga recebido no trapiche por toneladas:

Dia4\$500 por tonelada
 Noite5\$000 por tonelada

Sendo por dia de 8 horas

Por dia10\$000
 Por noite14\$000
 Domingos10\$000
 Noite14\$000

Carvão para abastecimentos de vapores n'este porto para embarque se desembarques por toneladas

Dias9\$000 por toneladas
 Noites10\$000 por toneladas

Ficando também comprometido que o dia de oito horas compreende-se das 7 às 11 horas e das 12 às 4 horas, não havendo excesso de horas para os serviços relativamente feito a bordo.

Outro sim, foi também deliberado por esta Assembléia adotar a praxe dos demais portos do país da seguinte forma:

1. Não havendo meios dias para os dias de domingo
2. Não sendo permitido menos de um terno de 10 homens para cada porção de navios.
3. Para os vapores ancorados nas barras fica contando dia ou noite uma vez que o estivador embarque a disposição dos snr. Agentes.

Florianópolis, 07 de janeiro de 1920

Armando da Costa Mello.

1º secretario

Ofício enviado ao governador do Estado pela União dos Trabalhadores de Florianópolis em 30 de março de 1920.